





*Ano VI - Volume IX - Nº 9 – set. - 2018*

## **Equipe de Redação:**

---

### *Editores:*

Prof. Ms. Fernando Gralha (FIS/UCAM/UAB)

Prof. Jessica Corais (FIS)

### *Pesquisa:*

Prof. Germano Vieira (UGF/FIS)

Prof<sup>a</sup> Cindye Esquivel (FIS)

Prof. Ms. Renato Lopes (UNIRIO)

Prof. Ms. Rafael Eiras (UCAM)

## **Conselho Consultivo:**

---

Prof. Dr. Bruno Alvaro (UFS)

Prof.<sup>a</sup> Ms. Daniele Crespo (FIS/UCAM)

Prof. Dr. Júlio Gralha (UFF)

Prof. Dr. Marcus Cruz (UFMT)

Prof. Dr. Adílio Jorge Marques (UFF)

Prof. Dr. Sérgio Chahon (FIS)

Prof<sup>a</sup>. Martha Souza (MEC)

Revista Eletrônica Acadêmica/Gnarus Revista de História. Vol.9, n.9  
(Set 2018). Rio de Janeiro, 2018 [on-line].

### **Gnarus Revista de História**

Disponível em: [www.gnarus.org](http://www.gnarus.org)

ISSN 2317-2002

1. Ciências Humanas; História; Ensino de História



<https://www.facebook.com/gnarusrevistadehistoria/>

## Sumário

<b>AO LEITOR</b> .....	4
Fernando Gralha	
<b>OPINIÃO</b> .....	5
Renato Lopes	
<b>ARTIGOS:</b>	
<b>A MAÇONARIA NO BRASIL: DA CLANDESTINIDADE DAS PRIMEIRAS LOJAS À INDEPENDÊNCIA</b> .....	9
Samuel Vieira da Silva e Adílio Jorge Marques	
<b>VILLEGAGNON E JEAN DE LÉRY: RELAÇÕES DE IDENTIDADE E ALTERIDADE NA FRANÇA ANTÁRTICA</b> .....	18
Felipe Sanches Santos Barbosa	
<b>TRABALHO ESCRAVO: AUTONOMIA E MOBILIDADE SOCIAL NO RIO DE JANEIRO DO SÉC.XIX</b> .....	27
Carlos Santos da Silva	
<b>AXUM E ROMA: UMA INTERAÇÃO HISTÓRICA DE DUAS POTÊNCIAS</b> .....	36
Jorge Luiz da Silva Alves	
<b>“CONHECER PARA NÃO REPETIR”: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EFEITO BORBOLETA NA EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA</b> .....	44
Ricardo Cortez Lopes	
<b>DO ENCONTRO ENTRE DEUS E A RAZÃO NASCE O NOVO HOMEM: ANÁLISE DE UM DIÁLOGO METAFÍSICO SOBRE O AMOR ENTRE O SAGRADO E O PROFANO EM A RELIGIOSA PORTUGUESA, DE EUGÈNE GREEN</b> .....	52
Melissa G. Boëchat	
<b>MOTIVAÇÕES, CONTRADIÇÕES E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL DAS PROSTITUTAS JUDIAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX</b> .....	59
João Paulo Carneiro	
<b>A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA COMO FORÇA DOUTRINÁRIA E RECURSO PEDAGÓGICO NA REFORMA DE MARTINHO LUTERO</b> .....	68
Martha Sousa	
<b>O ARIANISMO NO CONCÍLIO DE NICEIA (325 D.C.)</b> .....	76
Flávio Henrique Santos de Souza	
<b>O FORRÓ ELETRÔNICO E O BRASIL NO TEMPO PRESENTE</b> .....	88
Pedro Mota Byrro	
<b>O PASSADO BÍBLICO, REINO E IDENTIDADE EM THE CHRONICLES OF ENGLAND DE JOHN CAPGRAVE</b> .....	101
Caio de Barros Martins Costa	
<b>OS ESTADOS SUDANESES E TOMBUCTU</b> .....	110
Hilton Sales Batista	
<b>UMA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA SOBRE O DÍZIMO ENTRE OS CRISTÃOS DA DÉCADA DE 30 DO PRIMEIRO SÉCULO AO ANO 135</b> .....	121
Igor Farias Emerich	
<b>¡VIVA LA ANARQUÍA! DO DISCURSO À VIOLÊNCIA: PROPAGANDA PELO FATO NAS PÁGINAS DO PERIÓDICO LA VOZ DE LA MUJER. (BUENOS AIRES. 1896-1897)</b> .....	132
Ingrid Souza Ladeira de Souza	
<b>VISÕES DO JORNAL O PAIZ SOBRE A GREVE GERAL E A INSURREIÇÃO ANARQUISTA DE 1918</b> .....	141
Bruno de Lino Mendes	
<b>COLUNA: NO ESCURO DO CINEMA</b>	
<b>O ADUBAMENTO DE CAVALARIA NO FILME CRUZADA</b> .....	147
Ives Leocelso Silva Costa	
<b>O MECANISMO: LIBERDADE DE EXPRESSÃO OU DISCURSO POLÍTICO</b> .....	153
Rafael Garcia Madalen Eiras	
<b>COLUNA: FOTOGRAFIAS DA HISTÓRIA</b>	
<b>OS RETRATOS PRESENTES NA CORRESPONDÊNCIA DE ÁLVARES DE AZEVEDO</b> .....	160
Lucenildo Souza Campos	
<b>COLUNA: A HISTÓRIA NOS QUADRINHOS</b>	
<b>DR. BAIXADA : UM PERSONAGEM ENTRE O “ HOMEM DA CAPA PRETA” E O ESQUADRÃO DA MORTE</b> .....	170
Aderaldo Januário de Almeida	
<b>ENSINO DE HISTÓRIA</b>	
<b>A LUDICIDADE COMO METODOLOGIA PEDAGÓGICA</b> .....	180
Mariana Cardoso de Sousa e Rafael Coelho Bastos	
<b>CINEJORNAIS, DITADURA E MILAGRE ECONÔMICO: A POSSIBILIDADE EDUCATIVA DO AUDIOVISUAL</b> .....	190
Amanda Heloisa Souza Custódio	
<b>O ENSINO DE HISTÓRIA E SUA RELEVÂNCIA NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS</b> .....	198
João Paulo Carneiro	
<b>PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: À SOMBRA DO CAOS</b> .....	206
Lincoln Mansur Coelho e Adílio Jorge Marques	
<b>RESENHA</b>	
<b>UM CONVITE A LEITURA DE “A social-democracia como fenômeno histórico”</b> .....	217
Elisângela Gisele do Carmo e Egberto Gustavo do Carmo	
<b>INTERDISCIPLINAR</b>	
<b>AS DUAS CULTURAS NO CONTEXTO ESCOLAR</b> .....	224
Adílio Jorge Marques e Samantha de Lemos Souza	



## AO LEITOR

**R**efletir, olhar para trás e contar uma História, desde Heródoto, este é um dos ofícios do historiador, escrever a História. Mas o que nos separa da ficção? O que dá legitimidade ao nosso discurso? Há muito já deixamos de lado a ideia da verdade única, o paradigma rankeano de que os fatos falam por si caíram por terra, compreendemos da impossibilidade de abranger todos os aspectos formadores de uma população, comunidade, grupo, ato ou fato, o passado passou, trabalhamos com o que restou dele. História é escolha do historiador, é ela que vai determinar a escrita da História. A partir daí entra a ciência, o método, heurística, crítica e hermenêutica, e não esqueçamos do conselho básico da escola dos Annales, o diálogo com outras disciplinas, a filosofia, a psicologia, a arqueologia, e tantas outras. Junte tudo isso a muita leitura da produção dos colegas historiadores, muitas horas nos arquivos, debates nos seminários, encontros acadêmicos nas Anpuh's da vida e pronto, está aí um trabalho historiográfico, uma escrita da História.

*“a escrita não terá mais por objetivo constituir para o uso do rei arquivos no recesso de um palácio; terá correlação doravante com a função de publicidade; vai permitir divulgar, colocar igualmente sob o olhar de todos, os diversos aspectos da vida social e política”.<sup>1</sup>*

Este processo se dá no campo da representação máxima que é a palavra, é pela palavra que somos

capazes de nos colocar no tempo, lembrando o que aconteceu no passado e antecipando o futuro pelo pensamento. Se a linguagem, através da representação simbólica e abstrata, permite o distanciamento do homem em relação ao mundo, ao mesmo tempo é o que permitirá seu retorno ao mundo para modificá-lo. Logo, se não tem oportunidade de desenvolver e aprimorar a linguagem, o homem torna-se impossibilitado de compreender e atuar sobre o mundo que o cerca.

Este é um de nossos anseios, uma ode ao pensamento manifestado na palavra, na linguagem. Se a palavra, que distingue o homem de todos os outros seres vivos, se encontra fortalecida na possibilidade de expressão, é o próprio homem que se humaniza.

Para tanto, apresentamos, mais uma vez, através de nossos pensantes colaboradores um menu bem eclético das práticas e ideais humanos, juntos caminharemos por escolhas, culturas, políticas, artes, práticas, discursos, mídias, países, perspectivas, liberdades e escravidões, sempre dentro da máxima reflexão cartesiana, “cogito, ergo sum” e viajando, prazerosamente, no rio do conhecimento, o A-Letheia de nossa musa Mnemósyne.<sup>2</sup>

**Fernando Gralha**

<sup>1</sup> VERNANT, J.P. *As origens do pensamento grego*. 2. Ed. São Paulo. Difel, 1977. p. 25.

<sup>2</sup> Sobre o A-Letheia ver “Ao Leitor” Gnarus, nº 1.



## Opinião

# ***SEREMOS O CARTÓGRAFO DE BORGES OU OS URUBUS DIPLOMADOS? O QUE SE PASSA COM OS HISTORIADORES?***

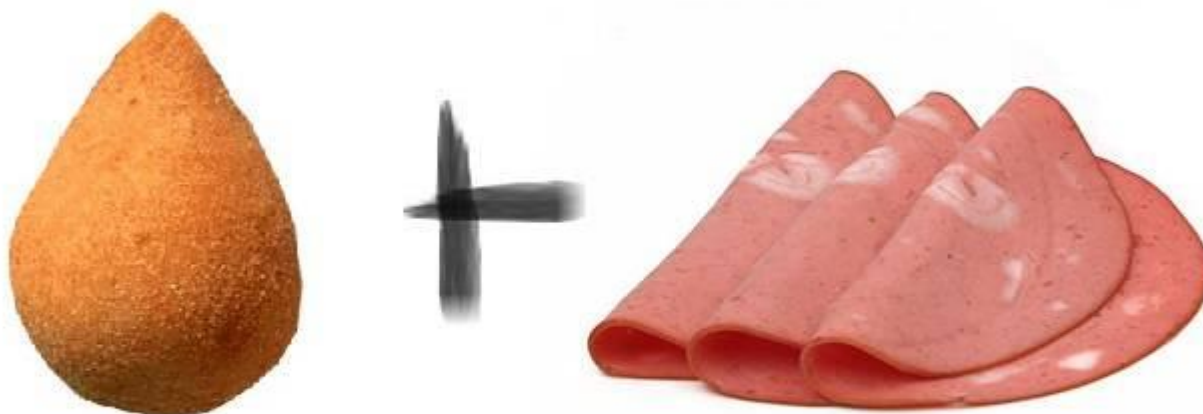
*Por Renato Lopes Pessanha*

**C**onversando com alguns colegas do campo das ciências humanas, principalmente historiadores, e participando de alguns acalorados debates, seja pessoalmente ou pela internet, eu tenho notado um estranho movimento no campo da História, que deve ser muito parecido com o mesmo movimento que o estômago faz quando quer vomitar e não consegue. Parece estar ressurgindo uma espécie de busca quase patológica por uma pretensa objetividade canônica, uma obsessão com a exatidão e uma vontade de acabar com as cores da História que só se compara com as do João Dória de apagar os grafites de São Paulo.

Estamos perdendo a habilidade de pensar no dissenso, no contraditório e, principalmente, de aceitar o antagonismo. É justamente por causa dessas deficiências que tem o azedo aroma da dissonância cognitiva e social, a malfadada objetividade pós-positivista começa a repousar num tipo de intelectual pensador que é altamente

suspeito e em muitas vezes presta mais um desserviço do que realmente colaboração ao processo de conhecimento: o intelectual isentão, o que fica em cima do muro, pior do que caco de vidro. Esses tipos são muito bem encarnados por figuras tipo Leandro Karnal, Luiz Felipe Pondé, entre outros. É incomodo perceber que tem uma parte da esquerda vestindo a carapuça da direita, falam em polarização (com desagrado) e compram esse discurso do “tomar partido é ruim, vamos pensar na causa maior”. Oras, a síndrome do gestor público, que se candidata ao cargo público por um partido político, em uma eleição de voto direto, parece que anda contaminando muita gente. Por que será?

Creio que no fundo isso está associado a uma tendência de se pensar os processos históricos, políticos, sociais e culturais fora do campo dos afetos, das paixões, do imaginário e daquilo que é



subjetivo. Acreditamos mesmo no ranço da neutralidade a ponto de renegarmos toda e qualquer ideia que nos conduza por um campo matizado a nuançado, onde o pensar exige mais que números, datas e que está além da simples relação causa-efeito. Ou seja, estamos fugindo da divergência como um pastor da Universal foge do fisco. Tudo isso em nome de que? Hum? Em nome de uma forma de pensar renascentista/iluminista que não cabe nenhum pouco na nossa realidade. As vezes parecemos dispostos a incorporar até mesmo o absurdo como um ponto a ser considerado em qualquer discussão política, só para não parecermos “polarizadores” ou “extremistas”. Nesse hall de anti-proezas vale até mesmo dar voz aos fascistóides de plantão, em nome da liberdade democrática (que eles não defendem), só para mostrarmos nossa “superioridade”. Desde quando é o poste que urina no cachorro? Desde quando com fascista tem conversa. Vale a pena? Eu respondo: não. Pois é nisso que eles ganham terreno. Se ser neutro é dar voz a esses caras, prefiro ser fanático e mandar todos calarem suas bocas bostejantes. “Ah, mas você está sendo igual a eles”. Deixa eu ver se

entendi, recuso-me a me calar e a deixar que um racista/misógino/truculento, tente se sobrepor àqueles que realmente querem promover uma discussão política válida, e no final eu sou igual a eles, o errado? Qual o sentido disso? Imagine se os russos da revolução de 1917, os escravos do Haiti, as mulheres sufragistas, os cubanos, aqueles que se opuseram ao Francisco Franco, tivessem pensando assim.

Por outro lado, vejo nesse empobrecimento da forma de pensar e agir uma dificuldade inerente a pouca disposição de se assumir um compromisso ou responsabilidade com alguma causa do seu tempo. “Fico em cima do muro, com uma mão dou a Deus e a com a outra dou ao Capioto e fico me equilibrando”. Olha...nem Deus nem o Tinhoso se contentam com uma mão só. Se ficar nesse jogo uma hora você acaba sem uma das mãos...e sem o restante todo. Vargas que o diga.

Há por trás desse recrudescimento também há uma certa soberba intelectual. A pessoa tenta pensar fora da caixinha e termina pensando fora do bom senso. Como os intelectuais, do porte de um

Jaques Derridá, que quando dos atentados terroristas de 2001, junto com mais uma galera, relativizaram a tortura e as agressões militares dos EUA aos países árabes. Isso nos leva a uma outra questão igualmente sensível: tomar partido, mudar de ideia, não é crime. Porém tenha respeito pela inteligência alheia e assuma sua postura. O que não dá para engolir é pagar de intelectual com necessidade de terapia behaviorista e sair fazendo tábula rasa de tudo.

A neutralidade, a isenção, tem produzido uns libelos obscuros. Fala-se tanto da polarização como se ela fosse uma anomalia, um acidente de percurso nessa terra maravilhosa. Não é por nada não, acidente de percurso aqui é a democracia. A polarização existe desde quando um certo português colocou os pés aqui. Existiu, existe e continuará existindo. Aí entra o peso de desconsiderar os afetos: ninguém, seja por força da cultura, das formas de se comunicar, manifestar e organizar, fica mais calado ou diletante, todos se manifestam de alguma forma: seja xingando, batendo, dando respostas atravessadas. O que temos são novas formas de pensar e viver essa polarização. Nesse momento erguer uma Torre de Marfim chega a ser uma ideia pior do que tentar erguer uma Torre de Babel. Os afetos, ou melhor, a polarização, nos faz a anti-babilônia, ser incisivo, nesse momento, pode te fazer menos gado do que quem insiste em criar rótulos, metodologias e receitas infalíveis para “normatizar” o pensar o histórico e minimizar a polarização social.

Pensar sobre a História, ou ofício de historiador nesse momento, também é uma reflexão muito, muito interior de cada um. Como cada um está se situando em relação a tudo o que se passa nesse momento, como cada um reage a seu tempo, ao seu espaço, aquilo que lhe desagrada ou agrada. A

direita é uma massa portadora de dissonância cognitiva que recalca seus ressentimentos e produz esses cães hidrófobos que gritam “vai pra Cuba” e “o comunismo matou 10 bilhões de pessoas” (não sei de onde saiu essa cifra, mas peguei como exemplo). Tentar convence-los do contrário é uma perda de tempo. Quando os cães ladram a caravana continua passando, mas se o cão está incomodando, eles são afastados. Simples assim.

Coxinhas, mortadelas, ressentidos? Com certeza. Quem um dia leu Max Weber e entendeu bem o que é um “tipo Weberiano” sabe de sobremaneira que essas generalizações correspondem a uma realidade bem palpável, bem concreta. E para além das denominações a um profundo significado histórico e social. Novas formas de representação exigem novas formas de tratamento. Isolar isso como quem isola a cepa de uma bactéria, está perdendo tempo. Ou aceitamos as paixões ou seremos piores do que os cães que ladram, seremos só carcaças pelo caminho ou os violinistas dos Titanic.

Pensando no meu ofício, o de historiador em constante processo de formação, bate uma certa dose de pessimismo, não nego. Me pergunto se seremos o cartógrafo do conto do Jorge Luis Borges, que queria fazer um mapa tão perfeito do reino mas acabou por reproduzi-lo por completo, afinal é onde nossa patologia pós-positivista vai nos levar pelo andar da carruagem. Ou se seremos os urubus diplomados do conto de Rubem Alves, que com inveja do canto dos sabiás, criaram escolas de música, se outorgaram títulos e proibiram os sabiás de cantar. Em vez de sermos sabiás que cantam com sentimentos, seremos urubus preocupados em criar burocracias para minar os afetos e as paixões do campo do conhecimento. Se ninguém faz amigos

bebendo leite, ninguém faz História sem afetos e/ou alguma dose de paixão e reação

O quadro abaixo se chama "Academia de Atenas" do pintor Rafael. Só para mostrar que esse tempo aí já passou. E na icônica relação de Platão (apontado para cima) e Aristóteles (apontado para baixo), já se encontra o germe das oposições que se consolidariam ao longo dos séculos. Fala-se muito da "justa medida de Aristóteles", mas ela jamais vai ser alcançada enquanto houverem isentões e tentativas vãs e até espúrias de pseudo neutralidade. A justa medida é, antes de tudo, tomar causa.

No mais esse cenário da pintura já morreu, tem tempos.

---

**Renato Lopes Pessanha** é Colunista da Gnarus, Mestre em História Social e Doutorando em História Social - PPGH/UNIRIO.

---



## Artigo

# ***A MAÇONARIA NO BRASIL: DA CLANDESTINIDADE DAS PRIMEIRAS LOJAS À INDEPENDÊNCIA***

*Por Adílio Jorge Marques e Samuel Vieira da Silva*

**Resumo:** O presente texto tem como objetivo principal traçar os primeiros passos da cronologia maçônica no Brasil. No início do século XIX no Brasil a maçonaria foi um centro de atividade política, difusora dos ideais iluministas e anticolonialistas. A maçonaria teve papel relevante no processo de independência de Portugal, bem como se manteve atuante politicamente durante o período monárquico. Esse trabalho entrelaçando autores e historiadores acadêmicos e maçônicos traz um resumo dos principais fatos envolvendo o surgimento das primeiras Lojas Maçônicas no território nacional até sua afirmação no cenário nacional como uma das principais instituições formadoras do Estado brasileiro.

**Palavras-chave:** História do Brasil. Maçonaria. Grande Oriente do Brasil.

## **Introdução**

A Maçonaria<sup>1</sup>, forma reduzida de francomaçonomia é uma sociedade de caráter universal, reservada e discreta. Suas ações são de interesses exclusivamente de seus membros. Sua estrutura organizacional fez com que ao longo da história a instituição estivesse presente em diversos acontecimentos importantes no mundo e, especialmente no Brasil.

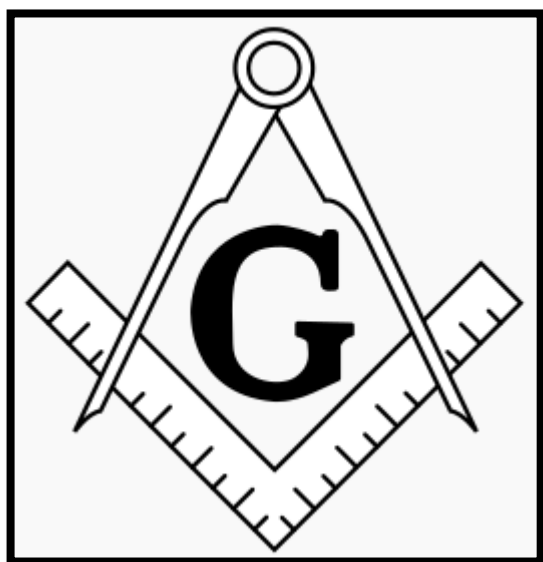
A gênese maçônica brasileira guarda certa similaridade com as origens da Ordem, pois possui

também seus mitos e relatos fantasiosos. Os ecos do movimento iluminista e das ideias de emancipação ecoaram em nosso território no final do século XVIII após a Revolução Francesa. A Maçonaria marcou seu nome na história do Brasil como uma das instituições mais influentes de apoio à independência.

<sup>1</sup> Sociedade discreta que tem como finalidade a prática da fraternidade e da filantropia entre seus membros. Associação de seres humanos, devidamente organizada, visando a

realidade da Vida, na Terra e no Universo, em direção ao mundo espiritual, denominado Universo de dentro (CAMINO, 2004, p. 260).





O Esquadro e Compasso Maçônico  
(encontrada com ou sem a letra G)

O surgimento das primeiras Lojas Maçônicas ainda no Brasil colônia inaugurou aquilo que seria posteriormente um local reservado a discussões políticas. O crescimento gradual da maçonaria no país, principalmente nos centros urbanos do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, instigados por intelectuais locais e jovens estudantes brasileiros vindos da França e Portugal (muitos iniciados na maçonaria europeia), propagavam os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, transformando as Lojas em verdadeiros locais de movimentos libertários, congregando homens de diferentes raças, credos e ideias políticas.

### A maçonaria no Brasil

Inicialmente, apontou-se que a Maçonaria brasileira teve como marco inicial o *Areópago de Itambé*<sup>2</sup> fundado em 1796 em Pernambuco conforme informa Castellani (2009). No entanto, essa tese não mais encontra adeptos após a

descoberta de que as pessoas que faziam parte dessa instituição não eram em sua totalidade maçons. O Areópago era um local de reuniões de pessoas de diversos segmentos sociais que contribuíram com a eclosão do movimento revolucionário de 1817 em Pernambuco (COSTA, 1993, p. 25).

Outro marco envolto em polêmicas refere-se à Loja intitulada “Cavaleiros da Luz” tida como a primeira instituição Maçônica do Brasil, na Bahia, em 1797. Costa (1993) comprovou que o funcionamento dessa Loja maçônica não era regular segundo as leis e tradições maçônicas, pois seu funcionamento era no interior da Fragata “La Preneuse” ancorada na localidade da Barra em Salvador/BA. Segundo Costa (1993), os documentos comprobatórios encontram-se no artigo intitulado “Primórdios das Sociedades Secretas na Bahia” publicado no volume XV dos Anais do Arquivo Público da Bahia. Nesse documento consta o caráter emergencial de seu funcionamento abordo da embarcação (COSTA, 1993, p. 24).

O historiador Barata (1999, p. 59) afirma que

*“até o final do século XVIII, não existia no Brasil a Maçonaria, entendendo-se como uma organização institucionalizada e com funcionamento regular nos mesmos moldes das outras organizações maçônicas internacionais”.*

Oficialmente, a cronologia Maçônica brasileira remete ao manifesto de José Bonifácio (COLUSSI, 2000b, p. 110). No manifesto, José Bonifácio menciona as primeiras lojas maçônicas no país fundadas em 1801 e 1802 no Rio de Janeiro e

das províncias de Pernambuco e Paraíba (COSTA, 1993, p. 26).

<sup>2</sup> Um Areópago é uma típica sociedade secreta com fins políticos e revolucionários. Totalmente irregular dentro dos tradicionais princípios maçônicos, instalada em 1796 na raia



Bahia, respectivamente, ambas filiadas à Grande Loja da França (COSTA, 1993, p. 31-38).

Castellani (2009) infere que a primeira Loja maçônica funcionando regularmente no Brasil data de 1800. Trata-se da Loja *União*, fundada em Niterói e filiada ao Grande Oriente da Ilha da França. Segundo o autor, a Loja União, tendo crescido ligeiramente, transformou-se na Loja *Reunião*, em 1801, continuando sua filiação ao Grande Oriente da França (CASTELLANI, 2009, p. 27). No entanto, essa afirmação de Castellani (2009) diverge de autores como Costa (1993) e Morel e Souza (2008) que afirmam que a primeira Loja Maçônica regular no Brasil é a *Reunião* fundada em Niterói na província do Rio de Janeiro em 1801 (COSTA, 1993, p. 32; MOREL; SOUZA, 2008, p. 68).

Colussi (2000b, 2012) se posiciona no mesmo sentido de Castellani (2009) quando mostra numa ilustração que no ano de 1800 foi instalada em Niterói a Loja União; no ano de 1801 no Rio de Janeiro a Loja Reunião; em 1802 instalou-se em Salvador na Bahia a Loja Maçônica “Virtude e Razão”. Em 1804, o Grande Oriente Lusitano funda na cidade do Rio de Janeiro duas lojas maçônicas: “Constância” e “Filantropia”, que em 1806 foram fechadas por ordem do Conde dos Arcos, vice-rei do Brasil. Havia também no Rio de Janeiro as Lojas Maçônicas “Beneficência” e “São João de Bragança”, ambas fechadas por D. João VI (COLUSSI, 2012, p. 18).

Costa (1993), Castellani (2009) e Colussi (2012) ratificam que em 1815, na cidade do Rio de Janeiro sobreveio a fundação da Loja Maçônica “Comércio e Artes” filiada ao Grande Oriente Lusitano. Nessa época, além da proibição de partidos políticos e sociedades secretas, havia,

como frisado anteriormente, intensa repressão a movimentos liberais na colônia. Essa postura vigilante tornou-se impiedosa ao punir diversos maçons com a morte (MOREL; SOUZA, 2008, p. 75).

A Revolução Pernambucana, em 1817, foi drasticamente reprimida a ponto de ser expedido, em 1818, um Alvará por D. João VI proibindo o funcionamento de sociedades secretas na colônia (MOREL; SOUZA, 2008, p. 72). A violação a essa ordem seria considerada crime e os integrantes que participassem seriam punidos com a pena de morte. Obviamente que esse decreto visava diretamente a Maçonaria. No entanto, os maçons da época, mesmo correndo risco de morte continuaram se reunindo noutros locais, disfarçados de clubes recreativos. Os maçons brasileiros dessa época eram considerados subversivos, criminosos, que deveriam ser perseguidos e mortos por atentarem contra a Coroa (COLUSSI, 2012, p. 18).

A Loja Maçônica Comércio e Artes foi reaberta ainda em 24 de junho de 1821, tendo por obediência o Grande Oriente de Portugal (COSTA, 1996, p. 76). No início do ano de 1822 a Loja Maçônica Comércio e Artes tinha números suficientes para desdobramento em mais duas outras Lojas e assim formar uma obediência Maçônica brasileira. Os frutos da Loja Comércio e Artes foram as Lojas: “União e Tranquilidade” e “Esperança”, de Niterói. Então, surgiria em 17 de junho de 1822 o *Grande Oriente do Brasil* sob a direção de José Bonifácio de Andrada e Silva,

eleito *Grão-Mestre*<sup>3</sup> do Grande Oriente do Brasil. Uma vez fundado o Grande Oriente do Brasil, nosso país então estava preparado para dar o passo seguinte, à independência de Portugal, conforme planejado pelos maçons brasileiros (COLUSSI, 2012, p. 21).

O quadro a seguir (quadro 1), elaborado com base nas obras literárias de José Castellani *A História do Grande Oriente do Brasil* e Eliane Lucia Colussi *A Maçonaria brasileira no século*

*XIX*, traz um resumo da cronologia dos principais fatos relacionados a Maçonaria brasileira desde suas origens até a fundação do Grande Oriente do Brasil. Colussi (2012) traz uma ilustração das principais lojas maçônicas oficialmente instaladas no Brasil, desde a loja União em 1800 a instalação das lojas Restauração, Patriotismo e Guatimosim em Pernambuco no ano de 1816 (COLUSSI, 2012, p. 18).

Quadro 1: cronologia maçônica brasileira (1796-1822)

RESUMO DA CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS FATOS RELACIONADOS A MAÇONARIA BRASILEIRA	
DATA	FATO
1796	Fundação em Pernambuco do "Areópago de Itambé"
1797	Instalação da <i>loja</i> "Cavaleiros da Luz" na Bahia
1800	Criação, em Niterói, da <i>loja</i> "União"
1801	Inauguração da <i>loja</i> "Reunião", sucessora direta da "União"
1802	Estabelecimento da <i>loja</i> "Virtude e Razão" na Bahia
1804	Fundação das <i>lojas</i> "Constância" e "Filantropia", Rio de Janeiro
1806	<i>Lojas "Constância" e "Filantropia" fechadas por ordem do Conde de Arcos</i>
1807	Instalação da <i>loja</i> "Virtude e Razão Restaurada", sucessora da "Virtude e Razão"
1809	Criação, em Pernambuco, da <i>loja</i> "Regeneração"
1812	Inauguração da <i>loja</i> "Distintiva", em São Gonçalo da Praia Grande (Niterói)
1813	Estabelecimento, na Bahia, da <i>loja</i> "União"
1814	Loja Patriotismo em Recife
1815	Fundação, no Rio de Janeiro, da <i>loja</i> "Comércio e Artes"
1816	Loja São João de Bragança no Rio de Janeiro
1816	Loja: Pernambuco do Oriente, Restauração e Guatimosim, todas em Recife.
1818	Expedição de Alvará proibindo o funcionamento das sociedades secretas.
1821	Reinstalação da <i>loja</i> "Comércio e Artes"
1822	17 de junho: fundação do <i>Grande Oriente do Brasil</i>
Fontes: CASTELLANI, José. Os primórdios da Maçonaria no Brasil. In: ____; CARVALHO, William Almeida de. <i>História do Grande Oriente do Brasil: a Maçonaria na história do Brasil</i> . São Paulo: Madras, 2009, cap. 2, p. 31. COLUSSI, Eliane Lucia. <i>A Maçonaria Brasileira no Século XIX</i> . São Paulo: Saraiva, 2012, p. 18.	

<sup>3</sup> Grão-Mestre é o cargo mais alto da Maçonaria (CAMINO, 2004, p. 186).



**Dom Pedro I - Grão Mestre do Grande Oriente Brasil**

Com o retorno de D. João VI a Portugal, houve enorme pressão dos portugueses para o restabelecimento das relações coloniais já que o Brasil havia deixado de ser a sede do reino. Colussi (2012) afirma que D. Pedro, ao aproximar-se dos defensores dos interesses brasileiros, muitos deles maçons, deixou de cumprir os decretos portugueses que exigiam sua saída da colônia e a extinção dos tribunais superiores no Rio de Janeiro.

*"A reação brasileira às medidas recolonizadoras desembocou no dia do famoso Fico, em 09 de janeiro de 1822. Nesse momento, ficava também evidenciada a existência de duas facções entre os brasileiros: uma liderada por José Bonifácio, que defendia a independência conseguida sem grandes traumas; a segunda liderada por Gonçalves Ledo (representante das ideias maçônicas), defendia a independência conquistada por meio de mudança sociais mais radicais" (Colussi, 2012, p. 21).*

José Bonifácio foi eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil intencionalmente por conta de suas ligações com o príncipe regente. O curioso é que ele sequer esteve presente na reunião em que foi eleito para exercer o cargo. "(...) A instituição alcançou o seu objetivo, pois, pelas mãos de José Bonifácio, também D. Pedro foi iniciado na Maçonaria, em 2 de agosto de 1822(...)" (COLUSSI, 2012, p. 22).

O príncipe regente, na sessão seguinte, três dias depois de sua iniciação, dia 05 de agosto, passou para o grau de mestre, e na sessão do dia 04 de outubro do mesmo ano foi aclamado Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil (MOREL; SOUZA, 2008, p. 101). Assustado com os rumos das discussões entre os maçons, D. Pedro, determinou o encerramento das atividades maçônicas no dia 25 de outubro de 1822, alguns dias após assumir o ofício de Grão-Mestre, assinando ao final da ordem *Pedro Guatimosim*<sup>4</sup>, pseudônimo herdado na Maçonaria. (GOMES, 1975, p. 91; COLUSSI, 2012, p. 22). O imperador chegou a tentar sem êxito transferir a sede do Grande Oriente do Brasil para palácio da Quinta da Boa Vista. No entanto, as principais lideranças maçônicas estavam presas ou exiladas. Curiosamente, em 15 de julho de 1824, D. Pedro escreve uma carta para seu pai, D. João VI, informando seu ingresso na Maçonaria (MOREL; SOUZA, 2008, p. 102).

Morel e Souza (2008) falam da importância desse espaço de debate e união política em prol

<sup>4</sup> Apelido maçônico do monarca em homenagem ao último chefe indígena Asteca.

da independência. A Maçonaria brasileira inegavelmente teve papel decisivo no “Movimento de 1822”. Existindo divergências ou não entre os maçons, a independência, enfim, aconteceu. Morel e Souza (2008) trazem a luz esse marco histórico:

*“(...) A proclamação da Independência não ocorreu no dia 7 de setembro de 1822 nas margens do então riacho Ipiranga, em São Paulo trata-se de uma memória histórica produzida posteriormente e, de tanto repetida, tornou-se “verdadeira” na consciência da maioria dos brasileiros. Mas é interessante verificar que não há, na época, nenhum registro sobre a proclamação da Independência na referida data: jornais, documentos oficiais, leis e correspondência privada não falam disso. A proclamação oficial da Independência ocorreu no dia 12 de outubro de 1822 no Rio de Janeiro, quando da aclamação do príncipe português Pedro de Alcântara como d. Pedro I, defensor perpétuo e imperador do Brasil. A partir daí é que se começou a contar oficialmente a autonomia nacional, que se difundiu e propagou por outras províncias, com aclamações semelhantes em cada localidade” (MOREL; SOUZA, 2008, p. 98).*

De fato, como se vê, o dia 7 de setembro como data da independência é um marco meramente simbólico. A independência só se deu de fato no fim de 1824 com o encerramento dos conflitos entre portugueses e brasileiros em território nacional. Segundo Morel e Souza (2008) o Sete de setembro começou a ser comemorado discretamente em 1825 e passou a ganhar destaque com o tempo como se tivesse ocorrido através de um ato voluntarioso de apenas um personagem (MOREL; SOUZA, 2008, p. 99).

Colussi (2000b, 2012) revela algo sabido e comentado no seio da Maçonaria ao falar da independência do Brasil, corrigindo assim uma

injustiça centenária. É muito comum encontrar nos livros de história do Brasil o título de patriarca da independência atribuído a José Bonifácio, no entanto, o verdadeiro mentor, Gonçalves Ledo, caiu no esquecimento (COLUSSI, 2000b, p. 106-108). Os maçons consideram José Bonifácio traidor da causa emancipacionista, e Gonçalves Ledo o mentor dos acontecimentos, a figura maiúscula do movimento. Morel e Souza (2008) relatam que Bonifácio quando atuava como Ministro do Império perseguiu os maçons próximos a Gonçalves Ledo acusando-os de subversivos e de complô contra a ordem pública. No entanto, há autores como Fausto (1995) e Costa (2010, 2015) que explicam as origens das imagens positivas e negativas atribuídas a José Bonifácio que, ora é retratado como conservador e absolutista, ora como liberal conservador. Emília Viotti da Costa autora das obras: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*<sup>5</sup> e *Brasil: história, textos e contextos*<sup>6</sup> dedica, em ambas, capítulos inteiros a José Bonifácio enaltecendo sua participação na independência do Brasil chamando-o de mito.

A autora revela que as desinteligências entre Gonçalves Ledo e José Bonifácio contribuíram para questionamentos a respeito da figura de Bonifácio na participação dos acontecimentos ligados a independência do Brasil. Boris Fausto (1995) em seu livro *História do Brasil*<sup>7</sup> fala da dificuldade de rotular o pensamento de José Bonifácio que defendia ideias progressistas no campo social, como a extinção do tráfico de escravos e a escravidão, a reforma agrária e a liberdade de imigração. Segundo o autor

<sup>5</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 2010.

<sup>6</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Brasil: história, textos e contextos*. São Paulo: Unesp, 2015.

<sup>7</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.

Bonifácio chamava os adversários de esfarrapadas bandeiras sujas e caótica democracia, pois considerava adequada para o Brasil da época uma monarquia constitucional. Os conservadores defendiam, em princípio, a maior autonomia do Brasil com relação a Portugal, só em segundo momento a ideia de independência. Desejavam uma monarquia constitucional com representação limitada, com garantia de ordem e estabilidade social. A corrente radical dos extremados que buscavam a independência através da república, do voto popular (FAUSTO, 1995, p. 133). Infere-se, portanto, que desse contexto tenha surgido a imagem negativa de José Bonifácio.

Durante o primeiro reinado, a Maçonaria nacional se viu na clandestinidade. Além da ordem, do agora imperador do Brasil, proibindo as atividades maçônicas, outro episódio enfraqueceu o Grande Oriente do Brasil: as disputas e divergências políticas entre José Bonifácio e Gonçalves Ledo (MOREL; SOUZA, 2008, p. 126).

A clandestinidade durou de 1822 a 1831. Com o fim do primeiro reinado após a abdicação de Dom Pedro I, em 7 de abril de 1831, os maçons começaram a se reagrupar para o retorno das atividades (COLUSSI, 2000b, p.110). Conforme destacado por Morel e Souza (2008) entre os anos de 1830 e 1860 assistiu-se no Brasil a uma proliferação da Maçonaria. No entanto, essa dinâmica expansionista seguia acompanhada de divisões e conflitos. Outro dado marcante é que nessa época surgiram os primeiros textos impressos provenientes de autoridades maçônicas fazendo com que a atuação da

Maçonaria se tornasse pública e atuante socialmente.

Colussi (2000b) aborda esse momento histórico ao citar que em 23 de novembro de 1831 os remanescentes do primeiro e reconhecido Grande Oriente Brasileiro, de 1822, tendo à frente José Bonifácio, constituíram o Grande Oriente do Brasil, em 23 de novembro de 1831 (COLUSSI, 2000b, p. 113). Em 1831, José Bonifácio redigiu o célebre manifesto dirigido a todos os brasileiros e as Maçonarias no exterior dando conta da retomada das atividades com toda força e vigor, além de trazer um relato histórico da Maçonaria brasileira até aquela data. Ocorre que, pouco antes da reinstalação do Grande Oriente do Brasil outro havia surgido chamado Grande Oriente Nacional Brasileiro ou popularmente conhecido por Grande Oriente do Passeio, em referência à rua onde funcionava, este sob a liderança de Gonçalves Ledo, que, segundo Colussi (2000b), já vinha se organizando desde 1829. Segundo Castellani (2009) consta no manifesto de 1831 de José Bonifácio, o convite ao Grande Oriente do Passeio para ambos se unirem numa só organização, o que não foi aceito.

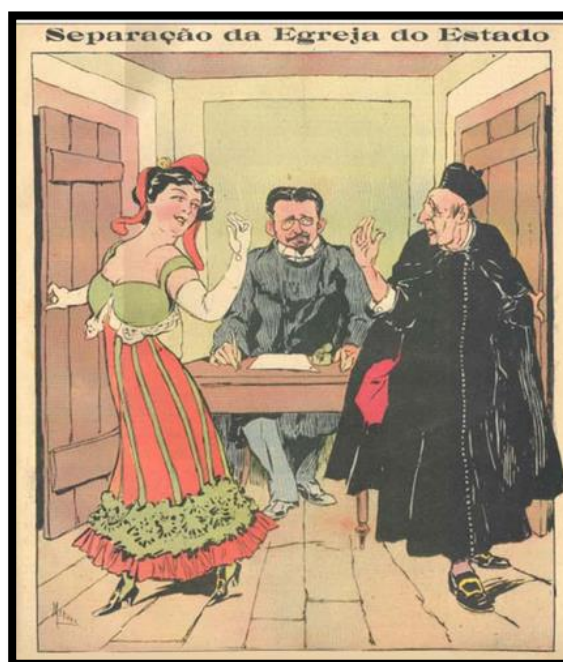
Colussi (2000b) afirma que para maioria dos historiadores maçônicos o objetivo de José Bonifácio em reerguer o Grande Oriente do Brasil era pessoal, pois Bonifácio tinha pretensões políticas almejando o retorno de D. Pedro I ao trono (COLUSSI, 2000b, p. 115). O Grande Oriente do Passeio não durou muito tempo. Enfraquecido acabou desaparecendo em meados de 1840. Segundo Colussi (2000b) o poder maçônico da Rua do Passeio se uniu em 1842 ao Supremo Conselho do Conde de Lajes, passando a denominar-se Supremo Conselho do Rito

Escocês Antigo e Aceito do Império do Brasil. Daí em diante se enfraqueceu ressurgindo pouco tempo depois com o mesmo nome sob o *malhete*<sup>8</sup> do senador Alves Branco (COLUSSI, 2000b, p. 117).

A partir de meados da década de 1840, o Grande Oriente do Brasil atuou soberanamente como

única e exclusiva força Maçônica no país até o ano de 1863 onde houve nova cisão (COLUSSI, 2000b, p. 117). Castellani (2009) explanou sobre a divisão do Grande Oriente do Brasil em duas potências: o Grande Oriente do Lavradio, que permaneceu sendo reconhecido e visto como legítimo e regular; e o Grande Oriente dos *Benedictinos*<sup>9</sup> constituído de membros dissidentes do primeiro (COLUSSI, 2000b, p. 125). Essa divisão durou de 25 de novembro de 1863 a 18 de dezembro de 1882. Segundo a literatura Maçônica as razões dessa cisão estão relacionadas a disputas políticas internas e disputas de caráter pessoal entre os principais líderes (COLUSSI, 2000b, p. 125).

A literatura Maçônica costuma dar pouca importância a essa cisão. Na verdade, essa divisão e as demais posteriores como as ocorridas no século XX estão sempre envoltas a disputas políticas internas pelo poder e em alguns casos até mesmo disputas pessoais. A Maçonaria



Charge sobre a questão religiosa.

brasileira, entre disputas internas e rupturas, se consolidou após 1870. Conforme nos mostra Barata (1999), a disputa entre a Igreja Católica e a Maçonaria por influências na política e na educação do país, *A Questão Religiosa*, acabou unindo os maçons Brasil afora. A Maçonaria brasileira, entre as décadas de 1870-1910, se transformou numa das mais influentes organizações

não governamentais do país, atuando em várias áreas e atividades, dentre elas, a educação (BARATA, 1999, p. 68).

### Considerações finais

A participação maçônica durante o século XIX no país se deu, em alguns casos de forma institucional e noutros através da participação individual de seus membros. A maçonaria surgida oficialmente na Inglaterra do século XVIII, se espalhou por todo o mundo, reunindo homens de diferentes classes, raças e credos, sob o pretexto de aprimoramento moral e intelectual, objetivando a construção de uma sociedade justa e igualitária, onde todos possam desfrutar da mais pura liberdade. Esses homens reunidos em suas Lojas, difundiram essa ideologia maçônica aos seus membros, através de sua organização e de sua ritualística. A instituição assim como

<sup>8</sup> Diminutivo de malho; (...) é o símbolo da autoridade (CAMINO, 2004, p. 163).

<sup>9</sup> Nome dado por causa do Mosteiro de São Bento localizado no Morro de São Bento, no Centro da cidade do Rio de Janeiro.



maçons ilustres gravaram seu nome na historiografia nacional.

Esse texto, ainda que sucinto, tenha abordado apenas os primeiros passos da maçonaria no país, demonstra o quão atuante foi a instituição no estabelecimento do Estado brasileiro. Assim, a maçonaria pode ser entendida como uma célula desse imenso corpo chamado sociedade, no entanto, devemos expandir esse campo de visão para compreender de forma mais abrangente suas conexões e principalmente sua atuação em diversos segmentos sociais, projetando assim, novas pesquisas envolvendo essa fascinante temática.

---

**Adílio Jorge Marques** é Doutor em História e Epistemologia das Ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na área de História da Ciência Luso-Brasileira. Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF) no Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES), Santo Antônio de Pádua/RJ e **Samuel Vieira da Silva** é Mestre em Ensino pela Universidade Federal Fluminense (UFF) no Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES), pós-graduado em direito constitucional e administrativo pelo IED, pós graduando em Maçonologia: história e filosofia pela UNINTER, Bacharel em Direito pela FASAP, Santo Antônio de Pádua/RJ.

---

#### Referências

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790-1822)**. 2002. 374 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2002.

- \_\_\_\_\_. **Luzes e Sombras: a Ação da Maçonaria Brasileira (1870-1910)**. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- CAMINO, Rizzardo da. **Dicionário Maçônico**. São Paulo: Madras, 2004.
- CASTELLANI, J; CARVALHO, William Almeida de. **História do Grande Oriente do Brasil: a Maçonaria na história do Brasil**. São Paulo: Madras, 2009.
- COLUSSI, Eliane Lucia. **A Maçonaria Brasileira no Século XIX**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- \_\_\_\_\_. A Maçonaria brasileira e a defesa do ensino laico (século XIX). **Hist. Ensino**, Londrina, v. 6, p. 47-56, out. 2000a.
- \_\_\_\_\_. **A Maçonaria gaúcha no século XIX**. Passo Fundo: EDIUPF, 2000b.
- \_\_\_\_\_. **Plantando Ramas de Acácia: a Maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX**. 1998. 489 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.
- COSTA, Emília Viotti da. **Brasil: história, textos e contextos**. São Paulo: Unesp, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Unesp, 2010.
- COSTA, Frederigo Guilherme. **"A TROLHA" na Universidade**. Londrina: Editora maçônica A Trolha, 2001.
- \_\_\_\_\_. **A Maçonaria na Universidade 2**. Londrina: Editora maçônica A Trolha, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Breves Ensaios sobre a História da Maçonaria Brasileira**. Londrina: Editora maçônica A Trolha, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Maçonaria: um estudo da sua história**. Londrina: Editora maçônica A Trolha, 1991.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.
- GOMES, M. **A Maçonaria na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1975.
- MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

## Artigo

# VILLEGAGNON E JEAN DE LÉRY: RELAÇÕES DE IDENTIDADE E ALTERIDADE NA FRANÇA ANTÁRTICA

*Por Felipe Sanches Santos Barbosa*

**Resumo:** Identidade e Alteridade, ou a ideia do “Eu” e do “Outro”, são aspectos essenciais para qualquer análise histórico-social. É sempre dessa relação dialética que ocorre sentido nas relações sociais e humanas. São conceitos diferentes que se interligam: a identidade é algo que se constrói, a passo que a alteridade se faz presente. Dentro dessa perspectiva vamos abordar neste artigo as inter-relações dessas duas concepções durante a chamada França Antártica (1555 a 1570), usando como recorte o chefe da expedição, o Almirante Villegagnon e o aventureiro Jean de Léry.

## Introdução

No ano de 1492, o italiano Cristóvão Colombo a serviço do rei de Espanha, descobriu, sem querer, um quarto continente. Alguns anos mais tarde o também italiano Américo Vespúcio, identificou o tal continente, que em sua homenagem recebeu o nome de América.

Durante o final do século XV e a maior parte do século XVI os europeus conquistaram e povoaram o novo continente. Eles fizeram desse continente uma

nova Europa: Nova Espanha, Nova Grã-Bretanha, Nova Orleans, Nova Amsterdã (Nova York) etc.

Portugueses e espanhóis colonizaram a América do Sul, e em sete de junho de 1494 foi assinado pelo Papa Alexandre VI, o tratado de Tordesilhas, que separava por um meridiano o domínio dessas duas nações, a leste da ilha de Cabo Verde o domínio seria dos portugueses e a oeste seria dos espanhóis.<sup>1</sup>

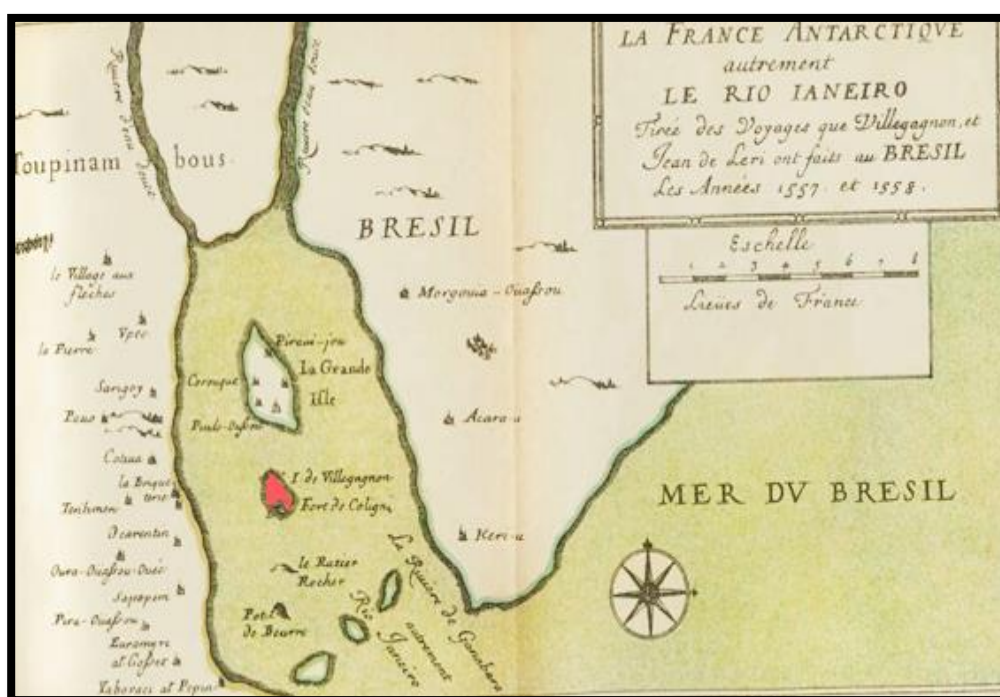
A França jamais reconheceu a divisão do mundo pelo Papa, o rei Francisco (1494-1547) chegou a fazer a seguinte pergunta: “Onde estava, afinal, o testamento no qual o Pai Adão legara o mundo às

<sup>1</sup> LE GOFF, Jacques. *Uma breve história da Europa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Coroas portuguesa e espanhola?"<sup>2</sup>, o rei da França ainda declarou a política de *mare liberum* (expressão latina que significava liberdade de navegação nos mares). Dentro da corte francesa, no início do século XVI, após algumas viagens bem-sucedidas de navegadores franceses ao Brasil, havia vários defensores de uma ofensiva militar às Américas. Foi então, que o Cavaleiro de Malta Villegagnon, apoiado por André Thevet, teve a iniciativa de fazer uma expedição ao Brasil para fundar, finalmente, aquela que ficaria conhecida

através da história como França Antártica. A expedição foi aprovada no final de 1554 pelo rei Henrique II, que ordenou a Coligny, seu principal ministro, que providenciasse seus preparativos.

Villegagnon, chefe da expedição, vinha com a ambição de expulsar os portugueses do Brasil e aqui instalar núcleos colonizadores para comerciar com a metrópole, e queria, também, interferir no comércio com as Índias, que era altamente lucrativo.



**Mapa francês da baía de Guanabara, c. 1555. Rico em detalhes, mostra a conformação topográfica original do Pão de Açúcar (Pain de sucre), afastado da praia. Com os morros da Urca e Cara de Cão, ele formava a "Ilha da Trindade", que hoje está integrada ao continente em consequência de assoreamento e de um aterro no final do século XVII.**

## Alteridade

Usaremos como ponto de partida para definição do termo Alteridade o livro de Tzvetan Todorov intitulado *A conquista da América: a questão do outro*. Nesse livro o autor fundamenta seus

argumentos com base em outros teóricos como: Montollina, La Casas e Duran, e define que somente a partir do contato com o outro que o indivíduo se identifica e se reconhece como sujeito ativo na realidade a qual pertence. Dessa forma, o indivíduo

<sup>2</sup> TAVAREZ, Fabiano Luiz de Freitas. *Conflitos da França Antártica: Franceses se instalaram na Guanabara em 1555, mas diferenças religiosas enfraqueceram a empreitada*. In 49ª

edição Revista de História da Biblioteca Nacional. Outubro 2009, p. 45.

apenas pode ser considerado um ser quando interage com os outros agentes pertencentes ao mesmo processo histórico que ele. Para entendermos melhor o conceito de alteridade descrito por Todorov vamos citar um trecho de sua obra onde o autor diz:

*“Podemos descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não é uma substância homogeneia e radicalmente diferente de tudo que não é si mesmo, eu é um outro. Mas cada um dos outros é um também, sujeito como eu.”<sup>3</sup>*

Podemos caracterizar então, a partir da definição de Todorov, alteridade como a busca por conhecer o outro, entender que o outro também sou “eu”, e que cada um tem suas peculiaridades, culturas e maneiras de pensar diferentes. Usaremos também a ideia do autor para examinar que o não reconhecimento do outro pode causar exploração e abuso de poder, isso fica claro no trecho a seguir:

*“Se a compreensão não for acompanhada de um reconhecimento pleno do outro sujeito, então essa compreensão corre o risco de ser utilizada com vistas à exploração, ao ‘tomar’; o saber será subordinado ao poder”.<sup>4</sup>*

Seguindo essa mesma linha crítica, vamos examinar as noções de sujeito e objeto, e de como suas relações podem conceber-se na produção literária. Partindo do conceito de que o sujeito é o ser autônomo que tem controle de si, o objeto é o que depende de outro, não sendo capaz de conduzir sua própria vida, pode-se afirmar que o problema para o objeto é recuperar seu lugar como sujeito. Bonnici, fundamentando-se em Achcroft et al. e Loomba, observa que o desenvolvimento da

teoria do sujeito, desde Descartes até Sartre, limita-se à construção do outro como diferente e inferior. Portanto, ocorre objetificação quando se considera o outro diferente e, por ser diferente, é tido como inferior, e, por ser inferior, deve ser domesticado ou exterminado.<sup>5</sup>

## Identidade

Partiremos das ideias iniciais de Kathryn Woodward, que aponta a identidade como construção tanto simbólica quanto social. Isso significa dizer que, estrutura-se a partir de símbolos, a identidade apresenta-se como um componente configurador e reconfigurador das práticas sociais. Além disso, a autora ressalta que o processo de construção de identidades também está vinculado a causas e consequências materiais. A marcação da diferença é uma das principais características da identidade, estabelecendo relações de distanciamento e segregação, mas da mesma forma edificando ligações de pertencimento, participação, igualdade.<sup>6</sup> Seguindo essa mesma linha que rompe com uma visão essencialista, as premissas teóricas de Antonio da Costa Siampa, abordam a identidade como categoria da Psicologia Social. O autor se utiliza do materialismo histórico como base teórica e do método dialético para sua construção, seus estudos são considerados referência sobre o tema, Siampa entende que a identidade está em constante transformação, sendo o resultado interino da confluência entre a história pessoal, seu contexto histórico-social e seus projetos, ou seja, uma metamorfose. A identidade tem cunho dinâmico e seu movimento pressupõe uma personagem. A

<sup>3</sup> TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes 1982, p. 2.

<sup>4</sup> Ibidem p. 190.

<sup>5</sup> BONNICI, T. Encontros coloniais na literatura de viagens no Brasil do século XVI. *Mimesis*. Bauru, v. 21, n. 1, 2000a, p.54

<sup>6</sup> HALL, Stuart; Woodward, Kathryn. *Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

personagem para o autor, é a experiência pessoal de um papel previamente normatizado pela cultura. É preciso enxergar os indivíduos enquanto sujeitos participantes do processo de identificação, ressalta-se aqui a defesa da identidade como processo dialógico e dinâmico, assegurando o espaço das práticas sociais na compreensão dos processos de identificação.<sup>7</sup>

### Villegagnon

Nascido em 1510, na cidade de Provins, Nicolas Durand de Villegagnon pertencia à pequena nobreza francesa. Teve excelente formação universitária em Paris e Orleans, pertencia a Ordem de Malta, e atuou em um primeiro momento como correio diplomático do rei Francisco I, depois combateu na Itália, onde se especializou no manejo das



armas até ser designado para acompanhar a esquadra do imperador Carlos V no ataque a Argel. Porém, Villegagnon só ficou famoso na Europa pelo sequestro da futura rainha da Escócia, a menina Maria Stuart, cujo rei francês Henrique II queria para noiva de seu filho menor. Já os ingleses protestantes ambicionavam a menina para rainha da Inglaterra, com o objetivo de incorporarem a Escócia católica.

O cavaleiro de Malta começou a pensar no Brasil ao conversar com marinheiros que regressavam de viagens à América do Sul, entre eles estariam André Thevet e Hans Staden, ambos estiveram em terras

brasileiras, ele teve contato também com grandes armadores normandos e bretões donos das naus que faziam o comércio bastante lucrativo com o Brasil. Foi então que em 1554, o almirante Villegagnon fez uma rápida viagem até Cabo Frio com o intuito de informar-se de tudo o que era necessário para organizar uma base naval e militar na Guanabara.

Sempre preocupado em manter boas relações com os índios, Villegagnon trouxe para a

Guanabara como intérprete um índio tabajara. Esse índio ao ter contato com franceses em expedições anteriores acabou adotando a cultura e forma de viver dos europeus, casou-se com uma francesa e deixou sua terra natal para viver na França. Mas o jovem índio não teve muita sorte e nem serventia como intérprete de Villegagnon, já que não

falava o mesmo dialeto dos tupinambás, que residiam na região da Guanabara, de quem Villegagnon pretendia se aproximar. Assim, poucas semanas após sua chegada, os tupinambás assaram e comeram o jovem índio tabajara em um ritual antropofágico.

Apesar dos dialetos das tribos indígenas em terras brasileiras serem bastante diferentes, não houve dificuldade em adquirir outros intérpretes, pois na região viviam muitos normandos que preferiram ficar com os nativos em expedições anteriores, os chamados trugimães.

<sup>7</sup> SIAMPA, Antônio da Costa. A estória do Severino e a história da Severina, São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

O chefe da expedição, o almirante Villegagnon, já havia tido, como foi dito acima, a partir de sua chegada, em 10 de novembro de 1555, a preocupação em agradar os índios, que, diga-se de passagem, não gostavam muito do tratamento dispensados pelos portugueses. Villegagnon, aliás, fez grande esforço para agradar os índios e, sem querer, mergulhou nessa questão do outro, da alteridade, da forma de pensar, e das diferenças culturais. Fazia ele aulas diárias para aprender a língua tupi, o que facilitou muito seu contato com os índios, principalmente com o cacique Cunhambebe, que teria se tornado seu amigo e que foi figura-chave para convencer os tupinambás a trabalhar não só na construção do Forte Coligny, como também nas casas, nas plantações e nos jardins da “cidade” de Henriville (nome dado em homenagem ao rei Henrique II). Henriville foi erguida onde hoje fica o bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro, contava com uma olaria (denominada pelos franceses de *briqueterie*). Contudo, os especialistas não consideram Henriville uma cidade propriamente dita, mas sim uma tentativa embrionária de se formar uma cidade.

Como podemos verificar em um primeiro momento essa questão do entendimento do outro não foi problema, muito pelo contrário, foi de fundamental importância para o sucesso da construção do forte e de Henriville. Mas se o entendimento foi de extrema importância por um lado, a falta desse entendimento em outros momentos pode ter sido determinante para o fracasso da tentativa de uma colonização francesa.

Logo nas primeiras semanas, os tripulantes, quase todos jovens, depois de muitos meses no mar, rapidamente se viram seduzidos pela beleza das índias desnudas da Guanabara, e com permissão, por motivo de interesse, dos maridos e dos pais dessas índias, além do próprio cacique

Cunhambebe, mantinham relações sexuais com as moças em troca de presentes. Ao saber do que estava acontecendo entre os tais jovens e as índias, o Cavaleiro de Malta reagiu exigindo que se cumprisse o sacramento do matrimônio entre eles. Villegagnon era um católico intransigente, ele mesmo era rigorosamente casto, e não aceitava de forma alguma o sexo fora do casamento. O resultado foi que muitos franceses fugiram para a floresta, foram viver com os indígenas, ou embarcaram em navios mercantes e voltaram para seu país de origem, Villegagnon perdeu assim muitos de seus valiosos colaboradores.

Outro problema que Villegagnon não soube contornar foi a questão da antropofagia dos tupinambás. Ele não se conformava com esse tipo de ritual de comer a carne dos inimigos derrotados ou aprisionados. O almirante chegou a resgatar vários prisioneiros, sendo três portugueses, que ao voltarem aos assentos lusitanos mais próximos relatavam as dificuldades que passavam os franceses. Por conta disso, Villegagnon discutiu asperamente com Cunhambebe e causou muita insatisfação aos indígenas com a proibição da prática da antropofagia. Mas mesmo com essa insatisfação, os tupinambás continuaram a ser fiéis aos franceses.

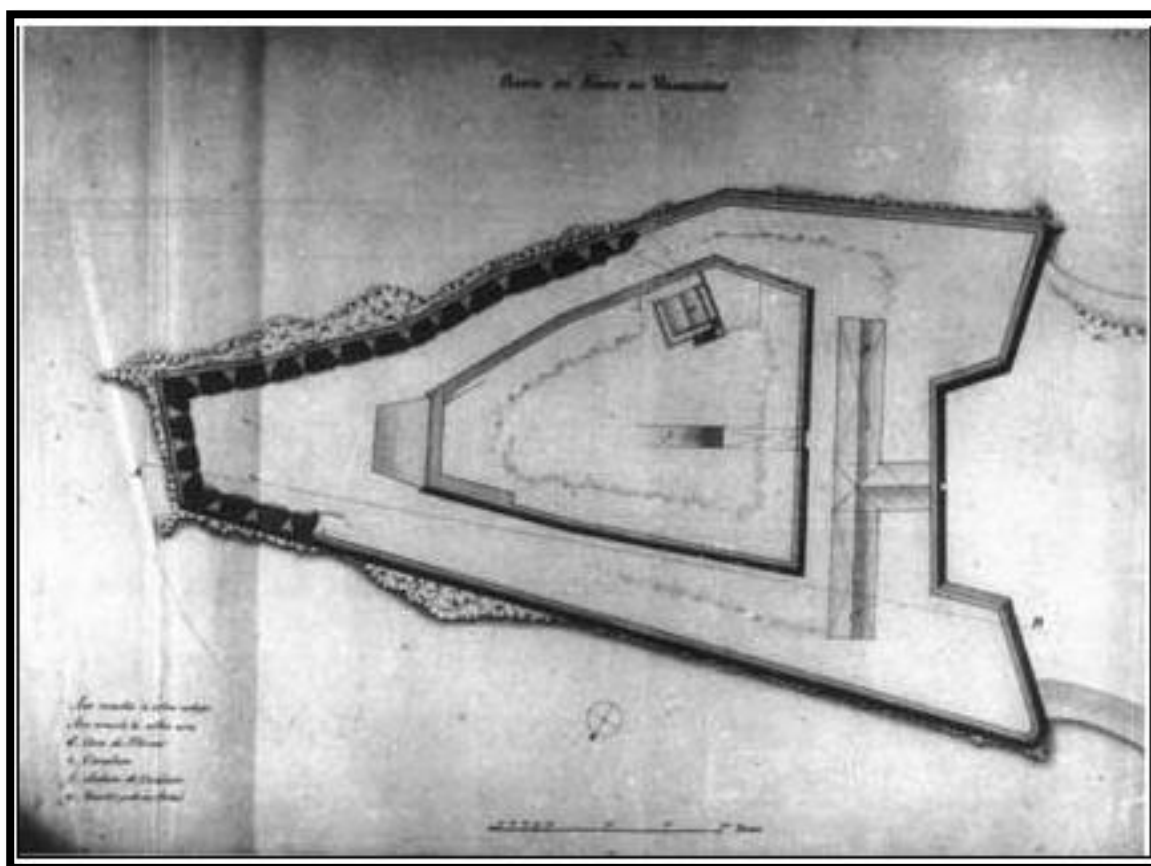
Percebendo as dificuldades, o Cavaleiro de Malta enviou um pedido de auxílio ao rei Henrique II através de seu sobrinho Bois-Le-Comte, mas o rei não podia ajuda-lo, já que as despesas feitas pelo Duque de Guise na campanha da Itália haviam onerado consideravelmente os cofres da França. Porém, Coligny, antes católico e agora convertido ao protestantismo, se sensibilizou com os argumentos de Bois-Le-Comte e então enviou para Guanabara alguns calvinistas perseguidos na França, a fim de estudar uma possível colônia calvinista na região. Três semanas após a chegada



dos calvinistas ocorreu a primeira discussão que abalou a convivência entre protestantes e católicos na Guanabara, a questão em pauta era a Eucaristia. Os católicos acreditavam que o pão se transformava realmente no corpo de Cristo durante o ritual, enquanto para os protestantes seria apenas um símbolo da presença do Salvador. Segundo Villegagnon a comunhão era um dos pilares do poder real, e a negação da presença do corpo do Filho de Deus abalava as bases em que a monarquia se apoiava.

E depois de algum tempo, subitamente, Philippe de Carguillery, senhor de Du Pont, declarou que havia sido enviado ao Brasil para fundar uma colônia calvinista e que não poria mais os pés no forte. Desde esse momento os calvinistas se recusaram a trabalhar. E depois de muitas discussões e confusões envolvendo suas diferenças religiosas, Du Pont e os calvinistas resolveram voltar

a Europa, foram para a Suíça, pois na França já estava proibida a religião protestante. Chegando a Suíça, os calvinistas começaram uma campanha difamatória contra Villegagnon, acusando-o de ter se convertido a Reforma e depois ter traído a causa, o almirante relutou muito, mas acabou voltando à França para se defender de tais injúrias, e os portugueses acabaram aproveitando sua volta à França para investir uma armada a Guanabara e retomar o território. Outro fator importante para o insucesso de Villegagnon foi que o rei Henrique II havia falecido e Coligny, agora calvinista, tinha se tornado seu inimigo declarado, o que inviabilizaria qualquer tentativa de retomar a Guanabara. Villegagnon então pede uma indenização da Coroa portuguesa. Apesar das pretensões lusitanas de legitimidade do tratado de Tordesilhas, ele consegue ganhar uma boa quantia e abandona de vez o plano de fundar uma colônia francesa Brasil.



Ilha de Villegagnon - Planta da Fortaleza de Villegagnon, andar superior, Jacques Funck, 1781.

## Jean De Léry

Nascido em 1534 na cidade francesa de La Margelle, Léry pertencia a uma família da pequena burguesia, ou talvez de simples fidalgos. Quando ainda bem jovem converteu-se ao protestantismo e por volta dos dezoito anos foi para Genebra estudar teologia, sendo orientado pelo reformador João Calvino. Sem concluir os estudos, sendo ainda um simples sapateiro, jovem com pouco mais de vinte anos de idade, resolveu juntar-se a outros adeptos do protestantismo em uma missão no Brasil, em 1556, no projeto da França Antártica. E em 1557, ao chegar ao litoral e encontrar outros franceses participando de banquetes canibais, o que ele reprovava, dizia que depois de vários anos convivendo com os índios, esses europeus teriam se adaptado “aos costumes bestiais dos selvagens”.<sup>8</sup> E ainda eram piores que os nativos, porque se gabavam de ter matado e comido seus inimigos, e também repudiava ver como “se poluíam em toda sorte de impudicícias com as mulheres selvagens”.<sup>9</sup> Ele também ficou impressionado e estranhou muito o fato dos prisioneiros que seriam devorados nos rituais antropofágicos não se deprimirem. “Ao contrário, com audácia e incrível segurança jactava-se as suas proezas passadas.”<sup>10</sup> Léry também relega os indígenas no contexto da alteridade, quando zoomorfiza os nativos, “a formosura se mede entre eles pela chateza do nariz, assim ocorre também em França com os cachorrinhos.”<sup>11</sup> Em seu livro, Jean de Léry descreve o casamento, as relações de parentesco e a atitude referente ao adultério, tomando por comparação os textos bíblicos no que diz respeito à poligamia e a própria sociedade francesa de sua época. Quanto ao adultério, afirmava expressamente que “o homem

enganado pode repudiar a mulher faltosa, despedi-la ignominiosamente ou mesmo matá-la regendo-se pela lei natural.”<sup>12</sup>

Quanto à organização social, as descrições e as valorações de Léry constatavam que feita a guerra com outras tribos, os indígenas voltavam a viver em harmonia, “guiados apenas pelo seu natural”<sup>13</sup>, ao contrário dos europeus, que desdenhavam e não cumpriam nem as leis divinas nem as humanas referentes a questão social.

Léry passou todo tempo em que aqui esteve observando e descrevendo o cotidiano dos indígenas: rituais de antropofagia, de casamento, de sepultamento, costumes e crenças, além das plantas e animais exóticos que aqui existiam e que muito lhe chamavam a atenção. Com isso, começou a entender e também a se identificar com os índios de tal forma que quando voltou à França foi acusado de heresia. Escreveu sobre a saudade que sentia do outro “mundo”, deixando transparecer que existia um conflito de identidade em seu ser. Sentiu-se tentado a renunciar a sua religião e ao meio social em que vivia para tentar um recomeço junto aos nativos da Guanabara. Pois foi entre os indígenas que Léry conheceu um espírito que não via em seus conterrâneos, o espírito de lealdade e da partilha: “Lamento muitas vezes não ter ficado entre os selvagens nos quais, como amplamente demonstrei, observei mais franqueza do que em muitos patrícios nossos com rótulos de cristãos.”<sup>14</sup> Ele não retornaria ao Brasil, talvez porque não quisesse enfrentar os possíveis percalços da viagem ou por excesso de ocupações.

Somente após muitos anos depois de seu retorno a França seus relatos sobre os acontecimentos vividos durante sua passagem pelo Novo Mundo

<sup>8</sup> LERY, Jean de. *Viagem a Terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961, p. 159.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 160.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 288.

<sup>11</sup> Ibidem, p.113

<sup>12</sup> Ibidem, p. 178.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 183.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 202.

seriam publicados, embora Léry fizesse questão de dizer que seu livro fora escrito “com tinta de pau-brasil”.<sup>15</sup> O esforço e a experiência de relembrar e analisar o passado permitiu a ele desenvolver sua veia literária, produzindo fantásticas narrativas. Depois de publicada e traduzida, sua obra rapidamente passaria para boa parte da Europa a imagem de uma terra onde tudo era ainda possível.



*Livro História de uma viagem feita à terra do Brasil de Jean de Léry*

Léry foi enviado a Guanabara para fabricar sapatos, mas acabou escrevendo um verdadeiro marco do século XVI. Com sua *História de uma viagem feita à terra do Brasil*, ele obteve incrível sucesso, não somente na França, mas também na Suíça e na Alemanha. Em um período de cem anos, a obra teve pelo menos sete edições em francês e algumas em latim. A alteridade foi

principal contribuição que Lery que levou consigo para o Velho Continente.

## Conclusão

A Biografia de Villegagnon vai ao encontro das ideias de Todorov e Bonnici. Quando os europeus iniciaram o contato com culturas não-europeias conceituavam-nas a partir dos próprios valores e logo objetificavam-nas.

*“A construção da alteridade através da degradação do outro constituía argumento para a usurpação do Novo Mundo pelo europeu, que, em terras ibero-americanas, girava principalmente em torno de argumentos teológicos”<sup>16</sup>.*

Nota-se, portanto, que os europeus eram pouco propensos a estabelecer com o outro uma relação sujeito-sujeito; pelo inverso, sempre o considerou inferior apenas porque é diferente. O Almirante utilizou da compreensão do outro para conseguir

aliados e até explora-los, sua trajetória em terras tupiniquins também demonstra que o não entendimento do outro traz conflitos e subjugação. Podemos então perceber que as questões políticas e de poder, não estão sozinhas nos motivos que levaram ao fracasso dessa expedição, a alteridade e a busca por identidade interferiram na temática da França Antártica.

Já no livro do aventureiro Jean de Léry, os índios são retratados de forma ambígua tanto como sujeito quanto como objeto. Os tupinambás são vistos como sujeitos quando ele reconhece as características e idiossincrasias do “outro”, enfim, quando reconhece, na cultura indígena, um modo de vida admirável, ainda que diferente do modo de

<sup>15</sup> BELMONTE, Alexandre. *Jean de Lery se tornou um dos maiores divulgadores do Brasil do século XVI na França*. In 92ª edição da Revista de História da Biblioteca Nacional. Maio 2013, p 44.

<sup>16</sup> BONNICI, T. Encontros coloniais na literatura de viagens no Brasil do século XVI. *Mimesis*. Bauru, v. 21, n. 1, 2000, p.53.

vida europeu. Por outro lado, predomina, mesmo que as vezes de forma implícita, a objetificação do nativo, principalmente quando este é comparado a animais e nos momentos em que se evidencia a prática exploratória. Por não tomar inteiramente partido do índio e nem do europeu, por não anuir nem recriminar de forma explícita todos os costumes indígenas, pode-se dizer que o discurso de Léry é permeado pela ambivalência. Situado em um espaço intermediário, mas não imparcial, ele observou e registrou as diferenças entre as culturas europeia e ameríndia, embora a exploração colonizadora se faça presente nos seus escritos, o olhar eurocêntrico mostra-se menos pejorativo se comparado aos retratos estereotipados dos índios em outros relatos do gênero. Assim, embora ocorra certa hierarquização na relação colonizador/colonizado, estima-se alguns costumes do “outro”. Os relatos de Jean de Léry são um claro exemplo dos conceitos não essencialistas de Woodward e Siampa, destacam as características dinâmicas e mutáveis das fronteiras simbólicas, fronteiras estas que apontam para os sujeitos como parte integrante e atuante, como um elemento capaz de manter ou transformar, a identidade como um processo dialógico e dinâmico. Seus escritos também exprimem como a identidade e alteridade estão intrincados, no primeiro contato dele com os nativos inicia-se um processo de diferenciação, com a convivência esse mesmo processo acaba atuando também na construção de sua identidade, que se molda a partir da distinção entre “o que eu sou” e “o que eu não sou”. Esse ponto leva-nos ao problema fundamental da questão: a impossibilidade da existência do eu-individual sem o conflito com o diferente, o

estranho, o outro. A interação entre a parte íntima do indivíduo e o outro, forma o centro da vida social, ao interagirem, os indivíduos reafirmam o que faz parcela de si mesmo e o que faz parcela do mundo externo.

“Mas Viajantes e pesquisadores, por muito tempo ainda, continuarão buscando, nessa terra imaginária, o seu reflexo perdido no espelho do outro”.<sup>17</sup>

---

**Felipe Sanches Santos Barbosa** é formando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estácio de Sá.

---

### Bibliografia

- AUGRAS, Monique. Imaginária França Antártica, In: PIZARRO, Ana. América Latina: palavra, literatura e cultura. Campinas: Unicamp, 1994.
- BELMONTE, Alexandre. *Jean de Lery se tornou um dos maiores divulgadores do Brasil do século XVI na França*. In 92ª edição da Revista de História da Biblioteca Nacional. Maio 2013.
- BONNICI, T. Encontros coloniais na literatura de viagens no Brasil do século XVI. Mimesis. Bauru, v. 21, n. 1, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *Uma breve história da Europa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- LÉRY, Jean de. *Viagem a Terra do Brasil*. Biblioteca do Exército, 1961.
- HALL, Stuart; Woodward, Kathryn. Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. *Villegagnon e a França Antártica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- MARIZ, Vasco (org.). *Brasil França – relações históricas no período colonial*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2006.
- TAVAREZ, Fabiano Luiz de Freitas. *Conflitos da França Antártica: Franceses se instalaram na Guanabara em 1555, mas diferenças religiosas enfraqueceram a empreitada*. In 49ª edição da Revista de História da Biblioteca Nacional. Outubro 2009.
- TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes 1982.
- SIAMPA, Antônio da Costa. A estória do Severino e a história da Severina, São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

---

<sup>17</sup> AUGRAS, Monique. Imaginária França Antártica, In: PIZARRO, Ana. América Latina: palavra, literatura e cultura. Campinas: Unicamp, 1994. p31.

## Artigo

# TRABALHO ESCRAVO: AUTONOMIA E MOBILIDADE SOCIAL NO RIO DE JANEIRO DO SÉC.XIX

*Por Carlos Santos da Silva*

**RESUMO:** Neste artigo discutirei o trabalho escravo como um viés para a mobilidade ascendente do cativo. Primeiramente discutirei as diversas ocupações na cidade do Rio de Janeiro e sua hierarquização, pretendo demonstrar que o cativo utilizou o acesso a variadas ocupações como um caminho para conquistar determinada “liberdade”, uma liberdade possível. Dentro desta perspectiva, discutirei como o trabalho escravo se caracterizava como uma via de mão dupla, pois, apesar de alienar o cativo ao senhor, também foi um meio de se conquistar autonomia, portanto, o objetivo é demonstrar que os escravos inseridos na sociedade colonial/imperial brasileira, conseguiram depreender o mundo à sua volta e analisar as variáveis possíveis de se conquistar, se não a alforria, ao menos ocupações que garantissem uma dose de autonomia e mobilidade social. Analiso o acesso a essas ocupações que garantiam autonomia escrava interligado com as estratégias de solidariedade com os setores livres e cativos da sociedade, ou seja, as relações sociais eram de suma importância para que as ascensões dentro dos mundos das escravidões fossem bem-sucedidas.

**Palavras Chaves:** escravidão; autonomia e mobilidade social; negociação; século XIX.

## Introdução

A historiografia atual tem se empenhado em demonstrar, através de pesquisas em que o escravo é analisado como agente histórico ativo, que os cativos desenvolveram estratégias, na relação senhor-escravo, em busca de melhores condições de vida no cativeiro. Assim sendo, fica evidente que o mundo da escravidão não era homogêneo, ou seja, comportava em si hierarquias que possibilitava aos escravos a ascensão dentro do próprio mundo da escravidão, mesmo que essa ascensão fosse de difícil acesso os

que assim conseguiam diferenciavam-se dos demais cativos, pois, se distanciavam das tarefas mais precárias e, dependendo da profissão que fosse exercida, conquistavam certa autonomia. Desta forma, a ideia de resistência dos cativos não está mais só atrelada a fugitivos e/ou a violência, passou-se a enxergar o escravo como articulador de





estratégias e com habilidades de negociação com o senhor, ou seja, como protagonista da sua própria história.<sup>1</sup>

Dentro desta perspectiva, floresceram pesquisas privilegiando o estudo sobre: a família escrava, sexualidade, cultura, manumissão, pós-abolição etc. Segundo Stuart Schwartz:

*"A nova historiografia da escravidão brasileira deixa clara a importância de se compreender a organização da escravidão e seu funcionamento tanto como forma de trabalho quanto como sistema social e cultural, para que seja possível entender suas consequências teóricas e sistêmicas mais amplas para a compreensão da história do Brasil e de seu lugar dentro do desenvolvimento da economia mundial."*<sup>2</sup>

Ou seja, as novas pesquisas no campo da escravidão nos possibilitam a oportunidade de conhecer melhor as experiências dos cativos e suas

relações sociais com os diversos setores da sociedade. Desta forma, pretendo analisar as experiências de autonomia e mobilidade social entre os cativos, assim como, compreender como os escravos entendiam essa experiência de "liberdade", quais as prioridades que os mesmos tinham. Para tanto, se faz necessário voltar nossos olhos para o início do século XIX no Rio de Janeiro e analisarmos a mobilidade social através do trabalho.

### Trabalho como requisito à autonomia

Roberto Guedes Ferreira faz uma análise do conceito de *defeito mecânico* e *atividades mercantis* vigente na sociedade colonial/imperial brasileira. Roberto Guedes realiza uma pesquisa sobre as ocupações exercidas pela nobreza com o

<sup>1</sup> Reis, João José e Silva, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>2</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. In "A historiografia recente da escravidão brasileira", p.21-57. Bauru, SP, EDUSC, 2001.



intuito de demonstrar como a definição de trabalho depreciativo não era homogêneo entre as elites, ou seja, o autor propõe ao leitor que a análise deve ser feita levando em consideração a época e o lugar, de forma que, devemos compreender que as noções de honra sofreram variações conforme o tempo e o local. Essas variações podem ser observadas no Rio de Janeiro.

*“No Rio, as ‘melhores famílias’ descendiam de homens que fugiam da pobreza no Reino, egressos da pequena fidalguia[...] provavelmente por isso, no Rio de Janeiro do século XVII, não havia separação rígida entre comerciantes e senhores de engenho”<sup>3</sup>*

No entanto, no Rio de Janeiro do século XIX, o pensamento que caracteriza a elite local sofre modificações, sendo assim,

*“o grupo no topo da hierarquia econômica, formado por negociantes de grosso trato, portava ‘um forte ideal aristocratizante, identificado ao controle de homens e à afirmação de certa distância frente ao mundo do trabalho’”<sup>4</sup>*

Algumas características nos ajudam a compreender essas variações, segundo Guedes; a ampliação de ocupações que denotassem prestígio social, não sendo mais a Câmara Municipal o único setor privilegiado de poder local, a presença da Corte e a europeização dos costumes foram fatores preponderantes para as mudanças ocorridas no seio da nobreza da terra.

Roberto Guedes analisa um caso bastante interessante que nos faz perceber o quanto à linha que separava o preconceito em relação ao mundo do trabalho e o desprestígio social era tênue:

*“É o que se observa no Regimento do Governo Econômico da Bandeira e Ofício de Sapateiro desta Cidade do Rio de Janeiro, de 1817, que impedia a eleição para juiz ou escrivão do ofício a quem tivesse ‘exercitado ocupação infame’. Além disso, pardos e pretos só prestariam exame*

*de qualificação profissional se mostrassem a certidão de que eram livres ou forros. [...] No Regimento, constata-se também a permanência de uma certa desqualificação do trabalho, derivada do defeito mecânico, já que a alegação de ocupação infame era uma forma de estabelecer diferenças entre o ofício de sapateiro e outras ocupações infames, remetendo a uma hierarquização entre os ofícios mecânicos. Pode ser, ainda, uma tentativa de os artesãos, organizados em uma corporação, controlarem o acesso ao ofício, restringindo a entrada. O certo é que, embora não possa caracterizar o que seria ocupação infame para os sapateiros que assinaram o regimento, a de sapateiro não seria.”<sup>5</sup>*

O exemplo acima nos demonstra a preocupação dos sapateiros em manter protegido o status de sua ocupação, – o que significa orgulho e status social relacionado ao ofício – para isso, seria necessário não só serem bem qualificados como comprovarem a posição de livres ou forros, pois, na concepção desses sapateiros a condição de escravos denegriria a imagem de sua função digna de orgulho e certo prestígio. Ou seja, o trabalho era uma forma de diferenciação social, e desenvolver certas tarefas para os escravos poderia significar mais autonomia e mobilidade social, assim como, os diferenciava dos demais cativos, os tornando, desta forma, numa espécie de “elite” entre os escravos. Até mesmo para os brancos pobres, como foi o caso do regimento desses sapateiros que tentaram restringir o acesso dos escravos reservando o ofício somente para os que fossem livres, porém, a tentativa não logrou êxito, segundo Mary Karasch:

*“Outra profissão em que os escravos tomaram o lugar dos brancos no começo do século XIX foi a fabricação de sapatos. Antes de 1813, muitas famílias brancas pobres ganhavam a vida fabricando e vendendo sapatos, mas naquele ano, 101 membros da irmandade e guilda dos sapateiros protestaram contra o crescente uso de mão-de-obra escrava na manufatura e venda de*

<sup>3</sup> GUEDES, Roberto. Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social. (Porto Feliz, São Paulo, C. 1798-C. 1850). In “A todos é permitido empregar-se naquele ministério que a condição de cada um tem adotado”. Rio de Janeiro:

Maud X: Faperj, 2008. p.77

<sup>4</sup> Id. Ibid.

<sup>5</sup> Id. Ibid. p.78

*sapatos. Em 1821, essa prática já se tornara tão prejudicial aos brancos pobres que eles protestaram novamente, mas foram ignorados. Segundo Debret, os escravos dos sapateiros alemães e franceses eram tão peritos quanto os seus donos, embora não conseguisse explicar por que havia tantos sapateiros no Rio, pois cinco sextos da população andavam descalços.*<sup>6</sup>

A ideia de que os escravos aceitavam tudo pacificamente e, que o processo de libertação, alforria e/ou outros benefícios concedidos aos cativos dependia, pura e simplesmente, da vontade senhorial não condiz com a realidade do Brasil escravocrata. Como vimos, os escravos conseguiram, através de estratégias, conquistar o acesso a serviços que os legavam alguma autonomia ou a ocupações menos penosas. No caso dos sapateiros, apesar de todo o esforço em restringir os cativos de realizarem o ofício não obtiveram sucesso, isso porque os escravos *“eram tão peritos quantos seus donos”*, ou seja, os escravos desenvolviam as habilidades dos ofícios de forma espetacular, a ponto de se tornarem peritos nos ofícios, quando algum cativo alcançava o melhor em sua atividade ficava conhecido como *“muito bom oficial e, por fim, como mestre-artesão”*.<sup>7</sup> Isso era uma via de mão dupla; os senhores desses cativos agora podiam viver da renda que seus subordinados ganhavam no dia a dia de trabalho, era estipulado uma quantia que os escravos deveriam entregar no término do dia – jornal –; já os cativos ganhavam autonomia e mobilidade social, pois alguns trabalhavam sem a presença de nenhum vigia, ao conseguir a quantia estipulado pelo senhor, o que o escravo conseguisse a mais ficava para si, ou seja, os escravos tinham a possibilidade, desta maneira, de acumular pecúlio

que podia ser utilizado para comprar sua alforria ou a de algum familiar. No entanto, devemos ressaltar uma característica nessa história dos conflitos entre os sapateiros brancos livres e os escravos que desenvolviam o mesmo serviço, a conquista social que representou para os escravos. Na luta por autonomia, pela ascensão social – claro dentro das possibilidades viáveis para os cativos – o acesso ao ofício de sapateiro pode ser compreendido como uma grande conquista na busca pela liberdade, e isto só foi possível porque os cativos souberam articular estratégias de fidelidade e tiveram a competência de aprender bem o ofício. Segundo Roberto Guedes, *“parafraseando Giovanni Levi, dizer que um forro ou um descendente de escravo não priorizaria ser um barão, mas o rei dos forros ou dos descendentes de escravos”*.<sup>8</sup> Portanto, o que valia era a ascensão social dentre os seus.

Ao analisar o mundo do trabalho, Roberto Guedes Ferreira demonstra que existia uma espécie de trato entre os senhores de escravos, mestres, artesãos e os escravos de ganho, alguns dentre os escravos de ganho tinham o direito de se encarregar de levar os instrumentos de mestres carpinteiros pela rua, o contrário podia trazer hostilidade a quem o privasse desse “direito”. Ao mostrar esse exemplo, Guedes argumenta que não era somente o orgulho que impedia certos tipos de trabalho, mas, um costume, construído na sociedade colonial/imperial brasileira, socialmente aceito.<sup>9</sup> Mary Karasch corrobora com Roberto Guedes, segundo a autora:

*“Uma vez que uma lei não escrita decretava que os senhores jamais carregassem alguma coisa, nem caminhassem longas distâncias, em especial as damas da casa, os escravos tinham o fardo e o*

<sup>6</sup> KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850). In “Carregadores e propriedade: as funções dos escravos no Rio de Janeiro”. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>7</sup> Id. Ibid. p.276

<sup>8</sup> GUEDES, Roberto. Op. Cit. p.136

<sup>9</sup> Id. Ibid. p.110

*monopólio de carregar bens e gente. Antes da construção das docas, os estrangeiros eram levados para a praia nos ombros dos cativos, que vadeavam as águas imundas do porto para depositá-los em terra. Se levavam uma arma, um pacote de cartas ou apenas uma sombrinha, tinham de alugar um escravo para carregar essas coisas, ou arriscar-se à vingança de um carregador por privá-lo de seu trabalho.*<sup>10</sup>

As elites da América portuguesa, sobretudo do Rio de Janeiro, buscavam legitimar a sua condição de nobre devido à descendência de conquistadores da terra, o que os tornavam “homens bons”, parte dessa elite, no Rio de Janeiro do século XVII, não hesitou em participar de atividades mercantis.

*“Posto que as formas de acumulação da nobreza da terra carioca, para além do sistema de mercês e do domínio da câmara – portanto, fatores de ordem política – provinham da produção de cana e alimentos, do apresamento de indígenas, do tráfico de escravos africanos e de outras formas de comércio. Em síntese, a nobreza da terra, elite colonial em formação, estava envolvida com o comércio.”*<sup>11</sup>

Na primeira metade do século XVIII, eclodiu uma nova definição para a elite mercantil, agora então designados de “homens de negócios”, nomenclatura que serviu para distingui-los dos pequenos comerciantes e taberneiros, essa “elite mercantil (os ‘homens de negócios’) passou a controlar o crédito, o mercado imobiliário urbano, etc.”<sup>12</sup> A nobreza advinda do comércio, tinha tendência a se distanciar do mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que hierarquizava as ocupações, demonstrando que o desprestígio não atingia todas as atividades mercantis – levando em consideração a época e o lugar –, sendo assim, um distanciamento, sobretudo, geracional. Da mesma

forma, forros tentavam se distanciar do seu passado cativo. Para Guedes, isso demonstra o caráter da sociedade estamental, onde o mais importante não é a riqueza e sim, o prestígio social. Como vimos, os escravos também buscavam ascender dentro da sociedade, dentro do próprio trabalho compulsório existia uma escala e conquistar a liberdade seria o topo da hierarquia para os cativos. Portanto, muitos cativos buscavam se especializar, até mesmo na ocupação de seus senhores, como foi o caso dos sapateiros dos alemães e franceses, fato esse que, segundo Alberto da Costa e Silva, não foi raro de se ver, o autor analisando a escravidão entre as sociedades africanas verifica este tipo de escravidão em comunidades pequenas, descentralizadas, na África Rural onde a “escravização teria como principal móbil aumentar o número de braços de uma família, linhagem ou tribo”.<sup>13</sup> Portanto, nestas comunidades era comum escravos especializados nos mesmos serviços que seus senhores – porém, Costa e Silva ressalta que isso não descaracterizava a escravidão, pois, continuavam como cativos e os senhores, ao contrário, tinham o controle de si, podiam parar de trabalhar quando bem entendessem – ainda segundo Costa e Silva “um marceneiro, na antiga Roma ou no Brasil oitocentista, podia ter em sua oficina um, dois ou mais indivíduos que adquirira para ajudá-lo a cumprir a tempo as encomendas”.<sup>14</sup>

### Trabalho escravo

Os escravos desenvolviam numerosas tarefas no Rio de Janeiro colonial/imperial. A grande maioria estava envolvida em serviços penosos e bastante cansativos, não era uma tarefa fácil migrar para

<sup>10</sup> KARASCH, Mary C. Op. Cit. p.263-264, grifo nosso.

<sup>11</sup> GUEDES, Roberto. Op. Cit. p.77

<sup>12</sup> Id. Ibid. p.78

<sup>13</sup> SILVA, Alberto da Costa e Silva. A Manilha e o Libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700. In “A escravidão entre os africanos”. 2.ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

<sup>14</sup> Id. Ibid. p.81-82

serviços que os legavam algum grau de prestígio. No Rio de Janeiro os escravos desembargavam do tráfico transatlântico no Valongo – o maior mercado de escravos no Brasil. Os escravos eram catalogados de duas formas: escravos recentes, portanto, sem habilidades; escravos assimilados, ladinos, eram cativos capacitados, já com alguma ocupação e/ou ocupações estabelecidas. Os escravos ladinos, geralmente, já estavam estabelecidos há algum tempo no Brasil, ou poderiam ser também crioulos – cativos que nasceram no Brasil – não era, no entanto, a realidade da maioria dos cativos recentes no início do século XIX, a maioria dos cativos, cerca de 83% segundo Mary Karasch, era de cativos com idade entre 10 e 24 anos.<sup>15</sup>

*“A maioria deles, evidentemente, era empregada em atividades braçais, desprezadas pelos seus senhores. Em cada setor da economia, as ocupações braçais sem especialização ou semi-especializadas eram exercidas pela maioria. Mas a variedade de ocupações braçais especializadas abertas então aos escravos é peculiar ao período, e uma minoria deles ocupava posições de responsabilidade em artes e ofícios, ao mesmo tempo em que alguns exerciam cargos de supervisores, capatazes e feitores. Alguns escravos tinham até propriedades, inclusive outros escravos”*<sup>16</sup>

Grande parte desses cativos ao chegarem em terras brasileiras não conheciam a língua e não tinham uma ocupação específica, vide que muitos ainda eram crianças e/ou adolescentes, tal situação os empregaria em serviços pesados, colocando em risco a própria vida, ou seja, desenvolver mecanismos que os possibilitavam de exercerem ocupações, no mínimo, menos penosas, não se

tratava apenas de autonomia, mas, da própria sobrevivência dentro da sociedade escravocrata brasileira.<sup>17</sup>

Baseando-se principalmente em relatos de viajantes, Mary Karasch descreve como era o dia a dia dos cativos recém-chegados no mercado do Valongo no Rio de Janeiro. Segundo Karasch:

*“Antes de 1830, os novos africanos passavam a primeira parte de suas vidas de escravos no mercado do Valongo, na paróquia de Santa Rita. Na origem, Valongo era o nome da rua onde se localizavam as casas usadas como depósitos dos africanos até serem vendidos para negociantes ou particulares. Em 1817, havia pelo menos vinte grandes estabelecimentos no Valongo, mas, cerca de nove anos depois, MacDouall calculou que havia cinquenta salas nas quais 2 mil escravos estavam em exposição. Localizados a noroeste da praça central, o Valongo era uma das áreas mais frequentadas do Rio; além de escravos, comerciantes, vendedores e compradores, passavam por ali muitos viajantes estrangeiros, que faziam dele parte do circuito turístico do século XIX.”*<sup>18</sup>

Os negociantes moravam nos andares superiores, reservando o térreo para os novos cativos, ali os africanos ficavam até serem vendidos, antes de expor os escravos no mercado para a venda se faziam necessários alguns reparos nos recém cativos, passavam por uma limpeza, raspavam os seus cabelos e barbas para melhorar a aparência. Apesar da dieta magra e de maus tratamentos, os cativos que estavam demasiadamente magros, recebiam um tratamento especial na alimentação com o intuito de melhorar a sua saúde devido à venda, utilizando-se de cozinheiros negros para preparar a comida “ao estilo deles” os dois pratos comuns eram “o pirão de farinha de mandioca e o angu de fubá”, os escravos também eram

<sup>15</sup> KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850). In “A encruzilhada: o mercado de escravos do Rio de Janeiro”. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. P.69-70

<sup>16</sup> KARASCH, Mary C. Op. Cit. p.259

<sup>17</sup> KARASCH, Mary C. Op. Cit.

<sup>18</sup> KARASCH, Mary C. Op. Cit. p.67

alimentados com *“proteína animal ou vegetal na forma de carne seca, toucinho e feijão preto”*. Os escravos se alimentavam duas vezes por dia, nove da manhã e as três da tarde, ficando reservado *“tabaco e rapé para aos de bom comportamento”*. Os escravos recebiam apenas um avental de tecido azul, os que aparentavam estar doentes recebiam o cuidado de um barbeiro cirurgião negro *“ou de um africano especializado em curar”*, alguns eram vacinados contra a varíola para valorizar o preço do escravo no mercado.<sup>19</sup> Portanto, ao analisar a descrição de Mary Karasch, pode-se observar o impacto que os africanos novos sentiam ao chegar no porto do Rio de Janeiro, o mesmo já vira de uma viagem desgastante e perigosa – tendo que lidar com situações degradantes e, até mesmo, com a morte de outros cativos em viagem – ao chegar no Valongo o escravo passava por uma preparação, inspeção e só após os cuidados iniciais dos negociantes o destino do cativo seria decidido. Ao ser vendido, o escravo já poderia ser encaminhado para um serviço com mais ou menos autonomia, porém, apesar de difícil, a ascensão dentro da escravidão era possível e, variáveis estavam em jogo para tal acontecimento – relações sociais, estratégias etc. – no entanto, o ser encaminhado para um serviço menos penoso poderia encurtar e/ou diminuir a dificuldade ao acesso a esses serviços.

A ocupação de barqueiro é bastante elucidativa em relação ao escravo ter acesso a autonomia e ao mesmo tempo a possibilidade de criar relações sociais com diversos setores da sociedade. Os barqueiros eram responsáveis pelos transportes de pessoas e/ou produtos através de *“canoas, balsas, veleiros pequenos e grandes barcos”* tal função

poderia viabilizar ao cativo autonomia ao velar sozinho, porém, no geral tinha um capitão responsável por supervisionar os remadores, o interessante neste caso é a possibilidade de o posto de capitão ser exercido por um escravo, o que acontecia, segundo Karasch, em barcos menores. Ou seja, para o escravo exercer a função de capitão tinha que manter uma rede de contatos com setores livres da sociedade, condicionando, desta forma, acesso direto aos comerciantes.<sup>20</sup> Para melhor compreender a importância dos cativos no comércio pelo mar:

*“Enquanto barqueiros, timoneiros, pescadores, canoieiros e marinheiros, ou apenas como as ‘máquinas’ que impulsionavam as faluas, os escravos eram vitais para o comércio que se fazia por mar entre as cidades costeiras e em torno da baía de Guanabara, em especial até a Praia Grande e ao longo da grande baía até Porto das Estrelas, de onde partiam tropas de mulas para Minas Gerais. Uma vez que era comum alugar remadores e marinheiros para esse comércio costeiro, não raro encontrar escravos alugados trabalhando ao lado de cativos do capitão em navios oceânicos.”<sup>21</sup>*

No entanto, gostaríamos de ressaltar a importância dos cativos no comércio feito por mar em um viés que privilegia a formação de relações simbióticas de escravos com setores livres da sociedade e fugitivos. Para tanto, o exemplo dos Quilombos de Iguaçu, analisado por Flávio Gomes, nos oferece um caminho para compreendermos as estratégias formuladas por escravos e fugitivos visando a manutenção da autonomia e de mocambos. Ao analisar os quilombos de Iguaçu, Gomes destaca que *“por quase um século, os quilombos sobreviveram e se fortaleceram em Iguaçu, a despeito dos esforços para destruí-los”<sup>22</sup>*, contudo, o que tornava eficiente a estratégia dos

<sup>19</sup> Id. Ibid. 75-85

<sup>20</sup> KARASCH, Mary C. Op. Cit. p.267-269

<sup>21</sup> Id. Ibid. 268-269

<sup>22</sup> GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1995

quilombolas da região de Iguaçu? A região de Iguaçu era propícia à formação de quilombos, isso porque *“a geografia de Iguaçu – com uma extensa planície com riachos e pântanos – contribuiu para a formação e o desenvolvimento de comunidades de escravos fugidos”*.<sup>23</sup> Ou seja, a região proporcionava o acampamento dos fugitivos em locais de difícil acesso, dificultando, desta forma, a sua captura por expedições ordenadas pela polícia da Corte e/ou capitão-do-mato. Este é um dos fatores que contribuíram para a sua reprodução, os quilombolas de Iguaçu constituíram uma ampla rede de solidariedade com setores livres e cativos da sociedade, tal relação foi essencial à manutenção dos quilombos.

Como vimos, era comum a utilização de escravos no comércio feito pelo mar e/ou no transporte de pessoas através de canoas, barcos etc. Ou seja, os escravos estavam em constante contato com setores livres e atuantes no comércio local. Ao decidir pela fuga, esses cativos já contavam com ampla rede de solidariedade que viabilizavam a manutenção dos quilombos, foi o caso dos quilombos de Iguaçu:

*“Em Iguaçu, grande parte dos escravos podia estar, enfim, envolvida na produção de alimentos, extração de lenha e fabrico de tijolos e telhas que abasteciam não só a região como também a Corte e freguesias suburbanas. O engenho da Conceição na freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, por exemplo, fabricava apenas três caixas de açúcar e meia pipa de água ardente.”*<sup>24</sup>

O exemplo dos quilombos de Iguaçu nos ajuda a levantar algumas considerações sobre os possíveis caminhos percorridos pelos escravos em busca de autonomia e mobilidade social. Apesar de estarmos falando da utilização do trabalho como meio de obter autonomia/mobilidade social, não podemos,

como afirma Eduardo Silva, analisar *“a imensa massa populacional que se transferiu do continente africano para a colônia portuguesa[...] apenas como ‘força de trabalho’*”.<sup>25</sup> Ao compreender os escravos como agentes sociais, que depreende as circunstâncias a sua volta e participa do processo de definição e redefinição do sistema escravocrata, conseguimos, deste modo, perceber as nuances do processo escravagista, ou seja, os cativos não eram meros telespectadores de sua história, eles participavam de forma ativa e, ao participar do processo que definiria o seu destino, buscavam os melhores caminhos possíveis.

### Considerações Finais:

Como demonstrou Roberto Guedes o trabalho era importante para o escravo, este podia utilizá-lo como meio de ascensão social. No entanto, isto não significa que o acesso a ascensão social dos cativos foi fácil e/ou que as oportunidades se apresentavam naturalmente, tampouco isso suaviza a escravidão no Brasil. Perder o direito sobre si, a partir do momento em que se institui como propriedade de outra pessoa, já é demonstrativo da extrema violência em que foram obrigados a viver. Porém, o que quero argumentar com esses exemplos é que ao chegar no Brasil os escravos souberam articular relações de solidariedade dentro dos mundos das escravidões, sendo parte fundamental da definição e redefinições da escravidão no Brasil. Isto porque os senhores não legavam autonomia para uns escravos por benevolência, entendiam que para a escravidão funcionar seria necessário efetuar concessões aos cativos. A vida desses escravos não se tornava fácil após conquistarem certa autonomia e/ou a alforria,

<sup>23</sup> Id. Ibid. p34

<sup>24</sup> GOMES, Flávio dos Santos. Op. Cit. p.28

<sup>25</sup> Reis, João José e Silva, Eduardo. Op. Cit. p.13



o estigma da escravidão e a precariedade das suas moradias continuavam latente.

Portanto, ser trabalhador para o escravo era essencial para o cativo alavancar na escala social de seu grupo, determinado ofício era tido como referência para muitos trabalhadores livres que se orgulhavam de tal ocupação. Ou seja, se para trabalhadores livres, e convenhamos que muitos destes eram pardos livres, ou no mínimo socialmente brancos, era importante, para os escravos tinha um significado importantíssimo, significava, na maioria das vezes, a única experiência de “liberdade” e certa autonomia, assim como, uma mobilidade social, viviam como se fossem **livres**. Estas foram as primeiras experiências que os cativos tiveram de liberdade antes da alforria ou da posterior abolição em 1888.

**Carlos Santos da Silva** é Graduado em História pelas Faculdades Integradas Simonsen.

#### Bibliografia:

- SILVA, Alberto da Costa e Silva. **A Manilha e o Libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700**. In “A escravidão entre os africanos”. 2.ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- Reis, João José e Silva, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de Quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995
- KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social. (Porto Feliz, São Paulo, C. 1798-C. 1850)**. Rio de Janeiro: Maud X : Faperj, 2008
- SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. In “A historiografia recente da escravidão brasileira”. Bauru, SP, EDUSC, 2001.



## Artigo

## ***AXUM E ROMA: UMA INTERAÇÃO HISTÓRICA DE DUAS POTÊNCIAS***

*Por Jorge Luiz da Silva Alves*



**RESUMO:** O ano de 330 representara um marco para duas civilizações da Baixa Antiguidade. Embora já fossem conhecidas de intensas transações comerciais através dos séculos em que forjaram suas fronteiras e culturas, Axum e Roma tiveram uma interseção significativa no início do século IV, patrocinados por um agente comum – o Cristianismo. A partir de então, interações significativas pavimentaram um caminho de comuns interesses, como pretende mostrar este recorte.

**Palavras-chave:** Cristianismo, comércio, moeda.

## A convergência política

O reino africano de Aksum (Axum) tornara-se bastante presente na historiografia clássica a contar do século II, embora a cidade do mesmo nome tenha sido pretensamente fundada em 100. Nos périplos sobre o Mar Eritreu<sup>1</sup>, muitas são as referências ao porto de Adúlis, fervilhante entreposto comercial que ligava a costa da Eritreia ao sul da Arábia e, dali, para a Pérsia e Índia; como Axum ficava mais para o interior, num posicionamento em um dos braços do Nilo que era

célebre em receber caravanas generosas de marfim, ouro, prata e escravos, o trajeto entre Adúlis e Axum era uma autêntica rota da fortuna, que os axumitas souberam muito bem gerenciar a seu favor. Aparentemente, sua preponderância no local hoje chamado de Etiópia

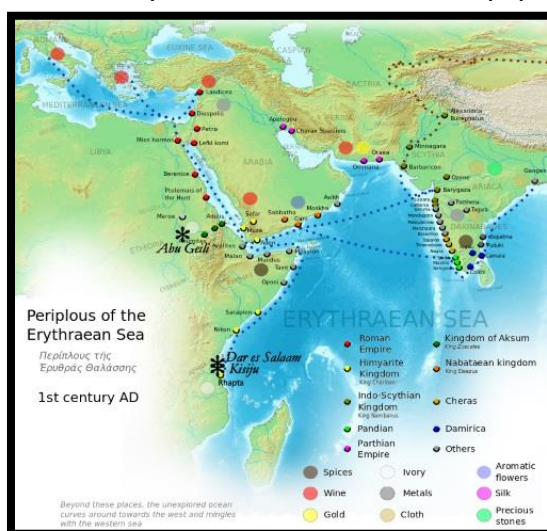
assemelhara-se ao crescimento da lendária Roma, ambas foram núcleos urbanos claudicantes e insistentemente invadidos até que se forjaram em destacadas cidades-estado, graças aos elementos diferenciais construtores de suas sociedades.

Se em Roma, os acertos e razias entre representantes dos patrícios e plebeus -*De Bello Civili*<sup>2</sup>- forjara na cidade-estado, ao longo dos séculos antes de Cristo, a expansão e belicosidade

de sua gente, em Axum fora a destreza paulatina no forjar e utilizar elementos de ferro – além da habilidosa domesticação de elefantes para a guerra – que conduziram os axumitas no início da Era Cristã a sobrepujar seus inimigos em África e também os himiaritas, estes na península arábica, onde Axum manteve-os tributários por séculos, até os tempos de Maomé<sup>3</sup>.

Ao longo da Antiguidade, a Roma dos tempos acerados de César e Pompeu cedo percebera a necessidade em estacionar no Ocidente ainda brávia das populações celtas e germânicas;

expandindo não só suas armas como também civilizando o oés-noroeste europeu com sua inventiva, Roma garantira a perpetuação de um legado que absorvera inclusive os invasores de um império sempre ardendo em chamas de revolta. E enquanto Axum ainda



patinava em campanhas contra o império nilótico de Meroé em meados do século III, aconteciam as insurreições em Palmira, que tanto desgastaram o monolítico mundo das Legiões.

Porém, o reino africano firmava posição de destaque ao longo do tempo; e, de tal forma destacara-se como potência do leste continental, que mesmo na Roma em lenta transformação do urbanismo clássico para a ruralização militarizada

<sup>1</sup> *Periplus Maris Erythraei* (Périplo do Mar Vermelho): datado entre o século I e III, é um manuscrito que relata em uma sequência, os portos e os pontos geográficos costeiros, com as distâncias aproximadas entre eles, que o capitão de uma embarcação poderia esperar encontrar ao navegar em volta de um mar ou ao longo das costas de um país.

<sup>2</sup> CESAR, Caio Julio. *A Guerra Civil*. Séc. I a. C.

<sup>3</sup> KOBISHANOV, Y.M. Axum do séc. I ao séc. IV: economia, política e cultura, p. 403-404. in *História Geral da África II, África Antiga*, UNESCO, 2010.



observava-se uma delicada semelhança com Axum: a importância dos parentes e mais chegados ao imperador (Negus) nos exércitos etíopes era tamanha, que isso refletia nas milícias e pequenas unidades aldeãs de combate, onde seus líderes eram alcunhados de “reis de exércitos”<sup>4</sup>.



### A convergência econômica

A partir de meados do século III, mercadores axumitas intensificaram o intercâmbio com suas velas demandando o Mar Vermelho e, investindo o Índico, alcançavam o Reino da Taprobana (Ceilão, atual Sri Lanka) e até mais longe, na China; as intermináveis contendas entre Roma e a Pártia (Pérsia) terminavam por prejudicar o comércio destas potências na península arábica, abrindo um veio de concorrência para os axumitas, já bem instalados no lêmên e nas cercanias do que seria a futura Medina.



A vigorosa ascensão axumita fora de tal ordem que o *Negus* Endybis, ao cunhar suas próprias moedas, fixara um pioneirismo: o primeiro Estado da África tropical ao fazê-lo<sup>5</sup>. Seguindo, inclusive,

um padrão de cunhagem semelhante ao de Bizâncio, no peso, modelo e forma. Mas, se os axumitas buscaram a padronização da numismática romano-bizantina para evocar a sua soberania, estes não descuidavam das observações sobre a variedade nas toneladas que flutuavam nos portos no Mar Vermelho; todo tipo e tamanho de mercadorias que variavam em espécie (animal, vegetal ou mineral), gerando moedas cada vez mais

sonantes aos bolsos dos mercadores.<sup>6</sup>

Em 330, um fato contribuíra para a interseção entre as nações. Em Roma, o imperador Constantino, o Grande, oportunamente batizado no cristianismo, consagrava a nova sede de um império que já agonizava pelo neoplásico gigantismo: Constantinopla, “uma fortaleza rica e sagrada, glória dos gregos e rica em renome e na realidade”, nascera para ser uma réplica da Roma Eterna, com seus 14 distritos e sete colinas; hipódromos, palácios, estátuas monumentais, o Mármara e o Bósforo como águas seguras e revoltas, seria uma espécie de posto avançado da Cristandade por 1123 anos<sup>7</sup>. O império dividir-se-ia; o Ocidente buscaria o feudalismo enquanto o Oriente, renomeado de Bizâncio (herança da antiga colônia grega do local) manteria a penoso soldo um aspecto de nação amarrada sob uma língua (grega), uma religião ferozmente defendida pelo seu povo (cristianismo greco-ortodoxo) e uma habilidade

<sup>4</sup> KOBISHANOV, Y.M. p.404

<sup>5</sup> Ibidem, 405.

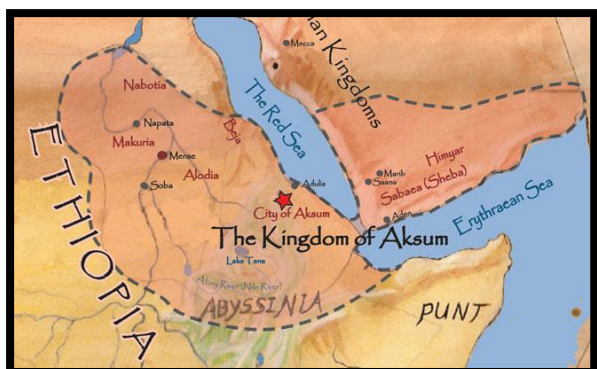
<sup>6</sup> COSMAS, *Periplus Maris Erythraei*. 3-6; WINSTEDT, E.O. 1909. pp 69, 320, 322, 324, 325; DINDORF, L.A. 1870. P.474. in *História Geral da África II, África Antiga*, UNESCO, 2010.

<sup>7</sup> SHERRARD, Philip. *Great Ages of Man: Byzantium: A History of the World's Cultures*. Time Life Books, 1966)

diplomática e comercial que, muito mais que seus combalidos exércitos e marinhas, apresentara resultados surpreendentes na longevidade da cultura bizantina.

### A Convergência Religiosa (Pré 330)

É fato: nações que adotaram o monoteísmo passaram por etapas politeístas em passados remotos, explicando o porquê (por exemplo) de muitas datas cristãs serem, originalmente, comemorações pagãs. Axum não escapou deste quase 'consenso histórico'.



A complexidade do paganismo axumita assemelhava-se ao politeísmo da Arábia do Sul: adoração a Astar (uma encarnação do planeta Vênus, muito popular no período pré-axumita<sup>8</sup>), Beher e Meder, divindades ligadas à terra. Símbolos do sol e da lua são encontradas nas estelas de Axum e em moedas dos reis axumitas pré-cristã. Inscrições bilíngües em geêz (idioma etíope) e grego fazem menção à divindade Mahrem, muito próxima do deus da guerra helênico Ares, atestando a ligação constante do Axum pré-cristão

com o helenismo egípcio que ainda proliferava mesmo na Alexandria romano-oriental entre os séculos II e III<sup>9</sup>. Soberano do fim do século I, Zoscales sabia ler e escrever em grego; e enquanto contribuía para eliminar a pirataria no mar Vermelho, entre uma e outra escaramuça, realizava os rituais de praxe para adoração à Mahrem, que consistia no sacrifício de animais<sup>10</sup>.

Possivelmente, entre os mercadores que transitavam em Adúlis neste período, haveria uma generosa parcela de judeus; cria-se terem vindo do sul da Arábia, convertendo as populações a partir da interiorização desses grupos ao longo dos anos. Tamanha fora a influência judaica na região, que tradições envolvendo a digressão de um grupo mosaico durante o Êxodo, Nilo acima, e a influência do rei Salomão nos inícios nacionais marcaram fortemente a religiosidade de Axum.<sup>11</sup> O intercâmbio destes no aquecimento à economia fora feito com moedas que já possuíam um respeitável grau de aceitação nos dois lados do Mar Vermelho, uma vez que Axum já vinha sendo considerada como uma das quatro grandes potências do mundo, ao lado de Roma, Pérsia e China<sup>12</sup>. Mesmo moedas romanas e até indianas e sabeanas do século II (de Sabá, sudoeste árabe, vide a história bíblica do Rei Salomão) foram encontradas em futuras escavações<sup>13</sup>.

A partir da ascensão ao trono do **Negus Ezana** (325/330 – 360), o poder de Axum poder-se-ia, de fato, dizer que alcançou patamares de potência transcontinental; soberano de trechos de território

<sup>8</sup> DREWES, A.J. Inscrições da Antiga Etiópia, 1962; KOBISHANOV, Y.M. Axum do séc. I ao séc. IV: economia, política e cultura, p. 417. in *História Geral da África II, África Antiga*, UNESCO, 2010.

<sup>9</sup> DAE (Deustch Aksum Expedition, Berlin), n.4: 6, 29. in *História Geral da África II, África Antiga*, p.418: UNESCO, 2010.

<sup>10</sup> Ibidem, 419.

<sup>11</sup> ULLENDORFF, E. Ethiopia and the Bible. London: British Academy/Oxford University Press, 1968, p.15-23.

<sup>12</sup> SÉRGIO, A. *Em Torno da História Trágico-Marítima*, Ensaios, tomo VIII. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974, p. 90-91

<sup>13</sup> Ibidem, p. 194.

entre o Nilo e a Eritréia e a área de Sabá e Himyiar, esse poderoso monarca fora um marco na transição do paganismo para o cristianismo, uma transição tal a de seu contemporâneo romano-bizantino Constantino: demorada, estudada de acordo com a aceitação de parte de suas elites urbanas e lideranças rurais. Tanto quanto Constantino, Ezana ainda permitia práticas politeístas em seu reinado, mesmo após o episódio que, segundo muitas fontes, fora capital para a assimilação por completo do credo cristão em terras da Etiópia antiga.



*Frumêncio, bispo de Axum, considerado o introdutor do cristianismo no país.*

### A Convergência Religiosa (Pós 330)

Dada a disseminação de um vago monoteísmo como já citado, e uma opaca percepção helenística nas classes nobres e em alguns meios urbanos, o avanço do cristianismo na Etiópia progredira sem tanta oposição; afinal, já existiam, além de judeus, muitos gregos e egípcios espalhados por todo o império. O que deve ter facilitado (como na hagiografia dos evangelizadores) a criação de episódios de famosas conversões, como a do próprio Ezana e sua família – o que não faria tanto sentido, caso o país fosse inteiramente politeísta, sem quaisquer ligações com o universo cristão<sup>14</sup>.

Tradicionalmente citados como os conversores da família real axumita, os irmãos **Edésio** e **Frumêncio** devem ter encontrado essa razoável quantidade de cristãos no país, facilitando seu piedoso trabalho. A provável percepção de Ezana quanto à oportunidade em estabelecer um vínculo de confiança com Bizâncio teria surgido ao saber do contato dos irmãos com o patriarca de Alexandria, Atanásio<sup>15</sup>; homem duro, defensor do trinitarismo niceno contra o arianismo vigente naquele lado oriental romano. Ora, afinal, desde o norte da Abissínia<sup>16</sup>, e

o aumento de importância tanto das rotas terrestres pela África quanto das milhas náuticas por todo o Índico, a profusão de marujos, mercadores e uma miríade de outros profissionais que trouxeram em seu bojo, uma vasta gama de credos e manifestações religiosas de várias partes do mundo, deve ter feito com que, não só o monarca, mas muitas pessoas ligadas às dinâmicas políticas que fermentavam por ali à época, percebessem, no credo cristão, uma importante ferramenta para a interação nos diversos assuntos de ambas as sociedades, muito mais do que as demais.

De qualquer forma, reza a tradição que Frumêncio e Edésio, após ganhar a confiança do monarca axumita, foram nomeados para serviços no palácio, após terem sobrevivido a ataques

<sup>14</sup> SILVA, A.C. *A Enxada e a Lança: A África Antes dos Portugueses*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2011., p. 198.

<sup>15</sup> foi o vigésimo arcebispo de Alexandria, passou 45 anos como tal, sendo dezessete anos exilado em cinco ocasiões, e por quatro imperadores romanos diferentes.

<sup>16</sup> O outro nome para Etiópia, que hoje ocupa o que era grande parte do Reino de Axum, a partir das conquistas sobre Meroé



piratas na costa da Eritreia. Morto o monarca, foram alforriados; mas a rainha pediu para que continuassem por lá para ajudar na educação dos príncipes e na administração do país. Após a maioridade do herdeiro, voltaram para Roma; Edésio tornou-se presbítero em Tiro e Frumêncio fora para Alexandria e informou a Atanásio sobre as almas a serem salvas em Axum. O patriarca, então, teria consagrado Frumêncio como bispo e, por volta de 330, regressara à Axum, tendo batizado o rei e a família real<sup>17</sup>.

Com a conversão ao cristianismo, Ezana transformou a religião de Frumêncio e Edésio na fé oficial do reino. Mas a totalidade da Etiópia só seria realidade a partir do fim do século V ou início do século VI, quando um grupo de missionários sírios chegassem ao norte do país; os mais famosos seriam Abá Meta, os Justos e os *Nove Santos* – estes, vindos do império bizantino, promoveram a versão da Bíblia para o gueze, a língua ge'ez de Axum; além de criarem mosteiros exatamente nos mesmos sítios onde, antes, adoravam-se os invencíveis deuses etíopes do tempo de Zoscales.<sup>18</sup>

### Caminhos paralelos, a fé como guia

Conquanto já se soubesse da dinâmica existente entre a Roma/Bizâncio e o Reino de Axum, a partir de 330 os relatos conjugados desses dois reinos seriam mais férteis e significativos. Novamente, recorreremos às informações religiosas (bem abrangentes no cotidiano do povo ordinário) para saber a esfera de interesses e influências entre esses dois impérios a partir de então.



*Ezana (325/360), primeiro rei cristão de Axum.*

A igreja axumita, desde Frumêncio, encontrava-se sob os auspícios do patriarcado de Alexandria. Desde 313, Constantino promulgou em Milão o cristianismo como a religião oficial de toda Roma, então unificada, pondo um fim às perseguições por meio de governantes pagãos. Mas os seguidos estudos dos fundamentos da fé do Cristo Nazareno suscitaram um sem número de interpretações controversas sobre a natureza do amor e das obras do fundador desta variante do judaísmo. Especialmente sobre a natureza do próprio Cristo, se Deus ou Homem, definida em 325, pelo Primeiro Concílio de Nicéia.

No século V, Nestório, patriarca de Constantinopla, por ter publicamente professado a humanidade de Cristo, foi julgado em Éfeso (431) e condenado à prisão. Dióscoro (patriarca de Alexandria) e Eutíquio, novamente em Éfeso (442), proclamaram a natureza única e dua de Jesus –

<sup>17</sup> SILVA, A.C. : 2011, p. 198.

<sup>18</sup> Ibidem, 201-202.



monofisismo -, promovendo outro acalorado e violento debate com Flaviano de Constantinopla, saído vencedores; mas em Calcedônia (451), veio o troco, com o papa Leão I em Roma decidindo sobre a natureza dupla-distinta de Cristo. Dióscoro fora banido. Eis que uma perseguição aos monofisistas acontece por todo o Império Romano do Oriente, fazendo-os fugir para o Egito e a Arábia.<sup>19</sup>

Relatos do *Tarique Neguest*<sup>20</sup> dão conta de que, por volta deste período, chegaram de Roma (Constantinopla) os *Nove Santos*. Consolidaram as leis monásticas, sendo mais provável de terem feito isto no reinado de Ali'Ameda (460-470 ou 487-497). Seriam eles, *Aregawi*, *Pentelion*, *Guerima* e *Aftse*; *Y'mata* e *Gouba*; *Alef* e *Tsgima*; *Likanos*.<sup>21</sup> Conventos e igrejas, muitas talhadas na rocha dura

dos altiplanos etíopes, foram fundados e consagrados por eles, consolidando o cristianismo introduzido por Frumêncio no século IV, também com o apoio de monarcas como Caleb e Gebre Meskel. Templos de deuses pré-axumitas viravam, invariavelmente e sem muita oposição, igrejas cristãs. E, num exercício de notável imaginação, ficamos aqui (pela escassez das fontes) burilando o cinzel da curiosidade, quanto ao idioma utilizado para a evangelização entre as camadas mais pobres, pois as pessoas das camadas superiores da sociedade, e alguns ligados à corte, compreendiam e falavam o grego-koiné, o sírio e o árabe. Provavelmente, com o auxílio de intérpretes, notadamente, destas classes de destaque.<sup>22</sup>

<sup>19</sup> MEKOURIA, T.T. Axum Cristão. In *História Geral da África II*: UNESCO, 2010, pp. 434-436.

<sup>20</sup> BEY, Emin. *A História dos Reis*. manuscrito guardado na Bibliothèque Nationale, Paris.

<sup>21</sup> MEKOURIA, T.T. pp 436.

<sup>22</sup> ibidem, p.436.

Muitas das informações sobre os destinos paralelos da cultura axumita e bizantina só foram possíveis graças à farta disseminação do grego como língua franca não só em Axum mas por todo Oriente Próximo de então. As relações políticas, culturais e econômicas com Bizâncio foram possíveis graças a essa interação lingüística entre esses dois povos. Com o avançar dos séculos VI e VIII, o grego e o sabeano (Sabá) foram substituídos em definitivo pelo geês em todos os círculos sociais – inclusive o militar. Mas o grego-koiné continuava nas ocupações religiosas do país, principalmente para definir aqueles vernáculos intraduzíveis no geês e que tinham no grego a confiabilidade universal para sua divulgação.

De certa forma, o casamento do idioma grego com passagens da Bíblia foram decisivos para que a identidade do axumita cristão solidificasse e perpetuasse no que seria a futura Etiópia. Os etíopes religiosos veneram os Salmos e consideram o Rei Davi a mais importante das personagens da Bíblia. Nas mais diversas ocasiões, a leitura dos Salmos acrescenta um ingrediente de importante inspiração e motivação cotidiana na sociedade. A Bíblia passaria a ser a base de todo conhecimento; um erudito etíope não basta ser um profundo conhecedor da ciência ou filosofia greco-romana, mas, antes de tudo, das obras do patriarca Cirilo de Constantinopla, São João Crisóstomo e de outros fundadores da igreja.<sup>23</sup>

---

**Jorge Luiz da Silva Alves** é Licenciado desde 2015 em História pela Universidade Cândido Mendes – Campus Santa Cruz.

---

#### Bibliografia:

- MOKHTAR, Gamal (Ed.). *História Geral da África II, África Antiga*, UNESCO, 2010.
- BEY, Emin. *A História dos Reis*: manuscrito guardado na Bibliothèque Nationale, Paris.
- SILVA, Antonio Costa da. *A Enxada e a Lança: A África Antes dos Portugueses*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2011.
- SÉRGIO, Antonio. *Em Torno da História Trágico-Marítima*, Ensaios, tomo VIII. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974.
- ULLENDORFF, Edward. *Ethiopia and the Bible*. London: British Academy/Oxford University Press, 1968.
- SHERRARD, Philip. *Great Ages of Man: Byzantium: A History of the World's Cultures*. Time Life Books, 1966.

---

<sup>23</sup> MEKOURIA, T.T. p.p. 446.

## Ensaio

# ***“CONHECER PARA NÃO REPETIR”: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EFEITO BORBOLETA NA EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA***

*Por Ricardo Cortez Lopes*

**Resumo:** há uma frase muito utilizada no campo da história - principalmente em eventos relacionados a Ditadura Militar brasileira - que serve para sintetizar uma de suas relevâncias em termos de disciplina: “Conhecer para não repetir”. Tal definição aponta para uma ideia de que o processo histórico pode ser controlado se for envolvida uma racionalidade em seu devir. Nesse artigo, pretendemos (a) investigar a origem histórica dessa frase, e pensar teoricamente como esta é representativa de uma herança cultural que parte de um pensamento científico de modernidade primeira (b) relevância dessa frase diante dos desenvolvimentos teóricos das representações sociais e da teoria do efeito borboleta, que permitem uma reflexão acerca do tempo histórico, que viabiliza a articulação dos acontecimentos. Pretendemos analisar se, de fato, a História como disciplina encontra uma justificativa nesta frase ou se ela se tornou um clichê de área.

**Palavras-Chave:** Conhecer para não repetir; Representações Sociais; Efeito Borboleta.

## **Introdução: o “conhecer para não repetir”**

**A** História como disciplina, apesar de consolidada e institucionalizada, enfrenta um grave problema: a sua relevância como disciplina não-escolar, condição que a coloca como um saber não-cotidiano. Alguns historiadores nem ao menos buscam essa relevância: afirmam que a história serve para divertir aos profissionais que dela vivem (BLOCH, 1997). Outros estabelecem, geralmente os da vertente crítica, que é importante conhecer a história para não repeti-la. Sem dúvida, há outros pontos de relevância que são discutidos, mas vamos nos focar na segunda justificativa, dissecando-a de maneira mais profunda.

Em uma pesquisa na internet, a frase “Conhecer para não repetir” aparece fortemente associada com o termo “Ditadura Militar”, servindo como slogan para vários eventos científicos que abordam a temática. Uma busca mais aprofundada nos mesmos motores de busca conduz à frase “Um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la”, proferida em 1962 por Che Guevara, em local e ocasião que não conseguimos determinar. Essa frase, no entanto, é uma citação de um outro trecho, de língua inglesa: “Those who don't know history are doomed to repeat it.”. A autoria original dessa frase aparece de maneira ambígua: algumas fontes afirmam que esta se trata de Edmund Burke - filósofo conservador, do qual não encontramos a obra da qual essa frase derivaria, assim como um

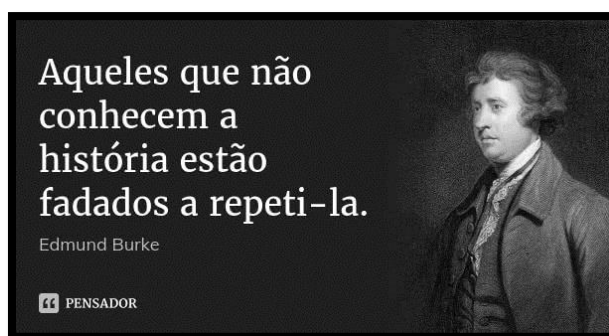
discurso no qual ela se alocaria - e outros de George Santayana - este, sim, um filósofo crítico, cuja referida frase encontramos em um livro específico (SANTAYANA, 2005: 92). Alguns

internautas afirmaram que é possível que Santayana tenha citado Burke, mas que não há evidências que liguem inequivocamente a frase ao autor.

Essa frase, quando proferida por historiadores profissionais<sup>1</sup>, adquire um sentido todo especial que difere daquele assumido pelos filósofos donos da frase original. Primeiramente porque Che se trata de um ícone do pensamento de esquerda, e a esquerda é tributária de uma ideia que é coincidente com a própria modernidade primeira: a ideia da crítica do estabelecido. Assim, a utilização dessa frase em eventos de caráter científico ajuda a revelar uma representação sobre a disciplina que a tornam inequivocamente útil.

### A Disciplina História como parte do projeto moderno

A ciência moderna nasce, basicamente, de uma (tentativa de) ruptura renascentista (AUERBACH, 1972, LATOUR, 1994): o objetivo é romper com o conhecimento comunitário (e tradicional) e chegar a um conhecimento universal (JOVCHELOVITCH, 2008), através da emancipação e da regulação (CHAUÍ, 2006). Essa universalidade é alcançada através de uma descontextualização do conhecimento, que possa valer para qualquer



momento histórico, qualquer pessoa e qualquer lugar. Torna-se, portanto, universal e transcendente da experiência individual. Ou seja, por esse ângulo, o conhecimento

comunitário e local, que é transmitido por via das autoridades, é contextualizado e impreciso (JOVCHELOVITCH, 2008). Desse jeito, o renascimento (e em consequência, a modernidade em si mesma) busca uma reflexividade, definida como a colocada em dúvida do que já está estabelecido socialmente (GIDDENS, 2008, EISENSTADT, 2001) - tradicional, portanto. É preciso um método universal que guie até o conhecimento fiável, que é comprovado empiricamente e é compartilhável por diferentes mentes. É este conhecimento, desse ponto de vista, que permite que o homem possa se libertar das amarras da tradição e se tornar autônomo em sua vontade (FERRARA, 1998). Este conhecimento é tão aperfeiçoado que abre até mesmo a possibilidade de se fazer previsão do futuro, no caso do progresso (CHALMERS, 2006, SANTOS, 1998). Assim, o projeto moderno coincide, simultaneamente, com o renascentista, com a ciência moderna e com o pensamento de esquerda (BOBBIO, 2001) em um ponto: a busca da autonomia (CHAUÍ, 2006) por vias de um conhecimento universal. Esse saber universal desemboca na noção de público, que também é descontextualizado e que dá origem à esfera pública, o espaço de circulação livre de ideias (HABERMAS, 1984) que se gere pela lógica

<sup>1</sup> Tal como dito em uma entrevista concedida por uma historiadora: "Esse tipo de comportamento poderá se repetir a qualquer momento, abre um precedente gravíssimo" (PAIVA, 2016), e em duas postagens intitulada "Conhecer para não

repetir: 12 filmes para estudar a ditadura militar" (CONHECER, 2016) e "Ditadura militar: lembrar para não repetir" (DITADURA, 2014).

do conhecimento descontextualizado e que regula, assim, o próprio Estado - este que pode ficar insensível aos problemas humanos por se focar em seus protocolos, característica comum na dominação de tipo burocrático (WEBER, 1999).

Se o conhecimento tradicional era mais dado a ser unido na figura do sábio e se referia, basicamente, ao passado (JOVCHELOVITCH, 2008), já a ciência moderna busca segmentar o conhecimento verdadeiro em partes menores, nas disciplinas (SANTOS, 1998), o que permite a Lévi-Strauss (1996) colocar a história entre parênteses, por exemplo. Por essa razão, há uma série de disciplinas e de áreas que ajudam na consecução desse objetivo, o de descobrir um conhecimento. O domínio de, ao menos, uma dessas disciplinas conduz o indivíduo a enxergar o mundo de maneira descontextualizada e, portanto, purificada.

A História, desse ponto de vista, cumpre com um papel nesse projeto moderno: o de substituir a narrativa da tradição (alicerçada na autoridade de um ancião) pela narrativa reflexiva da evidência, que é capaz de persuadir alguém a acreditar de maneira voluntária (ou autônoma). Assim, a razão é sedutora. Diferentemente do ancião que explica o *status quo*, a História, por ser ciência moderna, pode se colocar como crítica ao estado de coisas. A compulsoriedade dessa crítica é o que dá a tônica da corrente crítica, e isso é uma coincidência com o pensamento de esquerda. Assim, a frase “conhecer para não repetir” expressa toda essa herança reflexiva em uma simples sentença, ao mesmo tempo em que dá uma utilidade pragmática para a disciplina histórica: conhecer aquilo que é ruim através de evidências para que, por ação racional autônoma, se possa literalmente construir a realidade social. Se Che Guevara, por exemplo, além de escrever militava “indo a campo”, cabe aos

historiadores que comungam dessa vertente “militarem” na investigação guiada por esses axiomas. A existência de muitos historiadores que partem dessas ideias pode originar um fenômeno que já acontece com as ciências sociais atualmente: a ótima aceitabilidade acadêmica de temas que remetem a essas temáticas mais denunciadoras, ou mais voltadas para políticas públicas.

### Representações Sociais e Efeito Borboleta

Todo esse projeto moderno, no entanto, sofreu várias críticas. Algumas delas afirmam que a modernidade como descrita anteriormente é inviável - seja pela impossibilidade do conhecimento ser, de fato descontextualizado, seja porque a ética pública e purificada exigida não é possível para os indivíduos (DULLO, 2012). Diante dessas críticas, três caminhos para resolver essas deficiências são possíveis: (a) ou o abandono total da modernidade, como fizeram, por exemplo, algumas correntes pós-modernas (VANDEBERGUE, 2014) e (b) a reafirmação desse projeto a partir de outras estratégias, mas preservando seus objetivos e (c) a sua transformação levando em conta novos tempos. Com ou sem críticas, a dinâmica histórica não seguiu essa dinâmica *esperada e descrita*. Assim sendo, mesmo que o projeto moderno possa ser o melhor de fato quando comparado a outros, ele não cumpriu com toda a sua promessa, pois não conseguiu seduzir a todos os indivíduos - o que é um dos seus pilares: a igualdade autônoma pela vontade de todos.

É interessante notar que a teoria pareceu associar essa limitação moderna como incorporada no projeto positivista e, assim, a sua crítica pareceu reanimar a ciência histórica nas mesmas bases modernas, porque superar o positivismo é como



superar os problemas modernos. Substitua-se a evidência documental (positivista) por outras qualidades de evidência; substitua a teleologia mundial (positivista, mas também marxista) por estudos mais localizados. Apesar de todas essas mudanças, a utilidade prática, porém, permaneceu sendo a moderna: conhecer o passado para não o repetir. Isso tem a ver, também, com uma concepção de tempo, que na modernidade é relacionada com o futuro, que “depende inteiramente do agir dos sujeitos” (LECCARDI, 2005: 40).

Essa percepção irradiou-se para a disciplina, como retrata o frankfurtiano Walter Benjamin. Nela, o autor destaca que, em geral, historiadores constroem suas narrativas com base nas relações de empatia com os vencedores. Por vencedores deve se entender não apenas aqueles que vençam batalhas ou competições, mas principalmente os integrantes das classes de elite, que detêm o poder político, econômico e bélico. No entanto, para Benjamin, os bens culturais devem sua existência não somente ao esforço de gênios ou poderosos, mas também (é mesmo de se supor que, sobretudo) “à corvéia anônima dos seus contemporâneos” (p. 225). Por isso mesmo, o autor convoca à tarefa de “escovar a história a contrapelo”, desde o ponto de vista dos oprimidos, ou dos vencidos, lançando-se em insurgência não só contra a tirania, mas contra a própria corrente histórica (MARTIN, 2015 : 20)

A questão central desse texto é a de que é impossível repetir o passado por se “domesticar” o futuro pela razão, pois isso implicaria, de certa forma: (a) em se prever o futuro e (b) a possibilidade de engajar a todos em uma ação coletiva integrada e (c) ignorar a imprevisibilidade. Agora nos resta uma escolha teórica: como abordar essa imprevisibilidade e conectá-la com um contexto maior do que o próprio caso investigado? A ciência moderna, dentro de seu sistema integrado,

consegue dar uma resposta satisfatória a essa questão - desde que não se leve em conta as críticas já elencadas. Mas, como não estamos dispostos a abraçar esse referencial, cabe a nós o esforço propositivo.

É certo que existem muitas áreas da História, como as da História Econômica, da História Cultural, da História Política, etc, nascidas após a perda de hegemonia da historiografia positivista, o “pai assassinado”:

*“Uma característica crescente da historiografia moderna é que ela tem passado a ver a si mesma – de maneira cada vez mais explícita e auto-referenciada – como um campo fragmentado, compartimentado, partilhado em uma grande gama de sub-especialidades e atravessado por muitas e muitas tendências. Fala-se hoje em muitos tipos de “história”, quando na historiografia profissional do início do século XIX os historiadores tinham uma ideia bem mais homogênea do seu ofício.” (BARROS, 2004: 18)*

Há, portanto, uma delimitação de subcampos orientada por outras disciplinas. Note-se, são subcampos que não possuem um campo, dado que, justamente, a delimitação por área impede uma união, e não se aceita o paradigma positivista, que, bem ou mal, pensava uma História-por-si. Queremos propor, aqui, que as Representações Sociais possa ser o ponto de confluência por conseguirem articular a dimensão das ideias (História Cultural, por exemplo) com a da ação (História Política, História Econômica, etc.). Mas não nos referimos a qualquer representação não-adjetivada, como as de Chartier e de Nora. Acreditamos que as que fazem a ponte com mais agudez sejam as representações sociais de Serge Moscovici, que implicam a teoria e a prática de um jeito todo seu.

O que viriam a ser as Representações Sociais moscovicitas? São modalidades de conhecimento

que se articulam por tentativas de duplicação de algum item material ou ideal. Uma pessoa realiza julgamentos a partir de o quanto ela julga algo ou alguém se aproximar ou se afastar da representação nutrida (DE SOUSA, MOREIRA, 2005, MOSCOVICI, 2011). Assim, ela pode ou reforçar sua representação, a alterar, ou mesmo a mudar completamente. Na

perspectiva de Moscovici, grupos têm tendências - mas não um destino - de compartilhar as mesmas representações com referentes a determinados assuntos. Por mais que existam as representações hegemônicas - aquelas compartilhadas por todos grupos, seja na adesão, seja na sua recusa - há aquelas representações próprias dos grupos, que são as emancipadas (MOSCOVICI, 2011). É importante ressaltar que o estudo histórico consegue mostrar que algumas representações que eram emancipadas em alguma época podem se tornar hegemônicas em outras, algo que Durkheim já ilustrou quando falou sobre a moralidade cristã, que foi emancipada na idade antiga.

Nesse sentido, as representações sociais possuem uma infinidade de temas possíveis, visto que o mundo social é infinito por si só (WEBER, 1999). Assim, existem representações políticas, representações econômicas: com elas é possível dar um sentido possível para os acontecimentos com esse recorte e, assim, abordar os diferentes fenômenos por uma metodologia semelhante e que



permita um diálogo maior entre as abordagens, que passam, assim, a ser complementares.

As RS transformam o não familiar em familiar a partir de dois momentos, usualmente expostos como sequenciais, mas que, na verdade, são simultâneos: a ancoragem e a objetivação. Na ancoragem, o indivíduo compara um estímulo exterior (ideia, fato ou pessoa) com os seus

conhecimentos prévios, adquiridos de sua vivência e utilizados para significar o mundo (DE SOUSA, MOREIRA, 2005: 98).

Já a objetivação ocorre quando o indivíduo se convence de que aquilo que percebeu possui concretude e que faz parte do mundo objetivo, interagindo, também, com outros indivíduos: “A objetivação consiste em uma “operação imaginante e estruturante” pela qual se dá uma “forma”, ou figura, específica ao conhecimento acerca do objeto” (DE SOUSA, MOREIRA, 2005: 98).

No caso da ciência história, esta é uma representação social intencional - ao menos o pretende - e não espontânea, e tenciona ser construída justamente através de procedimentos científicos. No método científico, os cientistas precisam “demonstrar” publicamente as suas ancoragens para que a comunidade científica confira validade à sua pesquisa, pois assim ela poderá ser replicada e criticada pelos caminhos que tomou.

As representações sociais existem nos grupos e pertencem a eles. Todavia, estes grupos estão interagindo constantemente e, da sua interação resultam alguns acontecimentos e estes são a base do trabalho do historiador - porque o historiador lida com a imanência do passado, com aquilo que deixou de ser potencial, tornou-se um ato e produziu a evidência, uma atividade de peneirar. Mas, enquanto as representações estão sendo cotidianas, não existe um parâmetro para a sua seleção: elas interagem de maneira imprevisível de caótica. Por essa razão, para pensar a dinâmica temporal das representações sociais, sugerimos a teoria física do efeito borboleta:

*"Ironicamente, a busca de leis determinísticas baseada em observações replicáveis avançou nas ciências sociais justamente na época em que a física evoluiu para uma visão de incerteza e estocasticidade (mecânica quântica, o princípio de Heisenberg etc.). Uma nova metáfora estruturante é a do efeito borboleta, discutido por Lorenz (1963) em seu trabalho sobre meteorologia que mostra, contradizendo Laplace, como incertezas mínimas nas condições iniciais impossibilitam prever o comportamento em um sistema complexo (por exemplo, é quase impossível prever o tempo com mais de oito dias de antecedência)" (BUSCHBACHER, 2014: 13)*

Assim, propomos que o tempo historicamente investigável é aquele que se constitui em uma sucessão de representações sociais que se convertem em atos (a amostra empírica), cuja transformação acontece pelo contato constante entre elas e que gera sucessivos cenários - a verossimilhança histórica está na correspondência da representação produzida (seja ela artística ou resultante de pesquisa) com esse cenário construído e que estabelece as condições de possibilidade temporal. A previsibilidade integral dessa dinâmica das representações é impossível e, mais ainda: o fluxo das representações não é controlável. Tentativas são feitas, por

exemplo, com a Educação ou com a própria ditadura e o controle da imprensa, aquelas que tentam tornar determinadas representações mais circulantes do que as outras e, para isso, utilizam-se de instituições. Mas de maneira nenhuma elas conseguem suprimir permanentemente outras representações, o que inviabiliza de vez, na nossa interpretação, o "conhecer para não repetir". Esta passa a ser uma frase que, como vimos, explicita uma utilidade do saber histórico para um setor da sociedade. Mas a interação que a internet possibilita e resultados de eleições recentes podem muito bem apontar que esse setor que se sente contemplado é minoria, o que faz com que essa utilidade seja compartilhada por poucos. E se apenas um grupo percebe essa utilidade, a própria disciplina fica ameaçada em sua continuidade.

### Considerações Finais

Este ensaio lidou com uma problematização da frase "conhecer para não repetir", muito comum em slogans de congressos ou eventos científicos centrados no acontecimento da chamada ditadura militar de 1964 e seus desrespeitos aos Direitos Humanos, estes últimos declarados pela Organização das Nações Humanas em 1945. Após investigar as origens da frase, lançamos uma interpretação de porque ela pode ser tão expressiva de uma longa tradição. Por fim, apresentamos uma síntese teórica que aponta para o porquê essa frase não nos parece verdadeira, ademais de não servir como uma justificativa para a existência da própria área.

Em um país em que predomina o setor de serviços e no qual a maioria das pessoas em idade escolar não está na escola - além de os laços comunitários não serem fortes como outrora, o que não deixa nem mesmo a figura do sábio para ser preenchida -

fica fácil de se perder o motivo de porque a História é útil, tanto a nível acadêmico como no cotidiano. Mesmo que ela seja óbvia para os historiadores (como a ideia do “conhecer para não repetir”), não significa que ela vá ser considerada da mesma maneira por outras pessoas. E nem sempre é uma questão de alienação: talvez haja um problema comunicativo justamente porque muitos historiadores operam com a chave moderna diante de uma realidade multicultural. A disciplina História, definitivamente, é reconhecida como importante em no mínimo três ambientes: no acadêmico - servindo como dado contextualizador de pesquisas em revisões bibliográficas ou como parâmetro de comparação - no cultural - museus e exposições - e no escolar - onde se quer que os alunos aprendam a disciplina, mesmo que membros da sociedade civil discordam do que deva ser ensinado, vide discussões como as da Escola Sem Partido ou da Lei Brasil Sem Homofobia. Mas parece que, no fim das contas, crianças devem aprendê-la e os adultos (fora da área acadêmica e cultural) a esquecer. Talvez a erudição não seja o caminho de entrada adequada para que a História adquira uma importância que transcenda esses ambientes já consolidados.

Talvez seja possível, também, para fins reflexivos, chamar a crítica que Bourdieu realiza à biografia/história de vida:

*“Para o autor, utilizar o método de história de vida é como enxergar o indivíduo isolado, sem uma conectividade, é ignorar que há uma sociedade o regendo, sem compreender que o indivíduo possui diferentes trajetórias e posições em diferentes campos da vida social” (MARINHO, 2018, p. 23).*

Textos de historiadores, muitas vezes, focam-se na dimensão da narrativa e os conceitos não

aparecem como ferramentas de análise, mas sim como recursos para não se repetir palavras e deixar o texto exaustivo para o leitor. Não pretendemos aqui entrar em textos específicos<sup>2</sup>, apenas apontar para a tendência observada em produções da área, e não queremos estigmatizar pesquisadores ou trabalhos em prol do campo em si.

Outro ponto passível de crítica é o constante acesso ao “representativo”, para se pensar períodos do passado. O objeto de um historiador consegue mostrar o quanto a realidade pode ser complexa, não é necessário que ele seja representativo de uma era para que ele seja legítimo. É comum observar expressões como “primeira vez” de tal evento: o evento, em si, é só a concretização de representações que já circulavam, ele não institucionaliza essas representações, dado que não existe continuidade se não houver adesão dos indivíduos.

Concluimos esse texto relatando uma vivência com historiadores que talvez justifique a tessitura deste texto. Os profissionais da área pareceram muito focados na parte dos dados históricos, o que deixa a comunicação com outras pessoas e com outras áreas mais dificultada, além de trazer uma grande responsabilidade: o historiador, aparentemente, precisa saber todos os dados sobre todas as épocas, e, se não as souber, será inquirido desta maneira: “mas você não cursou história?”. Apesar de ser admirável o modo como os historiadores conseguem concatenar uma série de informações em uma narrativa - o que não é uma tarefa fácil, porque o mundo social produz infinitos dados - o objetivo da ciência não é propriamente a de produzir fontes de dados apenas, mas a de integrá-los em um olhar domesticado (DE

<sup>2</sup> Na convivência nas disciplinas, pudemos observar as reações a pesquisadores que questionam a área, como Rayden White,

que era acusado de dizer que a história é literatura, ou Francis Fukuyama, que aparentemente apontaria para o fim da história.

OLIVEIRA, 1993), o que conduz, muitas vezes, a análises mais voltadas para a “lógica” do que para o cotejo dos dados com os referentes teóricos - o que conduz mais facilmente a anacronismos. Isso também se reflete em frases que se tornam clichês, tais como “cada vez mais”. Confiar a relevância da área à memória do seu profissional pode ser um verdadeiro tiro no pé, porque dessa operação pode resultar uma descrença nele próprio - ou na área como um todo, já que na era digital a informação circula através da internet. Se da primeira é possível haver resolução, da segunda os resultados são mais dramáticos.

**Ricardo Cortez Lopes** é membro do Instituto Federal Rio Grandense (campus Gravataí), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## Referências

- BARROS, J. d'A. Os Campos da História: uma introdução às especialidades da História. *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas, v. 16, p. 17-35, 2004.
- BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda razões e significados de uma distinção política*. Unesp, 2001.
- BUSCHBACHER, Robert. A Teoria da resiliência e os sistemas socioecológicos: como se preparar para um futuro imprevisível?. 2014.
- CHALMERS, Alan Francis; FIKER, Raul. *O que é ciência afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CHAUÍ, Marilena. *Intelectual engajado: uma figura em extinção: o silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CONHECER para não repetir: 12 filmes para estudar a ditadura militar. Blog Educação. 2016. Disponível em: <http://blog.educacao.mg.gov.br/?p=12608>. Acesso em: 28/02/2016
- DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Unesp, 1993.
- DE SOUSA, Célia Maria Soares Gomes, MOREIRA, Marco Antonio. Representações Sociais (Social Representations). In: MOREIRA, Marco Antonio. *Representações mentais, modelos mentais e representações sociais: textos de apoio para pesquisadores em educação em ciências*. Porto Alegre: Instituto de Física - UFRGS, 2005.
- DITADURA militar: lembrar para não repetir. Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região. 2014. Disponível em: [http://spbancarios.com.br/03/2014/ditadura-](http://spbancarios.com.br/03/2014/ditadura-militar-lembrar-para-nao-repetir)
- [militar-lembrar-para-nao-repetir](http://spbancarios.com.br/03/2014/ditadura-militar-lembrar-para-nao-repetir). Acesso em: 28/02/2016
- DULLO, Eduardo. Artigo bibliográfico após a (antropologia/sociologia da) religião, o secularismo? *Mana*, Rio de Janeiro v. 18, n. 2, p. 379-392, 2012.
- EISENSTADT, Shmuel Noah. *Modernidades múltiplas. Sociologia, problemas e práticas*, Lisboa, n. 35, p. 139-163, 2001.
- FERRARA, Alessandro. *Reflective authenticity: Rethinking the project of modernity*. Psychology Press, 1998.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- LECCARDI, Carmen. Para um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. *Tempo social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 35-57, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MARINHO, Daniel Lapenda. *Trajetórias de Alunas E Alunos Transgêneros nos Ensinos Básico e Superior Em Porto Alegre, RS*. 2017. 98f. Trabalho de Conclusão (Graduação em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- MARTINS, Alice Fátima. Nem de centro, nem de borda: outros cinemas e seus fazedores. In: CHARRÉU, Leonardo; DE OLIVEIRA, Marilda Oliveira (org.). *Pedagogias, Espaços e Pesquisas Moventes nas Visualidades Contemporâneas*. Goiânia: Gráfica da UFG, 2016.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- PAIVA, Thais. *Para não repetir o passado*. Carta Educação. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/entrevistas/para-nao-repetir-o-passado/>. Consultado em: 28/02/2018
- SANTAYANA, George. *The Life of Reason Or The Phases of Human Progress: Reason in Religion*. Internacional: Gutemberg, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos avançados*, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988.
- VANDEBERGUE, Frederic. *Idéias-Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP*, v. 5, n. 1, v.9, 2014.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, 1999.

## Artigo

# ***DO ENCONTRO ENTRE DEUS E A RAZÃO NASCE O NOVO HOMEM: ANÁLISE DE UM DIÁLOGO METAFÍSICO SOBRE O AMOR ENTRE O SAGRADO E O PROFANO EM A RELIGIOSA PORTUGUESA, DE EUGÈNE GREEN***

*Por Melissa G. Boëchat*

**Resumo:** Este artigo discute a relação existente entre o sagrado e o profano, tendo como fundo o conceito de Amor experienciado pela personagem Julie, no filme *A religiosa portuguesa*, de Eugène Green.

**Palavras-chave:** A religiosa portuguesa; relação sagrado-profano; literatura e cinema.

**Abstract:** This paper discusses the relationship between the sacred and the profane, based on the concept of Love experienced by the character *Julie*, in Eugène Green's *The Portuguese Nun*.

**Keywords:** *The Portuguese Nun*; sacred-profane; literature and cinema.

O encontro que inevitavelmente se dá em todo Homem, em algum momento de sua vida, entre sua essência material – de certa forma presa ao mundo palpável, aos prazeres do mundo, comumente ditos "profanos" – e sua essência espiritual, a alma, o ser em si, sempre é carregado de conflitos, dúvidas e, em certa medida, uma sensação de desequilíbrio e incompletude.

Sobre tal conflito, a humanidade guarda inúmeras manifestações. Em vários períodos da História, muitas foram as expressões que abordaram o tema: o Barroco, por exemplo, preocupando-se com a inevitabilidade da morte, buscou a necessidade de

se viver a vida – nas expressões artísticas do período, a morte e tudo o que a ela se relacionava eram motivos frequentes.

Em pinturas e gêneros literários, bem como na Filosofia, o embate entre a Razão e o Divino, e a busca da real essência do Amor, sempre tiveram um espaço de destaque, como é possível observar em obras de grandes escritores – como em *Werther*, de Goethe –, e em obras de poetas de todos os cantos do mundo, como na poesia mística espanhola e em vários poemas de Fernando Pessoa, apenas para mencionar alguns exemplos.



Na Antropologia e na Arqueologia, vários são os estudos sobre civilizações inteiras que guardavam para o além-morte a esperança das respostas que buscavam ao longo de toda sua vida, corroborando com achados e evidências a preocupação do Homem de encontrar respostas para o enigma da existência.

A busca por uma Verdade (talvez aquela que libertaria o Homem do ciclo incessante de buscas no mundo da matéria em que vive), para um sentido da vida, em uma esfera outra que não a ordem do mundo material, que seria capaz de dar conta dessa instabilidade gerada por um anseio de compreender-se uno, frente a uma incapacidade de realmente perceber que somos múltiplos, encontra nas expressões religiosas uma possível fonte de equilíbrio emocional que, bem orientada, pode possibilitar à humanidade o entendimento de si e de sua existência. Afinal, as diversas manifestações religiosas têm como fundamento e princípio trazer ao Homem uma explicação sobre nossa permanência neste plano, com base em valores e ensinamentos que fariam com que passássemos por esta existência em uma vivência harmoniosa com os outros seres.

Deste modo, e como função primordial da Arte, também a Literatura e o Cinema tiveram como tema de várias obras o aspecto religioso, unido a

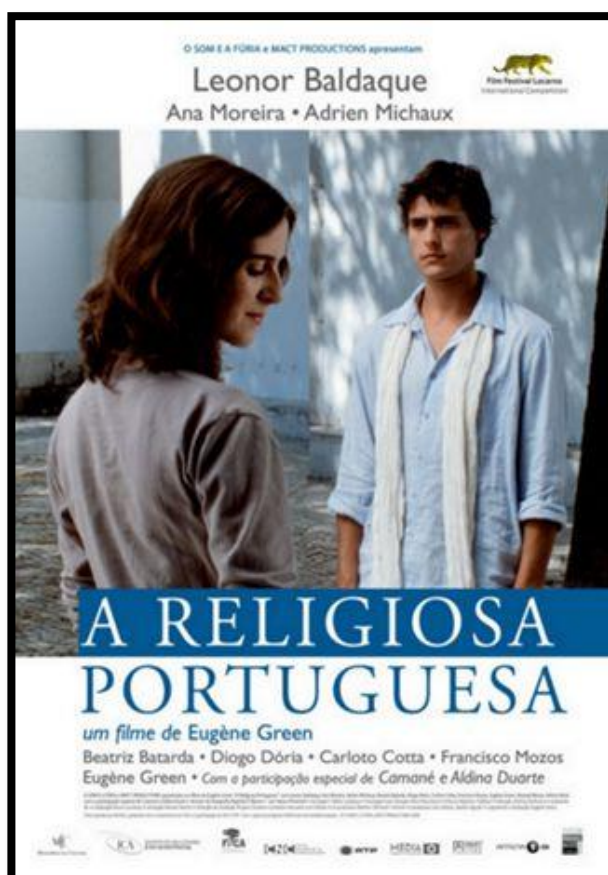
questões que parecem desde sempre inquietar nossas almas: o que fazemos neste planeta? Há algo superior que nos guia e orienta? Como podemos elevar nosso espírito e sermos pessoas melhores, seja nesta vida ou em outra, caso haja, independentemente do nome que dermos a ela ou como a vejamos – reencarnação, ressurreição, evolução espiritual?

Dentro desse panorama, o filme *A religiosa portuguesa*, de 2009, dirigido por Eugène Green,

traz à baila o conflito entre corpo e espírito, matéria e essência, o profano e o sagrado, vivenciado pela personagem Julie, em diálogo com outros personagens que são responsáveis por iluminar essa discussão que aqui se propõe como objeto de análise.

Não se trata aqui de dissecar as exaustivamente já discutidas teorias de relações entre as duas artes – Cinema e

Literatura –, cada uma com uma linguagem que lhe é própria. Tampouco este artigo se volta a uma análise comparativa entre as duas expressões. Almeja-se, apenas, trazer à luz uma reflexão, norteadas e possibilitadas pela Sétima Arte, sobre os cruzamentos e diálogos que engendram na alma humana uma dualidade entre matéria e espírito, representados e discutidos por meio do filme de Green.



### ***A religiosa portuguesa* - uma breve sinopse**

Julie é uma atriz francesa, filha de mãe portuguesa, que chega a Lisboa para a filmagem de uma película intitulada *A religiosa portuguesa* – também título da obra analisada, como em uma caixa chinesa ou bonequinhas russas que contêm em si a essência de todas as demais.

No filme que será rodado na capital lusitana há apenas três atores, e nenhum deles tem qualquer fala. Apenas Julie narra, em *off*, um poema do século XVII. O silêncio, portanto, no filme dentro do filme (em que ela interpreta uma religiosa que vive um amor proibido com um oficial dentro dos muros do convento) diz sobre a impossibilidade de diálogo entre os mundos pelos quais ela transita.

Ao longo da narrativa são apresentados os conflitos atravessados pela protagonista – uma vida repleta de amores profanos e passageiros, que fazem com que Julie seja uma mulher infeliz, ainda que afirme o contrário. Dentro do cenário de uma Lisboa solitária e, ao mesmo tempo, fascinante, se desenrola o encontro entre o universo material e o universo espiritual que irá culminar no nascimento de uma nova mulher, a partir de um encontro epifânico em que a religiosidade – no caso, a católico-cristã, expressão máxima em Portugal – é capaz de trazer à personagem o sentido que ela buscava para sua existência, a partir da compreensão da verdadeira essência divina que na obra está representada pela polaridade existente entre a figura de Deus – o Deus cristão católico, mas que poderia bem ser a imagem do divino presente em outras expressões religiosas ao redor do mundo – e a essência da natureza humana, em suas paixões e sensações, vivenciadas por Julie.

O encontro final entre os dois polos – aqui apresentados sob os pares matéria e espírito, Razão e sentimento religioso – pode ser lido como o caminho de ascensão ao terceiro vértice do triângulo, tão buscado por aqueles que procuram a evolução espiritual: o entendimento da unidade do Homem, possível apenas a partir do conhecimento e do equilíbrio entre suas duas naturezas.

### **O diálogo entre o profano e o sagrado**

É a partir do diálogo estabelecido entre Julie e Irmã Joana – uma freira que todas as noites reza, sem dormir, em uma capela próxima à pousada em que Julie está hospedada – na última noite da artista em Lisboa, que se estabelece a fusão entre os mundos aparentemente díspares que coexistem dentro da protagonista, e, por extensão, dentro de cada um de nós.<sup>1</sup>

Dentro de uma perspectiva filosófica se desenrola uma conversa rápida, embora profunda, entre as duas personagens femininas da trama, durante a qual Julie busca encontrar uma explicação para suas questões materiais (a solidão, a tristeza, o amor profano) e também para as dúvidas que atormentam seu espírito (o que é o amor, como amar, onde encontrar a vida). Entre perguntas e respostas curtas, que abordam metafisicamente dois temas principais – o Amor e a Vida –, surge a discussão sobre a oposição entre a Razão e o Divino:

*Irmã Joana - As pessoas já não podiam acreditar que Dom Sebastião ia regressar. Porque já havia um rei no trono. Em cada festa, atacavam e queimavam pessoas no Rossio, mas ninguém pensava que essas pessoas eram inimigas de Deus, nem que os executores eram os seus servidores. Restava apenas acreditar na Razão. Foi então que começou o cerco de Deus.*

<sup>1</sup> O diálogo completo entre Julie e Irmã Joana encontra-se transcrito ao fim desta análise, em anexo.

*Julie - Por que motivo a Razão haveria de ser inimiga de Deus?*

*Irmã Joana - Porque Ele é real, e a Razão, não. A Razão não se encontra nem no homem, nem no mundo. Ainda menos em Deus.*

*Irmã Joana - Nas minhas orações procuro o Verbo encarnado.*

*Julie - Já o encontrou?*

*Irmã Joana - Penso que sim, por um momento.*

Irmã Joana é referida como uma Santa, aquela que passa todas as noites em claro, em busca de um encontro com Deus. Por isso é a ela a quem Julie recorre, no intento de encontrar um sentido para as experiências tumultuadas de sua vida. No trecho mencionado anteriormente, é clara a visão que a religiosa tem do aspecto divino da vida: apenas Deus é real, e a Razão não poderia, por ser um elemento do mundo material, unir-se a ele na construção de uma unidade do espírito.

Aqui, troca-se o horizonte de expectativas sobre o sentido do real. Aquilo que o Homem sente dentro de si é tido como a verdade: o sentimento do amor e da presença divina; ao passo que a Razão – criação da mente humana – entra em cena para suprir uma falha que supostamente o aspecto divino não seria capaz de cobrir. Os conflitos históricos pelos quais passou Portugal são atribuídos por ela à crença na Razão em detrimento da fé em seu aspecto religioso.

Entretanto, ao longo da conversa, a fusão entre o mundo da Razão e o mundo divino se desenvolve, quando as duas mulheres resolvem discorrer sobre o Amor:

*Julie - Como distinguir esse amor do amor profano?*

*Irmã Joana - Só existe um amor.*

*Julie - Há muito que o procuro, mas continuo prisioneira do mundo.*

*Irmã Joana - Ele também se encontra no mundo.*

*Julie - Só amei seres de carne.*

O Amor, portanto, seria o elo capaz de fundir os dois universos – o da matéria e o do espírito –, trazendo ao Homem o equilíbrio e a unidade que lhe confeririam a estabilidade buscada para seu desenvolvimento espiritual. Para Julie, há culpa em dedicar-se a um amor carnal, profano, como ela mesma relata; Irmã Joana, entretanto, rebate este pensamento ao afirmar que apenas existe um tipo de amor. Anteriormente, em uma conversa com o diretor do filme que irão rodar em Lisboa, Julie é questionada sobre se não seria mais feliz se tivesse apenas um amor durante toda sua vida, ao que ela replica com a pergunta: há, desde o início até o fim da vida, sequer um amor verdadeiro?

A descrição deste Amor também se faz presente na obra de Santa Teresa d'Ávila, também conhecida por Santa Teresa de Jesus, e de San Juan de la Cruz. Os dois poetas representantes da poesia mística espanhola travaram um profundo e metafísico diálogo em que o equilíbrio entre o que entendemos muitas vezes por "profano", relacionando o termo às coisas do mundo da matéria, e o sagrado, existe quando alcançamos a verdadeira compreensão de que o Amor, ou Deus, estão presentes "no mundo", "fora dos muros do convento". Falando às freiras sobre as obrigações do cotidiano, Teresa é precursora do pensamento de Irmã Joana:

*"Não as via há bastantes anos; e, perguntando-lhes eu em que os haviam passado, me diziam que todos em ocupações de obediência e caridade. Por outro lado, achava-as tão medradas em coisas espirituais que me espantavam. Eia pois, filhas minhas! Não haja desconsolo quando a obediência vos trouxe empregadas em coisas*

*exteriores. Entendei que até mesmo na cozinha, entre as caçarolas, anda o Senhor...<sup>2</sup>,*

nos diz a religiosa, que também trouxe em sua vida as marcas do conflito entre o mundo profano e o mundo religioso:

*"Enemiguísima de monja", dice ella, pero Dios la quería monja. Y entra a los dieciocho años en el convento carmelita de la Encarnación, en la misma Avila, ciudad que Teresa hará célebre en toda la Iglesia.*

*Metida en la clausura, Teresa no es una monja demasiado buena. Porque se empeña en unir las dos vidas: la de chica seglar, aunque sin caer en nada malo, y la de religiosa de oración. Pero eso es querer mezclar el agua con el aceite. Y así durante bastantes años. Hasta que un día traen al convento una imagen de Jesús paciente, destrozado por las llagas, agujereada la cabeza con las espigas, y con las hendiduras de los clavos en manos y pies. Teresa se encuentra así con Jesucristo en su imagen dentro del coro. Se estremece, se desata en lágrimas..., ¡y se acabó para siempre esa vida medianucha! En adelante, ¡toda para Jesús!<sup>3</sup>*

Este seria o Amor ao que Irmã Joana se refere, e que Julie afirma buscar ao longo de sua vida. Tal Amor só poderia ser encontrado no momento em que déssemos à luz uma nova vida. Julie confunde esse ato com a maternidade, ao que Irmã Joana rebate, afirmando que todos nós, homens e mulheres, trazemos em nós uma nova vida, que nasce a partir do momento em que encontramos o equilíbrio entre o Divino e o mundo da Razão, entre o espírito e a matéria, sendo que nos dois universos não há culpa ou pecado, pois tudo faz parte da mesma essência divina que reside no Amor que encontramos por tudo aquilo que nos cerca.

Para Teresa de Ávila, foi o encontro com a imagem do Cristo em sofrimento o gatilho para a compreensão do Amor, que Julie por fim encontra e compreende ao conversar com Irmã Joana. Ela observa os encontros que teve em Lisboa e percebe-se capaz desse amor único não na esfera Divina, como a própria Irmã Joana ou Teresa de Ávila, mas na esfera material: Vasco, um garotinho órfão com quem ela se encontra em seu primeiro dia de andanças pela cidade e por quem passa a nutrir especial afeto, dá a ela a compreensão de que Deus e o Amor real, além das panelas, também pode ser encontrado aos pés de uma escadaria, em uma cidade desconhecida.

Deste modo, as discussões aqui apresentadas em textos literários e, em especial, no filme de Eugène Green, sobre o Amor, demonstram que sob uma perspectiva religiosa em que o que habita o domínio do sagrado também faz-se presente no universo dito profano, cotidiano. O Amor, sendo apenas um Amor, é o elemento capaz de unir o Humano ao Divino, fazendo com que o homem talvez reencontre aquele "elo perdido" que procura desde o início dos tempos, para realizar sua fusão com seu mundo etéreo, desconhecido, aquele não dominado pela Razão e o qual acreditamos ser a origem de tudo.

---

**Melissa Gonçalves Boëchat** é Professora Adjunta de Literatura da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); e Professora colaboradora do PROMEL - Programa de Mestrado em Letras-Teoria Literária da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

---

<sup>2</sup> O trecho aqui transcrito encontra-se no *Livro das Fundações*, de Santa Teresa de Ávila.

<sup>3</sup> "Completamente inimiga de monjas", disse ela, mas Deus a queria monja. E aos dezoito anos de idade, ingressa no convento carmelita da Encarnação, na mesma Ávila, cidade que Teresa torna célebre em toda a Igreja. Enclausurada, Teresa não é uma boa monja. Porque se empenha em unir as duas vidas: a de garota comum, ainda que sem cair em tentações, e a de religiosa. Mas isso é querer misturar a água com o azeite.

E foi assim por muitos anos. Até que um dia levam ao convento uma imagem de Jesus paciente, destruído pelas chagas, com a cabeça perfurada por espinhos, e com as feridas dos pregos nas mãos. Teresa se encontra com a imagem de Cristo dentro do coro. Estremece, se desata em lágrimas... e chega a termo essa vida dividida! Dali em diante, ela é toda para Jesus! (trad. da autora)

## Referências

- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência de religião*. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GREEN, Eugène. *A religiosa portuguesa*. Lisboa, 2009. Filme.
- JESUS, Santa Teresa de. *Livro das Fundações*. Disponível em

- <http://teresadejesus.carmelitas.pt/ficheiros/noticias/Fundacoes.pdf>. Acesso em 15-out-2017.
- MENDONÇA, José Tolentino. In *Diário de Notícias*. Ilha da Madeira, 03-07-2011.
- RIIAL: *Santa Teresa de Jesus* (009). Disponível em: <http://www.riial.org/evangelizacion/009%20Santa%20Teresa%20de%20Jesus.pdf>. Acesso em 29-jul-2017.

## Anexo: Diálogo entre Julie e Irmã Joana

*J - Como se chama?*

IJ - Irmã Joana. Tomei este nome por causa de Joana D'Arc.

*J - Tem ambição de levantar um cerco?*

IJ - Sim. Consegue estar de pé?

*J - Sim. Já estou bem. Mas que cerco quer levantar?*

IJ - O cerco que fazem a Deus.

*J - Onde?*

IJ - Deus está cercado em mim.

*J - Mesmo em si?*

IJ - Isso a surpreende?

*J - Sim.*

IJ - E no entanto, vivemos no mesmo mundo.

*J - Sim. Mas eu vivo no século.*

IJ - Deus não está fechado num convento.

*J - Eu vivo em grande quantidade de amores profanos.*

IJ - Só existe um amor, que não tem quantidade. É antes a qualidade que varia.

*J - Sou atriz. Tento mostrar a verdade através de coisas irreais.*

IJ - Deus fez a mesma coisa ao criar o mundo.

*J - No filme que estou a fazer, interpreto uma religiosa que vive um amor carnal dentro mesmo dos muros de seu convento. Passa-se no reinado de D. Afonso VI.*

IJ - Esse tipo de histórias era corrente em Portugal.

*J - Mais do que em outro sítio?*

IJ - Sim. Foi nessa altura que em Portugal as pessoas deixaram de acreditar. Por uma vez, Portugal foi um país de vanguarda.

*J - O que provocou esse avanço?*

IJ - As pessoas já não podiam acreditar que Dom Sebastião ia regressar. Porque já havia um rei no trono. Em cada festa, atacavam e queimavam pessoas no Rossio, mas ninguém pensava que essas pessoas eram inimigas de Deus, nem que os executores eram os seus servidores. Restava apenas acreditar na Razão. Foi então que começou o cerco de Deus.

*J - Por que motivo a Razão haveria de ser inimiga de Deus?*

IJ - Porque Ele é real, e a Razão, não. A Razão não se encontra nem no homem, nem no mundo. Ainda menos em Deus.

*J - Eu achava que era até uma pessoa forte.*

IJ - É a impressão que dá.

*J - E no entanto, desmaiei.*

IJ - Também sucedia a Santa Teresa.

*J - Nela, era para chamar o Serafim.*

IJ - Talvez seja a mesma para si.

*J - Mal ousou confessar-lhe a razão de meu desmaio...*

IJ - É livre de mo dizer... ou não.

*J - Estava a olhar para si e a vi desaparecer.*

IJ - Desaparecer?

*J - Em vez do seu corpo, havia o vazio.*

IJ - Talvez tenha sido nesse momento que consegui levantar o cerco de Deus.

*J - E se foi esse o caso?*

IJ - Se foi esse o caso, então devo ter me encontrado com Ele.

*J - Quando nos encontramos com Ele, desaparecemos?*

IJ - Ignoro o que o mundo vê, mas no interior de nós próprios, o encontro com Ele implica amar com todo nosso ser.

*J - Como distinguir esse amor do amor profano?*

IJ - Só existe um amor.

*J - Há muito que o procuro, mas continuo prisioneira do mundo.*

IJ - Ele também se encontra no mundo.

*J - Só amei seres de carne.*

IJ - Nas minhas orações procuro o Verbo encarnado.

*J - Já o encontrou?*

IJ - Penso que sim, por um momento.

*J - Como fazer para sermos amados por Deus?*

IJ - Amando até deixarmos de ser.

*J - Foi o que fez há pouco?*

IJ - Não o sei dizer.

*J - Por momentos, desejei a morte.*

IJ - A morte não é o amor, quando desaparecemos à força de tanto amor, deixamos de ser aquilo que não somos.

*J - E em que é que nos tornamos?*

IJ - Tornamo-nos naquilo que somos.

*J - E o que encontramos?*

IJ - A vida.

*J - Encontrar a vida é aquilo que mais desejo.*

IJ - Encontrar a vida é dar à luz; cada um o faz à sua maneira.

*J - Sou apenas um tronco de madeira levado pelo rio.*

IJ - Engana-se.

*J - O que fiz?*

IJ - Veio aqui.

*J - E aqui, em Lisboa, é que posso encontrar a vida?*

IJ - Se for aqui que consiga amar...

*J - Amar ao ponto de desaparecer?*

IJ - Amar ao ponto de dar à Luz.

*J - Não trago uma criança em mim.*

IJ - Nós todos, homens e mulheres, trazemos uma nova vida em nós.

*J - Mas então, eu sou outra pessoa?*

IJ - Nós somos todos vários seres.

*J - Aqui, sou a religiosa portuguesa.*

IJ - Como eu.

*J - E aqui, eu amei.*

IJ - Como eu.

*J - Seremos nós uma única mulher?*

IJ - É possível.

*J - Então, carregamos dentro de nós o fruto de nosso amor...*

IJ - Sim.

*J - Então, é aqui que vamos dar à Luz.*

IJ - Sim.



---

## Artigo

# ***MOTIVAÇÕES, CONTRADIÇÕES E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL DAS PROSTITUTAS JUDIAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX.***

*Por João Paulo Carneiro*

**Resumo:** Este artigo propõe discutir os mecanismos de autopreservação identitária das imigrantes judias que aportaram na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Não pretendemos discorrer amplamente sobre a prostituição no qual foram submetidas e também passa ao largo as demandas e processos políticos referentes às questões migratórias. Deter-nos-emos especificamente nas relações de solidariedades entre as prostitutas denominadas de forma estigmatizada como as polacas, suas estratégias de sobrevivência as exclusões sociais e como saltaram do anonimato para protagonizarem de forma a atingirem a preservação da memória social do grupo.

**Palavras-chave:** Memória social; Preservação identitária; Polacas; Prostituição

## ***Introdução***

**A**s polacas, termo designado para todas as prostitutas estrangeiras e que se tornou processualmente um rótulo que estigmatizava especificamente as mulheres judias. Oriundas do Leste Europeu que buscavam nas Américas a tão sonhada dignidade, devido os conflitos de perseguições étnicas e as condições de miserabilidade. Portanto, as judias que imigram para o Brasil nesse período são pertencentes às camadas despossuídas economicamente, traçando assim, o

pano de fundo do comércio denominado “tráfico da escravidão branca”. Entretanto, a saída fora às criações de associações de ajuda mútua para suprirem as necessidades de reafirmações de identidade étnicas e religiosas. Nasce a Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita (ABFRI), instituída em dez de outubro de 1906, construção de uma Sinagoga própria e um cemitério – Cemitério Israelita de Inhaúma, como estratégia de sobrevivência e preservação da memória social as exclusões sofridas.

Ressaltamos a relevância para a historiografia as questões que são incômodas no âmbito social, referente à pesquisa, citamos a comunidade judaica da cidade do Rio de Janeiro, que apontamos (alerta) como segmento social no esforço de lançar no labirinto do esquecimento a memória das polacas. Nessa perspectiva encontramos uma farta pesquisa documental na obra Kushnir (1996), nos fora possível vislumbrar esse universo tão doloroso para essas “guerreiras” no romance baseado em fatos reais Largman (2008) e uma contribuição singular para compreendermos as repressões sexuais da cultura brasileira e as especificidades do erotismo da colônia a contemporaneidade de Priore (2011). Quanto às questões de formação ideológica da identidade na sociedade brasileira e a construção antropológica da etnia, corroborou para a discussão do conceito de identidade Oliveira (1976) e o conceito de identidade na pós-modernidade Hall (2014) e Canclini (2013). No contraponto das interpretações do universo da prostituição estrangeira e seus códigos sociais, destaca-se a obra Rago (1991). No que tange ao processo imigratório no Brasil, temos a contribuição de Oliveira (2002).

Dito isto, parafraseamos, o historiador Peter Burke, trazer à luz da memória as recordações que as pessoas desejam esquecer como ofício prioritário do historiador. A seguir passaremos a discorrer sobre a trajetória dessas judias. De onde vieram e quais circunstâncias encontraram na cidade do Rio de Janeiro? Como resistiram à exclusão? A construção do cemitério de Inhaúma fora uma resposta de resistência e de reafirmação identitária? Sua

construção contribuíra para a preservação da memória social das polacas?

### ***Antecedentes históricos***

O velho continente encontrava-se em crise econômica e intensifica-se com o advento da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. O consenso entre os autores pesquisados quanto a principal motivação da imigração dos judeus concentra-se necessariamente no que abarca a miséria e as perseguições. Portanto sem esperanças e trabalho para o desenvolvimento de uma vida melhor viam-se obrigados a imigrar.

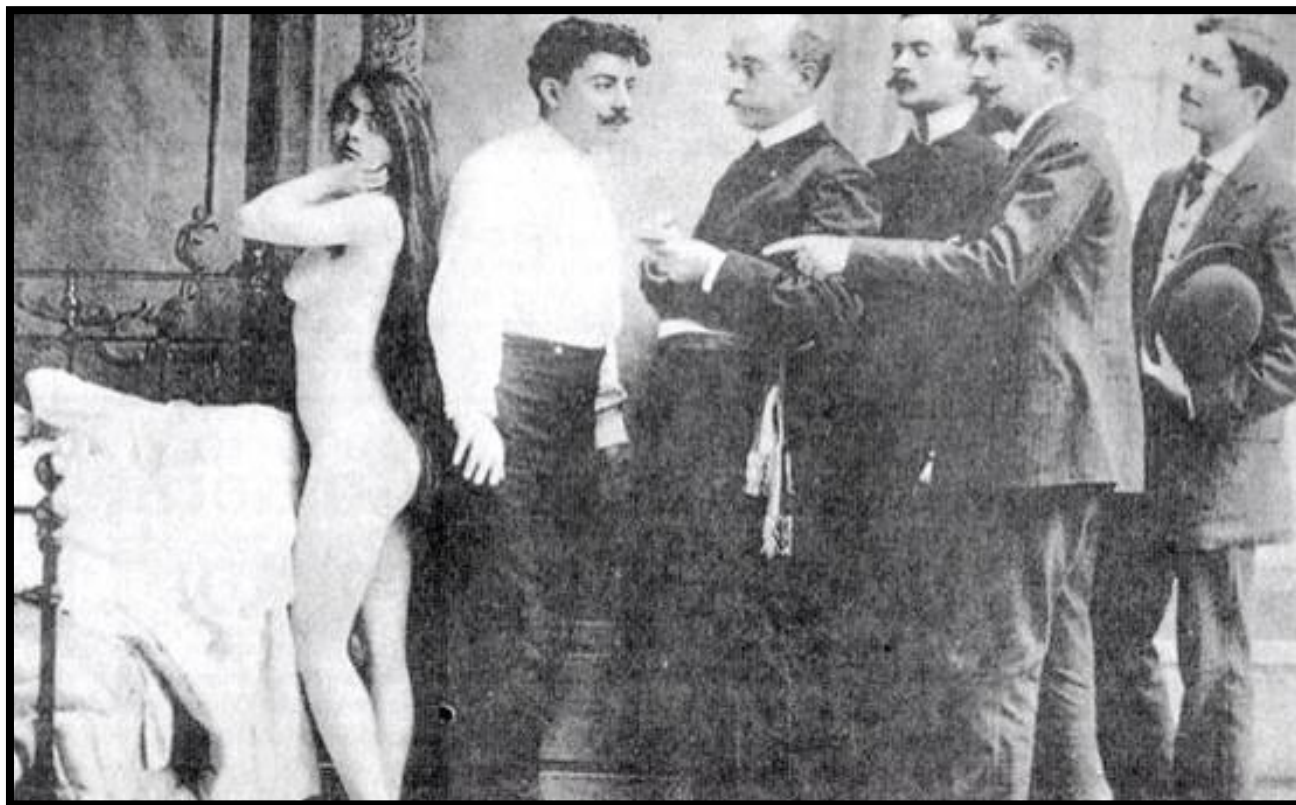
*“Assim, se em 1880, cinco milhões de judeus viviam em territórios da Europa Oriental – parte oeste do Império Russo, Polônia, Leste do Império Austro-Húngaro que incluía a Galícia e România -, sessenta anos mais tarde, quatro milhões haviam fugidos da pobreza, das ondas anti-semitas – os progms – e do serviço militar com destino às Américas, à Palestina, à África do sul, à Austrália etc”<sup>1</sup>*

Com o fim da primeira guerra e as novas políticas imigratórias brasileiras, o país se torna bastante atrativo para o aumento do contingente imigratório dos judeus do Leste Europeu. Entretanto, de acordo com a socióloga Lúcia Lippi, os imigrantes desejáveis devido às aproximações culturais foram os portugueses, italianos e espanhóis. “Os judeus configuravam o aspecto negativo em relação à cultura, língua e religião completamente diferentes”<sup>2</sup>.

Na cultura judaica havia o peso do dote no ato do casamento. No entanto, as moças judias da Europa

<sup>1</sup> KUSHNIR, *apud* BRISTOW, 1982, p.241.

<sup>2</sup> OLIVEIRA, 2002, p.17.



Leilão de polacas, começo do Sec. XX - Rio de Janeiro

Oriental eram pobres, assim, não havia possibilidade de ascensão econômica via matrimônio, devido à importância desse aspecto cultural, deu-se a criação da figura do agenciador de casamentos, ou seja, mediavam os contatos com os rapazes judeus nas Américas. "Fechando o negócio, isto é, o casamento. Muitas vezes, o tráfico de escravas brancas aparece associado a esta corretagem"<sup>3</sup>. Portanto, estamos diante de diferentes visões da trajetória da prostituição das judias denominadas polacas. A historiadora Kushnir (1996), reforça o aliciamento através dos enganos dos cáptens – agenciadores, e as condições socioeconômicas. Porém, para Rago (1992) levanta a questão como uma escolha

voluntária, defendendo o contexto que muitas já se prostituíam em seus países de origem.

*"(...) o mais importante a ressaltar é que a grande maioria das escravas brancas participava desse meio, conhecia suas regras e deseja 'fazer a América' como prostituta nos principais mercados do prazer. Apesar de todas as fantasias que cercam as histórias do tráfico, muito poucas vinham iludidas ou forçadas."*<sup>4</sup>

Entretanto Largman (2008) concilia as duas perspectivas em seu romance, isto é, admite as relações de engano e também a entrega voluntária.

*"Que destino! Com fome, enganadas, seduzidas ou estupradas, depois cobertas de vergonha e culpa, deixam-se explorar pelos malditos, a mancha do nosso povo. Como se não faltassem problemas, como se a exploração capitalista não fosse suficiente para explorar operários e camponeses. O pior é que há moças que se entregam a esses tipos voluntariamente, sabendo o que lhes aguarda."*<sup>5</sup>

<sup>3</sup> KUSHNIR, 1996, p.64.

<sup>4</sup> RAGO, 199, p.290.

<sup>5</sup> LARGMAN, 2008, p.43.

Nesse sentido, chegamos ao ponto bastante interessante e elucidativo através da conciliação das visões anteriores, a interpretação realizada por Largman (2008) de forma dramática, ficcional, no entanto, baseada em pesquisas de fatos reais. Portanto, agora temos a origem, porém, independente da origem, todas as judias estrangeiras receberam um selo erótico no imaginário da clientela dos bordéis cariocas, polacas, mulheres de uma terra distante, de culturas e hábitos diferentes, todo esse contexto abrange um atrativo extremamente erótico.

Antes de tudo devemos pensar que as referências de moda, de etiqueta, são as influências da Belle Époque, ou seja, período de grandes transformações políticas e diversas manifestações artísticas. Assim também, momento de forte moralismo e repressão sexual. A mulher, tema amplamente pesquisado por Priore (2011), encontra-se a margem de vivenciar o prazer sexual. Como figura meramente reprodutora e para tal tese buscava-se embasamento na religião, nas sanções sociais e até médicas.

Toda e qualquer referência à França trazia no seu bojo status sociais, isto é, frequentar cabarés, teatros com dançarinas de can-can, e ter relações sexuais com as prostitutas francesas era o mesmo que experimentar o que tinha de mais moderno e de mais luxuoso – as cocotes. “Por outro lado, havia as polacas, que substituíram as mulatas e as portuguesas e representavam a miséria”<sup>6</sup>. Naturalmente devido às concorrências entre as estrangeiras e as mulatas na zona do baixo meretrício da antiga Praça Onze, as polacas pela cútis clara e olhos verdes e azuis por muitas vezes se passavam por francesas para

ganharem a preferência dos clientes. Acresce que, devido aos prostíbulos “começa a surgir certa noção de prazer sexual (...). Só que, ao frequentar um bordel, o homem corria o risco de aprender práticas que ele não poderia de forma alguma transmitir à sua esposa”<sup>7</sup>. Em virtude dessas contradições sociais, as polacas, são excluídas pelo contexto social, pela comunidade judaica que a todo o momento tenta construir uma imagem identitária positiva e se não bastasse, são odiadas pela classe feminina, oprimidas ao universo do prazer, relegadas a assumirem a posição de rainha dos lares que se veem com o seu espaço ameaçado.

Tendo em vista que a noite não pertencia a uma dama do lar. A vida noturna, nas casas de espetáculos, nos cafés, nas praças, vão tomando os contornos dos ares europeus em busca dos novos lazeres e em busca dos prazeres proibidos, assim, as noites cariocas com os indesejáveis cafetões e suas amantes, suas esposas, suas mantenedoras do mercado do prazer – as prostitutas. Afinal, qualquer mulher só nas ruas, dentro dos paradigmas sociais da época, em tese, se enquadrava como uma mulher de “vida fácil”. Em suma até que provasse ao contrário, seria uma possível mercadoria para os aliciadores ou acareada pelas autoridades policiais.

### ***Colégio, sinagoga e o cemitério: solidariedade na construção da identidade***

Desde já precisamos entender que a cultura judaica está profundamente imersa em seus preceitos religiosos. De acordo com as interpretações das autoridades religiosas israelitas da Torá. “Das filhas

<sup>6</sup> PRIORE, 2011, p.85.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 87.



Túmulo de mulher israelita em Inhaúma, Rio de Janeiro-RJ>

de Israel não haverá quem se prostitua no serviço do templo, nem dos filhos de Israel haverá quem o faça”<sup>8</sup>. Do mesmo modo, aos praticantes do mercado do prazer, vetava-se a entrada das polacas nas sinagogas, nas festividades religiosas e o seu sepultamento respeitando as tradições judaicas determinando o distanciamento das demais sepulturas, ou seja, sendo enterradas junto aos muros do cemitério. Em suma nem no momento da morte havia um espaço democrático.

Largman (2008) relata em seu romance as dores e os sofrimentos da exclusão. “Sarah, inicialmente ficara revoltada por não deixarem que ela fosse dizer as preces no Yom Kippur numa sinagoga (...) era considerada impura, suja, e o desprezo (...) era insuportável”<sup>9</sup>. Assim, nasce no dia dez de outubro de 1906, na cidade do Rio de Janeiro, a fundação da Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita. “Tal ato marca a criação de uma organização associativa para autoproteção e socialização de

<sup>8</sup> Deuteronômio, 23, p.17.

<sup>9</sup> LARGMAN, 2008, p.31.



mulheres e homens que participavam do comércio e prática da prostituição estrangeira na cidade”.<sup>10</sup>

Segundo o professor e antropólogo Oliveira “(...) identidade é um fenômeno que emerge da dialética entre indivíduo e sociedade”<sup>11</sup>. Na perspectiva dos estudos culturais as identidades não são mais “fixas” e “estáveis” como era apresentada no sujeito do iluminismo<sup>12</sup>, ou seja, um sujeito construído em sua identidade essencializada (Hall, 2014). Com os teóricos pós-modernos, a visão identitária passa a ser “instável”, “fragmentada”, “inacabada”, “deslizante”, flutuante”<sup>13</sup>. Tais mudanças são apontadas pelo especialista através de cinco descentramentos<sup>14</sup> do sujeito da modernidade. O indivíduo descentrado segundo Hall (2014) é identificado como aquele que tem novas identidades, ou seja, híbrida. Canclini (2013) faz a seguinte abordagem sobre o termo “hibridismo”: “Entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para formar novas estruturas, objetos e práticas”<sup>15</sup>. Estruturas ou práticas discretas denominadas pelo o autor, não são puras, isto é, já sofreram mudanças no processo de hibridações. Assim, compreendemos as transformações sociais neste trabalho com o auxílio de Canclini (2013) e Hall (2014), na visão identitária que “elementos culturais distintos que se atenuam formam um terceiro elemento que carrega parte dos elementos

anteriores”<sup>16</sup>. Portanto, segundo Carneiro (2017) “para esses processos múltiplos, diversos, plurais, nas dimensões culturais é que devemos observar no âmbito da questão das polacas aqui apresentada”<sup>17</sup>.

Os dois principais pilares na construção identitária são a criação do colégio e da sinagoga. Apontando assim, para os caminhos da educação e da religiosidade como construção identitária e preservação da memória étnica. Na organização houve a direção de homens e mulheres, entretanto, as mulheres lideraram majoritariamente. Havia critérios para os ingressantes na associação e um deles era professar a fé judaica. A associação cobrava uma mensalidade para auxiliar os judeus marginalizados, a arrecadação viabilizava a manutenção da sinagoga própria, do colégio de educação primária<sup>18</sup>, socorrer os associados quando enfermos e assistência fúnebre.

Por outro lado, temos a comunidade dos “puros”, imigrantes judeus que tentavam construir uma identidade positiva na sociedade brasileira através do sucesso no mercado de trabalho, de fato abominavam toda e qualquer associação com os “impuros”. Conforme exposto por Gruman (2006) “Se o judeu é atraído pelo dinheiro, e o dinheiro está intimamente relacionado à prostituição, associa-se o judaísmo e a prostituição estigmatizando toda a comunidade”<sup>19</sup>. Entretanto, diante das autoras citadas anteriormente, há uma discordância da

<sup>10</sup> KUSHNIR, 1996, p.95.

<sup>11</sup> OLIVEIRA, 1976 *apud* BERGER & LUCKMANN, 1971, p. 195.

<sup>12</sup> Iluminismo foi um movimento intelectual que ocorreu na Europa do século XVIII, e teve sua maior expressão na França, palco de grande desenvolvimento da Ciência e da Filosofia. Além disso, teve grande influência no contexto cultural, social, político e espiritual em diversos países.

<sup>13</sup> HALL, 2014 p.28.

<sup>14</sup> 1º Às tradições do pensamento marxista; 2º A descoberta do inconsciente de Freud; 3º A linguística estruturalista de Saussure; 4º No trabalho de Michel Foucault; 5º O movimento feminista.

<sup>15</sup> CANCLINI, 2013, p.XIX.

<sup>16</sup> CARNEIRO, 2017, p.99.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p.99.

<sup>18</sup> Linguagem de acordo com a legislação vigente da época.

<sup>19</sup> GRUMAN, 2006, p. 90.

análise do antropólogo, pois, a prostituição se tornara um negócio e a figura da meretriz como uma mercadoria negociável e lucrativa não só para os judeus, mas, para todos os estrangeiros e brasileiros. Sendo assim, o muro da separação social estava intimamente ligado aos preceitos moralistas do judaísmo, aos preceitos moralistas do catolicismo lusitano, naturalmente a dicotomia puro/impuro, se relacionava a presença das polacas no seio social, na verdade era o grande incômodo e vergonha. Desse modo as polacas encontram abrigo identitário na Associação Beneficente Funerária e Religiosas Israelita (ABFRI).

Segundo Kushnir (1996), o evento de inauguração causou consequências alarmantes na sociedade carioca e principalmente na comunidade judaica – considerada como “os puros”. Três dias após a inauguração fora registrado nas páginas do jornal A Columna – órgão da comunidade judaica carioca, assinado por David J. Perez, publicação do dia dois de novembro de 1916.

*(...) Se esses exploradores estivessem numa cidade onde meus irmãos vivem organizados, com certeza já estariam pagando à sombra do cárcere o crime que praticaram. Ou, por outra, não chegariam a praticá-lo seriam repelidos do nosso meio como se repele a lepra. (...) Quanto a estas objetos criaturas que exploram vilmente a escravidão branca, tenho a dizer-vos que ninguém mais que nós, israelitas, tem se esforçado por fazê-las desaparecer do meio social. (...) No que toca à tradição religiosa, essa gente não nos pertence. Não nos ligamos a eles, nem na vida, nem na morte; portanto, esse cemitério ficará destinado aos ‘cáftens’ e às prostitutas.<sup>20</sup>*

A declaração acima dimensiona o discurso do ódio mediante tamanha exclusão social, considerados como escória, como criaturas objetificadas, de fato

clarifica a divisão da comunidade judaica dos chamados os “puros” e os “indesejáveis”, ou seja, marginalizados socialmente e geograficamente. No entanto, com a construção do cemitério os corpos já não são mais sepultados de forma excludente, isto é, junto aos muros, conforme fora explicado anteriormente. Além disso, os túmulos possuem identificação para receberem visitas, festejos e celebrações. Afinal os “indesejáveis” garantem o direito de descansarem no campo santo, são também guardiões das tradições ritualísticas israelitas e reúnem dessa forma a preservação da identidade e da memória judaica. Em suma o Cemitério de Inhaúma, rompe com o silêncio imposto, torna-se uma ruptura com todo o empenho da comunidade dos “puros” de estabelecerem uma autoimagem sem “manchas morais”. Porém, o que está em jogo não é o esquecimento de um grupo alienígena, mas, de indivíduos que estavam distantes de seus familiares, de idioma e cultura diferenciada e que os laços de identidade social encontravam grandes entraves pelo grupo de pertença.

Inicialmente torna-se necessário abarcar que no final da década de trinta houve um declínio na imigração de judias para a prostituição. Em virtude das fortes campanhas anti-tráficos, naturalmente ocorrera o envelhecimento das polacas em atividade no comércio do prazer, a partir da década de cinquenta e sessenta, com isso os reflexos são sentidos na base de arrecadação da ABFRI, que processualmente vai diminuindo administrativamente devido não suportar mais os gastos, a saber, as entradas se tornam insuficientes.

<sup>20</sup> KUSHNIR, 1996, p.111-112.

A associação que se tornara pioneira no movimento associativo de prostitutas no país, demonstra sinais de desaparecimento na história. De acordo com relatos coletados em entrevista com o compositor boêmio, considerado como o “malandro carioca” – Moreira da Silva, também conhecido no meio artístico como “Kid Morengueira”, por Kushnir (1996), o compositor sustentou um romance com a polaca Estera Gladkowicer, russa, naturalizada brasileira, nascida em 20 de maio de 1907. Chegara ao Brasil em 1927, com vinte anos já era sócia número 65 da ABFRI. “(...) e morreu em 1968 por ingestão de barbitúricos. Por muitos anos foi namorada do compositor Moreira da Silva, que lhe dedicou o samba judia rara”<sup>21</sup>. Estera Gladkowicer fora enterrada em Inhaúma e Moreira da Silva acompanhara seu funeral. “Éstera foi um dos últimos sepultamentos naquele local (...). Moreira da Silva sabia o que significava o Cemitério Israelita de Inhaúma para Estera, e por isso a enterrou lá”<sup>22</sup>.

Rigorosamente falando no final da década de setenta o cemitério de Inhaúma é transferido administrativamente para à Sociedade Cemitério Comunal – mais conhecido como Cemitério Israelita do Caju. De acordo com as pesquisas de Kushnir (1996), o Comunal se responsabilizaria para dar continuidade aos sepultamentos dos associados e também zelar pela preservação do campo sagrado. No entanto, segundo a historiadora, nenhum sepultamento fora realizado. A direção do Comunal recentemente se pronunciara através do programa Comunidade na TV, programa financiado pelo FIERJ – Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro,

exibido aos domingos às 10h no canal 21 da Net ou canal 7 Rede Bandeirantes, programa nº 24 exibido no dia 12 de junho do ano corrente<sup>23</sup>. Nessa reportagem o atual presidente executivo, Jayme Salim Salomão, direto do Cemitério de Inhaúma, aponta as melhorias e ressalta o bom estado de conservação. E declara que só não fora possível ampliar as melhorias devido o processo burocrático, devido o tombamento pela Prefeitura. Enfim, desde o início da década de oitenta o cemitério permanecera fechado, abandonado e sem a realização de sepultamentos, ou seja, depois de três décadas os argumentos são os entraves burocráticos do tombamento? Ou seria melhor indagarmos puro esquecimento proposital? Kushnir (1996), uma das defensoras aguerridas da manutenção do cemitério de Inhaúma defende que durante décadas os túmulos ficaram sem identificação por falta de vontade da atual direção, pois, constantemente sinalizara o documento onde recoloca as identidades nos túmulos. Na reportagem acima citada, verifica-se que algumas fotos e identificações foram recolocadas nos túmulos, após um embate de décadas para a manutenção da memória das polacas. No entanto, a salutar vitória para as polacas chegara no dia 27 de outubro de 2010, onde fora decretado o tombamento definitivo do Cemitério Israelita de Inhaúma pelo decreto nº 32993. Assim sendo, o espaço possui agora amparo legal de preservação, considerando a importância dessas mulheres, outrora sem identidade reconhecida, considerando o espaço como monumento histórico de memória coletiva, reconhecendo que a construção do cemitério fora

<sup>21</sup> KUSHNIR, 1996, p. 117.

<sup>22</sup> Ibidem, p.118.

<sup>23</sup> Programa exibido no ano de 2011. Para maiores informações sugerimos o acesso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bqjShnSkX4o>. Acessado em 02 de abril de 2018.

por mulheres que sobreviveram como agentes históricos num ambiente de completa hostilidade.

### ***Considerações Finais***

Mesmo diante do contexto de exclusão e marginalização fora possível através dos laços de solidariedade, construírem de maneira singular a preservação da identidade étnica e do fortalecimento da profissão de sua fé. Todo o esforço redundara na trajetória para continuarem a ser o que sempre foram antes do rótulo de polacas: judias, embora, sabedores que as identidades são múltiplas e diversas. Portanto a consagração chegara, a construção do Cemitério Israelita de Inhaúma que cumprira o seu papel mediante ferrenhas oposições e sucessivas tentativas de silenciamento histórico. Enfim, a memória social resgatada, o lugar na história concedido com muito labor e tamanhos dissabores. O que aguardamos atualmente, não como meros expectadores passivos, mas como pensadores inquietos e participativos no processo de toda essa conquista é o retorno de novos sepultamentos no Cemitério Israelita de Inhaúma, sua preservação plena e contínua, lápides identificadas, visita pública, ou seja, não somente a pesquisadores e comunidades judaicas, mas como patrimônio histórico, esteja ao alcance da população carioca como parte integrante de sua história e a respeitabilidade notória na história e na memória das polacas.

João Paulo Carneiro é Mestre em Relações Étnico-Raciais (CEFET/RJ), Especialista em Ensino de História (UFRJ), Especialista em Cultura Afro-Brasileira e

indígena (UCP) e Licenciado em História (UNISUAM).

### ***Bibliografia***

- CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2013.
- CARNEIRO, João Paulo. **Ensino de História: Possibilidades e desafios na perspectiva das relações étnico-raciais no caderno de avaliação do Saerjinho**. Rio de Janeiro, 2017. 155 f. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- KUSHNIR, Beatriz. **O baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- LARGMAN, Esther. **Jovens Polacas: da miséria na Europa à prostituição no Brasil**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. 2ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia, e Estrutura Social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.
- PRIORE, Mary Del. **Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.
- RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890 – 1939)**. São Paulo: Ed. Paz Terra, 1991.

### ***Revistas***

- REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. **O encanto das Polacas: imigrantes judias na prostituição**. RJ. Ano2. N.16, jan.2007.98p.
- REVISTA CAMPOS DE ANTROPOLOGIA SOCIAL. **A prostituição judaica no início do século XX: desafio à construção de uma identidade positiva no Brasil**. Paraná, Curitiba. Vol.7, N.1, 2006.99p.

## Artigo

# ***A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA COMO FORÇA DOUTRINÁRIA E RECURSO PEDAGÓGICO NA REFORMA DE MARTINHO LUTERO***

*Por Martha Sousa*

*"A música é um exercício de metafísica inconsciente, no qual o espírito não sabe o que estar a fazer é filosofia".*

*Arthur Schopenhauer*

No século XVI surge o período que a história categoriza como Renascimento. Ele fundamenta-se no princípio de resgatar a arte, a cultura e as civilizações clássicas. O homem, nesse período, passa a ser o centro das atenções e tenta encontrar explicações lógicas, racionais para os fatos, porém a figura Divina ainda se faz presente.

Há uma ruptura do pensamento ideológico da igreja medieval e instala-se uma grande crise na igreja católica. Essa crise provoca novas formas de pensar o Cristianismo. Há também uma mudança na sociedade. Configuram-se novas classes sociais e estas se aproveitam dessas igrejas emergentes para se separarem do Vaticano e de sua esfera de influência. Nesse contexto surge Martinho Lutero e a reforma protestante.

O conceito essencial da Reforma é a certeza de que o ser humano não pode e nem tem necessidade de ser salvo. Antes, a salvação é dada em Cristo "unicamente pela graça" e aceita "somente pela fé". Nessa perspectiva, segundo os estudos de Lutero, dá-se origem a uma nova percepção da igreja, do sacerdócio, dos sacramentos, da espiritualidade, da devoção, da conduta moral (ética), do mundo, integrando-se à economia, educação e a política. Uma ideia que já vinha sendo construída há algum tempo. Os principais precursores desse pensamento, que surgem a partir do século XII, são o padre e teólogo inglês John Wyclif e o padre Jan Huss da região da Boêmia, atual República Tcheca, entre outros. Ambos foram queimados pela igreja católica por heresia.

A música é um meio inerente às mudanças na história da humanidade. A música como arte, é



também uma ferramenta que participa das transformações sociais de uma determinada época ou um momento histórico. É interessante mostrar o papel fundamental e renovador da música na reforma de Martinho Lutero e na concepção de mundo.

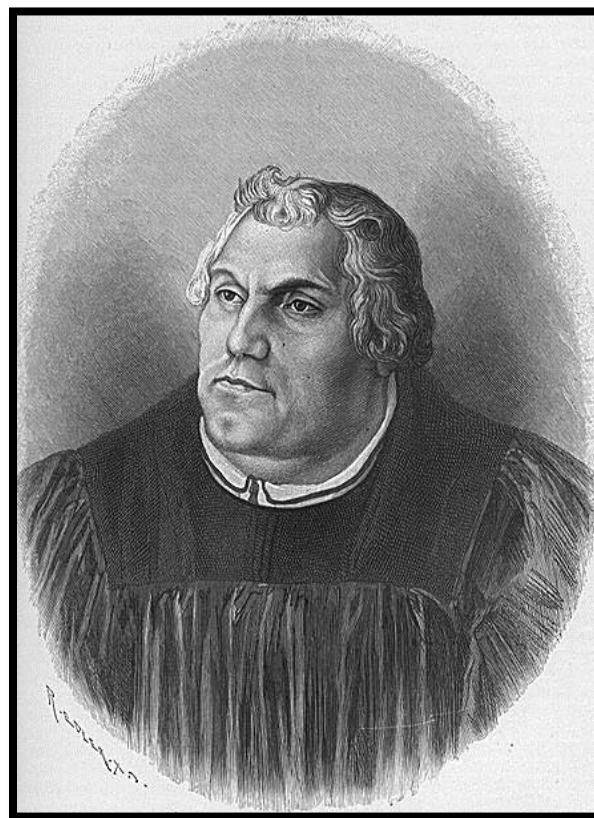
### A música na formação de Martinho Lutero

Lutero nasceu em novembro de 1483 em Eisleben, Alemanha. Seu pai, Hans Luther, foi um minerador, casado com uma camponesa, porém, desde a infância manteve contato com a música. “Cresceu cercado de música, provavelmente cantando os hinos<sup>1</sup> dos mineiros” (Dreher, 2.000).

Entre os anos de 1488 e 1497, frequentou a escola municipal de Mansfeld onde aprendeu os princípios do latim, o canto e as expressões rudimentares da fé cristã. Ali também fez parte do coral infantil que acompanhava as missas.

Em 1501, Lutero ingressou na universidade de Erfurt, onde fez o bacharelado e o mestrado. Lá cursou disciplinas curriculares como as ciências do antigo Quadrivium: astronomia e música. Posteriormente, Lutero foi citado por um de seus colegas como o músico e o filósofo erudito de seu tempo. Recebeu o título de *Magister Artium* (Mestre da arte) em 1505. Neste mesmo ano, Martinho Lutero ingressava no Monastério dos Agostinianos Mendicantes de Erfurt.

A ordem Agostiniana via o conhecimento musical com seriedade. Lutero participava das atividades musicais do mosteiro e aprendeu a tocar por conta própria o alaúde entre outros instrumentos, além



**Martinho Lutero**

de ser considerado um excelente tenor (voz aguda masculina). Ele conhecia os escritos de Agostinho e sua posição em relação à música (livro 10 das confissões), além de outros tratados musicais que viriam a influenciá-lo. “A música era um meio para conduzir os homens às maravilhas do Ser Absoluto” palavras de Agostinho que influenciaram poderosamente não só o pensamento católico, mas também a Reforma Protestante.

Ainda no mosteiro, Lutero teve acesso a ensinamentos quanto a práticas litúrgicas, como parte dos estudos que desenvolvia, além de participar do coral. Aprendeu também o Canto Gregoriano,<sup>2</sup> conhecido ainda pelo nome de canto chão e era erudito no tema.

<sup>1</sup> Entre os antigos, poema em honra dos deuses e dos heróis. Cântico, poema de invocação ou adoração que se canta nas igrejas. Composição musical acompanhada de versos em louvor de algum herói, rei, partido, acontecimento ou nação: hino da Independência. [Figurado] Coro, canto; louvor. Os hinos são conhecidos desde os primórdios da história e constituem uma das mais antigas formas assumidas pela poesia.

<sup>2</sup> Também chamado de cantochão, é um gênero de música vocal monofônica, monódica, não acompanhada, ou acompanhada apenas pela repetição da voz principal com o “organum”, com o ritmo livre e não medido, utilizada pelo ritual da liturgia.

Lutero procurava inteirar-se de toda produção musical de seu tempo independente de sua origem ou função. Ele ouvia, por exemplo, as canções populares que nasciam das expressões e manifestações do povo da época e que eram por ele apreciadas. Interessado em se dedicar à música de sua época, fez referência a diferentes compositores em seus escritos e cartas. Ao apreciar a música contemporânea, lamentava que a música secular tivesse cantos e poemas tão bonitos e a música sacra fosse, em sua maioria, podre e fria, segundo sua avaliação.

Ele adquiriu conhecimento técnico suficiente para compor e ainda tecer críticas a composições quanto à letra e melodia. Com essa experiência e com suas concepções teológicas, começou a criar um projeto de música e o definiu como um ideal para a Reforma. A música era uma consequência do que Lutero entendia ser a prática do Cristianismo.

Isso o levou a rever as ações empreendidas a cada esfera de atuação do indivíduo como um ser não apenas religioso, mas também secular. Lutero dizia que o regime secular, entendido aí como o que não pertencia a igreja, era uma maravilhosa ordem divina, uma dádiva de Deus instituída e estabelecida por Ele e por Ele preservada. Ou seja, o religioso e o secular, no seu entendimento, caminhavam juntos. Lutero tinha o objetivo de incentivar as famílias alemãs a mandarem seus filhos para a escola, inclusive as meninas. Uma ideia que, para o início do século XVI era considerada um tanto ousada: incluir plebeus e nobres, meninos e meninas.

Embora a música já estivesse presente nos currículos escolares desde o início da Era Medieval, esse ensino era restrito às camadas mais abastadas da sociedade, que apresentavam condições de arcar com a educação de seus filhos.

*“Os pregadores também devem exortar as pessoas a enviarem seus filhos à escola, para se criarem pessoas aptas para ensinar na igreja e gerir outros negócios. [...] Pois quem pretende ensinar a outros, precisa dispor de muita experiência e preparo especial. Para adquiri-los, precisa-se estudar por longos anos, desde a mocidade. [...] e não é possível que pessoas pouco instruídas possam ensinar e instruir outras de modo claro e correto”. (Lutero)*

### **Igreja x sociedade**

Lutero também entendia que não deveria haver diferença entre clérigos e leigos. Este olhar o motivou a repensar a percepção da música e seu lugar na liturgia e de quem poderia fazer uso dela no rito. A intenção era fazer um esforço para um comportamento que possibilitasse a sociedade a ter um relacionamento mais estreito com a igreja no sentido de ser mais participativo, inclusive nas solenidades litúrgicas.

*“Inventou-se que o papa, os bispos, os sacerdotes e os monges sejam chamados de estamento espiritual; príncipes, senhores, artesãos e agricultores de estamento secular. Isso é uma invenção e fraude muito refinada. Mas que ninguém se intimide por causa disso, e pela seguinte razão: todos os cristãos são verdadeiramente de estamento espiritual, não há qualquer diferença entre eles a não ser exclusivamente por força do ofício, conforme Paulo em 1 Cor. 12:12: Todos somos um corpo, porém cada membro tem uma função, com a qual serve aos outros”. (Lutero)*

### **Lutero e a música na igreja**

Lutero aprofundou seus estudos teológicos nas fontes primárias do Cristianismo e aprendeu as línguas originais bíblicas como o grego e o hebraico. Era a tendência da época defendida pelo Humanismo de retorno às fontes do passado. O entendimento dos relatos bíblicos o intrigavam e o faziam conceber o quão distantes as tradições da Igreja de sua época estavam das prescrições bíblicas.

A valorização do ser humano, o fez notar, por exemplo, relatos bíblicos em que todo o povo israelita entoava cânticos ao seu Deus. O povo



*Martinho Lutero em família, de G. A. Spangenberg (1886)*

memorizava, nesses cânticos, a história e enaltecia a Deus sem qualquer intermediação. Os Salmos apresentavam cantos de romagem, ou narrativos e funcionaram como uma importante fonte de conhecimento para que ele chegasse a essa conclusão.

O estudo dos textos sagrados, principalmente do Antigo Testamento, mostrava as diferentes manifestações musicais da história do povo hebreu. Estes relatos, como o do Salmo 150, tratavam de momentos em que os cânticos eram entoados por toda a sociedade judaica, com fins de adoração e geralmente com a função de contar fatos históricos vivenciados por aquela nação.

*Salmos 150 "1 - Aleluia! Louvem a Deus no seu santuário, louvem-no em seu magnífico firmamento.*

*2-Louvem-no pelos seus feitos poderosos, louvem-no segundo a imensidão de sua grandeza!*

*3-Louvem-no ao som de trombeta, louvem-no com a lira e a harpa,*

*4-louvem-no com tamborins e danças, louvem-no com instrumentos de cordas e com flautas,*

*5-louvem-no com címbalos sonoros, louvem-no com címbalos ressonantes.*

*6-Tudo o que tem vida louve o Senhor! Aleluia!"*  
*Bíblia Sagrada*

*"No meu entender, nenhum cristão ignora que o canto de hinos sacros seja bom e agradável a Deus, uma vez que todo mundo tem não apenas o exemplo dos profetas e reis do Antigo Testamento (que louvaram a Deus cantando e tocando, com versos e toda espécie de música e corda), mas este costume, particularmente no tocante aos Salmos, é conhecido da cristandade desde o começo". (Lutero)*

Lutero acreditava que o homem apoderava-se dos recursos que o Ser Divino criou. Ele então fazia uso de seu conhecimento de música para compor. As canções concebidas por ele eram utilizadas como um meio de adoração a Deus e servia aos seus propósitos de divulgar a nova doutrina. Dessa forma, tornou o canto mais acessível a todo cidadão

que desejasse adorar a Deus com a voz, ao compor na língua alemã, sua língua nativa.

O povo cantaria durante a liturgia e ainda ouviria canções a duas ou mais vozes como parte da adoração na missa reformada, além de ser ensinado nas doutrinas luteranas por meio da prática. Além disso, teve o cuidado de utilizar diferentes fontes e estilos, melodias populares e adaptadas com textos bíblicos de conteúdo religioso como também traduziu cantos gregorianos. Ele criou e difundiu o canto em língua coloquial como as celebrações do povo.

Havia também um propósito estético, apoiado por práticas de ordem sociológica e psicológica, de fazer com que os fiéis participassem dos atos litúrgicos. Além das mudanças na música da liturgia, a fim de que o povo compreendesse a doutrina que seguia e ainda fizesse parte dela, Lutero entendia ser importante o conhecimento da Bíblia para uma sociedade mais justa e menos individualista.

Num texto escrito em 1520, Lutero falou que na celebração da missa não é somente o sacerdote que oferece, mas a fé de cada indivíduo. Para ele todos são igualmente sacerdotes espirituais diante de Deus.

Lutero popularizou a música litúrgica, sem perder a qualidade, e dispôs texto e melodia de maneira que se ajustassem a fim de que um fosse a exata expressão do outro. “[...] são as notas que dão vida ao texto. Por isso, era-lhe impensável publicar sem notas”. (Dreher)

A igreja de Lutero não rejeitou a música sacra europeia, mas abalou os alicerces culturais da Igreja Católica ao divulgar uma música sacra em vernáculo, utilizada para pensar na interação popular. Talvez isso tenha sido um dos motivos pelos quais em pouco tempo o povo passou a

abraçar as doutrinas da reforma. A sociedade medieval era impedida de participar das missas de forma ativa. Limitava-se a ouvir canções que não podiam compreender, já que o canto gregoriano, executado em latim, era a música oficial instituída da Igreja Medieval.

O modelo adotado por Lutero para a construção dos hinos protestantes conquistou a simpatia dos fiéis e favoreceu a divulgação da música luterana, já que as pessoas começaram a cantar em outros contextos, não somente o religioso.

Essas mudanças provocaram transformações em diversas esferas, pois Lutero entendia que não era possível servir e prestar honra a Deus apenas durante o ritual litúrgico. Ou seja, todos os aspectos da sociedade deveriam ser alterados, consequentemente, uma vez que Cristo pregava o amor ao próximo. As relações interpessoais, trabalhistas, educacionais, culturais seriam guiadas por motivação mais nobres. O conhecimento das Escrituras no que tange a conduta deveria causar mudança de comportamento.

A missa em alemão incentivava o ensino, dando à educação um papel de grande relevância. A educação para Lutero era uma ordem de Deus. O povo deveria ser letrado a fim de que tivesse capacidade de ler e interpretar as Escrituras e assim relacionar-se de forma mais íntima com o objeto de sua adoração.

Essa compreensão permearia a concepção a respeito do papel da música como uma importante ferramenta de formação, já que sua presença nos currículos escolares, desde a educação básica, é defendida em seus escritos. A música como potencial didático, um ambiente a ser explorado como área de conhecimento.

Martinho Lutero, então, repensa os modelos musicais da época. Porém não é uma mudança

radical, pois se preocupa em preservar algumas práticas do culto. Lutero apreciava a beleza artística da música oficial eclesiástica, porém, na prática, sentia que para o restante do povo, aquela música lhe chegava incompreensível e inacessível. Então, mesmo receoso por romper com essa estrutura já calcada há tantos anos na tradição eclesiástica medieval, sabia que uma mudança seria necessária.

*"No meu entender, nenhum cristão ignora que o canto de hinos sacros seja bom e agradável a Deus (...). O próprio S. Paulo o institui em 1 Coríntios 14:26 e ordena aos colossenses que cantem com vontade ao Senhor hinos sacros e salmos, para que desta maneira a Palavra de Deus e a doutrina cristã sejam propagadas e exercitadas das mais diversas maneiras. (Lutero, 2000, vol. 7, p. 480)*

Keith (1960) comenta que por quase mil anos, desde o tempo de Ambrósio, no século IV, o leigo não teve oportunidade de participar dos cultos da igreja. Em parte, pela dificuldade que houve com a língua latina, quando o cristianismo começou a se espalhar por outros países, em parte, pela gradual, mas deliberada separação entre o clero e o laico. O desenvolvimento de uma liturgia elaborada no latim, com a música na mão de um coro de monges ou padres, completou o processo de afastamento completo do leigo, condição necessária para a propagação do mito da infalibilidade papal. Keith diz que com Lutero, chega o tempo em que a Bíblia e o hinário são colocados novamente nas mãos dos crentes, reintegrando o leigo no seu lugar próprio de participação no culto. Lutero foi provavelmente o pioneiro no que se refere ao canto congregacional.

Com o recurso dos hinos e cânticos, antes mesmo de celebrar sua primeira missa pós-reforma, os

alemães de Wittenberg já estavam, de certa forma, a par de suas doutrinas, pois já lhes fora oferecida a oportunidade de aprender e cantar algumas composições criadas e adaptadas por Lutero.

Lutero compôs músicas cristãs e a ele são atribuídos 37 hinos, entre eles está "Ein feste Burg ist unser Gott" – em português, Castelo Forte, que até hoje está presente em hinários e é cantado nas igrejas. Compôs hinos baseados em Salmos, traduzidos e adaptados, hinos estes que já existiam em latim, além de ampliar corinhos e antífonas<sup>3</sup> existentes em língua alemã. Também preparou hinos para dias festivos e hinos didáticos que ensinavam catecismo. A primeira coletânea de hinos foi organizada por Johann Walther, mestre de capela do Eleitorado da Saxônia, com prefácio de Lutero. Posteriormente surgiu outro hinário com hinos da autoria de Lutero, cânticos litúrgicos e melodias para textos de outros autores, além de hinos de líderes religiosos que apareceram nos anos seguintes em reedições dos diversos hinários.



Hino "Castelo Forte" com a assinatura de Lutero

<sup>3</sup> Versículo cantado ou entoado pelo celebrante (padre) que, antes de um salmo ou canto bíblico, é repetido em coro pelos fiéis.



Ele fez uso de coros que, em geral, cantavam circunstâncias do cotidiano, situações estas que em sua opinião eram relevantes e dignas de se tornarem cantos de adoração em sua liturgia. Ainda que apresentasse característica de um canto de louvor a Deus se tornou um método de preservação, como já mencionado em seus estudos dos Salmos. Um exemplo disso pode ser visto no hino que Lutero compôs logo após tomar conhecimento da morte de dois monges agostinianos, Heinrich Voes e Johann Von Eschen, do convento de Antuérpia. Eles foram queimados na praça do mercado de Bruxelas em 1/07/1523, por haverem professado os ensinamentos de Lutero. Esse episódio trouxe grande tristeza à Lutero, que reagiu ao ocorrido com uma poesia que posteriormente tornou-se um hino.

O hino, além de preservar a história dos dois mártires e ainda apresentar nítidas críticas ao episódio do martírio desses dois monges, perpetua e divulga o acontecimento, soando quase como uma canção de protesto, que mais tarde viria a estar presente na voz dos simpatizantes das ideias do reformador.

Um outro exemplo do interesse de Lutero em fazer uso da música de modo didático pode ser o hino *Alegrai-vos caros, Cristãos*. Possui um caráter autobiográfico, já que Lutero expressa sua própria trajetória religiosa culminando em um novo entendimento do evangelho. A melodia advém do hino pascal popular intitulado *Alegrai-vos Mulheres e Homens*.

## Conclusão

A música da missa (culto) foi um instrumento de comunicação doutrina de Lutero. O canto coral com base em temas folclóricos e em cânticos católicos disseminada nas igrejas, foi gradativamente sendo inserida na igreja católica. Vale ressaltar que no Concílio de Trento, convocado pelo Papa Paulo III, dentre as diversas medidas tomadas para combater o protestantismo passou a aceitar essa música, uma vez que inicialmente o concílio proibia a polifonia<sup>4</sup> na igreja. Um dos belos exemplos dessa música foi a composição de Alessandro Palestrina, *Missa Papae Marcelli*, dedicada à Sua Santidade que tem uma textura polifônica e um estilo declamatório com pouca sobreposição de texto. Essa música foi um resgate da participação dos fiéis na igreja.

Poucos foram os compositores desse período que produziram melodias originais. Podemos citar: Lutero (1483-1546), Johann Walther (1496-1570), Ludwig Senfl (1492-1555), entre outros.

Enfim, Martinho deixou um legado, como reformador, no universo da música litúrgica. E assim como na música, a educação passa a ser vista não mais como um privilégio apenas de clérigos, ou alunos de famílias nobres da época.

As traduções de Lutero promoveram um fenômeno importante para a Alemanha. Pode-se dizer que ele praticamente sistematizou a língua alemã ao traduzir a Bíblia do hebraico e do grego para o vernáculo.

Heine disse: [...] Lutero traduziu a Bíblia para a língua do seu povo, e o fez magistralmente. Ele é reconhecido como um dos maiores mestres da

<sup>4</sup> Termo musical para designar várias melodias que se desenvolvem independentemente, mas dentro da mesma tonalidade. As composições polifônicas têm várias partes simultâneas e harmônicas. As partes são independentes, mas de igual importância. Embora a música polifônica seja

primordialmente vocal, o termo também pode aplicar-se a obras instrumentais. Polifonia é uma palavra que vem do grego e que significa de muitas vozes.

língua alemã. A “Bíblia de Lutero” é considerada como um dos maiores tesouros da cultura alemã. Essa língua escrita ainda é dominante na Alemanha e dá unidade literária a esse país política e religiosamente fragmentado.

A iniciativa de que a comunidade deveria ter acesso às bases da fé da nova doutrina aliada às manifestações musicais que passou a incentivar e produzir, causou transformações significativas para a época e ainda repercutem na contemporaneidade uma vez que as igrejas herdeiras da Reforma ao redor do mundo conhecem e adotam pelo menos parte do ideário luterano.

Os chamados Corais Luteranos ainda fazem parte de nossos dias e serviram de inspiração para muitos outros músicos e compositores, e foram a base para toda a obra de Johann Sebastian Bach, por exemplo.

A relevância estética de sua música sempre despertou interesse por parte de compositores em épocas distintas. Passou das fronteiras de sua terra natal e tornou-se, como os hinos hebraicos, um tesouro universal. Carpeaux (1997) chega a dizer que Lutero foi o grande salvador da arte sacra de sua época, já que movimentos da reforma contemporâneos a ele enfrentaram dilemas em relação ao lugar da música na igreja alicerçada em pressupostos reformados. É possível dizer que Lutero foi o porta-voz da nação germânica, cuja profunda musicalidade é o mais importante elemento em toda história da música moderna.

A música de Lutero é cheia de funcionalidades com valor estético e histórico e representava seu pensamento e convicções. É um legado, passados cinco séculos de história.

Paralelamente, a música culta, com o avanço da burguesia, começa a sair das igrejas e dos salões

nobres para os teatros, para salas mais acessíveis às classes ascendentes.

Em 1546, no dia 18 de fevereiro, aos 62 anos, Martinho Lutero faleceu. Finalmente, em 1555, o Imperador reconheceu que havia duas diferentes confissões na Alemanha: a Católica e a Luterana.

---

**Martha Sousa** é licenciada em Letras Português/Espanhol pela Universidade de Brasília (UnB) e técnica em educação no Ministério da Educação.

---

### Referências:

- ALMEIDA, Suenia Barbosa de – Martinho Lutero e os usos da Música: O passado ainda canta – Monografia. Mestrado em Educação. Professora Orientadora Dra. Maria Aparecida de Aquino. Universidade Mackenzie, São Paulo, 2011
- BORGES, Maria José, Cardoso, José Maria Pedrosa. História da Música, Edição Sebenta.
- PROENÇA, Graça. História da Arte, São Paulo, Ática, 1995.
- PRATER, Andreas; BAUER, Hermann. Barroco. London, Laschen, 2007.
- GROUT, Donald J.; PALISCA, Claude V. História da Música Ocidental. Lisboa, Gradiva Publicações, 1994.
- Artigo publicado por Manuel Augusto Araújo  
[www.pracadobocage.wordpress.com/.../musica-e-pascoa-reforma-e-contra-reforma-3/](http://www.pracadobocage.wordpress.com/.../musica-e-pascoa-reforma-e-contra-reforma-3/)
- INTERNET
- BRAGA, Henriqueta Rosa Fernandes. Do coral e sua projeção na história da música, Kosmos Editora, Rio de Janeiro, 1985. In: [www.wooz.org.br/musicareforma.htm](http://www.wooz.org.br/musicareforma.htm)
- HODEIR, André. As formas da Música, Editora Arcádia, Lisboa, 1970, 192 p. In: [www.neh.no.sapo.pt/.../musica\\_renascentista.htm](http://www.neh.no.sapo.pt/.../musica_renascentista.htm)
- <http://historiadamusica2011.blogspot.com.br/2011/07/musica-na-reforma-e-contra-reforma.html>
- <http://cantorg.blogspot.pt/15483.html>
- [http://www.efratamusic.com.br/conteudo.php?id=941&id\\_secao=3](http://www.efratamusic.com.br/conteudo.php?id=941&id_secao=3)
- [http://www.museuvirtualprotestante.com/reformadores\\_2.html](http://www.museuvirtualprotestante.com/reformadores_2.html)

## Artigo

# ***O ARIANISMO NO CONCÍLIO DE NICEIA (325 D.C.)***

*Por Flávio Henrique Santos de Souza*

**RESUMO:** O propósito deste artigo é tentar reconstruir o que se passou com o chamado arianismo no Concílio de Niceia (325 d.C.). Concílio este que teria sido o primeiro da Igreja<sup>1</sup> de proporção ecumênica, sendo que os sacerdotes majoritários que participaram do mesmo eram da parte oriental do Império Romano. De modo que outros sacerdotes da parte ocidental do Império, que tinham vertentes teológicas diferenciadas da maioria dos cristãos, não foram chamados para o Concílio. Assim, dentre algumas questões discutidas nessa assembleia, daremos ênfase ao arianismo que “balançou” as estruturas clericais com uma forma teológica alternativa em relação a Jesus de Nazaré (4 a.C.-30 d.C.).

**PALAVRAS-CHAVE:** Constantino, Concílio de Niceia, Arianismo, Cristianismos.

## **Embates em torno da figura de Jesus**

Em 324 d.C., o imperador Constantino (272-337 d.C.) estabeleceu o domínio e a unidade do Império Romano reunificando o Ocidente ao Oriente após vencer Licínio (263-325 d.C.).<sup>2</sup> Com isso, se fortaleceu mais para continuar com o desígnio de unificar a religião cristã simultaneamente com o Império. Isso porque Constantino foi o primeiro imperador romano a professar também o Deus dos cristãos imiscuído com suas crenças pagãs.<sup>3</sup>

Segundo a tradição historiográfica, sua conversão teria ocorrido em 312 d.C. durante a Batalha da Ponte Mílvia. Destarte, após Constantino vencer Maxêncio (278-312 d.C.)<sup>4</sup> e atribuir a vitória ao Deus dos cristãos, logo, as perseguições periódicas que eram perpetradas contra os cristãos foram desfechadas em 313 d.C. com o Édito de Milão (lei que concedia liberdade religiosa em todo o Império Romano e que favorecia, sobretudo, aos cristãos). Inicialmente, apesar do favorecimento aos cristãos, os pagãos não foram perseguidos ou coagidos para

<sup>1</sup> Isso se desconsiderarmos a assembleia de Jerusalém (Atos, 15) que teria sido a primeira reunião da Igreja no século I para debater questões doutrinárias relacionadas aos gentios, isto é, as pessoas que recebiam a fé cristã não sendo judias. Contudo, essa assembleia não é relacionada como o primeiro Concílio da Igreja.

<sup>2</sup> Foi um co-imperador romano que governava a parte oriental do Império. Seu governo se estendeu de 308 até 324 d.C., quando foi destronado pelo seu cunhado Constantino que era o imperador do Ocidente. VEYNE, Paul. *Quando Nosso Mundo se Tornou Cristão (312-394)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 7-8.

<sup>3</sup> Em nenhum momento desta pesquisa utilizamos o termo pagão com a carga pejorativa que alguns escritores eclesiásticos lhe atribuíram, mas estamos falando de religiões politeístas que eram voltadas para os elementos da natureza, ao animismo, ao fetichismo etc. LOYN, Henry R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 663-664.

<sup>4</sup> Foi um imperador romano entre os anos de 306 a 312 d.C. e filho do imperador Maximiano. Maxêncio foi derrotado por Constantino na Batalha da Ponte Mílvia em 312 d.C. GIBBON, Edward. *Declínio e Queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras. Círculo do Livro, 1989, p. 182-183.

que se tornassem conversos ao cristianismo. Mas dentro dessa conjuntura pacificada para o imperador, problemas doutrinários com sacerdotes cristãos começaram a se avolumar e isso envolveria, doravante, a figura de Constantino. Segundo o historiador Waldir Freitas Oliveira:

*"(...) A vida do Império, no que se refere à religião cristã, iria ser tumultuada pelo surgimento da doutrina arianista que provocou a divisão do cristianismo da época, gerando uma vasta polêmica (...)."*<sup>5</sup>

Retroagindo alguns anos, especificamente em 318 d.C., uma grande disputa doutrinária eclodiu em Alexandria no Egito. A cidade tinha muito prestígio, pois era um dos grandes patriarcados da Igreja assim como Antioquia, Jerusalém e Roma (em 330 d.C., com a criação da cidade de Constantinopla, o quinto patriarcado da Igreja foi inaugurado). Após a concessão de liberdade religiosa no Império e alguns favorecimentos concedidos aos cristãos e a Igreja por Constantino, os bispos começaram a ter maior influência ante a população nos assuntos concernentes a pareceres religiosos, e devido a esse *status* eles eram sobremodo ouvidos, porém:

*(...) Nesse período, uma forte tendência à secularização do clero, em parte atraído pelos prazeres da vida mundana e pelas regalias que o poder lhe proporcionava. Donde haverem, então, ocorrido as primeiras manifestações de insatisfação no seio da Igreja, com a fundação de mosteiros para onde partiam e se recolhiam os descontentes, a fim de ali praticar um cristianismo mais puro e fiel às suas próprias origens. Foi nesse cenário que surgiu o grande cisma provocado por Ário, presbítero da Igreja de Alexandria.*<sup>6</sup>

Nesse contexto, os debates teológicos dos sacerdotes deixaram apenas de conter discussões metafísicas para abarcar diversas aspirações

subjetivas que eram contidas no arcabouço dos discursos dos mesmos:

*"(...) Às lutas doutrinárias se misturam questões pessoais, políticas, aspectos econômicos, querelas de vocabulário, influências palacianas. Tudo isso contribui para complicar a discussão e lhe dar complexidade."*<sup>7</sup>

Todo esse embaraço doutrinário se iniciou quando o bispo Alexandre (250-326 d.C.) requereu a opinião de seus padres sobre um texto do Antigo Testamento (não tem como saber que texto seria esse, pois na carta escrita por Constantino sobre o episódio, o imperador não discrimina a passagem veterotestamentária). O sacerdote Ário (256-336 d.C.) começou a esboçar pensamentos discrepantes aos da maioria dos eclesiásticos, logo, ele se inflamou em discursos contra o bispo Alexandre e com isso "os estivadores de Alexandria se envolviam apaixonadamente, parece, com essas controvérsias, que, entretanto não interessavam às multidões Ocidentais".<sup>8</sup>

Os comentários tecidos por ambos os sacerdotes eram sobre a divindade de Jesus de Nazaré, pois "durante bem mais de um século, os teólogos continuaram a debater a questão da relação do Pai (Deus) com o Filho (Jesus)".<sup>9</sup> E, sobretudo em Alexandria, onde houve uma imensa produção de doutrinas metafísicas, visto que a cidade era um grande centro de reflexão e na localidade se tinha o costume de discussões teológicas, filosóficas etc.

Assim, Ário se opôs ao bispo Alexandre que não concordava com os seus argumentos teológicos. O discurso de Alexandre enfatizava a igualdade do Pai

<sup>5</sup> FREITAS, Waldir Oliveira. *A Antiguidade Tardia*. São Paulo: Ed. Ética, 1990, p. 41.

<sup>6</sup> Ibid., p. 42.

<sup>7</sup> FRANGIOTTI, Roque. *História das Heresias (séculos I-VII)*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 88.

<sup>8</sup> LE GOFF, Jacques. *O Deus da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 34.

<sup>9</sup> EHRMAN, Bart D. *Quem Jesus foi? Quem Jesus não foi?* Rio de Janeiro: Ediouro, 2010, p. 320.

(Deus) e do Filho (Jesus) e ressaltava que o Filho era o próprio Deus encarnado.

Ário, por sua vez, que era presbítero da mesma cidade o contradizia, não crendo nessa alegação de Alexandre que era o bispo principal do território. Daí nasceu esse grande estorvo doutrinário que alterou a concepção de fé de alguns fiéis.

Desde o século II e III, existiam várias visões interpretativas das Escrituras que já borbulhavam no âmbito cristão (principalmente sobre a natureza de Jesus de Nazaré).

Todavia, se retroagirmos ao século I, é possível visualizar que isso também foi muito comum no cerne cristão (como é até hoje no século XXI, vide as diversas denominações cristãs existentes), pois o cristianismo surgiu de dissidências internas do judaísmo. E dentre tantos grupos cristãos existentes nos séculos I, II, III e princípio do IV, nenhum deles tinha a compilação do chamado Novo

Testamento. Isto é, o processo de formação do cânone neotestamentário não tinha sido concluído (mesmo já tendo todos os livros escritos que hoje pertencem ao chamado Novo Testamento, não existia nenhum “Novo Testamento” no período). De sorte que existiam diversos livros (evangelhos,

epístolas, apocalipses etc.) que para alguns grupos de cristãos eram a “Palavra de Deus”, mas para outros grupos eram literaturas que não tinham “inspiração divina”. E assim, ocorreu uma convivência efervescente com diversos grupos menores que tinham seus próprios livros e prismas, e, através disso concebiam sua fé cristã. Entretanto, nada ainda tinha exercido tanta influência como as ideias de Ário.

O arianismo, nome pelo qual as ideias de Ário ficaram conhecidas, repudiava a chamada consubstancialidade de Jesus com Deus-Pai. O ponto central versava sobre as seguintes características:

*“Como princípio básico de todo el sistema, Arrio ponderaba la unidad absoluta de Dios, eterno, increado e incommuni- cable. Fuera de El, todo lo demás que existe son meras criaturas suyas. De este principio se deriva la afirmación fundamental de que el Verbo o Cristo no es eterno y há sido creado de la nada, mas no por necesidad, sino por libérrima voluntad suya. La razón se su creación es para que sirviera al Padre celestial de instrumento para crear el mundo. Por consiguiente, el Verbo no es de la misma naturaleza que el Padre; es diverso de la divina esencia; por su propia naturaleza, mudable y susceptible de pecado.”<sup>10</sup>*

Na perspectiva do bispo Alexandre e alguns pensadores proto-ortodoxos,<sup>11</sup> o arianismo destruiria toda soteriologia cristã, isto é, a salvação humana perante Deus. Porquanto se Jesus fosse



Constantino: mosaico em Santa Sofia

<sup>10</sup> LLORCA, Bernardino. *Historia de la Iglesia Católica*. Bac: Madrid, 1955, p. 402.

<sup>11</sup> Grupo de cristãos dos séculos II e III que, doravante, se intitulou como “ortodoxo”. EHRMAN, Bart. *Quem Jesus foi? Quem Jesus não foi?* Rio de Janeiro: Ediouro, 2010, p. 248.



apenas uma criatura não poderia ser Deus e não redimiria o mundo dos seus pecados. Por isso, começou uma grande disputa para liquidar esse ensinamento de Ário, mas os adeptos do arianismo cresceram entre os helenistas<sup>12</sup> e a doutrina expandiu-se rapidamente. Os que comungavam com as ideias de Ário entraram em atividade o defendendo:

A pregação de Ário mudou repentinamente a forma como muitos cristãos concebiam Deus e provocou, em pouco tempo, divisões em cada comunidade cristã, suscitando um ativo engajamento popular em Alexandria, no Egito e em todo Oriente.<sup>13</sup>

Alexandre e seus seguidores afirmavam categoricamente a consubstancialidade de Jesus com Deus em seus sermões. Para os proto-ortodoxos, o Filho (Jesus) era igual ao Pai (Deus), porque Deus o gerou da mesma substância. Com isso, essas declarações dariam início ao que posteriormente seria a formulação das três pessoas da divindade cristã “ortodoxa”, pois a questão do Pai e do Filho já estava sendo discutida e, doravante, foi acrescentado o Espírito Santo para formar a “tríade divina”. Dessa forma, mais tarde, foi engendrado o dogma da Trindade onde não haveria hierarquia de divindades. Ficando da seguinte maneira: “há três pessoas em Deus. Elas são distintas uma das outras. Mas cada uma é igualmente Deus. Todas as três são seres eternos. E todas são feitas da mesma substância”.<sup>14</sup>

Enquanto isso, Ário continuava pregando e ensinando sua dedução lógica:

*(...) Afirmava em suas pregações que o Cristo, como Criatura do Pai, não lhe poderia ser idêntico, faltando-lhe inclusive o atributo da eternidade, “desde que houve um tempo em que não existia”. Subordinando-o, pois, à figura do Pai. Por outro lado, sustentava ser o Evangelho uma revelação da verdade, mas não a única e definitiva fonte da verdade para os cristãos.<sup>15</sup>*

Mesmo Ário se obstinando contra o bispo superior da região (Alexandre), continuava com uma série de ensinamentos em comunidades cristãs e assembleias públicas expondo sua doutrina de que Jesus era uma criatura de Deus muito excelsa, mas não igual a Deus. Dizia também que a criação de Jesus foi para que ele se tornasse apenas intermediário na criação do mundo. Ou seja, segundo o arianismo, Jesus continuava a ser divino, todavia, não era igual ao Deus-Pai. Pois houve um tempo que Jesus não existia e Deus sempre existiu. Logo, Deus só se tornou Pai quando Jesus passou a existir.

As ideias de Ário começaram a crescer e deflagraram gigantescas agitações nos cristãos orientais (afinal de contas, era uma nova forma de se conceber Deus diferentemente da maioria). Porquanto “Ário conquista enorme audiência no Oriente, acolhido nos meios intelectuais e populares, compondo cânticos que os marinheiros difundiam circulando-os por toda a costa do império”.<sup>16</sup>

O bispo Alexandre respondeu a esses posicionamentos em favor do arianismo escrevendo para vários bispos. Desse modo, Ário e

<sup>12</sup> Pessoas que comungavam com aspectos sociais, culturais e políticos da Grécia antiga.

<sup>13</sup> FUNARI, Pedro Paulo (Org.). *As Religiões que o Mundo Esqueceu*. São Paulo: Ed. Contexto, 2012, p. 105.

<sup>14</sup> EHRMAN, Bart D. *Quem Jesus foi? Quem Jesus não foi?* Rio de Janeiro: Ediouro, 2010, p. 322.

<sup>15</sup> FREITAS, Waldir Oliveira. *A Antiguidade Tardia*. São Paulo: Ed. Ética, 1990, p. 42-43.

<sup>16</sup> FRANGIOTTI, Roque. *História das Heresias (séculos I-VII)*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 88.



seus seguidores foram denunciados por tentarem evitar a divindade e igualdade de Jesus com Deus.<sup>17</sup>

Em 319 d.C., aconteceu um sínodo<sup>18</sup> que contou com aproximadamente cem bispos que condenaram o arianismo. Logo, Ário foi deposto da comunidade cristã de Alexandria com cerca de outras vinte pessoas que o apoiavam. Todavia, Ário também pediu ajuda a bispos de fora do Egito, principalmente, Eusébio de Cesareia (263-339 d.C.) e Eusébio de Nicomédia (?-341 d.C.). Assim, posteriormente, Ário recebeu um grande obséquio por causa desses dois bispos.

### O arianismo e seus defensores no Concílio de Niceia

Com toda essa agitação produzida pelo arianismo na parte oriental do Império, Constantino atentou para a controvérsia entre os seus sacerdotes e procurou extinguir esses debates enviando uma carta para Ário e Alexandre, porque com a permanência das contrariedades doutrinárias poderia surgir o impedimento da unidade do Império em relação às questões políticas, sociais e religiosas. Porquanto o imperador temia a expansão e o volume da heresia. Esta parecia representar uma fissura e ameaça à unidade política e religiosa do Império. Multiplicavam-se as rivalidades, as facções, as intrigas da corte e manipulações de informações. De fato, apaixonando o povo, a heresia se tornava catalisador de desordem, tumultos, motins.<sup>19</sup>

Desde a metade do século XIX muitos historiadores discutem sobre o caráter da conversão de Constantino ao Deus dos cristãos e o fato que o teria levado a intervir nessa querela teológica. Mas essas questões ainda estão longe de um consenso. Entretanto, acreditamos que é notório que Constantino buscou tirar proveito político dessa situação, porque através de uma religião cristã “uníssona” (pelo menos para a maioria dos cristãos) o imperador procurou unir o Ocidente ao Oriente na adoração divina (sem negligenciar o paganismo). E devemos salientar também que na Roma antiga religião e política estavam atreladas intrinsecamente. De modo que se o Estado romano estivesse vivendo em abundância e prosperidade, isso teria sido proporcionado pelos deuses. Agora, se Roma estivesse em crises e tormentos como catástrofes naturais, destruições causadas pelas guerras etc., a população era culpada por não ter adorado aos deuses de forma correta. Logo, essa métrica foi aglutinada também ao cristianismo no Império Romano. Então, nessa conjuntura Constantino visualizou uma oportunidade para enrijecer a unidade do Império concomitantemente com a religião cristã. Buscando assim o controle político, social e religioso ante a população do Império.

Com isso, o imperador Constantino promoveu a convocação do Concílio de Niceia em 325 d.C. na Ásia Menor, atual Turquia. Este foi considerado o primeiro Concílio Ecumênico da Igreja.<sup>20</sup> Porém, contou com 250 a 318 bispos que em sua maioria

<sup>17</sup> Apenas no Evangelho de João Jesus é considerado Deus (João, 1: 1-14; 8:58; 10:30; 14: 7-14). Mateus, Marcos e Lucas não chamam Jesus de Deus em nenhum momento. O Evangelho de João teria sido escrito entre 90 a 95 d.C., ou seja, seu autor ao escrevê-lo teve contato com várias fontes e construiu Jesus como Deus buscando justificar seus prismas e filtros teológicos.

<sup>18</sup> No princípio da história eclesiástica os termos sínodo e concílio eram usados de forma comum para denotar assembleia de clérigos. Após o Concílio de Niceia, os termos

ganham novos significados, de modo que sínodo se tornou uma assembleia de bispos de uma província ou região, isto é, o clero da diocese. LOYN, Henry R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 789.

<sup>19</sup> FRANGIOTTI, Roque. *História das Heresias (séculos I-VII)*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 92.

<sup>20</sup> Nessa espécie de assembleia, comparecem todos os bispos que são convocados por um pontífice.

eram do Oriente. Os clérigos da parte ocidental praticamente não participaram, ou seja, o Concílio não foi de proporções “mundiais”. Pode-se dizer que o cristianismo era minoritário no Ocidente. Além disso, o ponto mais importante para essa não convocação de mais sacerdotes está em algumas formas diferentes e divergentes de cristianismos existentes em vários territórios do vasto Império Romano. Ou seja, isso demonstra que desde a Antiguidade o cristianismo sempre foi uma religião polissêmica assim como toda manifestação religiosa é diversificada.

A tônica desse Concílio permeou sobre o arianismo que dizia, em síntese, que Jesus de Nazaré era um Deus subordinado, mas não era igual ao Deus-Pai. Porém, o Concílio não se restringiu a apenas essa doutrina, pois

*“aparte la cuestión arriana, el concilio se ocupó de varios asuntos de escassa importancia: el cisma de Melecio y la cuestión sobre la celebración de la Pascua. Condenado su cisma, los melecianos hicieron causa común con los arrianos. En la celebración de la Pascua, se proclamó la práctica usada en la Iglesia occidental. Además, se dieron unos 20 cánones disciplinares, en los que decidía la cuestión del bautismo de los hereges y de los lapsos o apóstatas de la persecución.”<sup>21</sup>*

Até o início do século IV, era comum que muitos clérigos ensinassem nas suas comunidades cristãs que Jesus teria tanto a natureza humana quanto a divina,<sup>22</sup> que fora um homem que nasceu “virginalmente” e sem pecado.<sup>23</sup> E, assim que recebeu o batismo iniciou suas pregações do evangelho do Reino de Deus, assumiu a condição messiânica,<sup>24</sup> e, que teria dito ser o próprio Deus.<sup>25</sup> Com isso, foi sistematizado por alguns eclesiásticos que o ato de crer nas referências supracitadas como

também na morte e “ressurreição” de Jesus de Nazaré, representaria que o indivíduo poderia ser “salvo” postumamente. Assim, todo aquele que crescesse nesses ensinamentos (encarnação, crucificação, ressurreição etc.) não pereceria espiritualmente no castigo eterno.<sup>26</sup>

Entretanto, todas essas alegações foram sendo construídas bem antes do século IV, pois todos esses ensinamentos estão elencados pelos escritores dos Evangelhos que escreveram durante o I século e no chamado Novo Testamento como um todo. É pertinente evidenciar que os Evangelhos foram escritos entre 35 a 65 anos depois que Jesus de Nazaré tinha morrido, e, que cada autor não estava escrevendo sobre História ou uma biografia de Jesus, porém, cada qual escreveu sua narrativa à luz de sua própria experiência teológica e entendimento subjetivo da pessoa de Jesus e de seus possíveis ensinamentos, como também, das fontes que cada qual tinha à sua disposição. Isso também vale para o Novo Testamento inteiro (como para a Bíblia toda). De sorte que cada autor bíblico tem uma visão subjetiva de temas específicos vividos por cada um. Apesar de haver similitudes em alguns temas, cada escritor teve um objetivo ao escrever sua narrativa que está “recheada” de suas predileções, sentimentos, contrariedades etc. Como salienta o teólogo e historiador Bart D. Ehrman, um dos maiores especialistas em estudos bíblicos e do princípio do cristianismo do século XXI:

Essa visão prega que cada autor da Bíblia viveu em sua própria época e em seu próprio lugar – e não nos nossos. Cada um deles tinha um conjunto de

<sup>21</sup> LLORCA, Bernardino. *Historia de la Iglesia Católica*. Bac: Madrid, 1955, p. 409-410.

<sup>22</sup> João, 1: 1-14; 8:58; 10:30.

<sup>23</sup> Mateus, 1:18-25; João 8:46.

<sup>24</sup> Ibid., 16: 13-20; Ibid., 4: 1-30.

<sup>25</sup> João, 8: 53-55.

<sup>26</sup> Ibid., 8:51; 11:26.

pressupostos culturais e religiosos do qual podemos não partilhar.<sup>27</sup>

A despeito dessas doutrinações sobre Jesus feitas por líderes das comunidades cristãs, discutidas anteriormente, ainda não se tinha unanimidade entres os grupos cristãos sobre certas questões (como nunca houve). E aí é que se encontra a importância do Concílio de Niceia, que se constituiu para tentar unificar o Império através de sua consolidação com a “nova religião” estatal que produziu a doutrina de Deus oficial do cristianismo (doutrina essa que até hoje está longe de ser uníssona nos cristianismos). O alvo e interesse do imperador Constantino se fundamentaram na primazia do Estado, pois o imperador não era versado em questões teológicas. Mas uma coisa era certa, se as “heresias” se propagassem poderiam levar a religião estatal ao enfraquecimento. Com isso, o Estado perderia o objetivo de uniformizar a adoração divina e correria o risco de perder a manutenção da ordem social. O arianismo, do ponto de vista do Estado, era uma grande barricada para a realização de um Império universal cogitado por Constantino. A tentativa dessa uniformização religiosa (isso apenas no âmbito cristão) poderia ajudá-lo a alcançar tal intento. E como falamos anteriormente, não negligenciamos a conversão de Constantino ao Deus dos cristãos que foi alocado às suas crenças pagãs. Como também, ressaltamos que no mundo antigo era muito comum religião e política “caminharem juntas”. Por essas razões, o imperador convocou o Concílio de Niceia.

Além dos 250 a 318 bispos presentes no concílio, foram enviados por Silvestre (285-335 d.C.), bispo de Roma, dois presbíteros para representá-lo, pois



**O Concílio de Niceia, com Ário descrito como derrotado pelo concílio, deitado sob os pés do Imperador Constantino I.**

Silvestre estava muito debilitado e por isso não pôde estar presente nesse ajuntamento conciliar. No andamento do Concílio, Ário se defendeu contra as acusações afirmando suas posições iniciais sem retirar o que tinha sido exposto em suas pregações. Tanto o bispo Eusébio de Cesareia como o bispo Eusébio de Nicomédia estavam com Ário mostrando assim certa simpatia com as ideias do sacerdote, contudo, suas posições foram tachadas como heréticas. Com isso, Ário foi condenado e exilado juntamente com Eusébio de Nicomédia. É interessante notar que o bispo Eusébio de Cesareia não foi proscrito por Constantino, de repente Cesareia poderia ter assinado contra as ideias de Ário mesmo mostrando certa afinidade com elas. E por isso, não teria sido mandado para o exílio. Mas

<sup>27</sup> EHRMAN, Bart D. *Quem Jesus foi? Quem Jesus não foi?*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2010, p. 28.

não encontramos documentação que comprove tal hipótese.

Ário e Eusébio de Nicomédia receberam a pena de desterro tão somente por terem pensamentos antagônicos aos da tradição majoritária dos eclesiásticos e foram tidos como hereges, porém, se analisarmos a raiz da palavra heresia, veremos que simplesmente nos remete a uma opção, porquanto a palavra heresia (do grego *hairesis*, *hairein*, que significa escolher) acompanhou a vida da Igreja desde os inícios, e para os escritores eclesiásticos o termo designava uma doutrina contrária aos princípios da fé oficialmente declarada.<sup>28</sup>

Todavia, para os escritores eclesiásticos, a heresia se tornou a contrariedade aos princípios, dogmas e regras que os mesmos estabeleceram. Dessa forma, para a religião cristã, se tornou imprescindível salientar que Jesus de Nazaré é da mesma substância do próprio Deus para a permanência da crença na “ressurreição” dos mortos, para seu discurso salvacionista e para a sobrevivência da religião. Tudo que viesse de encontro à natureza divina de Jesus era anatematizado, ou seja, considerado maldito. Como mostra uma das cartas de Paulo de Tarso endereçada à comunidade cristã de Corinto, na Grécia, que foi utilizada amplamente pelo clero para corroborar com esse discurso:

Se não há ressurreição dos mortos, também Cristo não ressuscitou. E se Cristo não ressuscitou, vazia é a nossa pregação, vazia também é a vossa fé. Acontece mesmo que somos falsas testemunhas de Deus, pois atestamos contra Deus que ele ressuscitou a Cristo, quando de fato não ressuscitou, se é que os mortos não ressuscitam.

Pois, se os mortos não ressuscitam, também Cristo não ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, ilusória é a vossa fé; ainda estais nos vossos pecados.<sup>29</sup>

Agora, já para Constantino e o Império Romano, toda essa elucubração teológica era secundária. Pois o cristianismo serviu como uma tentativa de coesão administrativa e religiosa (para a maior parte dos cristãos). Por isso, foi redigido o Credo Niceno para debelar os conflitos interpretativos fomentados pelo arianismo e para delimitar o conteúdo de fé da Igreja sobre o assunto. O Credo Niceno ficou assim:

*“Cremos em um só Deus, Pai Todo-Poderoso, criador de todas as coisas, visíveis e invisíveis. E em um só Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, unigênito do Pai, da substância do Pai; Luz de Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consubstancial ao Pai; por quem foram criadas todas as coisas que estão no céu ou na terra. O qual por nós homens e para nossa salvação, desceu (do céu), se encarnou e se fez homem. Padeceu e ao terceiro dia ressuscitou e subiu ao céu. Ele virá novamente para julgar os vivos e os mortos. E (cremos) no Espírito Santo. E quem quer que diga que houve um tempo em que o Filho de Deus não existia, ou que antes que fosse gerado ele não existia, ou que ele foi criado daquilo que não existia, ou que ele é de uma substância ou essência diferente (do Pai), ou que ele é uma criatura, ou sujeito à mudança ou transformação, todos os que falem assim, são anatematizados pela Igreja Católica e Apostólica.”<sup>30</sup>*

Para finalizar a discussão teológica do Concílio, uma fórmula foi proposta pelo bispo Eusébio de Cesareia conjuntamente com outros bispos para por fim a questão da natureza de Jesus de Nazaré.

Segundo o historiador britânico Paul Johnson, o imperador Constantino teria influído os bispos

<sup>28</sup> FALBEL, Nachman. *Heresias Medievais*. São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 13.

<sup>29</sup> 1 Coríntios, 15: 13-17.

<sup>30</sup> Credo Niceno. Fonte: [http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/historia\\_da\\_igreja/primeiro\\_concilio\\_ecumenico\\_de\\_niceia](http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/historia_da_igreja/primeiro_concilio_ecumenico_de_niceia). Acesso em: 5 de abril de 2018.

para que todos concordassem com o Credo Niceno:

Foi ele quem insistiu, como uma fórmula para conciliação, na inserção da expressão “consustancial ao Pai” na profissão de fé. “Ele aconselhou todos os presentes a concordar”, conta Eusébio, “e a subscrever seus artigos e assentir-lhes, com a inserção da palavra “consustancial”, que, além disso, ele mesmo interpretou”. Constantino, de acordo com os interesses do Estado, estava ansioso por evitar uma rixa e, caso ocorresse alguma, procuraria uma solução honrosa.<sup>31</sup>

Os bispos proto-ortodoxos que eram favoráveis a Alexandre aceitaram a colocação do termo grego *homoousios* para debelar o embate contra Ário e seus correligionários. Assim, essa expressão grega delimitou o significado de que Jesus teria a mesma substância de Deus, isto é, teria a consustancialidade do Deus-Pai. E com isso, através dessa fórmula foi criado o Credo Niceno, que segundo os cristãos envolvidos no Concílio, não teria alterado em nada no que os apóstolos ensinaram e na tradição da Igreja desde o século I. Pois o que consta no credo foram definições que serviram para resolver o problema maximizado pelo arianismo e uma exortação ao combate de possíveis “hereges”. Porém, certamente, muita coisa foi alterada desde o século I. E o ponto alto dessa discussão é que Jesus de Nazaré deixou de ser um camponês tido como “profeta apocalíptico” da Palestina antiga, para se tornar cabalmente Deus.

Depois do Concílio de Niceia ficou bem patente que houve uma garantia estatal de que os sacerdotes precisavam elaborar uma teologia

oficial sobre vários aspectos da fé cristã para debelar conflitos interpretativos das Escrituras. Pois assim, Constantino teria um controle maior das esferas política, social, religiosa etc. Evitando assim, uma possível descentralização imperial. Com isso, reforçou o seu poder político através de todo o Império garantindo-se também como o imperador defensor da Igreja e que se revestia de um “bastião divino”.

Tanto é que, posteriormente, o imperador censurou todos aqueles que abraçavam o arianismo:

*(...) Em 333, no primeiro caso de censura empregada em defesa dos interesses cristãos, Constantino ordenou uma ação selvagem contra os escritos arianos: “se for encontrado qualquer tratado composto por Ário, que seja atirado às chamas (...) a fim de que não reste dele qualquer recordação (...) e se alguém for pego ocultando um livro de Ário e não o trouxer de pronto para fora e queimá-lo, a penalidade será a morte; o criminoso deverá sofrer sua punição imediatamente após a condenação.”<sup>32</sup>*

Destarte, Constantino foi visto por alguns cristãos como um eleito de Deus (como é até hoje) a ponto de ser associado como um “instrumento divino” para a Igreja, porém, será que o imperador estava “comprometido” plenamente com o Deus dos cristãos? Acreditamos que a resposta seja positiva. Constantino estava “comprometido” com a adoração do Deus dos cristãos da mesma forma que com os deuses pagãos, ou seja, no mundo antigo os pagãos que faziam adesão a mais um deus não precisariam abrir mão de outros deuses. Era muito comum a monolatria, isto é, a veneração e identificação com um deus específico, porém, sem negligenciar ou excluir outras deidades existentes. Essa exclusão de divindades surgiu

<sup>31</sup> JOHNSON, Paul. *História do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2001, p. 108.

<sup>32</sup> JOHNSON, Paul. *História do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2001, p. 109.



primeiramente com o Judaísmo e perpassou para o cristianismo, mas isso não acontecia entre os pagãos. Dessa forma, o Deus dos cristãos era mais uma deidade do panteão de Constantino.

Mais tarde, uma ação de Constantino soou muito estranha, pois, depois do surto feroz do imperador para desarraigar o arianismo, foram tomadas medidas a favor do mesmo:

*“Ante todo, era necesario captarse las simpatías del emperador en favor de los prohombres del arianismo. Para esto sirvió a las mil maravillas Eusebio de Cesarea, muy estimado por Constantino y que simpatizaba an favor de Arrio. No poco influyó también en el mismo sentido la propia hermana del emperador, Constancia, muy influyente en la corte y conquistada también por el arianismo. A esto se juntaban diversas razones de otro género. Sobre todo influía la idea de que las medidas de rigor no habían obtenido la paz deseada, por lo cual era preferible tentar la reconciliación por el perdón universal y la atracción pacífica.”<sup>33</sup>*

Constantino agiu no polo oposto da sua postura inicial de censura ao arianismo e parecia querer uma restauração da doutrina. Isso começou a ocorrer quando o imperador ressaltou a opinião pública sobre a punição aplicada a Ário e Eusébio de Nicomédia. Além disso, sua irmã Constância defendia secretamente o arianismo, pois parecia que tinha certa predileção por essa doutrina. Assim também como Eusébio de Cesareia demonstrava certo pendore ao arianismo. Tendo feito isso, o imperador anistiou a pena perpetrada a ambos (Ário e Nicomédia). De sorte que o novo bispo chamado Atanásio que tinha sido escolhido em 328 d.C. e que substituiu o antigo bispo Alexandre em Alexandria, não gostou dessa postura de Constantino e se opôs ao imperador o acusando de traidor da Igreja.

Com todo esse desdobramento conciliar e pós-conciliar, e, apesar dessa suposta condenação do arianismo no Oriente, as ideias de Ário mais tarde chegariam ao Ocidente. Isso porque depois do Concílio de Niceia, vários missionários (monges itinerantes) foram para o meio dos povos germânicos e pregaram justamente o que Ário defendia nos seus sermões. No século V, quando os germânicos conquistaram o Império Romano Ocidental trouxeram o arianismo para Roma. Já no Império Romano Oriental (ou Império Bizantino), o arianismo ficou patentemente circulando até 587 d.C., isso porque Constantino agiu benevolmente com Ário e Eusébio de Nicomédia.

Assim, é coerente salientarmos que o cristianismo prosperou sob o baluarte de Constantino e que depois de seus embates ferrenhos contra os adeptos do arianismo, se mostrou favorável ao mesmo quer por sua crença ou em prol da estabilidade do seu governo, ou, pelas duas coisas concomitantemente.

Em 335 d.C., poucos anos antes da morte de Constantino, o bispo Atanásio (na época do Concílio era diácono e teve grande engajamento contra o arianismo) que se opunha ao imperador e defendia a tradição da maior parte dos cristãos e a “ortodoxia” em relação a Jesus fixada no Concílio de Niceia, foi exilado. Pois Eusébio de Nicomédia que se tornou o novo líder do arianismo (um pouco antes de Ário falecer) e seus adeptos, o caluniou, e por ordens de Constantino, Atanásio foi proscrito para a cidade de Tréveris, hoje, esse território faz parte da Alemanha.

<sup>33</sup> LLORCA, Bernardino. *Historia de la Iglesia Católica*. Bac: Madrid, 1955, p. 411.



Em 337 d.C., no desfecho da vida de Constantino houve mais uma atitude polêmica. O imperador foi batizado segundo o rito de iniciação cristã, todavia, foi o bispo Eusébio de Nicomédia que celebrou o seu batismo. Dito isso, não podemos acusar Constantino de falsa conversão, como alguns escritores eclesiásticos fazem, por ter sido batizado antes de morrer. Pois “por essa época, esse retardamento do batismo era habitual, porque o batismo era um passo adiante no engajamento, na verdade a porta de entrada da fé”.<sup>34</sup>

Segundo o historiador e padre Bernardino Llorca, nos últimos anos do governo de Constantino que ele teria se desviado da “ortodoxia” desenvolvida pelos seus bispos no Concílio de Niceia com a sua aquiescência. Os líderes do arianismo teriam insuflado Constantino dizendo que ele só conseguiria manter a unidade e a paz no Império com a maior parte dos cristãos se fosse a favor deles. Segundo Llorca, ainda, depois de Constantino ter defendido por muito tempo o Credo Niceno, nos últimos anos de sua vida mudou de conduta e se aliou aos inimigos. Entretanto, de



Ícone representando o Imperador Constantino e os bispos do Primeiro Concílio de Nicéia (325) segurando o Credo Niceno-Constantinopolitano de 381.

acordo com Paul Johnson, o imperador Constantino:

*“(...) Embora em Niceia tenha tomado as providências necessárias para que uma maioria esmagadora de bispos condenasse determinadas crenças específicas de Ário e seus seguidores, mais tarde ele se mostraria ávido pela restauração deste, com base em uma confissão de fé; de novo, em 321, para evitar uma disputa com os donatistas pela igreja construída em Constantina (Cirta), que estes haviam ocupado e que era reivindicada pelos ortodoxos, Constantino deu aos donatistas o edifício estatal da Alfândega, como compensação. Em suma, o imperador colocava a ordem e a estabilidade, o governo, acima de qualquer consideração religiosa. Contudo, quanto à dissensão, em seu entender, constituía um desafio ao governo, agia de maneira impiedosa.”<sup>35</sup>*

Parece coerente afirmarmos que nesse contexto os assuntos de cunho religioso eram de suma importância para ascensão política de Constantino, agora, quanto à moralidade do que Jesus teria ensinado aos seus seguidores, esta se modificaria para ser alocada aos interesses do Império e da própria Igreja. Os clérigos buscaram aniquilar qualquer foco de dissidência doutrinária e essa forma de agir foi para tentar garantir a influência político-religiosa atreladas à estrutura majoritária da população. E através disso foi instaurado o “cristianismo constantiniano”, isto é, uma religião favorecida e influenciada pelo Estado.

<sup>34</sup> VEYNE, Paul. *Quando Nosso Mundo se Tornou Cristão (312-394)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, 38-39.

<sup>35</sup> JOHNSON, Paul. *História do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2001, p. 415.

## Considerações finais

Após a vitória esmagadora da maioria dos cristãos no Concílio de Niceia, os mesmos se intitularam “ortodoxos” (“caminho correto”), assim, todos os que não comungassem com a cristologia desenvolvida no Concílio foram tidos como amaldiçoados e heréticos pelos clérigos. Destarte, o grupo vencedor asfixiou os grupos menores que tinham suas próprias percepções, livros sacros, e subjetividades nas manifestações de suas crenças. Com Constantino, a religião cristã foi favorecida, recebendo assim, inúmeras benesses imperiais e foi utilizada como instrumento de dominação política, social, econômica e religiosa. Dito isso, não se pode compreender o triunfo do cristianismo na Antiguidade sem o influxo do Império Romano.

---

**Flávio Henrique Santos de Souza** é Licenciado em História pela Universidade Castelo Branco (UCB). Pós-graduado em História Antiga e Medieval pelo Núcleo de Estudos da Antiguidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEA-UERJ). Pós-graduando em História do Cristianismo pela UNISUAM.

---

## Referências bibliográficas

### Documentação

*Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Nova Edição, Revista: Paulus, 1973.

*Credo de Niceia*. Disponível em: [http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/historia\\_da\\_igreja/primeiro\\_concilio\\_ecumenico\\_de\\_niceia](http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/historia_da_igreja/primeiro_concilio_ecumenico_de_niceia). Acesso em: 5 de abril de 2018.

Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. São Paulo: Novo Século, 2002.

### Bibliografia geral

BLAINEY, Geoffrey. *Uma Breve História do Cristianismo*. Curitiba: Fundamento, 2012.

CURTIS A. Kenneth. *Os 100 Acontecimentos Mais Marcantes da História do Cristianismo: do*

*Incêndio de Roma ao Crescimento da Igreja na China*. São Paulo: Editora Vida, 2003.

CHEVITARESE, André L.; CORNELLI, Gabriele (Orgs). *A Descoberta do Jesus Histórico*. São Paulo: Paulinas, 2009.

\_\_\_\_\_. *Jesus Histórico: Uma Brevíssima Introdução*. Rio de Janeiro: Klíne, 2016.

EHRMAN, Bart D. *Como Jesus se Tornou Deus*. São Paulo: Leya, 2014.

\_\_\_\_\_. *Evangelhos Perdidos*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

\_\_\_\_\_. *Quem Jesus foi? Quem Jesus não foi?*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2010.

\_\_\_\_\_. *A Verdade e a Ficção Em O Código Da Vinci*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FALBEL, Nachman. *Heresias Medievais*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FARIA, Lair Amaro dos Santos. *“Quem vos ouve, ouve a mim”: Oralidade e Memória nos Cristianismos Originários*. Rio de Janeiro: Klíne, 2011.

FRANGIOTTI, Roque. *História das Heresias (séculos I-VII)*. São Paulo: Paulus, 1995.

FREITAS, Waldir Oliveira. *A Antiguidade Tardia*. São Paulo: Ed. Ética, 1990.

FUNARI, Pedro Paulo (Org.). *As Religiões que o Mundo Esqueceu*. São Paulo: Ed. Contexto, 2012.

GIBBON, Edward. *Declínio e Queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras. Círculo do Livro, 1989.

HILL, Jonathan. *História do Cristianismo*. São Paulo: Edições Rosari, 2008.

JOHNSON, Paul. *História do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2001.

LE GOFF, Jacques. *O Deus da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LLORCA, Bernardino. *Historia de la Iglesia Católica*. Bac: Madrid, 1955.

LOYN, Henry R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

Monsenhor Cristiani. *Breve História das Heresias*. São Paulo: Flamboyant, 1962.

SANTOS, João Batista Ribeiro. *Dicionário Bíblico*. São Paulo: Didática Paulista, 2006.

SILVA, Diogo Pereira da. *As Abordagens Historiográficas Sobre Constantino I (306-337): uma revisão*. Dimensões, Rio de Janeiro, vol. 25, p.32-45, out./nov. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/artic le/view/2541/2037>. Acesso em: 18 de agosto de 2017.

VEYNE, Paul. *Quando Nosso Mundo se Tornou Cristão (312-394)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

## Artigo

# ***O FORRÓ ELETRÔNICO E O BRASIL NO TEMPO PRESENTE***

*Por Pedro Mota Byrro*

**Resumo:** O forró é uma das manifestações culturais mais marcantes do nordeste brasileiro e do Brasil. O artigo analisa o forró eletrônico, gênero musical surgido na década de 1990 e seus antecedentes, partindo do princípio de que o seu surgimento seria um resultado dos pensamentos e valores construídos pela sociedade brasileira nas últimas décadas. Para isso, busca primeiramente as origens do termo. Em seguida explora suas três fases: O forró tradicional, o forró universitário e o forró eletrônico. Ao final abre-se espaço para as considerações finais tendo como foco principal o forró eletrônico e as mudanças sociais ocorridas no Brasil no final do século XX e início do século XXI.

**Palavras-Chave:** História do Tempo Presente - Hipermodernidade – Forró Eletrônico.

**Abstract:** Forró is one of the most remarkable cultural manifestations of Brazilian northeast and of Brazil. The paper analyzes the electronic forró, musical genre emerged in the 1990s and its antecedents, assuming that its emergence would be a result of the thoughts and values constructed by the Brazilian society in the last decades. To do this, first it looks for the origins of the term. Then, it explores its three phases: The traditional forró, the university forró and electronic forró. At the end, it is opened a space for the final considerations with the main focus aimed to the electronic forró and the social changes taking place in Brazil in the late twentieth and early twenty-first century.

**Keywords:** History of the Present Time – Hypermodernity – Electronic Forró.

## **Introdução**

O forró é uma das manifestações culturais mais marcantes do nordeste brasileiro e do Brasil. No caso nordestino, nos arriscamos a dizer que as festas juninas, onde este gênero musical é o centro das atenções, possui mais valor em termos de demarcação da identidade do que o Natal, a celebração cristã do nascimento de Jesus Cristo. Com o tempo, o gênero se espalha pelo resto do país, se incorporando também à identidade brasileira como um todo.

As motivações que nos impulsionaram a realizar esse trabalho vão desde a questão do gosto musical, memórias afetivas ligadas à época do forró universitário e o questionamento a respeito da ascensão do chamado forró eletrônico na sociedade brasileira. Em busca de respostas, uma pesquisa para melhor orientação se fez necessária.

O Brasil passou por importantes mudanças sociais nos últimos 30 anos. Mudanças que assumem considerável importância, diante da hipótese que pretendemos investigar neste trabalho.



Analisaremos o forró, mais especificamente o forró eletrônico, gênero musical surgido na década de 1990, partindo do princípio de que o seu surgimento seria um fruto, um resultado, dos pensamentos e valores construídos pela sociedade brasileira nas últimas décadas.

Pesquisar a história do tempo presente não é tarefa simples para o historiador, pois conforme Roger Chartier (2002, p.216), “a história do tempo presente é um campo de pesquisa, cujo objetivo é o encontro com pessoas de carne e osso que são contemporâneos daquele que lhes narra as vidas”. O pesquisador da história do tempo presente é contemporâneo de seu objeto de estudo e portanto, divide com ele as mesmas categorias e referências fundamentais. De acordo com François Bédarida (2002, p. 229), o estudo do tempo presente exige do “historiador profissional cuidado

Segundo Maria da Conceição Almeida (s.d. p. 129-130), a ciência é uma maneira de explicar o mundo, mas existem outras produções de conhecimento e configurações de saber. Devido à aptidão pelo conhecimento, as sociedades humanas produziram uma multiplicidade de saberes que denotam estratégias distintas de pensamento. São os chamados saberes tradicionais que em geral se perdem no tempo e no anonimato devido à falta de oportunidades de expressão.

Admite-se que o forró, nosso objeto de análise, se coloca entre os saberes tradicionais. Porém, não consideramos que ele tenha se perdido no tempo. Esse estilo musical sofreu radicais transformações nas últimas décadas. E estas transformações inserem-se no quadro das metamorfoses derivada da emergência dos tempos hipermodernos que, conforme sublinha Gilles Lipovetsky (2004, p.26),



e atenção redobrados, já que ela, por natureza, é história inacabada, fluida e em constante renovação”. Além disso, a busca da verdade deve ser sua regra de ouro ainda que se tenha a certeza de que seu domínio completo seja impossível (2002, p. 222).

caracteriza-se, dentre outros aspectos pela cultura de consumo, hedonismo, movimento, fluidez e flexibilidade.

Ao celebrar o novo e o aqui e agora, a civilização consumista opera para enfraquecer a memória coletiva acelerando o declínio da continuidade e da

repetição ancestral. Contudo, de acordo com Gilles Lipovetsky, (2004, p. 85) quanto mais nossas sociedades se concentram no presente, mais reabilitam o passado. A hipermodernidade é definida, entre outras características, pela memória revisitada, a remobilização de crenças tradicionais, sua desconstrução e reemprego sem imposição institucional, além de seu eterno rearranjo conforme o princípio da soberania individual (LIPOVETSKY, 2004, p.98).

Do ponto de vista da percepção sonora, uma das origens remotas da hipermodernidade pode ser encontrada na revolução industrial, pois conforme Schafer,

*“A revolução industrial introduziu uma multidão de novos sons com consequências drásticas para muitos dos sons naturais e humanos que eles tendiam a obscurecer; E esse desenvolvimento estendeu-se até uma segunda fase quando a Revolução Elétrica acrescentou novos efeitos próprios e introduziu recursos para acondicionar sons e transmiti-los esquizofrenicamente através do tempo e do espaço para viverem existências amplificadas ou multiplicadas” (SCHAFFER, 2001, p.107).*

O autor ainda acrescenta, em observação certa que

*O aumento da intensidade da potência do som é a característica mais marcante da paisagem sonora industrializada. A indústria precisa crescer: portanto, seus sons precisam crescer com ela. Esse é o tema estabelecido nos últimos duzentos anos. De fato, o ruído é tão importante como meio de chamar a atenção que, se tivesse sido possível desenvolver a maquinaria silenciosa, o sucesso da industrialização poderia não ter sido tão completo. Para maior ênfase, digamos isso de forma mais drástica: se os canhões fossem silenciosos, nunca teriam sido utilizados na guerra” (SCHAFFER, 2001, p.115).*

O autor estabelece uma relação entre som e poder: quanto mais alto, mais poderoso. Essa relação, possivelmente afetou a música contemporânea já que a amplificação intensa da música popular é uma das singularidades do nosso tempo. Num contexto caracterizado pela

aceleração, a amplificação sonora estimula a individuação, a solidão e o descompromisso (SCHAFFER, 2001, p. 142). Acredita-se que a transformação do forró ocorrida no final do século XX, tenha esse contexto como pano de fundo.

O objetivo deste trabalho é explicar, como ocorreu a transformação deste gênero musical. Primeiramente, buscaremos as origens do termo. Em seguida, acompanharemos sua evolução por meio de três fases distintas: O forró tradicional a partir de 1940, o forró universitário surgido na década de 1990 e início da década de 2000, e o forró eletrônico surgido na década de 1990. Ao final, abriremos espaço para as considerações finais, tendo como foco principal o forró eletrônico e as mudanças sociais ocorridas no Brasil na virada para o século XXI. Nosso argumento terá como base o conceito de hipermodernidade, cunhado pelo filósofo francês Gilles Lipovetsky.

### Antecedentes do Forró Eletrônico

De acordo com o Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira, o termo forró designa um tipo de baile popular nordestino animado por sanfona pé-de-bode de oito baixos, executando os diferentes ritmos locais como o xaxado, o xamego, o xote, o baião e outros. Segundo Quadros Júnior e Volp (2005, p.128), sua origem é controversa. Existem pelo menos três versões conhecidas.

Na primeira versão, o termo teria surgido no final do século XIX nas construções das estradas de ferro no Nordeste pelos ingleses. Estes realizavam festas frequentes, nem sempre abertas à população. Quando isso ocorria, escrevia-se na entrada “For All”, isto é, “para todos”. O termo seria uma variação da mencionada expressão inglesa. A

segunda versão não possui diferenças significativas em relação à primeira exceto pelo fato de que os idealizadores das festas já mencionadas, seriam os soldados norte-americanos instalados no Nordeste durante a Segunda Guerra Mundial (QUADROS JÚNIOR; VOLP. 2005, p. 128). A segunda versão é contestada por Sérgio Rodrigues (2011), pois segundo ele, o vocábulo já estava dicionarizado por Cândido de Figueiredo desde 1913, sendo assim, impossível a sua criação durante a Segunda Guerra.

A teoria mais aceita é a de que a palavra forró seja uma contração de forrobodó, termo existente no português desde o século XIX, também com significado festivo, mas não restrito ao nordeste do Brasil. Dicionarizada pela primeira vez em 1899, a palavra dá nome a uma opereta de Chiquinha Gonzaga que estreou em 1911 no Rio de Janeiro.

A palavra forrobodó, por sua vez, tem origem no galego forbodó (baile popular), vinda do francês faux-bourdon, que significa desentoação. O motivo para isso, segundo o escritor galego Fermín Bouza-Brey, citado por Sérgio Rodrigues (2011) é que o forbodó era movido a golpes de bumbo em pontos monorrítmicos monótonos.

Segundo Daniel Buarque (2011), estudiosos do tema costumam dividir o estilo em três fases: O forró tradicional ou pé-de-serra, o forró universitário e o forró eletrônico. Elas refletem a urbanização, incrementação técnica e adaptação ao mercado ao longo do tempo. Em sua origem, o forró era uma criação artística do universo rural do sertanejo. As letras refletiam temas regionais e com forte sotaque interiorano.

Conforme Adriana Fernandes (s.d. p.2), o forró passa a ser conhecido em todo o Brasil a partir do final da década de 1940 através principalmente do rádio e do músico Luiz Gonzaga. Luiz Gonzaga era

um migrante nordestino que deslocou-se para a então capital federal, o Rio de Janeiro, para tentar alcançar notoriedade e sucesso através da sua música nos meios de comunicação de massas existentes naquela época. Ele era filho de um sanfoneiro famoso na região de Exu, divisa de Pernambuco com o Ceará. Seu pai fazia o que ficou conhecido como forró pé-de-serra, ou seja, música dançante e majoritariamente instrumental realizada no acordeon de botão (também conhecido como sanfona pé-de-bode) em ocasiões festivas familiares. No contexto nordestino, família é um termo de ampla conotação que inclui, além dos membros unidos por laços de sangue, os agregados, empregados, conhecidos e vizinhos. Portanto, a relação entre os que frequentam um forró pé-de-serra é de conhecimento interpessoal, face a face e interativo.

Quando Luiz Gonzaga chega ao Rio de Janeiro, ele vai aprender a tocar as músicas da moda: tangos, valsas, em um acordeon de teclado “mais moderno”. No entanto, um grupo de estudantes nordestinos o incentiva a voltar a tocar as músicas “da terra”. Influenciado pelos padrões estéticos estabelecidos e amplamente aceitos na música da época através da mídia, Gonzaga irá “criar” o baião, como uma novidade no cenário nacional em termos de música dançante. Também vai tornar conhecidos o xote, o arrasta-pé, o xaxado, estabelecendo parâmetros com uma perspectiva bastante idiossincrática, mas que ficaram conhecidos como “tradicionais, puros, de raiz”. Luiz Gonzaga, dessa forma, compartilha sua visão de nordeste por meio de sua música. Porém, a ideia de pureza é questionada por Adriana Fernandes. Sua posição é de que essa visão era amalgamada de influências e vivências com as quais ele se identificava como o



terno de linho cento e vinte e a necessidade de um “doutô” para compor as letras de suas músicas como foram os casos de Humberto Teixeira, advogado, e Zé Dantas, médico. Suas músicas eram cantadas, ao invés de apenas instrumentais, e ele tocava a sanfona de teclado e cento e vinte baixos, ao invés dos oito baixos de seu pai. As controvérsias relacionadas à sua pessoa foram deixadas de lado em favor de uma pureza inexistente. A música de Luiz Gonzaga tem como característica um dinâmico diálogo com o seu tempo e com as circunstâncias sociais, políticas e econômicas as quais ele experienciava.

A música que lança Luiz Gonzaga na mídia é “Baião” onde o intérprete diz que vai nos ensinar a

dançar um novo tipo de música, o baião. Entra aqui um fator inerente ao forró, a dança. A dança do forró é uma dança cordial, cortês, sutil onde o objetivo é a



aproximação corporal a fim de se sentir o calor e o cheiro da outra pessoa. Pode-se estabelecer vários níveis dessa percepção, mas, de modo geral, em se tratando de um contexto mais familiar, essa distância é, em primeira instância, a distância dos braços arqueados e o contato corporal é mais restrito a toques fortuitos durante a dança. Os pares dançam arrastando os pés, portanto, toda a planta do pé é usada. O forró, no nordeste brasileiro é uma atividade de lazer caracteristicamente do fim do dia e o cansaço corporal é um fato, portanto os passos são mais repetitivos do que criativos e a

dança limita-se a movimentos da cintura para baixo (FERNANDES, s.d., p.3).

Seguindo a trajetória de Luiz Gonzaga, outro músico considerado ícone do clássico forró é José Gomes Filho, o Jackson do Pandeiro. Na música de Jackson do Pandeiro também fica explícito o diálogo do compositor com o seu tempo. A música de Jackson tem notadamente uma influência do samba carioca que se entranha no coco conhecido e praticado por Jackson desde criança, ensinado por sua mãe. O forró de Jackson do Pandeiro é tão “impuro” quanto o baião de Gonzaga e com ele o círculo se fecha e o paradigma do forró dentro da mídia está criado. São os estilos de Luiz Gonzaga e Jackson do Pandeiro que serão tomados como

modelo, “de raiz”, “tradicionais”. Mas essa categorização se detém nos meios intelectualizados mais do que nos meios populares onde as práticas de Gonzaga e Jackson

foram geradas e continuadas (FERNANDES, s.d., p.3).

De acordo com Daniel Buarque (2011), o forró tradicional é tocado basicamente com sanfona, triângulo e zabumba tendo entre seus principais nomes, além de Luiz Gonzaga e Jackson do Pandeiro, artistas como Carmélia Alves, Dominginhos, Marinês, Pedro Sertanejo e também o Trio Nordestino.

Existem duas interpretações, no que diz respeito ao início do período conhecido como forró universitário. Daniel Buarque (2011), citando Expedito Leandro Silva, diz que ele teria tido uma

primeira fase com início em 1975 tendo como principais nomes, artistas como Alceu Valença, Zé Ramalho, Elba Ramalho, Geraldo Azevedo, Gilberto Gil, Jorge de Altinho e Nando Cordel. Adaptaram o forró à época e à forma como já tocavam. O nome seria tirado do público jovem e urbano a que apelavam. Quadros Júnior e Volp (2005, p.128) divergem dessa versão, pois embora concordem que nos anos 1970, o forró tenha atingido um público jovem, urbano e até mesmo universitário, o processo se deu com respeito à tradição e com a ausência da transformação ocorrida nos anos 1990.

Conforme Adriana Fernandes, o Forró Universitário teve início na cidade de São Paulo na primeira metade da década de 1990. Um grupo de jovens de classe média paulistana ligados a jovens universitários e à promoção de festas e eventos começa a realizar festas dançantes com música ao vivo, um pouco diferente da lambada, que acabava de acontecer no meio musical. Para isso, contratam trios nordestinos, ou seja, músicos que tocam na formação criada por Luiz Gonzaga, de zabumba sanfona e triângulo, um repertório dançante divulgado principalmente por Gonzaga e Jackson nos idos de 1940 e 50. As festas são sucesso de público, desembocando na abertura de casas de forró seguindo o modelo comercial de casas noturnas nordestinas na cidade como o forró de Pedro Sertanejo, pai de Oswaldinho do Acordeon. O ponto forte dessas festas é a música e a dança de par onde o xote faz muito sucesso. Adriana Fernandes atribui a empatia com a música nordestina à proximidade entre o xote e o reggae apontada por Luiz Gonzaga antes de morrer e por Gilberto Gil em meios de comunicação de massas. Essa proximidade vai ficar mais clara no aspecto visual quando mais casas são abertas e o público

frequentador se veste em trajes jovens, praiheiros, a chamada “surf wear”, e as boinas à la Bob Marley são frequentes. Os trios não são necessariamente trios, baixo elétrico normalmente é acrescentado, às vezes percussão de efeito ou a própria bateria podem se somar ao que se habituou chamar a base do forró. Na plateia, casais de jovens absolutamente enlaçados dançam uma sequência de passos que mais parece uma coreografia ensaiada do que apenas um encontro casual entre duas pessoas que querem dançar juntas. Movimentos provenientes da dança de salão ensinada nas academias como a lambada, o two steps norte-americano e até mesmo o tango argentino podem ser detectados. Os rapazes usam sandálias rasteiras, de preferência alpercata de rabicho, lembrando Lampião e seus cabras. As garotas usam sapatilha chinesa e dançam na ponta dos pés. O sexo está mais presente no forró universitário e não raro, depois de uma noite no forró, os pares dirigem-se a motéis para relações sexuais fortuitas (o famoso “ficar”) (FERNANDES, s.d., p. 4-5).

Um dos grupos mais requisitados e que participou deste processo desde o início foi o Trio Virgulino formado por migrantes nordestinos e reverenciado por aquele público como âncoras do forró tradicional, pé de serra. Sua música é considerada a mais próxima do estilo Gonzaga e Jackson e os jovens universitários os reverenciam como mantenedores do forró “de raiz” que passa a ser sinônimo de forró pé de serra tradicional. Ocorre aqui uma compactação de tempo onde se une o forró instrumental do pai de Gonzaga, o forró de Gonzaga e Jackson e ainda o forró do Trio Virgulino. Portanto, manifestações diferentes, separadas no tempo diacrônico, passam a ter a mesma

denominação no meio universitário paulistano (FERNANDES, s.d., p.4-5).

De acordo com Daniel Buarque (2011), o forró universitário já reflete o início da urbanização e modernização do forró. É fruto da junção do forró tradicional com a musicalidade do pop e do rock, especialmente por músicos da MPB regional que adotam o forró. A sanfona se funde com a guitarra, com órgão eletrônico, saxofone e percussão. São os primeiros artistas a introduzir elementos eletrônicos no forró. Os principais nomes dessa segunda fase são as bandas Falamansa, Rastapé e Forroçacana entre outras, mas em meio às duas fases, nos anos 1980, alguns artistas regionais como Jorge de Altinho, Alcimar Monteiro e Petrúcio Amorim, faziam um forró que podia ser chamado de universitário, mas que se aproximava mais do forró tradicional.

### Hipermodernidade, Brasil e forró eletrônico

De acordo com Sébastien Charles (2004, p.24-25), nas sociedades ocidentais a partir da segunda metade do século XX, a produção e o consumo de massa não mais se reservam a uma classe de privilegiados. O individualismo se liberta das normas tradicionais e surge uma sociedade cada vez mais voltada para o presente e as novidades que ele traz, cada vez mais tomada por uma lógica da sedução, concebida na forma de uma hedonização da vida, que seria acessível à significativas parcelas das sociedades. A ideologia individualista hedonista se estende para várias camadas sociais. Emerge desta forma a fase jubilosa do individualismo que se vivencia mediante a desafeição pelas ideologias políticas, o definimento das normas tradicionais, o culto ao presente e a promoção do hedonismo individual.

Segundo Carlos Alberto Silva (2016, p. 23),

*“a sociedade de consumo, um dos pilares da modernidade, constitui-se nas nações ocidentais como fenômeno sedutor de significativas parcelas da população que concebem o domínio de riquezas materiais como o verdadeiro sentido da vida.”*

Ao refletir acerca do itinerário da modernidade no Brasil, Silva também afirma que “as pessoas afetadas e encantadas com o consumismo se transformam concomitantemente em sujeitos e objetos da sociedade de consumo”, condição confirmada com a “difusão dos comportamentos estéticos de modelos, artistas, escritores, esportistas, cantores, religiosos e por inúmeras celebridades forjadas instantaneamente nos reality shows do mundo midiático.” Desta forma,

*“na sociedade de consumo, na qual o valor da pessoa é medido pelo que ela possui e ostenta, o fenômeno do individualismo assume grande relevância. Impulsionados pela lógica competitiva, os indivíduos manifestam comportamentos egoístas que se desdobram no não reconhecimento do valor do outro” (SILVA, 2016, p. 25).*

Em resumo, o ter, predomina sobre o ser.

Inserido neste contexto, o forró eletrônico, um produto desse caldeirão efervescente, é um veículo de reprodução e divulgação dos valores da sociedade de consumo no Brasil. Essa reprodução e divulgação acontece de diversas maneiras, seja por meio dos aspectos estéticos dos shows e através das letras das músicas. Os artistas em geral, podem ser considerados não apenas um produto, mas também cronistas de suas respectivas épocas. O forró de Luiz Gonzaga e o universitário também podem ser considerados produtos à disposição da sociedade de consumo, cada um dialogando com o seu tempo. Por isso, a desconfiança em relação à ideia de “pureza” ou “raiz”. Mas com o forró eletrônico, essa percepção atinge proporções gigantescas.

Conforme Felipe Trotta (2009) o forró eletrônico surgiu no início dos anos 1990 com a banda Mastruz com Leite, criada pelo empresário Emanuel Gurgel que pretendia revolucionar os padrões do gênero, tornando-o estilizado e progressista. Para atingir o

uma atmosfera festiva, dinâmica e animada, representada pelo grupo de dançarinas que atua no espetáculo. A elas cabe um forte apelo erótico e sensual, que busca uma comunicação direta com o público, especialmente o masculino. Isto produz



objetivo, o empresário montou um poderoso sistema de rádios via satélite que dava suporte à divulgação de seus produtos musicais, a Somzoom Sat. Sob a batuta de Gurgel, além da banda Mastruz com Leite, formaram-se outras dezenas de bandas de perfil semelhante, divulgadas durante a década de 1990. No início do século XXI já havia um movimento de forró consolidado no mercado nordestino, inaugurado pela Mastruz com Leite e seguido por bandas como Limão com Mel, Calcinha Preta, Cavaleiros do Forró, Brucelose e Caviar com Rapadura, entre dezenas de outras.

O forró eletrônico conduz à construção de sentidos e à sedução do público nos momentos de experiência musical. Os shows são montados com um direcionamento para a dança, estabelecendo

uma semelhança estética e visual tanto entre as bandas de forró eletrônico, artistas e grupos de axé e os programas de auditório exibidos na televisão. O perfil estético e visual do show dialoga com regras formais do universo do forró eletrônico e, ao mesmo tempo, com padrões vigentes na indústria do entretenimento, negociando significados e valores (TROTТА, 2009, p.105).

A sanfona, com sua presença discreta, divide espaço no palco com bateria, guitarra, baixo, percussão, trompete sax, tenor, trombone e teclado. E a temática principal das letras gira em torno do trinômio festa, amor e sexo. Desta forma, o forró eletrônico tem um endereçamento sociomusical bastante claro: música dançante, feita

para jovens em festa cantarem seus dilemas sexuais e amorosos (TROTТА, 2009, p. 107-109).

Um dos principais meios de divulgação do forró eletrônico são os CDs promocionais, feitos especialmente para serem reproduzidos nos chamados paredões, imensos aparatos sonoros automotivos instalados em áreas abertas. Aqui, o conceito de “parede sonora” apresentado por Schafer (2001, p.141), aparece nitidamente. Neste universo musical muitas melodias e letras, semelhantemente ao funk ostentação que partilha o mesmo recorte temporal, nos permitem inferir que prazer, riqueza e poder são temas de destaque.

Um dos representantes desse gênero musical na atualidade é o cantor Wesley Safadão. Uma análise de seu mais recente DVD, “WS Em Casa” (2016), nos permite estabelecer relações, entre a hipermodernidade, a realidade brasileira e o forró eletrônico. De maneira geral, seu estilo é o forró eletrônico, mas ele também perpassa outros gêneros musicais como o sertanejo universitário, o funk, o axé e até mesmo a Música Popular Brasileira.

Quanto às letras das músicas interpretadas por Wesley Safadão, podemos identificar pelo menos três temas distintos: O homem mulherengo, a liberdade de estar solteiro e as músicas românticas.

Um exemplo do primeiro caso é a música “A Dama e o Vagabundo”, composição de Rodrigo Mell, que diz assim:

*Eu apronto, ela perdoa  
Eu vou pegando todo mundo  
Nessa história ela é a dama  
E eu sou o vagabundo.*

Neste primeiro exemplo notamos dois aspectos importantes, característicos da sociedade hipermoderna: A fluidez das relações e a

descartabilidade. Tudo é rápido, descartável e a construção de relações profundas e duradouras é praticamente inexistente.

Numa outra música, temos a figura do homem livre, solteiro e bem resolvido, com o poder de escolha sobre quem deseja ou não ter em sua vida, como na canção “Viva a Liberdade”:

*Agora, viva a liberdade, nada de saudade  
Eu tô bem, sem ninguém  
Se você não sabe, a felicidade não depende de  
alguém  
Que não te faz bem, agora tô melhor sem.*

Aqui fica claro outro aspecto da sociedade hipermoderna: O individualismo. O indivíduo prefere permanecer sozinho e tomar as próprias decisões, a permanecer ao lado de uma possível má companhia.

O terceiro caso é a música romântica, muitas vezes misturada a outros estilos como o sertanejo universitário. Como exemplo temos a música “Sou mais Forte”, interpretada em parceria com o cantor Luan Santana:

*Eu vou lembrar da gente  
Mas a diferença é que eu sou mais forte  
E quem olhar pra mim agora talvez note  
Que eu sempre dei valor no que eu tinha  
Quando você era minha.*

O exemplo de Wesley Safadão confirma a proposição de Trotta de que o forró eletrônico possui um claro endereçamento sócio-musical: música dançante, feita para jovens em festa cantarem seus prazeres e dilemas sexuais e amorosos. Pode-se especular que suas músicas e atitudes, representam alguns fatos da sociedade atual, como a dificuldade da manutenção de



relacionamentos duradouros e a liberdade e não subordinação da mulher ao homem e vice-versa. Trata-se de uma tentativa do homem de se igualar, em termos de valores, a essa nova mulher, que conquistou tantos direitos e tanta liberdade em tempos historicamente mais recentes. Evidencia assim, alguns dos aspectos da hipermodernidade e da realidade brasileira, como a fluidez das relações, o individualismo e a descartabilidade. A intenção declarada do cantor é transmitir alegria em um ambiente inebriante que transforma as tristezas e os problemas de relacionamentos fracassados em diversão, desabafo e motivação para seguir em frente. Isso pode ser comprovado pelo jingle introdutório cantado no início do show:

*Levante a mão, levante a mão,  
Joga a mão pro céu e diz, vai Safadão!  
Libera a energia, vem viver esse momento,  
Abra o seu coração porque aqui tem  
sentimento,  
Deixe a batida do meu som te dominar,  
O limite é o céu, esqueça tudo e vem pra cá.  
Alegria! A felicidade no ar,  
O Safadão vai começar.  
Alegria! Esse é o tempo,  
Vamos curtir a festa, curtindo o som do  
momento.*

No show, além de certo aspecto narcisista por parte do cantor e como mostra a letra anterior, o culto ao presente, também se observa que a maior parte do público, está com câmeras e celulares em punho evidenciando a importância das imagens e transmissões instantâneas na atualidade, especialmente através das redes sociais na Rede Mundial de Computadores.

Já falamos aqui, a respeito da relação entre a altura do som e o poder. Com base em (Schafer

2001, p. 170-172), acreditamos que a combinação entre a altura, “o eco exagerado e os efeitos de retorno das modernas músicas eletrônica e popular” criam uma experiência de imersão que reforça o sentimento de individualismo, uma característica da sociedade hipermoderna. Além da altura, como sinônimo de poder, ousamos dizer que o som também ganha em velocidade. A ideia da hipermodernidade pode ser resumida no lema dos jogos olímpicos da era moderna: Citius, Altius, Fortius, que em tradução do latim significa: Mais rápido, mais alto, mais forte.

Segundo Felipe Trotta (2009, p. 11) o forró, especialmente o ligado à vertente tradicional, também conhecido como pé-de-serra, está estreitamente ligado ao imaginário rural do sertão nordestino, ao flagelo da seca e às duras condições de vida do trabalhador rural num ambiente de natureza hostil. Está fundado nas lembranças do migrante que fugiu desse ambiente e por isso remonta a ideia de distância, de saudade, e de um latente desejo de retorno. Esse referencial estereotipado não corresponde à situação atual do jovem urbano dos estados do Nordeste, que, não raro, recusa sua filiação pura e simples a este imaginário.

Para os jovens habitantes das grandes cidades do Nordeste, o interior nordestino imaginado através das obras de Luiz Gonzaga refere-se a algo distante no tempo e no espaço, retrato musical de uma época e de um conjunto de ideias e pensamentos que simplesmente não existe mais. Esse jovem urbano do interior desenvolve novos modelos de identificação musical, aproximando tradições musicais locais de suas práticas e imaginários cotidianos como o shopping center ou o último lançamento cinematográfico norte-americano. Processo semelhante ocorreu com a música



sertaneja no final dos anos 1980 para representar não mais o caipira atrasado, mas o produtor rural do mundo do agrobusiness das pick-ups e dos rodeios (TROTТА, 2009, p.111).

A circulação privilegiada do forró eletrônico pela sociedade produz uma forte reação de setores da mídia e da intelectualidade, que questionam sua suposta má qualidade. As críticas com relação à qualidade se estendem quase sempre à esfera das políticas culturais desenvolvidas, questionando a aplicação de recursos públicos para promoção e apresentações de algumas bandas. De forma particularmente agressiva, alguns jornalistas, músicos e até mesmo pesquisadores buscam desqualificar a produção e a música de algumas bandas, classificando-as como de mau gosto (TROTТА, 2009, p.113).

O estilo recebeu duras críticas, especialmente dos adeptos do forró tradicional. Conforme Daniel Buarque (2001), Chico César o chamou de forró de plástico. As mais incisivas, porém, vieram de Dominginhos, representante da primeira fase e herdeiro artístico de Luiz Gonzaga. Segundo ele, o forró tradicional foi tão modificado, que seria necessário encontrar outro nome para o estilo musical, pois ele não se identificava de nenhuma forma com o forró, conforme reportagem de Carolina Munhoz (2009). De acordo com Felipe Trotta, está em jogo aqui, mais do que a questão do gosto propriamente dito, um tenso debate sobre a classificação e a posição hierárquica do gênero forró na sociedade e a possibilidade ou não de inclusão da categoria forró eletrônico no gênero. Esta constatação evoca a importância dos gêneros musicais para a circulação de símbolos e valores pela sociedade, que funcionam como vetores de classificação e hierarquização entre as músicas que circulam pelo mercado. E faz questionar também os

preconceitos e as negociações entre esses valores, evidenciando o terreno instável, conflituoso e altamente emotivo da cultura (TROTТА, 2009, p.113).

Uma possível razão para tamanha violência crítica, talvez seja o fato de que, para os meios intelectualizados, o forró eletrônico se inscreva no que a Escola de Frankfurt chamou de indústria cultural, ou seja, uma obra reproduzível destinada ao mercado de grande consumo, que são classificadas por Adorno e Horkheimer como obras medíocres, inautênticas e padronizadas que não fazem mais do que aumentar o poder das convenções. Aos olhos de seus detratores, a cultura de massa veiculada pelo cinema, pelo rádio, pelos discos e pela televisão, não é considerada uma verdadeira cultura. Ela não passa de um negócio, uma indústria que a exemplo de outras produções fabris, se baseia na padronização e na produção em série. Enquanto a verdadeira cultura teria como objetivo educar o homem, elevar o gênero humano e moldá-lo da maneira mais correta, a cultura de massa vira radicalmente as costas a esse ideal de aperfeiçoamento em nome do hedonismo individualista e do divertimento generalizado (LIPOVETSKY; SERROY, 2013, p. 70-71; 73). Ou seja, o forró tradicional, seria feito com mais sentimento, autenticidade e verdade, enquanto o forró eletrônico seria somente uma produção massificada, destinada ao divertimento generalizado.

Essa proposição é confirmada por Daniel Buarque (2011). Para ele, a principal diferença entre o estilo clássico e o eletrônico é que as bandas de forró eletrônico se identificam com um público mais jovem e possuem maior vendagem no mercado fonográfico. O que deve ser ressaltado, porém é que o eletrônico não se confunde com o tradicional.

O primeiro é visto como lazer e diversão, mas o segundo ainda é muito respeitado.

Nos arriscamos a afirmar, diante do exposto, que o Brasil entra em seu período hipermoderno com maior visibilidade a partir da década de 1990. Porém esse ainda é um processo incompleto e em construção. O forró pode ser usado como exemplo. Aqui fica claro um conflito entre aqueles que desejam preservá-lo em sua forma original e pura (embora a ideia de pureza seja discutível como mostrado anteriormente) e aqueles que desejam modernizá-lo em nome do divertimento generalizado de massas. Talvez o forró reflita a ideia de que a hipermodernidade ainda não tenha sido absorvida no Brasil em sua plenitude. É esse o contexto histórico que proporciona as condições necessárias para o surgimento do forró eletrônico. A transformação do forró tradicional em eletrônico reflete a passagem do tempo, a transformação social e as mudanças de pensamentos e valores da sociedade brasileira nas últimas décadas, representando, conforme o termo alemão, o nosso *zeitgeist*, ou seja, o espírito de nosso tempo.

### Considerações Finais

Gostaríamos de apontar aqui, alguns caminhos que podem servir de possibilidades para a continuidade das pesquisas em relação ao assunto abordado.

A velocidade de transformação do forró nas últimas décadas é espantosa. Sugere-se em primeiro lugar, um estudo mais aprofundado do contexto histórico que gerou tal transformação, por meio de novas abordagens, como a econômica, sociológica, antropológica, etc. Que outras perspectivas podem explicá-la?

A segunda sugestão se refere a um estudo histórico sobre os diferentes ritmos componentes do forró como o baião, o xote e o xaxado. Até onde o nosso conhecimento alcança, no campo da história, não existe uma vasta bibliografia que aborde esses temas com maiores detalhes.

Por fim, a terceira sugestão se refere ao trabalho com as letras das canções em diferentes épocas e o que poderiam representar. Ela se relaciona com a questão do aprofundamento do contexto histórico colocado acima.

Existem outras possibilidades, de acordo com os questionamentos do pesquisador. De toda forma, queremos deixar claro aqui que o tema está longe de ser esgotado.

---

**Pedro Mota Byrro** Licenciado em história pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Especialista em História: Política, Cultura e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

---

### Referências Bibliográficas

- ALMEIDA Maria da Conceição Xavier de. Ciência e Tradição: A Régua e o Compasso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 2, **Anais**. P. 129-135.
- BÉDARIDA François. Tempo Presente e Presença da História. In: FERREIRA Marieta de Moraes; AMADO Janaína (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. Cap. 18, p. 219-229.
- BUARQUE Daniel. Conheça as origens e a evolução do forró, o ritmo da festa de São João. **G1**, 20 de junho de 2011. Pop & Arte. Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2011/06/conheca-origens-e-evolucao-do-forro-o-ritmo-da-festa-de-sao-joao.html> acesso em: 17 de outubro de 2016, 02:10.
- CHARTIER, Roger. A Visão do Historiador Modernista. In: FERREIRA Marieta de Moraes; AMADO Janaína (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. Cap. 17, p. 215-218.
- FERNANDES Adriana. Forró: Música e Dança "De Raiz"? In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL PARA O ESTUDO DA MÚSICA POPULAR, V, **Anais**. P. 1-6. Disponível em: [http://www.academia.edu/230231/Forr%C3%B3\\_M](http://www.academia.edu/230231/Forr%C3%B3_M)

%C3%Basica\_e\_Danca\_de\_raiz\_ acesso em 18 de outubro de 2016, 02:50.

FORRÓ In: **Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cravo Albin, s.d. Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/forro/dados-artisticos> acesso em 16 de outubro de 2016, 18:32.

LIPOVETSKY Gilles; CHARLES Sébastien. **Os Tempos Hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004. 127p.

LIPOVETSKY Gilles; SERROY Jean. O mundo como imagem e como comunicação. In: \_\_ **A cultura-mundo**: resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. Cap. 2, p. 68-109.

MELLO João Manuel Cardoso de; NOVAIS Fernando A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: NOVAIS Fernando A. (Dir.); SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil 4**: Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Cap. 9, p. 561 – 658.

MUNHOZ Carolina. Para Dominginhos, forró eletrônico não é forró. **R7**, 30 de setembro de 2009. Música. Disponível em: <http://entretenimento.r7.com/musica/noticias/para-dominguinhos-forro-eletronico-nao-e-forro-20090930.html> acesso em 14 de novembro de 2016, 02:38.

QUADROS JÚNIOR Antonio Carlos de; VOLP Catia Mary. Forró Universitário: A tradução do forró nordestino no sudeste brasileiro. **Motriz**, Rio Claro, v.11, n.2, mai-ago 2005, p.127-130. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/11n2/12JAC.pdf> acesso em 11 de março de 2017, 02:01.

RODRIGUES Sérgio. Forró vem de 'for all'? Conta Outra! **Veja**, 04 de agosto de 2011. Sobre Palavras. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/consultorio/forro-vem-de-%E2%80%98for-all%E2%80%99-conta-outra/> Acesso em 16 de outubro de 2016, 22:05.

SCHAFER R. Murray. **A Afinação do Mundo**: Uma Exploração Pioneira Pela História Passada e Pelo Atual Estado do Mais Negligenciado Aspecto do Nosso Ambiente: A Paisagem Sonora. São Paulo: Editora Unesp, 2001. 381p.

SILVA Carlos Alberto Pereira. **Modernidade em Marcha**: O Caso Brasileiro. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016. 32p.

TROTTA Felipe. O Forró Eletrônico no Nordeste: Um Estudo de Caso. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v.1, n. 20, jan/jun 2009. P.102-116. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/10321/6029> acesso em: 12 de março de 2017, 00:40.

VIVER/DIÁRIO. Compositor recifense assina A Dama e o Vagabundo, nova aposta de hit do Safadão. **Diário de Pernambuco**, 13 de janeiro de 2016. Música. Disponível em: [http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2016/01/13/internas\\_viver,621305/compositor-recifense-assina-a-dama-e-o-vagabundo-nova-aposta-de-hit-d.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2016/01/13/internas_viver,621305/compositor-recifense-assina-a-dama-e-o-vagabundo-nova-aposta-de-hit-d.shtml) acesso em 16 de fevereiro de 2017, 03:06.

WESLEY SAFADÃO. In: **Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Cultural

Cravo Albin, s.d. Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/wesley-safadao/dados-artisticos> Acesso em 15 de fevereiro de 2017, 12:09.

### Referências Videográficas

WS EM CASA. Direção geral de Fernando Trevisan "Catatau". Fortaleza: Som Livre, 2016. DVD (59 min.). Son. color. Disponível em: <https://youtu.be/8rDe4qOyp-4> Acesso em 06 de junho de 2017. 00:06.



## Artigo

# O PASSADO BÍBLICO, REINO E IDENTIDADE EM “THE CHRONICLES OF ENGLAND DE JOHN CAPGRAVE”

Por Caio de Barros Martins Costa

**Resumo:** O objetivo deste artigo é discutir como John Capgrave, um frade agostiniano inglês do século XV constrói uma relação entre o passado bíblico, o reino inglês e o poder régio, formulando, assim, uma identidade inglesa no final da Idade Média. Tem-se por objetivo mostrar como o autor elabora sua narrativa, suas principais intenções e sobretudo, pensar como os usos do passado tornaram-se importantes no processo de afirmação do *Reino* e do poder régio na Inglaterra baixo-medieval.

**Palavras Chave:** Usos do Passado; Identidade; Poder régio.

*“It is somewhat divulgid in this lond, that I have aftir my passibilite be occupied in wryting, specialy to gader eld exposiciones upon Scripture into o collecion; and thoo that were disparplied in many sundry bokis, my laboure was to bringe hem into a body, that thei which schal com aftir schal not have so mech laboure in sekyng of her processe.”<sup>1</sup>*

O trecho acima, parte da dedicatória de John Capgrave ao rei Eduardo IV de York em seu *The Chronicles of England*, foi escrito em meio a grande instabilidade política, no qual a Guerra das Rosas já havia iniciado. Ele apresenta diversos argumentos que pretendem atuar como um discurso legitimador do rei,

considerando, especialmente, a importância da relação entre a monarquia e o sagrado. John Capgrave deixa claro que sua intenção era construir memória, não apenas para os homens do presente, mas também para as gerações vindouras, que leriam sua crônica. Essas informações consolidam algo sobre o autor já reconhecido pela historiografia: em seus últimos anos de vida John Capgrave buscava reunir estudos sobre as Sagradas Escrituras e outras histórias que conglomeram toda uma tradição literária da Cristandade, além de algumas que ele afirma terem sido descartadas. *The Chronicles of England* é, segundo as próprias palavras do autor, um “corpo” que pudesse auxiliar

<sup>1</sup> CAPGRAVE, John. *The Chronicles of England*. Editado por Rev. Francis Charles Hingeston. The chronicles and memorials of Great Britain and Ireland during The Middle Ages. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858, p. 1. “É algo divulgado nesta terra, da possibilidade de eu estar

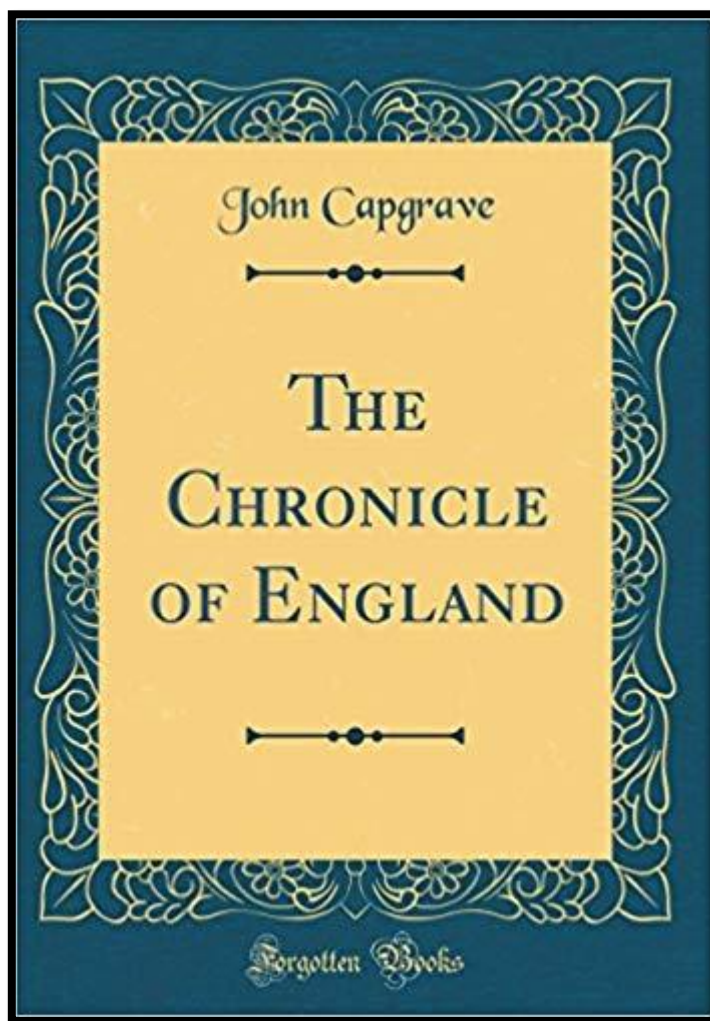
ocupado com a escrita, especialmente para reunir coleções e exposições de domínio sobre as Escrituras. E que foram descartados em livros diversos, meu trabalho era trazê-las para um corpo, para que não tenham grande trabalho no processo de suas buscas.” (Tradução Livre)

estudiosos no futuro: a pesquisa do passado sem grandes dificuldades.

John Capgrave nos apresenta, na verdade, uma explicação bem clara: é no passado e seus personagens, como também nos textos deste tempo histórico que estão as justificativas e explicações para o presente. Desde a invasão normanda de 1066, os textos de cunho histórico ganharam espaço nas narrativas inglesas,

feitas principalmente por cronistas. Um monge, Gervase de Canterbury já distinguia no século XII um historiador de um cronista: o primeiro narra o tempo com elegância, enquanto o segundo não teria um compromisso com a verdade, oferecendo um simples relato. Tal distinção é, na verdade, resultado do clima político e social da Idade Média Central inglesa, que possui reflexos também na Baixa Idade Média. Após a conquista de 1066, os textos cronísticos tinham a intenção de “salvar o passado”, sanando assim a falta de continuidade histórica oriunda da ascensão de William I.<sup>2</sup>

Narrar o passado, conectando o mesmo com o presente tornou-se um lugar comum nos cronistas



ingleses do final da Idade Média. Une-se com interesses legitimadores do poder régio e de um ideal de reino. Tal ideal relaciona-se, especialmente, com um processo de construção da identidade inglesa que está em curso ao longo do final do medievo. Quando John Capgrave recupera elementos do passado bíblico e cristão, ele fomenta uma ideia de pertencimento, um passado que embora compartilhe alguns

elementos comuns com outros reinos cristãos, é essencialmente inglês.

O estudo do passado no medievo deve também considerar como o seu uso pode modelar formas de representações de pertencer a algum grupo, considerando também o conceito de memória. A importância da memória coletiva, noção já bem estudada pelas ciências sociais, deve ser entendida como o principal no processo de reconstituição do passado. Isto é, a maneira como os indivíduos compartilham memórias distintas em contextos diversos. O objetivo e desafio do historiador é assimilar os mecanismos para transmissão das

<sup>2</sup> BARTLETT, Robert. *England under the Norman and Angevin Kings – 1075-1225*. Oxford: Clarendon Press, 2000.pp. 616-622.



representações do passado nas fontes medievais, e assim, estabelecer uma possível relação com uma tradição oral. A utilização do conceito de memória permitiria ao pesquisador analisar um grande número de fontes e de diversos tipos, entendendo também seus significados. A memória, que se difere da tradição, implica tanto a continuidade e transformação e heterogeneidade e maleabilidade.<sup>3</sup>

*"Notions of memory have proved attractive because they enable us to use a wide range of types of source material, and do not predicate a single, fixed, meaning."*<sup>4</sup>

Este artigo é fruto da Dissertação de Mestrado em História defendida em março de 2018 na Universidade Federal Fluminense e com orientação da Professora Dra. Vânia Leite Fróes. Trabalho cujo principal objetivo foi compreender a construção de uma noção de "ser inglês" relacionada com os usos do passado, conglomerado com a imagem do poder régio. Primeiro abordarei como John Capgrave estrutura sua crônica. Darei em seguida destaque aos usos da narrativa bíblica, percebendo suas principais relações com a memória e identidade.

### **John Capgrave e o *The Chronicles of England* – A Inglaterra herdeira do passado bíblico.**

John Capgrave nasceu em Bishops's Lynn – cidade na região de Norfolk, que hoje é conhecida como King's Lynn – no dia 21 de abril de 1393. Acredita-se que tenha obtido o título de "Doutor em Divindades" na Universidade de Oxford, mas há discordâncias entre intelectuais se tal fato teria ocorrido em Cambridge devido à proximidade com a região de nascimento do autor. Sabemos também

que entrou para o sacerdócio no mosteiro de Santo Agostinho em Lynn por volta do ano de 1418<sup>5</sup>, tornando-se um dos membros mais importantes de sua ordem. Conviveu em meio à alta aristocracia e presenciou eventos importantes do período, como a ascensão de Henrique VI, a perda do reino francês pelos ingleses e a deposição de Henrique e ascensão de Eduardo IV. Em seus últimos anos de vida dedica-se na construção de memória sobre o reino inglês. Em *The Chronicles of England* ele utiliza uma cronologia baseada nos clássicos da literatura judaico-cristã, mas também em suas próprias observações e interpretações do tempo. O autor utiliza como grandes referências os Padres da Igreja, Eusébio de Cesaréia e São Jerônimo. Nos oferece também uma vasta narrativa sobre os Juizes de Israel e os reis de Judá e Pérsia. Teve um foco também em grandes personagens do mundo antigo, como Alexandre o Grande e os Imperadores romanos. Estas histórias são conjugadas com o curso da narrativa de Cristo (que segundo ele inicia uma nova era), dos papas da Cristandade e dos reis ingleses, no qual a Inglaterra é um reino por excelência, herdeira de toda a glória do passado bíblico e cristão, cercada de mitos e lendas. Não se sabe a data exata da escrita da crônica, porém acredita-se que tenha ocorrido nos primeiros anos da década de 1460. O autor dedica o trabalho a Eduardo IV de York que ascendeu ao trono em 1461, mas termina sua narrativa no ano de 1417, ainda no reinado de Henrique V. O editor da fonte, Rev. Francis Charles Hingeston acredita que a quebra brusca dos acontecimentos narrados é pelo fato da morte de John Capgrave em 1464.<sup>6</sup>

<sup>3</sup> INNES, Matthew. Introduction: using the past, interpreting the present, influencing the future. In: HEN, Yitzhak; INNES, Matthew. (Orgs). *Using the past in the early middle ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004., p. 7

<sup>4</sup> *Idem*, p. 7. "As noções de memória têm se provado atrativas porque elas nos permitem o uso de uma gama de fontes

materiais, e não preveja um único e fixo significado." (Tradução Livre)

<sup>5</sup> HINGESTON, Rev. Francis Charles. Introduction. In: CAPGRAVE, John. *The Chronicle of England*. p. X.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. XXIII.



John Capgrave não é de todo original no momento que o mesmo se propõe em narrar as histórias bíblicas como elementos constituintes da história inglesa, principalmente no que tange às narrativas do Antigo Testamento. O cronista, segue na verdade, todo um circuito de tradições de diversos intelectuais – não somente ingleses – e assim resume muitos pontos ou também tende a focar em outros que parecem se adequar mais aos seus objetivos na obra. Podemos também perceber que o cronista busca estabelecer uma cronologia baseada em autores, por ele considerados clássicos, ou também os citando diretamente ou indiretamente. Sua cronologia também é baseada em suas próprias interpretações do tempo histórico e do tempo bíblico.

A história bíblica em John Capgrave é parte essencial da formação do presente. Ela possui materialidade no imaginário e, portanto, caminha como legitimadora de ideias, ações e acontecimentos do presente ou predileções do futuro. A história inglesa na obra de John Capgrave é resultado do passado bíblico, mas também é herdeira do passado da Cristandade, da nova era instaurada pelo advento de Cristo. O Império, seja o Romano da Antiguidade, ou sua (re)apresentação durante o medievo, é parte integrante do imaginário, por isso, a história inglesa é também resultado das experiências políticas do Império e da grande cabeça da Cristandade, o Papa. Mas também a Inglaterra é fruto de um passado mitológico, cercado de lendas regionais, reis míticos, profecias e pela ação dos santos ingleses (grande expressão da identidade).

Capgrave elabora uma história que segue para um futuro e assim, em alguns momentos o autor nos mostra algumas lacunas no tempo. De todas as narrativas bíblicas apresentadas por John Capgrave, a sobre a Adão e seus descendentes, inicialmente não parece ter nenhuma relação com a observação do presente e, consequentemente com a história inglesa. Porém alguns pontos merecem ser analisados. Questões que reafirmam inclusive uma relação de pacto entre a realeza e o sagrado. Primeiro o cronista afirma, seguindo a tradição vétero-testamentária, que Set, filho de Adão foi um homem de vida santa e seus filhos chamados de *“Os filhos de Deus”*. Afirma também que Set foi aos portões do paraíso, sob pedido de seu pai Adão, para pedir um óleo da misericórdia. Apesar disso, o anjo Miguel declarou que deveriam esperar até o ano cinco mil e duzentos, quando o óleo chegaria.<sup>7</sup> Logo à frente, na narrativa, foi Jesus o óleo da misericórdia. O nascimento de Cristo representa para o cronista uma nova era. O tempo de Adão ficou para trás, agora é o tempo de Cristo e de seus seguidores. A datação oferecida pelo cronista não é original, mas sim baseada em Beda, conhecido por muitos como o “pai da história inglesa”.

*Anno 5199 – Crist 1. – This 3ere was Crist oure Lord born of a mayde, in Bethlem, in the nyte before the Sunday. And, as Bede seith in his Chronicle, it was fro the makynge of Adam onto the birth of Crist 3eres V. thousand a hundred nynty and nyne, as it was conteyned in these vers:*

*“Unum tolle datis ad milia quinque ducentis,*

*Nascente Domino tot Beda dat prothoplausto.*

*This is the sentens: - ‘Take one fro V thousand and to hundred; So many 3eres be fro Adam onto Crist.’<sup>8</sup>*

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 59. “Anno 5199 – Cristo 1. – Este ano nosso Senhor Cristo nasceu de uma mulher em Belém, na noite antes do Domingo. E, como Beda diz em sua crônica. Foram desde a criação de Adão até o nascimento de Cristo cinco mil

novecentos e noventa e nove anos, e continham estes versos. “Unum tolle datis ad milia quinque ducentis, Nascente Domino tot Beda dat prothoplausto. Esta mesma sentença: - ‘Pegue um dos cinco mil e duzentos; muitos anos desde Adão até Cristo.” (Tradução Livre)

Cristo visto como um óleo miraculoso não é algo totalmente novo na Inglaterra, aliás, na Europa latina de uma forma geral. Na tradição da realeza francesa, por exemplo, essa relação se encontra primeiro no relato do batismo de Clóvis. Narrativa bem analisada pelo historiador Marc Bloch, o óleo veio junto com uma pomba trazendo para S. Remígio uma ambula.<sup>9</sup> Segundo o autor a unção, de caráter sobrenatural transformava inclusive as relações entre a monarquia e Cristo.<sup>10</sup> Já que a pomba, que descendeu do céu no batismo de Jesus também representa o Espírito Santo.<sup>11</sup> Mais tarde o mesmo óleo viria a ser o bálsamo da sagração dos reis franceses.



*Iluminura mostrando Henrique IV dos registros do Ducado de Lancaster. Data: c. 1402*

Com relação à Inglaterra, é no fim do século XIV o momento de refundação da lenda de Thomas Becket, antigo Arcebispo de Canterbury e um dos mais importantes santos da tradição inglesa. As primeiras narrativas sobre o tal óleo aparecem, segundo as observações de Marc Bloch, no início do

século XIV, quando o então rei Eduardo II, próximo de sua sagração, envia para a França o frei Nicholas Stratton em busca da relíquia de Becket. Durante o tempo que esteve exilado Thomas Becket teria tido uma visão da Virgem que anunciou sua morte e lhe entregou um santo óleo, dentro de uma ambula em forma de águia. O quinto rei após Henrique II (neste caso era o quinto rei Eduardo II) deveria ser ungido com o mesmo e assim reconquistaria a terra santa dos mouros. Na época, Eduardo II, seguindo a tradição em ser consagrado por simples óleos recusou sua relíquia e, segundo Bloch, não seria difícil acreditar que os pensadores da época associaram as calamidades de seu reinado com a recusa do óleo. Tal relíquia teria sido perdida e reencontrada no fim do mesmo século durante a época de instabilidades de Ricardo II e usurpação de Henrique IV. Sendo o segundo o primeiro rei ungido com a mesma.

E pelo fato de Henrique IV ter sido o rei que instituiu a dinastia Lancaster no trono, e também o primeiro monarca ungido com o óleo de Thomas Becket, essa narrativa se multiplicou nas fontes do século XV. Das fontes da época, a que talvez apresente um relato mais robusto acerca do óleo, seja a *The Chronica Maiora* de Thomas Walsingham, narrativa que reproduzida com seus imensos detalhes anos mais tarde por John Capgrave.

A narrativa começa com a sagração de Henrique IV em 13 de outubro de 1399 no dia de S. Eduardo o Confessor, em Westminster pelo Arcebispo de Canterbury Thomas Arundel. O dia da unção de Henrique IV foi também o aniversário de um ano desde que o mesmo foi enviado ao exílio por

<sup>9</sup> BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: a origem sobrenatural do poder régio na França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993., p. 170.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 171.

<sup>11</sup> Bíblia de Jerusalém. Mt. 3,16.

Ricardo II, e seu retorno ao rei e consequente ascensão ao trono teria ocorrido através de um milagre. O óleo, para Walsingham e Capgrave (diferente das fontes analisadas por Marc Bloch) foi encontrado na França em uma ambula num formato de águia pelo primeiro Duque de Lancaster no século XIV, também chamado Henrique. Depois foi entregue ao então Príncipe Herdeiro, Eduardo o Príncipe Negro. A ambula em forma de águia foi enviada para os tesouros régios e lá ficou esquecida até ser encontrada por Ricardo II em 1399, quando o mesmo solicitou ao Arcebispo outra unção, por ele negada. O óleo, porém, ficou sobre a proteção do mesmo e assim utilizado apenas na unção de Henrique IV.

*"Thus was he crowned on Seynt Edward day, and anoynted with that holy oyle that was take to Seynt Thomas of Cauntirbury by oure Lady; and he left it in Frauns. This oyle was closed in a egel of gold, and that egil put in a crowet of ston; and the revelacion Herry, the first duke of Lancastir, fond it, and brout it hom Ynglond, and gave it to the Prince Edward, to this effect, that, aftir his faderes deces, he schuld be anoynted with the same."*<sup>12</sup>

É fato, no entanto, que a recuperação desta narrativa se enquadra em todo um sistema de manipulação de elementos simbólicos para legitimação de uma nova dinastia e também das outras subsequentes. Mesmo nos cronistas ligados aos York e mais tarde aos Tudor é possível perceber a narrativa do óleo usado na sagração, que teria se infiltrado na tradição régia até os reis Stuart no século XVII. Mas essa narrativa também se liga a própria narrativa de Capgrave sobre o óleo

miraculoso solicitado por Adão e que mais tarde chegou através de Cristo, para salvar a humanidade.

Lembremos que na narrativa sobre a relíquia de Becket foi a Virgem quem lhe entregou o mesmo. Mas devemos lembrar também que a própria Virgem é um relicário de Cristo e um elemento marcante da identidade cristã.<sup>13</sup> O monarca ungido com tal relíquia entrava em contato com o sagrado não só por Becket, mas diretamente com Cristo.

Isto reafirmava também uma relação de pacto entre realeza e Cristo, mostrando que o rei, era antes de tudo um cristão e assim guiava seu povo sob um direito concedido por Deus através de uma relíquia de caráter sagrado. Era a promessa de Deus, revelada pelo anjo Miguel feita a Adão e cumprida por Cristo no momento de seu nascimento, se fazendo presente na realeza. Apresentado esta vasta narrativa sobre a relíquia, devemos ter em mente um ponto, a forma como mais de um elemento do passado poderia ser recuperada e ressignificado de acordo com questões do período.

#### **As narrativas bíblicas, a memória e o poder régio: a narrativa sobre a ascensão de Eduardo IV de York.**

O trabalho de John Capgrave, é para ele uma obra simples, mas que com a devida leitura, poderia auxiliar o rei no seu ofício: *"O my benigne Lord, receyve this bok, thou3 it be simpl; and lat that Gospel com in mynde, where the widow offere so lital, and had so mech thank."*<sup>14</sup> Tendo em vista as

<sup>12</sup> CAPGRAVE. *Op. Cit.*, p. 273. "Assim ele foi coroado no dia de São Eduardo, e ungido com esse óleo santo que foi entregue a São Thomas de Canterbury pela Nossa Senhora; e ele o deixou na França. Este óleo estava fechado dentro de uma águia em ouro, e tal águia posta em uma pedra; e revelado por Henrique, primeiro duque de Lancaster, achou-o e trouxe para a Inglaterra, e deu ao Príncipe Eduardo, para que após a morte de seu pai, o mesmo deveria ser ungido com o mesmo" (Tradução Livre)

<sup>13</sup> RUBIN, Miri. *Emotion and Devotion*. The meaning of Mary in Medieval Religious Cultures. Budapeste e Nova York: Central European University Press, 2009.

<sup>14</sup> CAPGRAVE, Dedication. In: *Op. Cit.*, p. 2. "Ó meu benigno Senhor, receba este livro, embora seja simples; e deixe que esse Evangelho entre em sua mente, em que a viúva oferece tão pouco e tinha muito a agradecer." (Tradução Livre)

turbulências da Guerra das Rosas que resultou na ascensão de Eduardo IV, o autor tem claras intenções de oferecer um argumento de legitimação do poder. A primeira analogia bíblica que o autor faz se refere ao momento da Criação. John Capgrave afirma ter confiança em Deus de que a entrada do rei ao trono era legítima e justificada pela perfeição do momento em que ele assume o trono. Eduardo IV ascende em 1461 e para John Capgrave isto representava a perfeição da criação exemplificada pelo número seis. O cronista repete a história que Deus criou o mundo em seis dias e no sétimo descansou, para ele, se tal número for multiplicado por dez e a ele somado o número um, formando o número 61, mostraria a relação entre a ascensão do rei com a perfeição da criação. O cronista também deseja que o monarca repouse seus atos em Deus e para isso cita as duas naturezas do poder, que se relacionamos a teoria dos “Dois corpos do rei” de Kantorowicz,<sup>15</sup> poderemos compreender melhor as analogias do cronista.

*(...) beleve in God – Fadir, and Son, and Holy Gost: love God in al 3oure hert, al 3oure soule, and al 3oure mynde. Make eke thre binaries. As for the first, think that 3e be mad of to natures, - body and soule. Loke that 3oure soule have evyr the sovereynte, and that the bestial mevyng of the body oppresse not the soule. The secunde bynaire is to think that there be to weyes in this world, on to lyf, another to deth. That wey that ledith to evyrlastyng lyf, thou3 it be streite, kepe it. Tho men that renne the large weye clepe hem ageyn be 3oure power. The third bynaire is love of God, and love of 3oure neybour. For evene as it is 3oure deute to love God with drede.<sup>16</sup>*

Resumindo as ideias do cronista, para ele o rei tem como principal dever amar a Deus com temor,



*Eduardo IV de Inglaterra. Anônimo - Digitalizada do livro The National Portrait Gallery História dos Reis e Rainhas da Inglaterra por David Williamson, ISBN 1855142287.*

acreditar na trindade e seguir três binários: o primeiro binário seria ter em mente que a pessoa do rei é feita sobre duas naturezas (corpo e alma) sendo que a alma possuía toda a soberania necessária para acabar com a opressão do corpo. O segundo binário seria ter em mente que há dois caminhos possíveis a se seguir: o caminho da vida e da morte. O terceiro binário seria amar a Deus e depois ao próximo. O autor, é claro, segue os mandamentos divinos para educar o rei e com isso afirma uma ideia da realeza como primeiramente devota a Deus. Através dessa devoção, os milagres divinos auxiliariam os reis na boa governança. A segunda analogia bíblica feita por John Capgrave

**o movimento bestial do corpo não oprimia a alma.** O segundo binário é pensar que **existem dois caminhos neste mundo, para a vida, outro para a morte.** Dessa forma, siga o caminho que leva a vida eterna, embora seja estreito, mantenha-o. (TRADUÇÃO IMPRECISA). **O terceiro binário é o amor a Deus e o amor ao próximo. Para sempre, como é seu dever amar a Deus com temor.** (Tradução Livre)

<sup>15</sup> KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei: um estudo da teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>16</sup> CAPGRAVE. *Op. Cit.*, p. 3. “(...) acredite em Deus – Pai, Filho e Espírito Santo: ame a Deus de todo seu coração, toda sua alma e toda a sua mente. **Faça também os três binários.** Quanto ao primeiro, **pense que você é feito de duas naturezas, - corpo e alma. Olhe para que sua alma tenha toda a sabedoria, e que**



ao elaborar sua narrativa, provavelmente é relacionada com a metáfora da “pedra angular”.

A pedra angular, primeiro objeto colocado em uma construção com a intenção de manter uma casa ou edifício firme, é associada simbolicamente à figura de Jesus Cristo no Cristianismo. Em diversas passagens da Bíblia podemos observar referências a tal metáfora. No Livro de Salmos há uma alegoria acerca de construtores que rejeitaram o mais importante elemento da construção do tempo espiritual. *“A pedra que os construtores rejeitaram tornou-se a pedra angular”*.<sup>17</sup> Não demorou para a tradição neotestamentária associar a metáfora da pedra angular à figura de Jesus Cristo, a base principal da Igreja formada pela comunidade daqueles que acreditam na verdade cristã. No livro de Mateus, Jesus diz: *“Nunca lestes nas Escrituras? A pedra que os construtores rejeitaram tornou-se a pedra angular: pelo Senhor foi feito isso e é maravilha aos nossos olhos”*.<sup>18</sup> Já em Efésios o apóstolo Paulo diz: *“Estais edificado sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas, do qual é Cristo Jesus a pedra angular. Nele bem articulado, todo o edifício se ergue como santuário santo, no Senhor, e vós, também, nele sois coedificados para serdes habitação de Deus, no Espírito”*.<sup>19</sup>

Essa é a referência principal de John Capgrave para o rei Eduardo IV. O autor afirma a existência de uma determinada pedra que assim como o número seis que representava a criação, ela era perfeita, contendo oito lados e que tinha sido inicialmente rejeitada. Essa pedra representava os juramentos de Deus para seu povo. Capgrave

termina afirmando para que o rei descanse em Cristo-Deus e que nos últimos dias de sua vida ele se una a Jesus, quem uniu Judeus e Pagãos numa só fé: *“Serve o God alle the daies of 3oure lyve, wherch daies, as is seid, be comprehended in the noumbir sex, and there is sex sithis on”*<sup>20</sup>

As associações ao texto bíblico feitas por John Capgrave em relação à ascensão de Eduardo IV num contexto de crises políticas podem ser relacionadas com a presentificação de um passado bíblico maravilhoso na narrativa. John Capgrave também intriga ao associar a imagem de Henrique IV de Lancaster como um intruso ao trono, enquanto Eduardo IV o verdadeiro escolhido de Deus para salvar a Inglaterra das calamidades políticas do período. Inicialmente John Capgrave faz uma relação com a coincidência na numeração do nome dos dois reis. E com o fato de que ambos entraram no trono com o uso da força. Para o cronista quando Henrique IV usurpa o trono em 1399 desgraças começaram a atingir o reino. Agora com a ascensão de Eduardo IV em 1461, sua função era restaurar o reino dos erros cometidos pelo primeiro.

### Considerações Finais

Pensar essa relação entre pacto, identidade e o poder régio no final do medievo, é compreender como se construiu uma imagem do rei como um unificador das comunidades do reino. A soberania e a própria noção de ser cristão contribuíram para a transformação do rei num *Topos*.<sup>21</sup> O *Rei* para a historiadora Vânia Fróes, constituiu durante o

<sup>17</sup> BJ. Sl. 118:22.

<sup>18</sup> BJ. Mt. 21:48.

<sup>19</sup> BJ. Ef. 2:20.

<sup>20</sup> CAPGRAVE. Op. Cit., p. 3. “Sirva a Deus todos os dias de sua vida, que os dias, como é dito, sejam compreendidos como o número seis, e há seis caminhos” (Tradução Livre).

<sup>21</sup> FRÓES, Vânia Leite. *Era no Tempo do Rei*: estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média. Tese para concurso de professor titular. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1995.



medieval uma imagem capaz de aglutinar diversos ideais e tradições. “(...)o rei constitui-se num *locus* para designar certas especificidades regionais, linguísticas e de experiência comum de tempo e espaço. Assim o rei ao mesmo tempo em que foi um lugar – de aglutinação de certas diversidades, conservou a identidade cristã e europeia.”<sup>22</sup> As monarquias medievais vão se apropriar de imagens e atributos capazes de legitimar o poder, unindo-se a categoria de cristão e súdito produzindo uma imagem simbólica que gera uma identidade. Se somarmos as experiências socioculturais vivenciadas pelos homens da Idade Média: a urbanização e crescimento do comércio, as renovações no âmbito da espiritualidade e a construção das monarquias regionais, é possível apreender como a figura do *Rei e do Reino* foram desenvolvidas.

A história do presente narrada por John Capgrave, exposta na sua dedicatória a Eduardo IV, é fruto dos exemplos do passado bíblico e de um caminho, no qual a história dos ingleses é ligada a um passado mítico cristão, dos Papas e Imperadores e também das sociedades clássicas da História. Ao chegar no século XIII, as crises vivenciadas pelo Império iniciam uma transformação em torno do ideal universalista da sociedade medieval. A narrativa da Inglaterra é agora, a história dos reis, de suas ações e virtudes, erros e acertos. *Ser inglês* no século XV é pertencer ao passado da criação do homem. É estar ligado ao pecado dos homens e a salvação proporcionada por Cristo. A Igreja cristã vai desenvolver o ideal da comunidade, e os ingleses durante o início da Idade Média, embora separados do continente, estão unidos pelo ideal do Império e pela figura do Papa. Mas principalmente, depois, a vida de seus reis, a obediência e a identidade. O

passado inglês, portanto, se fazia no presente, mas ao mesmo tempo ele se mantinha imortal no futuro. Influenciava os acontecimentos, os justificavam e legitimava ideais e formas de agir. Produzia um ideal de povo que pertencia a uma comunidade regida por um rei.

---

**Caio de Barros Martins Costa** é Doutorando e Mestre em História pela UFF, com orientação da Prof. Dra. Vânia Leite Fróes.

---

## Referências

### 1. Fontes

- Bíblia de Jerusalém. Tradução das introduções e notas de La Bible de Jérusalem, edição de 1998, publicada sob a direção da “École biblique de Jérusalem”. São Paulo: Paulus, 8ª impressão de 2012.
- CAPGRAVE, John. *The Chronicles of England*. Editado por Rev. Francis Charles Hingeston. The chronicles and memorials of Great Britain and Ireland during The Middle Ages. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.
- WALSINGHAM, Thomas. *The Chronica Maiora* (1376-1422). Editado por James G. Clark. Traduzido por David Priest. Woodbridge: The Boydell Press, 2005.

### 2. Obras consultadas

- BARTLETT, Robert. *England Under the Norman and Angevin Kings – 1075-1225*. Oxford: Clarendon Press, 2000.
- BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio na França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- FRÓES, Vânia Leite. *Era no Tempo do Rei: estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Tese para concurso de professor titular. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1995.
- INNES, Matthew. Introduction: using the past, interpreting the present, influencing the future. In: HEN, Yitzhak; INNES, Matthew. (Orgs). *Using the past in the early middle ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei: um estudo da teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RUBIN, Miri. *Emotion and Devotion*. The meaning of Mary in Medieval Religious Cultures. Budapeste e Nova York: Central European University Press, 2009.

---

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 19.

## Artigo

## OS ESTADOS SUDANESES E TOMBUCTU

Por Hilton Sales Batista

**Resumo:** Este artigo aborda o desenvolvimento dos Estados Sudaneses e das civilizações que se organizaram nas proximidades da cidade africana de Tombuctu, a partir de Joseph Ki-Zerbo, a urbes é anterior ao reino de Gana e o seu apogeu se dará durante o desenvolvimento da civilização do Mali, destaca-se a importante viagem de Mansa Mussa a Meca e a peregrinação da elite africana onde colocará em evidência o povoado de Tombuctu durante o medievo europeu, além de despertar a cobiça europeia e de outros povos em meio ao ouro africano. Por fim, estudaremos o domínio Songai na região e suas consequências gerando a decadência da cidade.

**Palavras-chave:** Tombuctu, Gana, Mali, Songai Estados Sudaneses.

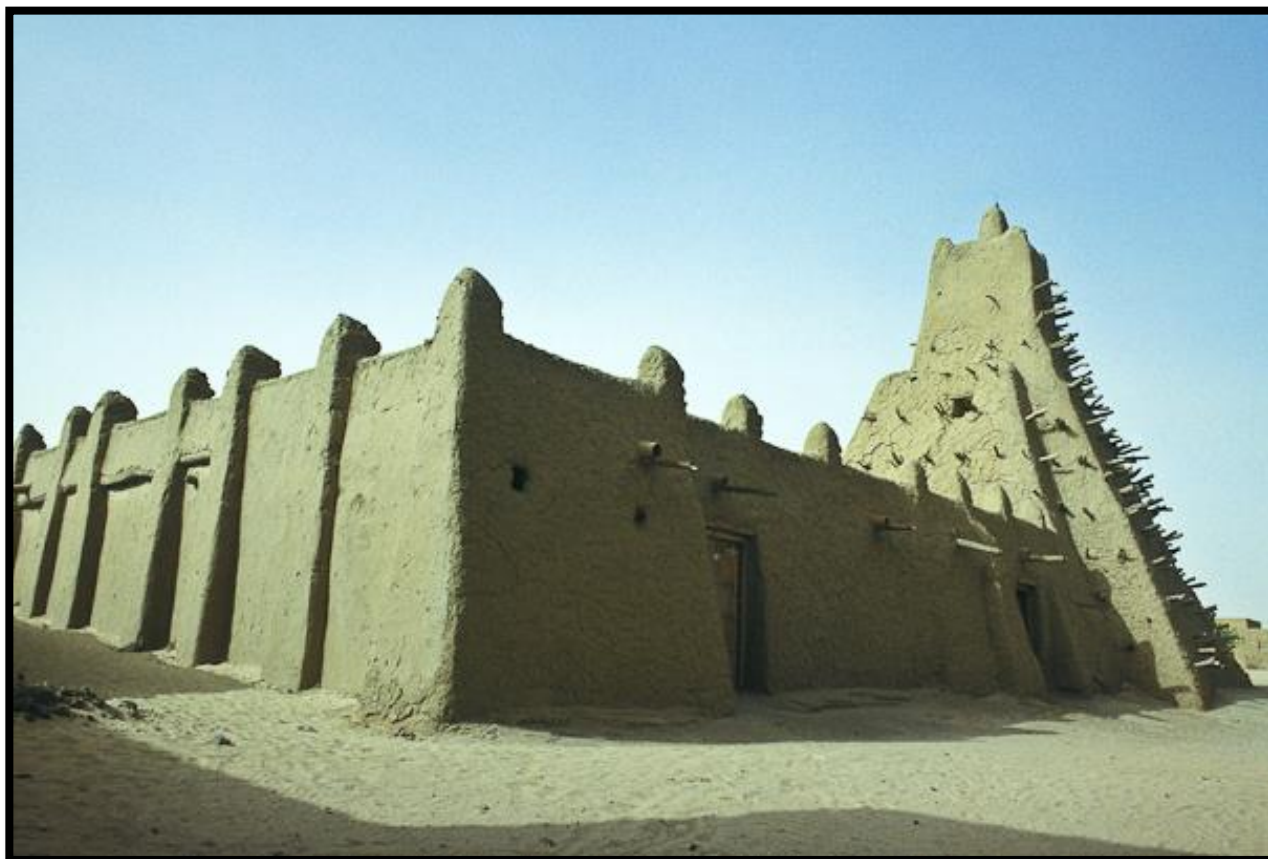
*“Tombuctu apresenta um aspecto magnífico; os mercadores, os artistas são numerosos; os habitantes, na sua maioria, ricos. De inúmeros poços jorra água fresca; não faltam cereais e gado ... O rei tem uma corte senhoril. Quando deseja cavalgar, monta um camelo conduzido por um dos seus fidalgos, embora todos os seus guerreiros andem a cavalo. Mantém permanente em armas três mil cavaleiros e um número superior de infantes, armados de setas envenenadas ...” Leo, O Africano. (Séc. XVI)*

A cidade histórica de Tombuctu, localizada no Mali, e a preservação das mesquitas de Djingareyber, Sankoré e Askia, que vive em contínua restauração, localiza-se em uma área desértica tem rico manancial de documentos desde o XVI, acervo guardado em bibliotecas particulares que atestam parte da fascinante história dos povos africanos. Tombuctu, é identificada como “jóia do deserto” do oeste africano nos oferece uma curta explicação da dinâmica comercial existente na

“África Medieval” e o urbanismo em meio à história dos “Estados Sudaneses” de Gana, Mali e Songai.

Esta região traz consigo um manancial enorme sobre a História da África, sobretudo a região da cidade de Tombuctu, à qual nos referimos, um lugar interessante em muitos aspectos conforme podemos identificar neste trabalho, as mesquitas muçulmanas<sup>1</sup> ao estilo africano, o rio Níger e os diversos povos, que fazem parte da história de Tombuctu.

<sup>1</sup> A presença islâmica na África, deu-se a partir dos povos árabes entre os séculos VII e VIII.



Mesquita de Djingareyber

Tombuctu é um nome que sempre impressiona ao abordar a História da África, surgida por volta do século XI, a partir do comércio transaariano, transformou-se em referência intelectual africana por possuir bibliotecas, escolas e universidade entre os séculos XIV e XV.

Pouco estudada em pesquisas desenvolvidas no Brasil a cidade de Tombuctu, tem uma origem mítica formada a partir do encontro de um poço (Tum) próximo ao deserto do Saara em um oásis, por uma mulher tuaregue, Bucto, por volta do século XI d.C, daí o nome da cidade. O local transformou-se em uma importante rota e ponto de encontro dos povos que se desenvolveram com o comércio transaariano de ouro, sal, escravos, tecidos, noz-de-cola, bronze e outros.

Próxima ao rio Níger, floresceu um centro de difusão do pensamento islâmico na região da África Ocidental, marcando a simbiose das culturas africana com a islâmica.

A questão urbana na África Ocidental está atrelada à dinâmica do comércio na região transaariana, que se fazia presente ao aparecimento de Tombuctu, à criação da cidade por volta do século XI, utilizada como entreposto comercial atendendo os interesses<sup>2</sup>tuaregues ou berberes, islâmicos e dos diversos povos africanos sendo a tônica maior que permitiu o desenvolvimento e a permanência da cidade, mesmo depois do apogeu de Tombuctu que ocorrera durante os séculos XIV e XV.

<sup>2</sup> Tuaregues são um povo berbere seminômades que praticam o pastoreiro, a agricultura e o comércio.



Extraída de *Lês Royaumes Africains – Lês Grandes époques de L'Homme, Tombuctu Légendaire Cite de La Sagesse*, p. 24 e 25.

O islão na África Ocidental foi marcado por conveniências muçulmanas e africanas. Isso se explica pela conversão das lideranças locais e a não aceitação por parte da maioria da população, que continuou com suas práticas religiosas (tradicionais), tendo um caráter essencialmente próprio aos costumes dos povos envolvidos, e as permanências animistas<sup>3</sup>, marcadas pela própria transformação cultural frente à influência do islã.

Tombuctu, tratada a partir dos chamados estados sudaneses que se formaram ao redor da cidade com os <sup>4</sup>“Reinos” de Gana, Mali e Songai e a explicação sobre as organizações destas civilizações foram necessárias para entendermos parte da dinâmica que a envolveu durante os quase nove séculos de existência. É bem verdade que a organização

estatal se viu fragilizada durante a época moderna a partir do século XVI, a partir do implemento maciço do escravismo voltado ao interesse mercantilista europeu.

### O Reino de Gana

“O Reino Africano de Gana”, primeiro grande “Império da África Ocidental”, de acordo com Ki-Zerbo (1972,133), “Dispomos para isso, em primeiro lugar, das fontes árabes, as primeira das quais são *Ibn Hawkal* e *Al Bakri* (J. H. KRAMERS e G. WIET.1965). O primeiro que viajou de Bagdá até a margem do Níger, em todo o caso até Awdaghost, em 970, não hesita em dizer do Imperador de Gana: ‘É o mais rico do mundo por causa do ouro’. Um

<sup>3</sup> O termo animista, ou povos que cultuam elementos da natureza, tem sido usado por historiadores e demais estudiosos que abordam o continente africano. Outro muito comum é Religiões Tradicionais, o conceito de Cosmologias Africanas, citado pelo historiador Anderson Oliva: a compreensão dos diversos universos socioculturais africanos somente se torna atividade completa quando passamos a reconhecer a complexidade e diversidade das formas de pensar, explicar e se relacionar com o mundo físico e metafísico das sociedades africanas. Percebidas como conjuntos de ideias e de práticas que perpassariam crenças, atividades, hábitos mentais e

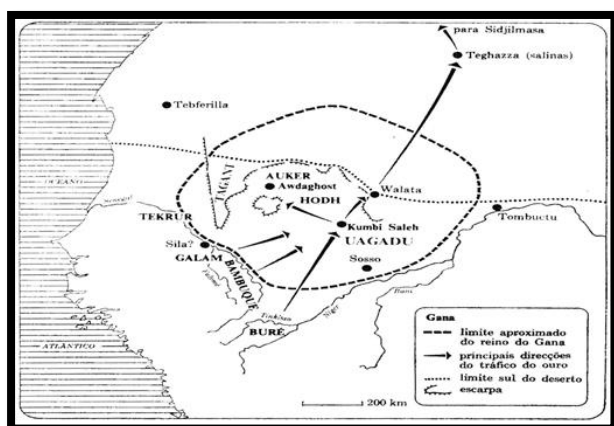
comportamentos em praticamente todas as atividades diárias, as cosmologias africanas permitem que os membros de suas sociedades se reconheçam e interajam com as diversas esferas dos cosmos.

<sup>4</sup> Utiliza-se inicialmente aspas, para assinalar que estes conceitos são questionados, pois a estrutura de poder africana se difere da organização política européia, utilizadas pelos pesquisadores como meio de tornar mais clara a explicação sobre organização política destes povos. (M'BOKOLO 2003: 122-162).



século mais tarde é *Al Bakri*, escritor árabe de Córdoba, que na sua célebre Descrição da África Setentrional 1087 nos dá pormenores precisos sobre o império. (KI-ZERBO, 1972, p. 133).

Na descrição de Al Bakri: “*O Gana, é chamado assim por causa do título dos soberanos*”, Ki-Zerbo, afirma em História da África Negra, que significava, qualquer coisa como rei ou sultão. Gana situava-se ao norte das duas curvas divergentes do Senegal e do Níger, compreendia essencialmente os povoados de Auker ao norte e o de Hodh ao sul. Este lugar chamado de *Uagadu* (país dos rebanhos); beneficiava-se do clima úmido, o que favorecia a criação de gado e a agricultura. O contato com as zonas saarianas, região do Magreb e sudanesa, destinava-se naturalmente ao comércio. Nesta região viviam pastores de origem berbere, os sanhadjas, e cultivadores negros sedentários, além de múltiplos grupos mestiçados.



J.Ki-Zerbo (1972, 137) O Reino de Gana

De acordo, com Ki-Zerbo (1972, 133-4), dominavam a região os *bambaras* ou *mandeus*, *toucoulores*, *volofos* e *sereres*; os *songais* a leste, todos esses grupos étnicos, viviam mais ao norte, de acordo com pesquisas arqueológicas desenvolvidas em Auker e Tagant. *Tarikh es Soudan* menciona uma dinastia branca de 44 príncipes que teriam reinado o lugar no Uagadu por volta de 750 d. C,

que mais tarde teria se misturado com os negros, o sentido da palavra *sarakhole*, que significa, homem branco, que explica a ascendência branca, segundo cronistas. A origem do reino e, portanto, provavelmente autóctone, mesmo que as relações de sangue e bens com os berberes ou semitas saarianos tenham desempenhado seu papel, em todo o caso, no século X, uma dinastia negra se impõe na história, e um império que se estendia do Tagant ao alto Níger e do Senegal a Tombuctu.

A organização política era marcada pela prosperidade e a segurança de Gana impressionavam os viajantes árabes, a maior parte dos quais haviam, no entanto, visitado as grandes cidades do Magrebe e mesmo da Espanha. O grande conselho do rei chamado de (*tunka*) compreendia altos dignitários, alguns dos quais eram antigos escravos e muçulmanos, incluindo os filhos de reis vencidos, guardados na corte como reféns e associados ao governo.

A sucessão era matrilinear, isto é: era o filho da irmã do rei que lhe sucedia. Isto para assegurar, diz-nos *Al Bakri*, que o sucessor fosse sempre real, porque, se se está sempre seguro de ser irmão da própria irmã, nem sempre se está seguro de ser o pai do próprio filho, mas sobretudo, porque o sistema matrilinear parece ter sido, de início, a prática corrente dos povos negro-africanos, prática essa, sem dúvida, ligada ao seu caráter agrícola e sedentário. (KI-ZERBO, 1972, p. 136).

Ainda como citado por Ki-Zerbo, conhecemos os nomes de raros imperadores, entre os quais o de *tunka* Menin, que subiu ao trono em 1062 e era sobrinho do predecessor, Bassi. O imperador “era animista”, assim como a maioria de seus súditos. O principal culto era o do deus-serpente do Uagadu (Uagadu-Bida), antepassado-totem dos Cissés. Segundo a lenda, saía da toca no dia da



entronização dos reis e recebia em sacrifício anualmente a mais bela moça da terra. Um dia, diz Maghan, vendo a sua noiva, a jovem virgem, Sai, que foi entregue à serpente, matou o réptil, que era o deus da fecundidade, com isso o desaparecimento da divindade desencadearia a desertificação do lugar.

O historiador africano, Joseph Ki-Zerbo (1972, 140) nos explica sobre a vida econômica, que era bastante organizada, com a presença de poços e numerosos jardins onde a prática agrícola, entretanto a riqueza do Estado provinha essencialmente do comércio, e sobretudo do ouro, provenientes do sul de Galam, Bambuque e mesmo Buré, por intermédio dos mercadores Wangaras. O soberano controlava o comércio, evitando a desvalorização, que detinha a posse das pepitas, apenas o ouro em pó tinha livre curso. Os mercadores do Magrebe, evitando os atravessadores Wangara, iam até a região onde tecidos de lã, de algodão, de seda, e de púrpura, e os anéis de cobre, pérolas azuis, além do sal, tâmaras e figos. Disponham-nos em pequenas pilhas e retiravam-se onde os nativos avançavam então, faziam a sua escolha neste mostruário e colocavam ouro em pó como pagamento, tal comércio se baseava essencialmente na confiança mútua, utilizavam também marfim, goma e escravos no desenvolvimento comercial.

A comercialização estabelecida pelos governantes de Gana, inevitavelmente levou ao surgimento de Tombuctu, entreposto comercial, a partir do século XI, o comércio de ouro, sal, noz de cola, e outros foi fruto da expansão muçulmana na região e da estrutura já existente com o reino de Gana. Sendo assim, Tombuctu, localizada nos

limites de Gana sofreu a influência da vida econômica desenvolvida da região do Saara, e das organizações políticas estatais e não-estatais estabelecidas anteriores a cidade e desenvolvidas por outros povos ao longo de sua história.

O historiador Basil Davidson nos explica acerca do comércio desenvolvido na África anteriormente a presença europeia. O tráfico de escravos<sup>5</sup>, onde os mesmos eram utilizados em sua maior parte no serviço doméstico ou como soldados; acontecia tanto no sentido do sul, como para o norte do Saara quanto o inverso. Apesar das dificuldades naturais de se atravessar o deserto, muitas caravanas de muçulmanos cruzavam o Saara a oeste para comerciarem escravos, sal, cavalos e metais (ouro e cobre) com as populações negras. Os berberes também compravam dos negros marfim, peles de animais, plumas de avestruz e sementes de cola (com cafeína); em troca, traziam cobre, espadas decoradas de Damasco, louças e talheres finos. (DAVIDSON, 1992: 146.)

Até esse avanço almorávida, o Império de Gana conseguiu suportar os ataques estrangeiros, tanto dos inimigos quanto dos próprios berberes, graças ao seu exército composto de guerreiros soldados, cavaleiros e arqueiros – citados por *Al-Bakri*. No entanto, apesar de uma forte resistência, eles foram derrotados pelos almorávidas e sua capital, Kumbi Saleh, foi tomada e saqueada, por volta de 1076, com essa vitória, os almorávidas receberam um poderoso reforço, devido às conversões dos povos de Gana, disso nos informa o cronista Al-Zuhuri: “*As gentes do Gana tornaram-se muçulmanas em 1076 sob a influência dos lentunas*” (citado por KI-ZERBO, 1972, p. 147).

<sup>5</sup> A escravidão na África anterior a presença europeia que não dependia essencialmente do trabalho escravo, portanto se

constituíram de sociedades com escravos e não sociedades escravistas ou escravocratas.

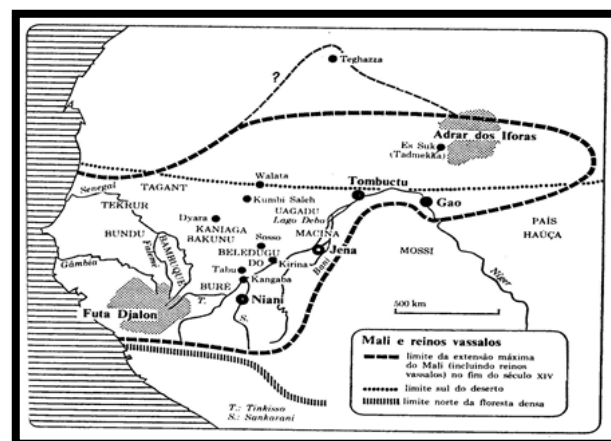
A decadência do Reino de Gana está ligada ao processo de islamização, Abu Bakr prosseguia em sua tentativa de unificar as tribos berberes e com elas atacar Gana. No entanto, morreu em uma batalha por causa de uma flecha envenenada (1087). Gana reconquistou sua independência, mas após a devastação e saque de sua capital, dez anos antes, o reino negro nunca mais conseguiu recuperar seu antigo poder, mas ao contrário, as caravanas passaram a se desviar das rotas que privilegiavam o coração de Gana, e os comerciantes passaram a optar por Tombuctu, Gao e Djenne.

Os muçulmanos ricos se refugiaram em Walata, especialmente depois do segundo saque da capital, Kumbi, em 1203, por parte do rei sosso Sumaoro Kanté. Esse declínio comercial aprofundou o processo de islamização das etnias africanas, embora sem nunca atingir todas as camadas da população – e, de resto, o islamismo negro era bastante mesclado com as tradições religiosas locais. (KI-ZERBO, 1972, 147).

### O Reino do Mali

O reino Mali já era conhecido desde o século XI, considerado aliado de Gana era formado pelo grupo étnico *malinké* ou mandinga, um dos povos do grupo linguístico *mandé* (*soninké*, *bambara*, *senufô*, *mendé*, *diulá*), estratificados em grandes clãs regionais (*Traoré*, *Konaté*, *Kamará*, *Keita*). Com o desenvolvimento do comércio, durante trezentos anos da existência do antigo Mali as rotas comerciais saarianas estimularam o desenvolvimento de Tombuctu e Djenne, cidades as quais não dependiam da agricultura e da pecuária praticadas nos arredores.

O território do Mali foi expandido entre os séculos XII e XIV, Mansa Mussa ou Kanka Mussa (1312 a

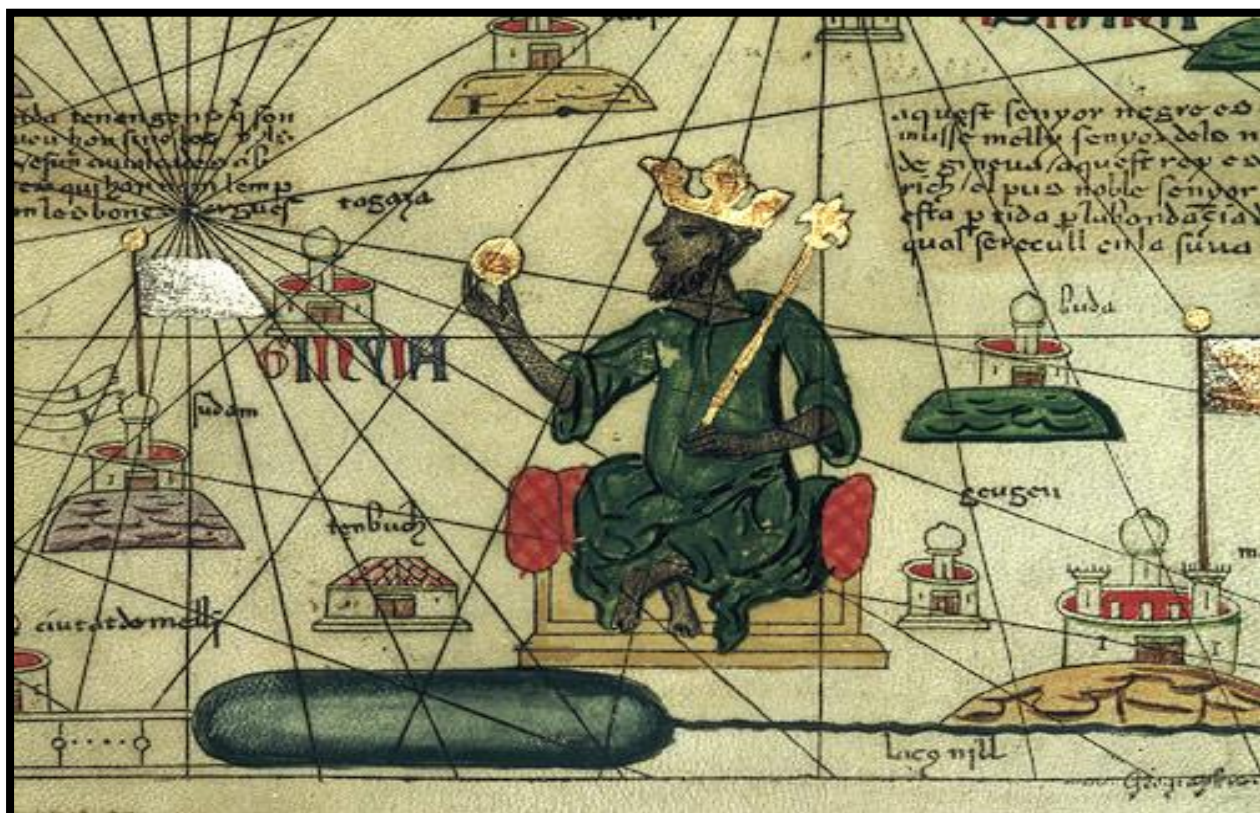


J.KI-ZERBO, O Reino do Mali, p.165

1332) e a sua peregrinação a Meca e as implicações desta viagem que será abordado. Um dos legados foi a vinda do arquiteto andaluz Al-Saheli, autor da Mesquita de Djingereber, em Tombuctu. A viagem de *Ibn Battuta*, vinte anos após a morte de Mansa Mussa, retratou em seus escritos a segurança das estradas e o fervor do islã e também a censura contra a livre movimentação de adolescentes seminuas pelas vias públicas da capital, isso talvez explique em meados do século XIV, a não aceitação da maioria do povo ao islão.

Os enviados *diulá* fundaram entrepostos comerciais como Kong, Gonjá, Bondukú, Bono-Manso e Bobo-Diulasso (relata que Suleimão é um homônimo) provavelmente tenha sido o libertador de Songai em 1375, desde então o poder foi passando gradativamente as mãos desse novo império. (RODRIGUES, 1990, p. 33).

Crescera na África Ocidental um modesto reino: o Mandinga ou Mali (malinqué = homem do Mali). As suas origens são pouco conhecidas. É provável que numerosos e pequenos grupos mandeus dominassem o Alto Senegal e o Alto Níger: os Traorés em Dakadyala, na região de Kri, perto de Nyagassola, no alto Bakoy; os Konatés em Tabu, no Dodugu (terra dos Dôs), os Kamaras em Sibi, no Siendugu, e os Keiras em Narena, no Dogugu e nos montes do Mandinga, situados entre Sigueri e Kita.



Mansa Musa

Este último será o embrião do Mali. (KI-ZERBO, 1972, p.164).

A partir de 1150 se conhece relativamente bem a cronologia dos reis de Mali. Hamana, Djigui Bilali (1175-1200), Mussa Keita, Naré Famaghan (1218-1230) e principalmente Sundjata (ou Mari Djata, o “Leão do Mali”), todos com histórias recheadas de lendas e mitos e transmitidas também pelos *griots*<sup>3</sup>, os “transmissores de ouvido” de cada etnia que passam de geração para geração as tradições de sua cultura.

Na época de Sundjata, Mali era um reino essencialmente agrícola, os malinqués desenvolveram a cultura do algodão, do amendoim e do mamão papaia, além da criação de gado. Sundjata instituiu uma associação de trinta clãs (de

artesãos, de guerreiros e de homens livres – que, no entanto, eram chamados de “escravos da coletividade”, os *ton dyon*). Com o crescimento do reino, a categoria dos escravos se multiplicou – recorde que sempre os reinos negros praticaram a escravidão. (KI-ZERBO, 1972, p. 169).

Com o filho de Sundjata, Mansa Ulé (1255-1270) e seus sucessores – Abubakar I, Sakura, Abubakar II – até Mansa Mussa (ou Kandu Mussa, 1312-1332), o reino de Mali passou a ser conhecido no mundo ocidental. Em 1324, Mansa Mussa realizou uma peregrinação a Meca, passando pelo Egito e com a intenção de maravilhar os soberanos árabes.

*“O Tarikh es Soudan (1655), de autoria do mouro Es Saadi, nos informa que ele atravessou o deserto passando por Walata e pelo Tuat com 60.000 mil servidores (escravos), evidentemente um exagero – as cifras hoje estão por volta de*

<sup>3</sup> Os griots “é o nome dado pelos franceses aos diélis que entre os bambaras significa – contador de histórias” que formam uma casta de poeta/músicos que asseguram a transmissão da tradição oral provocam o entusiasmo dos participantes. Os griots são trovadores, menestréis, contadores de histórias animadores públicos para os quais a disciplina da verdade

perde rigidez, sendo-lhe facultada uma linguagem mais livre, com o objetivo de estimular a coesão da sociedade, facilitam a aprendizagem da cultura, marcadas pela hierarquia, a autoridade, a deferência e a reverência. (Barry in Hernandez, A África na Sala de Aula, 2005).

500. (HEERS, 1983: 79). *Chegou ao Cairo com cerca de duas toneladas de ouro (!), em pó e em pepitas. O cronista Al-Omari (†1349) nos conta:*

*Quando da minha primeira viagem ao Cairo, ouvi falar da vinda do sultão Mussa (...) E encontrei os habitantes do Cairo todos excitados a contarem as largas despesas que haviam visto fazer às suas gentes. Este homem espalhou pelo Cairo ondas de generosidade. Não deixou ninguém, oficial da coroa ou titular de qualquer função sultânica, sem receber dele uma quantia em ouro. Que nobre aspecto tinha este sultão! Que dignidade e que lealdade!" (KI-ZERBO, 1972, p. 171).*

O cronista muçulmano Ibn Batuta (1307-1377), um dos maiores viajantes da Idade Média, chegou a Mali quinze anos depois da morte de Mansa Musa, entre os anos 1352-1353. Em um belo texto medieval, esse notável cronista muçulmano nos informa o fausto da corte do imperador de Mali:

*"O sultão tem uma cúpula elevada, cuja porta se encontra no interior de seu palácio e onde ele se senta com frequência. Tem do lado das audiências três janelas em arco, de madeira, cobertas de placas de prata, e por baixo delas três outras guarnecidas de lâminas de ouro ou de prata dourada. Estas janelas têm cortinados de lã que são levantados no dia da audiência do sultão na cúpula (...)"*

Mansa Mussa foi tão generoso que ao sair do Cairo foi obrigado a pedir um empréstimo a um riquíssimo mercador de Alexandria, para que pudesse manter sua fatura até chegar a Meca. Sua peregrinação fez o Império de Mali ser conhecido por todo o mundo, e os mapas europeus passaram a citá-lo. Por exemplo, o de *Angelo Dulcert Portolano* (1339), e o *Atlas catalão de Abraão Cresques* (1375), elaborado para o rei da França Carlos V, o Sábio, que traz nitidamente o nome da capital (*Ciutat de Melli*), além do rei de Mali, Mansa Mussa, sentado em seu trono e segurando uma pepita de ouro. (KI-ZERBO, 1972, p.170 – 173).

De regresso para Mali, o imperador trouxe consigo um poeta-arquiteto, Abu Issak, mais conhecido como Es Saheli, com ele construiu a grande mesquita de Djingareyber, em Tombuctu.

Os sucessores de Mansa Mussa tiveram dificuldades de manter um território tão vasto, depois de Maghan (1332-1336), até Mussa II (1374-1387), o reino de Mali viu Tombuctu ser saqueada, além de sucessivos assassinatos e conspirações palacianas que enfraqueceram o império. Lentamente a hegemonia passava para o Reino de Gao, que anexava uma a uma as províncias do leste, além de tomar a cidade de Djénne, metrópole comercial.

No final do século XV o Tekrur passou para os domínios do estado Wolof. Houve um curto período confuso entre a hegemonia do Mali e do Gao, vários grupos étnicos foram arrastados para o movimento dos Peules do Bundu, conduzido por Tenguella I (chamado de "o Libertador"). O imperador do Mali tentou até uma aliança com D. João II de Portugal, mas nenhuma das missões portuguesas parece ter chegado a seu destino. (KI-ZERBO, 1972, 172-173).

A organização política no século XVI, tempo de Mahmud Kati, historiador e conselheiro do Askia Mohammed, o império tinha cerca de quatrocentas cidades e vilas. O sistema de governo era descentralizado, dividido em províncias, administradas por um *dyamani tigui* (ou *farba*), as províncias eram subdivididas em conselhos (*kafo*) e aldeias (*dugu*). A autoridade era exercida por dois chefes: um político e outro religioso. A vida econômica o *farba* recolhia impostos e requisitava tropas, caso necessário; havia ainda reinos subordinados que reconheciam a hegemonia do imperador, enviando regularmente presentes.

O historiador africano J. Ki Zerbo, explica que um dos segredos do Império de Mali foi a maleabilidade de seu sistema político, única lógica possível em uma estrutura sem burocracia, além da tolerância religiosa povos tão variados como os tuaregues, os songais, os malinqués e os peules,





simbólico de alianças atenuava a opressão escravocrata. Pois o que interessava ao senhor da terra era ter o maior número de famílias e aldeias de servos, não apenas a exploração econômica. (KI-ZERBO, *op. cit.*: 187-188)

Isso certamente é um caráter análogo ao sistema socioeconômico vigente cerca de quatrocentos anos antes na Europa medieval. Esse sistema, também chamado de *dom e contra-dom*, está bem expresso em um documento, escrito pelo historiador soninke de Tombuctu, Mahmud Kati (*Tarikh el-Fettach – a Crônica do Buscador* – obra escrita em 1520).

O historiador africano J. Ki-Zerbo, nos explica, seria errado, porém, proceder comparações apressadas entre estas estruturas socioeconômica e as que existiam na Europa. A noção de feudo, de contrato bilateral estabelecido num quadro geral de propriedade privada sobre uma terra bem delimitada, situa-se aqui em um contexto diferente. (KI-ZERBO, 1972, p.188).

As metrópoles do Sudão, tornaram-se locais privilegiados de estudos religiosos: Djenne, Tombuctu, Walata e Gao distinguiram-se neste campo, como nos afirma Ki-Zerbo, citando Leo, o Africano,

*“numerosos juízes, doutores e sacerdotes, todos bem instruídos pelo rei. Ele preza muito as letras. Vendem-se também muitos livros manuscritos, que vem da Berberia obtém-se mais lucro com esta venda de que com todo o resto das mercadorias”. Existiam nestas cidades verdadeiras universidades beneficiando do mecenato e da deferência dos príncipes e da gente do povo.” (KI-ZERBO, 1972, p. 189).*

O aspecto cultural do Reino Songai, se relacionando a Tombuctu se relaciona a Ahmed Baba nascido em 26 de outubro de 1556, em Arauane, a dez dias de marcha ao norte de Tombuctu, no caminho para Tuat. Os seus principais mestres foram seu irmão e seu tio, mas sobretudo

Mohammed Baghyu, um mandeu, que ele próprio chama o seu xeque. Com ele durante dez anos, estudou uma série de livros, abrangendo o campo dos estudos islâmicos da época: Língua Árabe, Retórica, Fontes da lei, Jurisprudência (*fiqh*), Exegese Alcorânica (*tafsir*), etc. Ahmed Baba teria escrito setecentas obras e a sua biblioteca, que, segundo ele, não era a maior de Tombuctu, contava 1600 títulos. (KI-ZERBO, 1972, p.191)

A cidade de Tombuctu declinou depois da conquista marroquina em 1591, dois anos mais tarde os mestres foram presos acusados de traição, alguns foram mortos outros exilados em Marrocos. Os marroquinos não conseguiam proteger a curvatura do Niger e a cidade foi atacada pelo Fulanis, e pelos Tuaregues até 1893, quando o colonialismo francês conquista a cidade, e a restauram em parte, a fim de lucrar com o comércio, porém não foi construída nenhuma estrada que permitisse ligação com outras áreas da África Ocidental.

Em 1960, a cidade é incorporada a nascente República do Mali, as pequenas caravanas de sal de Taoudenni chegam ainda no inverno, mas não há nenhum ouro a oferecer em troca, e o comércio das rotas transaarinhas não existe mais. Embora haja um serviço aéreo, a região é acessível por Camelo atravessando o deserto pelo norte ou por barco via ocidente. A influência islâmica ainda é presente e a cultura da cosmologia africana também, bem como as línguas francesa e árabe são ensinadas.

---

**Hilton Sales Batista** é especialista em Culturas Negras no Atlântico e Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), é professor de História da Secretaria de Educação do Distrito Federal e servidor público federal do Ministério da Educação.

---

## Bibliografia

- AL-BAKRI (Abu 'Ubayd), *Description de l'Afrique septentrionale* (ed. e transcr. de Slane), A. Maisonneuve, 1965.
- DAVIDSON, Basil. **A descoberta de África**, Sá da Costa, Lisboa, 1981.
- \_\_\_\_\_, Basil. **Lês Royaumes Africains**, Time-Life, 1967.
- HERRMANN, Paul. **A Conquista da África**, Boa Leitura Editora S.A., São Paulo, s.d., 2 ed. tradução Marina Guaspari, 1977.
- HOURANI, Albert; tradução Marcos Santarrita. **Uma História dos Povos Árabes**, Companhia das Letras, São Paulo, 1994.
- KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra I**, Publicações Europa-América, Biblioteca Universitária, Haitier, Paris, 1972.
- \_\_\_\_\_. **História Geral da África: metodologia e pré-História da África**. Vol I, São Paulo: Ática, Paris: Unesco, 1982.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. **Visões da África: Leitura e Interpretações acerca da Religião dos Orixás, na África Ocidental**. Brasília:UnB, Dissertação de Mestrado, 2002.
- SILVA, Alberto da Costa e. **A Enxada e a Lança – A África Antes dos Portugueses**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, 2 ed.
- \_\_\_\_\_. Alberto da Costa e. **A Manilha e o Limbambo A África e a Escravidão de 1500 a 1700**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Biblioteca Nacional, 2002.
- UNESCO. **World Heritage List**. Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/list>>. Acesso em: 07 jan 2000.

## Fontes Utilizadas:

- Al Bakri*.(Configuration de la terre, 1965) trad. Francesa de J. H. Kramers e G. Wiet. Maisonneuve et Larose.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed. crítica). *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Coimbra: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1990, vol. IV.
- IBN JALDÚN. *Introducción a la historia universal (Al-Muqaddimah)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- LEO AFRICANUS. *Description of Timbuktu, from The Description of Africa (1526)*.
- Os significados dos versículos do Alcorão Sagrado* (trad. Prof. Samir El Hayek). São Paulo: Marsam Editora, Jornalística, 1994.
- MANNING, Patrick, Escravidão e Mudança Social na África pp 8 a 29.
- REIS, José João, Notas sobre a Escravidão na África Pré-Colonial pp 5 a 21.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). *La España Musulmana – según los autores islamitas y cristianos medievales*. Madrid: Espasa-Calpe, S. A., 1986, tomo II.
- <<http://www.afribone.com/htm>>acesso: 14/02/2006.
- <[http://www. Impérios Negros segunda parte.htm](http://www.ImpériosNegrossegunda.parte.htm) (Ricardo da Costa – UFES)> acesso em 15/10/2005.<[http://www. http://whc.unesco.org/en/list](http://www.http://whc.unesco.org/en/list) Curto> acesso em 13/06/2005.

## Artigo

# ***UMA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA SOBRE O DÍZIMO ENTRE OS CRISTÃOS DA DÉCADA DE 30 DO PRIMEIRO SÉCULO AO ANO 135***

*Por Igor Farias Emerich*

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo analisar à luz da História a prática do dízimo entre os cristãos da década de 30 do primeiro século ao ano 135, recorte que compreende dois importantes períodos de profundas transformações que delinearam o cristianismo, a saber, o Período Apostólico (30-70) e o Período Subapostólico (70-135), a fim de responder as seguintes questões que se impõe: 1) se há indícios históricos que possam comprovar o ensinamento e a prática do dízimo entre os cristãos dos períodos supracitados, e 2) quais os possíveis motivos que influenciaram a decisão desses cristãos sobre o dízimo.

**Palavras-chave:** Dízimo. Lei mosaica. Cristianismo. Teologia paulina.

## **Introdução**

O dízimo entre os cristãos é um assunto polêmico e por isso gera muito debate, principalmente no campo da Teologia. Há quem defenda, utilizando alguns versículos bíblicos, que o pagamento do dízimo é uma obrigação por parte do cristão, mas também há quem defenda que o dízimo fazia parte do sistema cerimonial judaico tornado obsoleto pela chamada Nova Aliança em Cristo, e, portanto, o cristão está isento do seu pagamento. Um suposto silêncio nos escritos dos primeiros cristãos acerca do dízimo parece estar na raiz dessa polêmica. Daí a importância de um estudo histórico sobre o assunto.

O presente artigo não tem a pretensão de responder qual das supracitadas afirmações sobre o dízimo está certa. Antes, mesmo que dialogue também com textos teológicos, este artigo não terá um enfoque teológico, mas sim histórico acerca do dízimo. O que se investigará nas próximas páginas é a história do dízimo entre os cristãos da década de 30 do primeiro século ao ano 135, recorte que abarca dois importantes períodos da história do cristianismo, a saber, o Período Apostólico (30-70) e o Período Subapostólico (70-135), e cuja análise é necessária por se tratarem de períodos em que ocorreram profundas transformações que delinearam o cristianismo como religião distinta do judaísmo. O propósito desta análise é tentar responder as seguintes questões que se impõe

acerca do dízimo: 1) se existem indícios históricos que confirmam o ensinamento e a prática do dízimo entre os cristãos desses períodos, e 2) quais os possíveis motivos por traz da decisão desses cristãos sobre o dízimo.

Se de fato os primeiros cristãos praticaram o dízimo, é provável que em algum lugar dos seus escritos essa prática seja citada, ou como forma de ensinamento ou de exortação. Sendo assim, analisaremos as fontes desses primeiros cristãos em busca de indícios que possam comprovar ou não a tal prática.

### Jesus e o dízimo

Os evangelhos de Mateus 23:23 e Lucas 11:42 e 18:12 são as únicas fontes que narram Jesus falando acerca do dízimo. Mas estabelecer o que de fato o Jesus histórico teria dito ou feito com base nos evangelhos demanda um estudo muito cuidadoso com métodos apropriados, uma vez que tais textos foram escritos décadas após a morte de Jesus por pessoas que não tiveram contato com ele e, além disso, como destaca Erhman os tais evangelhos apresentam muitas discordâncias entre si em muitos detalhes e divergem em vários pontos, e às

vezes até de forma radical, sobre o que Jesus teria dito ou feito e sobre o panorama de sua época.<sup>1</sup>

Contudo, se entendermos o Jesus histórico dentro do judaísmo do primeiro século, como defende a maioria dos estudiosos já há algumas décadas<sup>2</sup>, como um judeu que a seu modo interpretou e ensinou as Escrituras judaicas aos seus discípulos<sup>3</sup>, é provável que Jesus de Nazaré em algum momento de seu ministério tenha falado sobre o dízimo, haja vista o dízimo fazer parte da lei mosaica da qual Jesus buscava interpretar à sua maneira. E é até possível que ele tenha protagonizado em algum momento uma cena parecida com a descrita em Mateus 23:23 ou em Lucas 11:42<sup>4</sup>, em que censura os fariseus por se preocuparem minuciosamente com a separação do dízimo e negligenciarem “os preceitos mais importantes da Lei: a justiça, a misericórdia e a fé”<sup>5</sup>. Conforme nos diz Flusser:

Jesus era um judeu que falava para outros judeus. Por conseguinte, sem nenhuma dúvida, Jesus e sua mensagem pertencem à estrutura do judaísmo de seu tempo: é parte inseparável dele.<sup>6</sup>

Embora Jesus possa ter tratado acerca do dízimo, provavelmente ele não deve tê-lo praticado. Pois de acordo com a Bíblia hebraica, as obras do historiador judeu do primeiro século Flávio Josefo e o Mishná<sup>7</sup>, os únicos itens sujeitos ao dízimo eram

<sup>1</sup> EHRMAN, Bart D. *Jesus existiu ou não?* Rio de Janeiro: Agir, 2014a, pp. 264, 265.

<sup>2</sup> Cf. BORG, Marcus J; CROSSAN, John Dominic. *A Última Semana: Um relato detalhado dos dias finais de Jesus*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2010, p. 51.

<sup>3</sup> Cf. EHRMAN, Bart D. *O que Jesus disse? O que Jesus não disse? Quem mudou a Bíblia e por quê?* Rio de Janeiro: Agir, 2015, p. 30.

<sup>4</sup> Geza Vermes em seu *Jesus e o mundo do judaísmo*, 2015, p. 64, acredita na autenticidade da fala de Jesus em Mt 23:23 e Lc 11:42. Para ele, esse e outros ditos de Jesus (que o autor cita no mesmo contexto) são mais críveis por serem “periféricos às narrativas dos evangelhos e por contrariarem, na verdade, o antinomismo essencial do cristianismo gentio”. Ou seja, Vermes não vê nesses ditos de Jesus uma atividade redacional dos evangelistas ou de copistas posteriores tentando apresentar um Jesus cristão, mas vê sim ditos que podem ser atribuídos ao Jesus histórico com certo grau de certeza.

<sup>5</sup> Mateus 23:23.

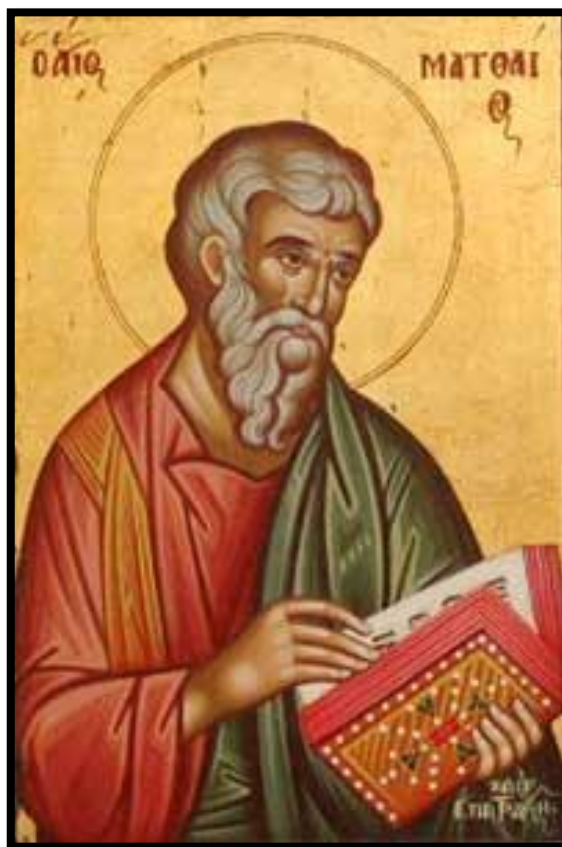
<sup>6</sup> FLUSSER, David. *O Judaísmo e as Origens do Cristianismo: Os Manuscritos do Mar Morto e o Novo Testamento*. Rio de Janeiro: Imago, 2000, p. 14.

<sup>7</sup> O Mishná, composto entre os séculos I e III da Era Comum, é a primeira parte do Talmude, onde foram registradas tradições orais dos judeus, além de comentários sobre o Pentateuco (os cinco primeiros livros da Bíblia). Lá se encontram comentários sobre as leis agrícolas, o sábado e as festas religiosas, as leis domésticas, as leis do templo e dos sacrifícios, entre outras (cf. CHAMPLIN, R. N. *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, v. 4, São Paulo: Hagnos, 1991, p. 300).

os das atividades pecuária e agrícola, e como Jesus e seu pai José eram carpinteiros<sup>8</sup>, estavam isentos do pagamento do dízimo.<sup>9</sup> Ademais, de acordo com Vermes, as leis referentes ao dízimo “não eram nem um pouco populares entre as comunidades rurais da Galileia”<sup>10</sup>, lugar onde Jesus viveu e iniciou seu ministério como pregador itinerante. Aliás, é bem provável que além de Jesus e de José, os discípulos de Jesus também estivessem isentos do pagamento do dízimo ao Templo, uma vez

que tinham, como sabemos pelos textos bíblicos, ocupações incompatíveis com atividades pecuárias e agrícolas: boa parte deles era pescador, por exemplo.

Contudo, cabe ressaltar que em momento algum de sua fala Jesus condenou o dízimo ou ordenou o pagamento do mesmo.<sup>11</sup> E embora Jesus possa ter



Ícone de São Mateus.

enxergado o dízimo como parte da lei mosaica,<sup>12</sup> a questão central da fala dele em Mateus 23:23 não é o dízimo em si, mas, como diz Croteau:

O foco desta passagem é sobre a ênfase desproporcional que os escribas e os fariseus colocam no dízimo dessas especiarias ao negligenciar questões mais centrais da lei mosaica [...].<sup>13</sup>

### O dízimo no período apostólico

Após a crucificação de Jesus por ordem do governador da Judeia Pôncio Pilatos, provavelmente no ano 30, onze dos discípulos mais próximos de Jesus, os que ele havia escolhido para serem seus apóstolos<sup>14</sup>, disseram, segundo os evangelhos, terem visto seu mestre vivo e que ele os encarregara de saírem a espalhar seus ensinamentos primeiramente entre os judeus.<sup>15</sup>

<sup>8</sup> Cf. Marcos 6:3 e Mateus 13:55. Porém, Ehrman nos chama a atenção para o fato de que embora a palavra grega *tekton* nos evangelhos de Marcos e Mateus seja traduzida como “carpinteiro”, ela também pode significar pedreiro, ferreiro ou qualquer um que desempenhe um trabalho manual (cf. Ehrman, *O que Jesus disse? O que Jesus não disse? Quem mudou a Bíblia e por quê?*, 2015, p. 288.).

<sup>9</sup> Cf. MALHEIROS, Isaac. *O dízimo no período antenicoeno (100-325 d.C.)*. Reveleto, São Paulo, v. 10, n. 18, jun/dez, 2016, p. 87. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleto/article/view/29224/21649>

<sup>10</sup> VERMES, Geza. *Jesus e o mundo do judaísmo*. São Paulo: Edições Loyola, 2015, p. 64.

<sup>11</sup> Cf. CROTEAU, David A. *A Biblical And Theological Analysis Of Tithing: Toward a theology of giving in the new covenant era*. 2005. 336f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Southeastern Baptist Theological Seminary, Wake Forest, North Carolina, pp. 124-127. Disponível em: [http://digitalcommons.liberty.edu/fac\\_dis/17/](http://digitalcommons.liberty.edu/fac_dis/17/).

<sup>12</sup> Cf. BUDISELIĆ, Ervin. *The Role and Place of Tithing in the Context of Christian Giving - Part 2*, Zagreb, Croatia, v. 9, n. 1, maio, 2015, p. 40. Disponível em: [http://hrcak.srce.hr/index.php?show=clanak&id\\_clanak\\_jezik=205979](http://hrcak.srce.hr/index.php?show=clanak&id_clanak_jezik=205979).

<sup>13</sup> CROTEAU, op. Cit., p. 127. (Tradução nossa).

<sup>14</sup> Com exceção de Judas, que segundo Atos dos Apóstolos 1:15-26, o havia traído e depois se suicidado, sendo substituído mais tarde por Matias.

<sup>15</sup> Embora possam haver trechos no Novo Testamento que indiquem uma certa tendência a universalização dos ensinamentos de Jesus (ver Lc 4:25-27; 13,29 e Mt 28:18-20; 21:31), existem outros que estão muito mais em consonância com os ditos do Jesus histórico, sendo esses completamente opostos àqueles (ver Mt 10:5; 18:17). Ao que tudo indica, essas contradições são resultados de uma tentativa de formulação, por parte da igreja, de uma mensagem universalizante de Jesus.



Segundo Potestá e Vian, esses discípulos de Jesus não romperam relações com o judaísmo de sua época, mas seguiam obedecendo “práticas culturais e formas de observância da Lei”, porque de início, “não lhes ficou claro se e como deviam se afastar delas”.<sup>16</sup> No entanto, mesmo que esses discípulos de Jesus, que também são chamados de apóstolos, tenham observado determinada forma da lei mosaica, nem em Atos dos Apóstolos, escrito por Lucas (o mesmo escritor do evangelho homônimo), que trata, mesmo que de forma idealizada das origens da igreja de Jerusalém, e nem nas epístolas atribuídas aos apóstolos, é encontrado qualquer ensinamento ou exortação a uma prática do dízimo na Igreja.<sup>17</sup>

Algum tempo depois da crucificação de Jesus, conforme Atos dos Apóstolos 9:1-9, um membro da seita judaica dos fariseus com o nome de Saulo, que saiu de Jerusalém para Damasco a fim de promover uma perseguição contra os cristãos, alegou ter sido visitado por Jesus vivo enquanto caminhava para Damasco. E ao ter sua conduta questionada por Jesus, ficou momentaneamente cego e foi levado a Damasco, onde depois de se encontrar com um discípulo de Jesus, que impusera suas mãos sobre ele, ficou curado da cegueira. Depois desse dia se converteu ao movimento dos nazoreus e passou a usar o seu nome latino Paulo. Ele foi um importante teólogo e missionário e acreditava ter sido chamado por Jesus para ser apóstolo dos “gentios”.<sup>18</sup> Com isso, empreendeu viagens

missionárias para estabelecer igrejas na Macedônia e Acaia (atual Grécia), na Ásia Menor (atual Turquia) e em outras partes do Mediterrâneo. É razoável a informação de que Paulo tenha se juntado ao movimento cerca de dois ou três anos após a crucificação de Jesus.<sup>19</sup>

A maior parte da literatura epistolar neotestamentária, que compreende algumas décadas do Período Apostólico, é atribuída a Paulo. Das vinte e uma epístolas do Novo Testamento, treze são atribuídas ao apóstolo, sendo sete delas<sup>20</sup> consideradas pelos especialistas como autênticas, outras três<sup>21</sup> consideradas obras de discípulos de Paulo, e as restantes<sup>22</sup> têm sua “paternidade” questionável.<sup>23</sup>

Essas epístolas são os mais antigos documentos cristãos e serviam para orientar as primeiras comunidades cristãs tanto em sua fé quanto em suas práticas. Nelas Paulo parece tratar o cristianismo não mais como parte do judaísmo, mas sim como uma religião independente. Tais epístolas datam desde os últimos anos da década de 40 até o começo da década de 60 do primeiro século.<sup>24</sup> Contudo, mesmo ao tratar, também, acerca das devidas contribuições aos que pregam o evangelho e aos necessitados<sup>25</sup>, em nenhum trecho dessas epístolas é ensinado o dízimo ou se faz menção a prática do dízimo entre os cristãos desse período. Mas se o dízimo fosse de fato praticado pela igreja apostólica, Paulo, um dos mais profícuos escritores

Para uma melhor compreensão sobre o assunto ver Geza Vermes, *Jesus e o mundo do judaísmo*, 2015, p. 32, 33.

<sup>16</sup> POTESTÁ, Gian Luca; VIAN, Giovanni. *História do Cristianismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2013, p. 14.

<sup>17</sup> Cf. VAN RENSBURG, Reuben David. *Tithes And Offerings In The South African Context: The Bible And Reality*. 2002. 208f. Tese (Doutorado em Teologia) – Department of Practical Theology, University of Zululand, KwaZulu-Natal, South Africa, p. 87. Disponível em: <http://uzspace.uzulu.ac.za/handle/10530/429>.

<sup>18</sup> Designação dada por um israelita a um não israelita.

<sup>19</sup> Cf. EHRMAN, Bart D. *Como Jesus se tornou Deus*. São Paulo: Leya, 2014b, p. 187.

<sup>20</sup> Romanos, primeira e segunda aos Coríntios, Gálatas, Filipenses, 1 Tessalonicenses e Filemom.

<sup>21</sup> Tito e primeira e segunda a Timóteo.

<sup>22</sup> Segunda aos Tessalonicenses, Efésios e Colossenses.

<sup>23</sup> Cf. POTESTÁ; VIAN, 2013, p. 17.

<sup>24</sup> Cf. BRUCE, F. F. *Merece confiança o Novo Testamento?* São Paulo: Vida Nova, 2010, p. 99.

<sup>25</sup> Cf., por ex., 1 Cor 9:11-15, 16:1-4; 2Cor 8:1-15, 9:1-15.

cristãos do primeiro século, não o teria, pelo menos de passagem, citado em alguma de suas epístolas?

Moretsi defende que Paulo tenha ensinado sobre o dízimo de forma indireta em suas epístolas aos Coríntios.<sup>26</sup> Mas, a exegese das perícopes<sup>27</sup> usadas para defender esse suposto ensinamento de Paulo sobre o dízimo está certamente equivocada, como aponta Croteau.<sup>28</sup>

Outra referência ao dízimo no Novo Testamento, além das existentes em Mateus e Lucas, é encontrada na Epístola aos Hebreus 7, mas que não pode ser entendida como ensinamento sobre tal, conforme afirma Paganelli:

O ensino central [de Hebreus 7] não é sobre o dízimo, mas o dízimo como *aferidor da autoridade espiritual* (ou sacerdotal) de Melquisedeque sobre Abraão, ou ainda sobre o próprio sacerdote Arão. Dessa forma, o texto irá desembocar na autoridade de Jesus, sacerdote segundo a ordem de Arão. O tema da passagem é este; o dízimo é usado como referência, como elemento que mede a autoridade daquele que o recebe.

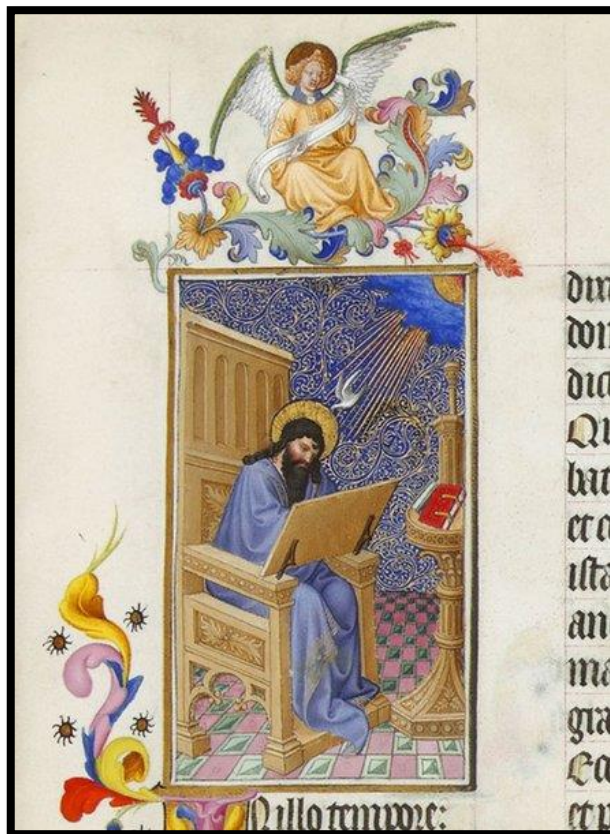
Não podemos, portanto, tomar o texto de Hebreus 7 para ensinar sobre o dízimo no Novo Testamento. Seria um atentado contra o texto e contra as regras de interpretação fazer esta aplicação indevida.<sup>29</sup>

### O dízimo no período dos padres apostólicos

Depois da morte dos apóstolos<sup>30</sup> quem assumiu o legado da Igreja foram os chamados Pais da Igreja ou, especificamente neste caso, os Padres Apostólicos, que eram destacados bispos ou presbíteros na Igreja Apostólica. São eles: Clemente de Roma (c. 35-100), Inácio de Antioquia (c. 35-107), Policarpo de Esmirna (c. 69-155) e Pápias de Hierápolis (c. 70-140).

Seus escritos estavam

nos moldes das epístolas neotestamentárias, mas também não se encontra em tais escritos nenhuma menção ao ensinamento ou a prática do dízimo entre os cristãos. Inácio de Antioquia, além de não fazer menção ao dízimo, em suas cartas aos magnésios 8-11 e aos filadelfienses 5,6, teceu críticas ásperas respectivamente aos “judaizantes”



São Lucas representado no livro de Horas do Duque de Berry

<sup>26</sup> MORETSI, L. *Tithing: an evaluation of the Biblical background*. Durbanville, South Africa, v. 43, n. 2, jul, 2009, pp. 405-408. Disponível em: <http://www.indieskriflig.org.za/index.php/skriflig/article/view/229>.

<sup>27</sup> 1Coríntio 9:13-17; 16:1-4, 2Coríntios 8:8; 9:7.

<sup>28</sup> CROTEAU, 2005. pp. 140-152.

<sup>29</sup> PAGANELLI, Magno. *Dízimo: o que é e para que serve o dízimo, sua história e função social*. São Paulo: Arte Editorial, 2010, p. 62.

<sup>30</sup> A maior parte deles foi martirizada antes do ano 70.

e ao judaísmo. Por “judaizantes” deve se entender os cristãos de origem gentílica que seguiam determinados preceitos da lei mosaica e que achavam que a todos os outros cristãos deveriam, também, observar esses preceitos para serem considerados de fato cristãos. E como registra Selvatici: “Ao que parece, em vários casos tal judaização era exigida ou fortemente reivindicada por outros cristãos [dentre eles os judeu-cristãos]”<sup>31</sup>. Paulo já havia criticado os “judaizantes” em sua Epístola aos Gálatas.

Outros três escritos importantes do período dos Padres Apostólicos são: O Pastor de Hermas, a Didaqué (ou Doutrina dos Apóstolos) e a Carta de Barnabé. O Pastor de Hermas durante muito tempo foi considerada uma obra inspirada e, por isso, chegou a ser colocada por alguns cristãos da antiguidade como parte do cânon do Novo Testamento. Em vários trechos da supracitada obra o autor trata da assistência aos necessitados, mas em momento algum cita o dízimo como uma forma de ajuda.<sup>32</sup> Quanto a Didaqué, esse documento tornou-se conhecido pelos estudiosos após sua primeira publicação em 1883, pelo metropolitano grego de Nicomédia Monsenhor Filoteo Bryennios. Ele publicou sua cópia a partir do original grego datado de 1056. Após a publicação de Bryennios, outras versões parciais da Didaqué foram encontradas, inclusive dois fragmentos gregos datados do século IV ou começo do século V, que comprovaram que tal escrito era mais antigo do que se imaginava.<sup>33</sup> Hoje, os estudiosos concordam que

a Didaqué foi compilada no final do Período Apostólico entre os anos de 90 e 100, em alguma comunidade da Síria, da Palestina ou de Antioquia.<sup>34</sup>

Com a necessidade de estruturar e organizar as várias e crescentes comunidades cristãs no final do período apostólico, em um momento de transição da Igreja, surge um conjunto de regras eclesásticas conhecidas como Didaqué. Trata-se de instruções para rituais litúrgicos e convivência comunitária, além de um tratado de moral para quem desejasse fazer parte da comunidade cristã através do batismo. Mesmo com todas as suas regras, incluindo aquelas que tratam do ato de ajudar aos necessitados (cap. 4) e dos deveres da comunidade para com o sustento dos “profetas” (cap. 13), em nenhum momento a Didaqué cita o dízimo. No capítulo 13, por exemplo, os “profetas” devem ser ajudados com as “primícias”, que é diferente do dízimo. Segundo Kelly, ainda que a descrição das “primeiras frutas” citadas na Didaqué esteja de acordo com o texto de Números 18, tal descrição não faz referência ao dízimo.<sup>35</sup> Já Croteau, escreve que a Didaqué não faz referência ao dízimo, mas “afirmou o princípio de 1 Coríntios 9:14 de que os ministros têm o direito de viver dos evangelhos.”<sup>36</sup>

Já a Carta de Barnabé, é um escrito polêmico atribuído a Barnabé, um companheiro de Paulo, com o objetivo de conferir autoridade ao texto, e que data, provavelmente, entre anos 130 e 132.<sup>37</sup> Esse texto também é chamado de pseudoepígrafo, por ser um texto ao qual é atribuída uma falsa

<sup>31</sup> SELVATICI, Monica. *Construção de fronteiras entre o judaísmo e o cristianismo no Império Romano: os judaizantes e a retórica antijudaica no movimento cristão dos séculos I e II d. C. Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos*. Vitória, Espírito Santo, n. 1, jul/dez, 2013, p. 24. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/rom.v0i1.6251>.

<sup>32</sup> Cf. *O Pastor de Hermas* 17:1-6; 27:4-6; 38:10; 51:5-10.

<sup>33</sup> Cf. *DIDAQUÉ*. catecismo dos primeiros cristãos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 11.

<sup>34</sup> Ibid., p. 13.

<sup>35</sup> KELLY, Russell Earl. *Should the Church Teach Tithing? A Theologian's Conclusions about a Taboo Doctrine*. Lincoln: iUniverse, 2007, p. 253.

<sup>36</sup> CROTEAU, 2005, p. 9. (Tradução nossa).

<sup>37</sup> Cf. POTESTÁ; VIAN, 2013, p. 40.

autoria. Esse escrito mostra um antijudaísmo cristão iniciado desde muito cedo com as controvérsias judaico-cristãs ainda na época dos apóstolos. A intenção principal do autor dessa carta não é a de mostrar uma superioridade do cristianismo sobre o judaísmo, como fazem outros autores cristãos do primeiro século, mas, segundo Marques, o intento do autor da referida carta é o de “desconstruir a religião judaica”.<sup>38</sup> Também na carta em questão em nenhum momento o autor trata do dízimo. Aliás, ainda de acordo com Marques, quem escreveu a Carta de Barnabé defendia a tese de que a lei mosaica foi mal interpretada pelos judeus, e que pela idolatria foram preteridos por Deus como povo eleito. O sentido da lei deveria ser apreendido de uma hermenêutica alegórica e não literal, como faziam os judeus.<sup>39</sup>

#### **A conversão dos gentios ao cristianismo e a teologia paulina**

É certo que o movimento de Jesus surgiu como uma seita do judaísmo, tal como a dos fariseus e a dos saduceus, por exemplo; que Jesus e seus apóstolos eram judeus tementes a lei mosaica; e, como vimos anteriormente, o discurso de Jesus faz parte da estrutura do judaísmo do primeiro século. Essas informações nos sugerem que Jesus não tinha a pretensão de fundar uma religião, embora divergisse das interpretações das Escrituras judaicas feitas por outros grupos. Mas então, quem teria fundado o cristianismo? Para muitos historiadores não-cristãos o verdadeiro fundador do cristianismo foi Paulo e não Jesus.<sup>40</sup> Seja como

for, o que podemos afirmar de fato é que a teologia paulina influenciou profundamente o cristianismo, distinguindo-o do judaísmo desde cedo. Se para o judaísmo o povo eleito por Deus e herdeiro da promessa feita a Abraão era exclusivamente o judeu, para o paulinismo “não há judeus nem gregos, escravos ou livre, homem ou mulher [...]”, todos os que “estão em Cristo” fazem parte da descendência de Abraão e são herdeiros da promessa pela fé em Cristo.<sup>41</sup>

Foi a reinterpretação que Paulo, “apóstolo dos gentios”, fez da mensagem de Jesus, para atender as necessidades do grande número de gentios que se convertia ao novo movimento, que permitiu que ocorressem mudanças radicais na Igreja logo no início, delineando o cristianismo como uma nova religião. Para Paulo, a lei estava superada, abolida. Cristo é “o fim da Lei”, diz Paulo em sua Epístola aos Romanos (10:4). Sobre isso, escreve Flusser: “Uma das tarefas empreendidas pelo paulinismo e outros movimentos nos primórdios do Cristianismo foi a criação de um sistema ideológico baseado neste conceito de liberdade da Lei.”<sup>42</sup>

É provável que por isso Paulo não tenha ensinado o dízimo em suas comunidades, uma vez que o dízimo faz parte da lei, a qual na sua concepção havia sido abolida por Cristo. Para Paulo a “liberdade” é um princípio do evangelho, afirma Kelly.<sup>43</sup> Já para Moretsi, a lei do dízimo não foi abolida nem por Jesus nem pelos seus apóstolos, mas a maneira como se deve dar o dízimo foi enfatizada, principalmente por Paulo.<sup>44</sup> Ou seja,

<sup>38</sup> MARQUES, José da Cruz Lopes. *Considerações sobre a controvérsia judaico-cristã no pseudo-Barnabé*. Reverteo, São Paulo, v. 10, n. 17, jan/jun, 2016, p. 40. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/reverteo/article/view/26845>.

<sup>39</sup> Ibid., p. 33.

<sup>40</sup> VERMES, 2015, p. 74.

<sup>41</sup> Gálatas 3:28, 29.

<sup>42</sup> FLUSSER, David. *Jesus*. São Paulo: Perspectiva, 2010, p. 35.

<sup>43</sup> KELLY, 2007, p. 191.

<sup>44</sup> MORETSI, 2009, pp. 407, 408.

para o referido autor existe uma continuidade na lei. Contudo, Croteau, depois de ter examinado minuciosamente todas as passagens do Novo Testamento que fazem referência ao dízimo, conclui que em nenhuma delas defende-se uma continuidade do dízimo para o cristão, e nem as que tratam de doações podem ser vistas como uma defesa ao dízimo.<sup>45</sup>

De acordo com Vermes, ainda no século I a igreja gentia já havia se “divorciado de Israel”, e olhava para os judeus “como a representação de algo fundamentalmente hostil ao cristianismo”.<sup>46</sup> O judaísmo acabou por ser percebido por esses cristãos como algo oposto ao cristianismo. Essa controvérsia judaico-cristã remonta o período inicial do movimento dos nazoreus pouco tempo depois da morte de Jesus e pode ser notada no livro dos Atos dos Apóstolos 15, que trata do primeiro concílio ecumênico em Jerusalém que teve por objetivo resolver o impasse a respeito da observância da lei mosaica pelos gentios, mas que não teve êxito, pois, conforme nos diz Marques, reflexos dessa controvérsia podem ser notados na epístola de Paulo aos gálatas, onde o autor critica asperamente a ameaça judaizante, e, também, em outros escritos cristãos.<sup>47</sup>

Além de Paulo, outros autores neotestamentários seguem os contornos dessa polêmica em seus textos, como é o caso do autor de Hebreus, que apresenta sua defesa de que o sacerdócio de Cristo é superior ao sacerdócio levítico, e do apóstolo João, que em sua carta à igreja em Esmirna e

Filadélfia<sup>48</sup> cita a expressão “sinagoga de satanás”, provavelmente em referência a alguma seita judaica que perturbava a igreja em Esmirna.<sup>49</sup> E, como vimos anteriormente neste artigo, Inácio de Antioquia também tomou parte dessa polêmica quando criticou os judaizantes e o judaísmo em suas cartas. Em sua carta aos cristãos da igreja em Magnésia, capítulo 8, versículo 1, ao criticar os judaizantes, ele afirma que “se ainda vivemos segundo a lei, admitimos que não recebemos a graça”.<sup>50</sup> Já em sua carta aos cristãos em Filadélfia, capítulo 6, versículo 1, Inácio pede para que os cristãos desta cidade fujam do judaísmo, e diz: “Se alguém vos interpretar o judaísmo, não o escuteis, porque é melhor ouvir o cristianismo de um homem circuncidado do que o judaísmo de incircunciso”.<sup>51</sup> O autor faz uma clara separação entre cristianismo e judaísmo em seus textos.

Seguindo ainda mais nessa controvérsia, para o autor da Carta de Barnabé, que também tem a clara intenção de distinguir e separar o cristianismo do judaísmo, a Aliança entre Deus e os judeus fora rompida pelos próprios judeus, que segundo o autor não foram dignos dessa Aliança devido a idolatria. Em dado trecho de sua carta (4:6-8) ele escreve:

*[...] tomai cuidado para não ficardes como certas pessoas, que acumulam pecados, dizendo que a Aliança está garantida para nós. Claro que ela é nossa. Eles (os judeus) a perderam definitivamente, embora Moisés já a tivesse recebido. [...] Eles, porém, a perderam, por se terem voltado para os ídolos.*<sup>52</sup>

<sup>45</sup> CROTEAU, 2005, pp. 264, 265.

<sup>46</sup> VERMES, 2015, p. 80.

<sup>47</sup> MARQUES, 2016, p. 29.

<sup>48</sup> Apocalipse 2:8; 3:9.

<sup>49</sup> MARQUES, op. cit., p. 30.

<sup>50</sup> ANTIOQUIA, Inácio. Cartas. In: *Padres Apostólicos*. São Paulo: Paulus, 1995. (Patrística).

<sup>51</sup> Ibid.

<sup>52</sup> EPISTOLA DE BARNABÉ. In: *Padres Apostólicos*. São Paulo: Paulus, 1995. (Patrística).



Ainda que o cristianismo tenha surgido como uma seita do judaísmo, é notório, como vimos acima, que logo no início do cristianismo houve um rompimento traumático deste com o judaísmo. O afluxo de novos convertidos ao cristianismo, que eram principalmente de helenistas<sup>53</sup> e gentios, gerou essa tensão com os hebreus.<sup>54</sup> Dentre os motivos dessa tensão, Bogaz, Couto e Hansen citam duas queixas: a reclamação dos helenistas quanto a negligência no atendimento de suas viúvas pelos hebreus<sup>55</sup> e a exigência dos hebreus de que os gentios obedecessem a lei mosaica.<sup>56</sup> É aí que se destaca a importância da teologia paulina, que interessada na universalização do cristianismo, retira o peso da observância da lei para os cristãos, permitindo assim a conversão de um número cada vez maior de gentios ao cristianismo.

Atos dos Apóstolos 15:7-11 e a Epístola aos Gálatas 2 nos mostram que houve resistência na igreja de Jerusalém quanto a não observância da lei mosaica para os gentios defendida por Paulo.<sup>57</sup> Contudo, o número de gentios convertidos era tão significativo que na metade do século II a Igreja era formada predominantemente por esses gentios, enquanto os poucos judeu-cristãos “foram expulsos das sinagogas como hereges” e “estigmatizados pela Igreja dos gentios como não ortodoxos”.<sup>58</sup> Conforme afirma Flusser:

*“A ab-rogação das leis judaicas nos primeiros séculos da Igreja está relacionada ao fato de que,*

*já num estágio inicial, o cristianismo estava se transformando numa religião de não judeus.”<sup>59</sup>*

Um dado que é preciso destacar e que aponta a importância da conversão dos gentios para a transformação do movimento de Jesus é o de que os primeiros a serem chamados de cristãos, entre os anos 35 e 38, foram justamente os gentios da cidade de Antioquia.<sup>60</sup>

## Conclusão

Conclui-se, portanto, com base no estudo das fontes primárias dos cristãos dos primeiros séculos e na revisão bibliográfica realizada, que não existem indícios de uma prática ou ensinamento do

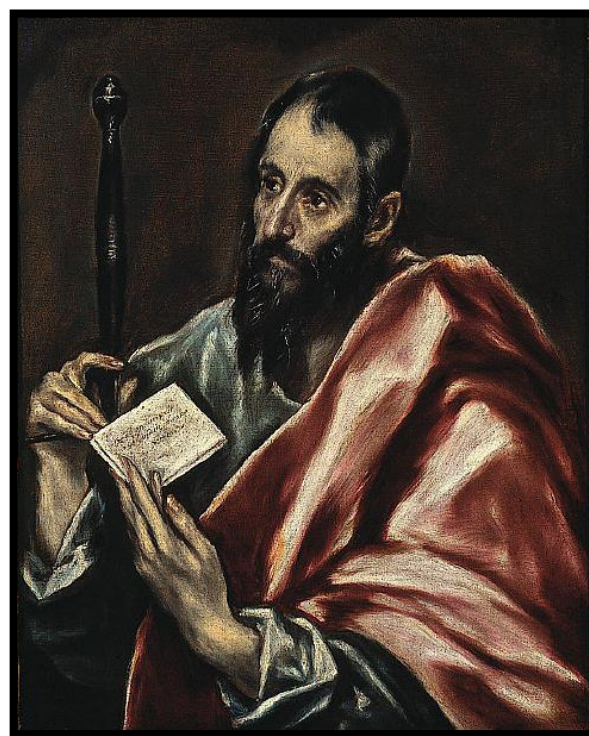


Imagem de São Paulo por El Greco

<sup>53</sup> Judeu-cristãos de língua e cultura gregas que haviam formado comunidades judaicas fora da Palestina após a diáspora forçada, primeiro em 586 AEC e depois de 70 EC.

<sup>54</sup> Judeu-cristãos de língua aramaica e cultura hebraica que faziam parte da comunidade judaica de Jerusalém.

<sup>55</sup> Atos dos Apóstolos 6:1-7.

<sup>56</sup> BOGAZ, Antônio S.; COUTO, Márcio A.; HANSEN, João H. *Patrística, caminhos da tradição cristã: textos, contextos e espiritualidade na tradição dos padres da igreja antiga, nos caminhos de Jesus de Nazaré*. [Livro eletrônico]. São Paulo: Paulus, 2014.

<sup>57</sup> Cf. EHRMAN, Bart D. *Evangelhos Perdidos: as batalhas pela Escritura e os cristianismos que não chegamos a conhecer*. Rio de Janeiro: Record, 2012, pp 149-151.

<sup>58</sup> FLUSSER, 2010, p. 55.

<sup>59</sup> Ibid., p. 51.

<sup>60</sup> Cf. POTESTÁ; VIAN, 2013, p. 15.

dízimo entre os cristãos da década de 30 do primeiro século ao ano 135. Conclui-se também que três fatores são importantes para explicar a inexistência do ensinamento e da prática do dízimo entre os cristãos nesse período. São eles: 1) a conversão ao cristianismo de um grande número de gentios, que não estavam familiarizados com o judaísmo, 2) a teologia paulina, que acabou, como vimos anteriormente, por revogar a lei mosaica para os cristãos, além de universalizar o cristianismo permitindo o afluxo cada vez maior de gentios na Igreja, e 3) o clima antijudaico existente no cristianismo primitivo, o que gerou muitos embates, durante séculos, de cristãos contra judeus.

No entanto, Malheiros, em seu artigo intitulado *O dízimo no período antenicense (100-325 d.C.)*, pp. 94, 95, 97, apresenta cinco possíveis motivos pelos quais os cristãos do ano 100 ao ano 325 não praticaram o dízimo, e, dentre tais motivos, dois nos parecem complementares aos que acima foram expostos. São eles: 1) “A expectativa escatológica” desses cristãos, que acreditavam na iminente volta de seu Cristo<sup>61</sup> e por isso viviam juntos e vendiam os bens que tinham a fim de suprir as necessidades dos menos afortunados<sup>62</sup>, e 2) “A inexistência de uma estrutura com custo de manutenção urgente”, ou seja, a inexistência de grandes templos e de “estrutura hierárquica profissional” as quais os cristãos precisariam sustentar com seus dízimos.

---

**Igor Farias Emerich** é Pós-graduando em Ciências da Religião pela Universidade Candido Mendes, Pós-graduado em História das Religiões pela Universidade Candido Mendes e Graduado em História pelas Faculdades Integradas Simonsen.

---

## Bibliografia

- A *BÍBLIA Sagrada*. Texto Bíblico: Revista e Atualizada no Brasil (ARA). 2 ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.
- ANTIOQUIA, Inácio. Cartas. In: *Padres Apostólicos*. Tradução: Ivo Storniolo e Euclides M. Balancin. 2 ed. São Paulo: Paulus, 1995. (Patrística)
- BOGAZ, Antônio S.; COUTO, Márcio A.; HANSEN, João H. *Patrística, caminhos da tradição cristã*: textos, contextos e espiritualidade na tradição dos padres da igreja antiga, nos caminhos de Jesus de Nazaré. [Livro eletrônico]. São Paulo: Paulus, 2014.
- BORG, Marcus J; CROSSAN, John Dominic. *A Última Semana*: Um relato detalhado dos dias finais de Jesus. Tradução: Alves Calado. Rio de Janeiro: Ediouro, 2010.
- BRUCE, F. F. *Merece confiança o Novo Testamento?* Tradução: Waldyr Carvalho Luz. 3 ed. rev. São Paulo: Vida Nova, 2010.
- BUDISELIĆ, Ervin. *The Role and Place of Tithing in the Context of Christian Giving - Part 2*, Zagreb, Croatia, v. 9, n. 1, maio, 2015. Disponível em: [http://hrcak.srce.hr/index.php?show=clanak&i\\_d\\_clanak\\_jezik=205979](http://hrcak.srce.hr/index.php?show=clanak&i_d_clanak_jezik=205979). Acesso em: 17 set, 2017.
- CHAMPLIN, R. N. *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, v. 4, São Paulo: Hagnos, 1991.
- CROTEAU, David A. *A Biblical And Theological Analysis Of Tithing*: Toward a theology of giving in the new covenant era. 2005. 336f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Southeastern Baptist Theological Seminary, Wake Forest, North Carolina. Disponível em: [http://digitalcommons.liberty.edu/fac\\_dis/17/](http://digitalcommons.liberty.edu/fac_dis/17/). Acesso em: 17 ago. 2017.
- DIDAQUÊ. catecismo dos primeiros cristãos. Prefácio, tradução do original grego e comentários de Urbano Zilles. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- EHRMAN, Bart D. *Como Jesus se tornou Deus*. Tradução: Lúcia Britto. São Paulo: Leya, 2014b.
- \_\_\_\_\_. *Evangelhos Perdidos: as batalhas pela Escritura e os cristianismos que não chegamos a conhecer*. Tradução: Eliziane Andrade Paiva. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Jesus existiu ou não?* Tradução: Anthony Cleaver. Rio de Janeiro: Agir, 2014a.
- \_\_\_\_\_. *O que Jesus disse? O que Jesus não disse?* Quem mudou a Bíblia e por quê? Tradução: Marcos Marcionilo. 2 ed. Rio de Janeiro: Agir, 2015.

<sup>61</sup> Cf. 1 Tessalonicense 4:15 e 1 Pedro 4:7.

<sup>62</sup> Cf. Atos dos Apóstolos 2:44-45; 4:32,35.

- EPÍSTOLA DE BARNABÉ.** In: *Padres Apostólicos*. Tradução: Ivo Storniolo e Euclides M. Balancin. 2 ed. São Paulo: Paulus, 1995. (Patrística)
- FLUSSER, David. *Jesus*. Tradução: Margarida Goldszajn. 1ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- \_\_\_\_\_. *O Judaísmo e as Origens do Cristianismo*: Os Manuscritos do Mar Morto e o Novo Testamento. Tradução: Reinaldo Guarany. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- KELLY, Russell Earl. *Should the Church Teach Tithing? A Theologian's Conclusions about a Taboo Doctrine*. Lincoln: iUniverse, 2007.
- MALHEIROS, Isaac. *O dízimo no período antenicense (100-325 d.C.)*. Reveleto, São Paulo, v. 10, n. 18, jun/dez, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleto/article/view/29224/21649>. Acesso em: 09 jul. 2017.
- MARQUES, José da Cruz Lopes. *Considerações sobre a controvérsia judaico-cristã no pseudo-Barnabé*. Reveleto, São Paulo, v. 10, n. 17, jan/jun, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleto/article/view/26845>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- MORETSI, L. *Tithing: an evaluation of the Biblical background*. Durbanville, South Africa, v. 43, n. 2, jul, 2009. Disponível em: <http://www.indieskriflig.org.za/index.php/skriflig/article/view/229>. Acesso em: 23 set. 2017.
- O PASTOR DE HERMAS.** In: *Padres Apostólicos*. Tradução: Ivo Storniolo e Euclides M. Balancin. 2 ed. São Paulo: Paulus, 1995. (Patrística)

- PAGANELLI, Magno. *Dízimo: o que é e para que serve o dízimo, sua história e função social*. São Paulo: Arte Editorial, 2010.
- POTESTÁ, Gian Luca; VIAN, Giovanni. *História do Cristianismo*. Tradução: Orlando Soares Moreira. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- SELVATICI, Monica. *Construção de fronteiras entre o judaísmo e o cristianismo no Império Romano: os judaizantes e a retórica antijudaica no movimento cristão dos séculos I e II d. C.* Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos. Vitória, Espírito Santo, n. 1, jul/dez, 2013, p. 24. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/rom.v0i1.6251>. Acesso em: 10 maio 2018.
- VAN RENSBURG, Reuben David. *Tithes And Offerings In The South African Context: The Bible And Reality*. 2002. 208f. Tese (Doutorado em Teologia) – Department of Practical Theology, University of Zululand, KwaZulu-Natal, South Africa. Disponível em: <http://uzspace.uzulu.ac.za/handle/10530/429>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- VERMES, Geza. *Jesus e o mundo do judaísmo*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.



Uma Bíblia manuscrita em latim, em exposição na abadia de Malmesbury, Wiltshire, Inglaterra. A Bíblia foi escrita na Bélgica em 1407 dC, para leitura em voz alta em um mosteiro.

## Artigo

# “¡VIVA LA ANARQUÍA!” DO DISCURSO À VIOLÊNCIA: PROPAGANDA PELO FATO NAS PÁGINAS DO PERIÓDICO *LA VOZ DE LA MUJER*. (BUENOS AIRES. 1896-1897).

Por Ingrid Souza Ladeira de Souza

**Resumo:** Este artigo é parte da dissertação de mestrado que vem sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO e tem como proposta analisar os conteúdos referentes a chama propaganda pelo fato publicados nos artigos do periódico *La Voz de la Mujer*. O periódico anarquista circulou em Buenos Aires, entre os anos de 1896-1897, e foi o primeiro jornal de mulheres para mulheres da América Latina. Os artigos sobre a propaganda pelo fato são parte de uma série de textos que abordam assuntos do anarquismo em geral, que tinham como objetivo pedagógico mostrar o olhar feminino no que se refere aos assuntos discutidos no movimento. Para as redatoras anarquistas, a propaganda pelo fato poderia ser um dos métodos utilizados para demonstrar a força que o movimento anarquista tinha, além de ajudar a propagar suas ideias e ideais. O jornal *La Voz de la Mujer* seguia a corrente do Comunismo-Anárquico, mas algumas de suas redatoras apoiavam ideias que usavam a violência como meio de ação.

**Palavras-chaves:** Anarquismo, Imprensa, Mulheres.

## Breves considerações sobre a propaganda pelo fato.

**P**olêmica entre os libertários, a propaganda pelo fato alcançou status após ser discutida sobre a possibilidade de ações mais efetivas no Congresso de Londres (1881), onde os anarquistas que defendiam a ideia encontraram respaldo em suas conclusões. O Congresso de Londres aconteceu nas dependências de uma taverna em Charrington Street, onde apareceram em torno de 45 delegados, representando cerca de 50 mil pessoas. Durante todo o Congresso os governos europeus

se mostraram preocupados a ponto de pensarem em barrar o encontro. (WOODCOCK, 2006, p.27).

Diversas teorias que estava em ascensão naquele momento foram discutidas durante o Congresso, deixando evidente a proliferação de correntes heterogêneas. A propaganda pelo fato, ou pelo feito e as formas de praticar a violência em prol da Revolução foram discutidas exaustivamente. Os participantes do Congresso chegaram a conclusão de que a violência seria algo inevitável, mas ainda não se tinha como uma ideia concreta de como seria essa nova vertente anarquista. O radicalismo



dessa violência ainda não estava bem delimitado e gerou diversos debates.

*[...] a diversidade de atitudes, que caracterizou os anarquistas no último século XIX, já era evidente no Congresso de Londres. Alguns pensavam em função da atividade conspiratória; outro, como Kropotkin, defendiam que um movimento revolucionário devia sempre resultar de uma vasta onda ascendente do meio do povo. A ideia da propaganda pela ação e os diversos aspectos da violência revolucionária receberam copiosa discussão. Parece ter havido acordo quanto à inevitabilidade geral da violência (para a corrente pacifista que ainda não entrara no movimento anarquista), mas suas formas mais radicais provocaram considerável debate. [...] (WOODCOCK, 2006, p.28-29).*

Os defensores da propaganda pelo fato têm como “missão” a prática de atentados contra tudo que representa o autoritarismo e a classe burguesa. O objetivo geral de seus autores seria a chamada *reapropriação* individual, o que significa a recuperação de propriedade privadas, que na opinião dos libertários seriam fruto de um roubo. O meio encontrado para se desapropriar e atingir as autoridades seria o terrorismo, considerando como um meio radical para atingir a sociedade considerada opressora.

*[...] o terrorismo é um meio muito mais radical de abater os dirigentes de uma sociedade considerada “corrupta”; é, portanto, a autêntica “propaganda pelo fato” recomendada pelo Congresso da Internacional realizada em Londres, em 1881.*

*Os jornais anarquistas divulgam então múltiplas receitas permitindo fabricar explosivos. Em julho de 1883, um grande jornal lionês, La Lutte, escreve:*

*Sob este título, “produtos antiburgueses”, colocamos sob os olhos de nossos amigos as matérias inflamáveis e explosivas mais conhecidas, as mais fáceis de manipular e preparar, em resumo, as mais úteis... É preciso que, para a próxima luta; cada um seja um pouco químico. [...] (HISTÓRIA DO ANARQUISMO, 2008, p.71).*

Inicialmente os atentados aconteciam sem uma conexão e eram praticados por uma pessoa específica, posteriormente passou a ser organizado por grupos que adotaram a ideia da propaganda pelo fato como estratégia de luta. Entre os anos 80 e 90 do século XIX, a corrente ficou robusta e se transfere da teoria para a prática real, elevando o modo de se praticar violência justificada pelo alcance da revolução.

*[...] a corrente da Propaganda pelo Fato toma corpo, e passa de simples idealização literária à corporificação da realidade trágica. O resultado concreto é o aumento assustador do número de atentados contra os representantes da burguesia e da nobreza, em todo continente europeu, e até nos Estados Unidos. Nestes anos surgem manifestações orais e escritas, que nos levam a avaliar determinados aspectos dessa corrente. Uma delas revela-se quando seus adeptos querem fazer crer que ela represente posição distinta da anarquia. Se a suposição, em parte, é verdadeira, de outro lado percebem-se nela resquícios acráticos e determinadas veredas defendidas pelos grupos anarquistas nesse fim do século. [...] (CARONE, 1994, p.40-41).*

Os atentados começaram a ser praticados a partir de 1881 até o ano de 1892; a maioria tratava-se de ações individuais e de pouca repercussão na imprensa e sociedade. As ações violentas seguiam determinado padrão de 1882 e 1894, quando ao fim desse último ano surgiu a figura de Ravachol<sup>1</sup>, que revolucionou a prática dos atentados. Ravachol participou de assaltos e explosões durante alguns anos até ser preso e executado, após sua morte as explosões se intensificaram. (HISTÓRIA DO ANARQUISMO, 2008, p.75).

O argumento principal das práticas dos atentados baseava-se na “defesa da violência individual”<sup>2</sup>, argumentando que as greves e lutas por melhores condições de vida e trabalho não eram eficazes e sem efeitos práticos, afirmando que somente a “greve-insurrecional” e as ações

<sup>1</sup> Mais sobre a vida e obra de Ravachol ver MAITRON, 1981.

<sup>2</sup> Certas ações eram praticadas por grupos.



individuais estão mais próximas da abolição das autoridades. (CARONE, 1994, p.41).



La voz de La mujer, Ano I, N° 1, Buenos Aires, 8 de Janeiro de 1896, Archivo Cedinci.

A perseguição aos praticantes desses atos e a própria desaprovação de diversos grupos anarquistas fizeram com que os atos de violência cessassem na Europa, principalmente na França. A crescente dos socialistas entre os trabalhadores, ganhando muitos votos nas eleições europeias de 1894 e as novas formas de luta encontradas pelos libertários também foram responsáveis pelo apaziguamento das ações.

A propaganda pelo fato na Argentina teve destaque na imprensa através dos periódicos

individualistas encabeçados pelo *El Perseguido*, mas expressos, também, por meio de jornais alinhados com essa corrente de violência, como *Casario* e *La Voz de Ravachol*, em homenagem ao famoso praticante da ação como meio de combate e ao insurrecionalista italiano Sante Caserio. Ambos os periódicos não tiveram mais do que três números. A corrente da propaganda pelo fato não teve muita adesão entre os grupos libertários na Argentina.

### Propaganda pelo fato sob olhar das mulheres.

O *La Voz de la Mujer*<sup>3</sup> aproxima-se dessa corrente de duas maneiras; a primeira maneira está relacionada com as redes criadas entre os grupos libertários, as redadoras do jornal feminino mantinham boas relações tanto como os jornais individualistas como os efetivamente alinhados com a corrente. A segunda maneira está intimamente ligada com as redes entre os grupos, trata-se da presença dos escritos de Pepita Gherra (Guerra) ao *La Voz de la Mujer*, a libertária possuía posições anti-organizacionistas, embora o jornal se proclamasse Comunista Anárquico, defendendo as greves e os caminhos que levavam à prática das ações violentas. Diversos artigos assinados por Pepita Gherra defendiam abertamente a propaganda pelo fato como meio de luta.

Segundo Vassallo cerca de 15% de todo conteúdo do periódico *La Voz de la Mujer*, entre artigos, crônicas, editoriais, notícias aproximavam-se com a corrente da propaganda pelo fato, analisando que esse caminho era o ideal para a

<sup>3</sup> Fundado em 08 de janeiro de 1896, o jornal publicou nove exemplares, tendo seu último exemplar publicado em 01 de janeiro de 1897. Sua tiragem variava entre 1.000 e 2.000 exemplares. O periódico teve sua periodicidade irregular, alternando muito entre os números. As formas de financiamento da folha funcionavam por meio de subscrição

voluntária das companheiras e companheiros. O lançamento do jornal *La Voz de la Mujer* realizava o desejo das redadoras de representar a voz feminina, mostrando para outras mulheres que elas não estavam sozinhas e que através do jornal teria uma voz de resistência contra o que as redadoras consideravam uma vida degradante e explorada.

conquista e consolidação da Revolução Social. (VASSALLO, 2008, p.72).

Os primeiros textos que mencionam o apoio às ações violentas foram publicados nos exemplares dos dias 31 de janeiro de 1896 e 18 de outubro de 1896, números três e sete respectivamente, ambos os textos são assinados por Pepita Gherra (Guerra). No exemplar do dia 01 de janeiro de 1897 (número nove) publicou-se o primeiro texto que analisa inteiramente a corrente da propaganda pelo fato e seus efeitos quando aplicados em resposta às ações governamentais. Trata-se do editorial do exemplar.

O editorial intitulado *¡Ante el cadalso...!* usa como exemplo uma situação ocorrida na Espanha para demonstrar como as atitudes do governo impactam os militantes na hora de tomar decisões de praticar os atos. O texto também defende que os adeptos do anarquismo professem ódio contra todos os exploradores da sociedade.

A introdução do editorial discorre sobre a situação política entre Espanha e Cuba. Em um texto publicado números antes as libertárias já haviam exposto sua opinião sobre os acontecimentos no processo de independência de Cuba, aproveitando para marcar sua posição antimilitarista. Diante dessa posição, as libertárias argumentam no editorial do exemplar de número nove que várias propagandas foram feitas a respeito do antimilitarismo e as consequências da guerra na vida de mulheres e homens.

*¡ Sí, ante el cadalso, en que los eunucos de las fieras encumbradas van a servirles con su legendaria mansedumbre la sangrenta ración de carne humana, venimos a alzar nuestra voz de protesta, nosotros los malditos de la vida, nosotros los proscritos del placer, nosotros los rebeldes sempiternos! La sanguinaria burguesía de España ha querido demostrar al mundo entero lo que valen para ellos las libertades de los pueblos, y he aquí cómo lo há hecho.*

*Historiemos: somos enemigos de las guerras, porque comprendemos que la única víctima de ellas es el pueblo. ¡Siempre el pueblo! Por eso cuando en España se anunció que iba a ser enviada a Cuba una remesa de (50.000) cincuenta mil obreros (usando la libertad de pensamiento) nos preparábamos por medio de periódicos, de reuniones y folletos, a hacer propaganda entre el pueblo para que éste se negara a ir a Cuba a morir como los perros. [...] (La Voz de la Mujer, 01 jan. 1897, p.145).*

As redatoras do *La Voz de la Mujer* se auto proclamam inimigas das guerras e compreendem que as verdadeiras vítimas estão na classe trabalhadora. Estima-se que 50 mil soldados seriam enviados para defender o Reino de Espanha em Cuba, a ação direta por meio da propaganda impressa e a organização de grupos para discussão foram os meios encontrados para tentar conscientizar os soldados-trabalhadores abdicarem da luta pela pátria.

Os manifestos lançados em periódicos, os folhetos e as reuniões foram de encontro com as ideias pregadas pelo governo espanhol, que impôs todo tipo de repressão aos libertários. Argumentando que se as formas de propaganda fossem minimamente livres, os soldados teriam adquirido algum tipo de consciência e recusariam a comparecer as chamadas para compor o pelotão destinado a lutar no front em Cuba. Seguindo as ideias antimilitaristas as redatoras afirmaram que os trabalhadores só são lembrados quando a pátria necessita de soldados para defender seus interesses.

Em uma campanha difamatória contra os anarquistas de toda Espanha e conhecendo a existência de correntes violentas dentro do movimento anarquista, o governo espanhol, segundo as redatoras, realizaram um atentado a bomba em uma rua de Barcelona no exato momento que acontecia um evento religioso. O objetivo do governo era convencer a população de

que os ideais e ideias anarquistas causavam problemas e assim o movimento anarquista ficaria enfraquecido e as propagandas contra a guerra ficaram desacreditadas.

*[...] comprendió el gobierno que si nos dejaba libres para hacer tal propaganda ningún soldado iría, dado lo cansado que estaba el pueblo, que empieza a comprender al fin que sólo tiene patria cuando se trata de morir por ella; y entonces el gobierno buscó el medio de impedir nuestro deseo. No atreviéndose a prendernos sin ningún pretexto, por el mal efecto que el conocimiento de la verdad haría al pueblo, imaginó un medio por el cual apareciera obrando con razón y con derecho, y he aquí cuál fue ese medio: Con uno de sus esbirros secretos mandó arrojar una bomba en la calle Cambios Nuevos (en Barcelona), en el momento en que pasaba una procesión religiosa y el resultado fue perfecto. El pobre pueblo cree, porque ellos se cuidan de hacérselo creer así, que los anarquistas tienen por único ideal la explosión, el incendio y el deguello; así que no le costó trabajo creer que los anarquistas eran los que habían hecho aquello. [...] (La Voz de la Mujer, 01 jan. 1897, p.145).*

Os anarquistas foram perseguidos pelas autoridades governamentais e pela burguesia, alguns acabaram sendo presos e outros fugiram. Os libertários presos foram julgados por tribunais militares, sob alegação do Estado que os tribunais civis não eram confiáveis. Os processos correram em segredo de justiça para que a imprensa e outros grupos libertários não descobrissem a farsa do atentado. As libertárias argumentam que enquanto todos estavam envolvidos nos processos dos anarquistas, os soldados foram enviados para lutar em Cuba.

A sentença dada condenou 28 anarquistas à morte e outros foram sentenciados para prisão e forçados a trabalhar em regime perpétuo. As libertárias afirmam que a população de toda Espanha começou a desconfiar da situação e se comoveu em torno do que ficou conhecido como *massacre dos anarquistas*. Em resposta aos ataques proferidos, os anarquistas que restaram praticaram

um outro atentado como uma forma de resposta, a exploração atingiu um bairro central de Barcelona. O objetivo era igualar as forças dos movimentos anarquistas e do governo. O Estado condenou à morte mais oito libertários e prendeu em regime perpétuo outros militantes. Sobre essa situação as libertárias diziam:

*[...] sirviéndoles la bomba de pretexto, se prendió en montón a los que se pudo, y los que no fueron presos, huyeron. Se los sometió a tribunales militares porque no tenían confianza en los civiles e hicieron que los debates del proceso fueran secretos, porque temían que el pueblo sospechara al pasteleo. Entre tanto salió la expedición de los soldados. Del proceso salieron condenados veintiocho anarquistas a muerte, y los demás hasta llegar a ciento, se los condeno al presidio y a trabajos forzados a perpetuo. ¡Y ahí tienen los obreros satisfecho al gobierno! Resultó sin embargo que el pueblo de Barcelona y el de España enterro se encontraba disgustado con aquella massacre de anarquistas, y entonces se apelo al consabido medio: se arrojó otra bomba en uno de los barrios más céntricos y, es claro, renació la indignación del pueblo y juzgó que aquella massacre era justa y volvió todo a la calma; y para mostrar que era magnánimo el gobierno, en vez de veintiocho se conforme con masacrar a ocho, condenando a los demás a presidio perpetuo. Ésta es la historia de los hechos. [...] (La Voz de la Mujer, 01 jan. 1897, p.145 - 146).*

O intuito das redatoras de *La Voz de la Mujer* em apresentar essas situações está relacionado com a possibilidade de mostrar para a sociedade que os libertários são reprimidos e odiados pelos governos para tentar destruir sua autoridade e exploração, aniquilar o poder do Estado de manipular, vingar e sacrificar toda classe trabalhadora. As anarquistas argumentam que os atos praticados pelos libertários espanhóis e de todo mundo são menos perigosos do que as teorias que o anarquismo prega. Argumentam que os anarquistas são odiados por suas ideias de futuro e de ação:

*[...] pero aun suponiendo que fuera obra de los anarquista la bomba arrojada en Cambios Nuevos ¿creen por ventura los obreros que se*

*precisa para arrojarla ochenta y siete de nuestros compañeros? Huelga la constestación. Lo que hay es que se teme a nuestras ideas y es a ellas a quien se quiere destruir. No se nos odia por nuestros hechos, sino por nuestras teorías. [...] (La Voz de la Mujer, 01 jan. 1897:146).*

Diante dos atos violentos praticados por anarquistas do mundo todo as autoridades policiais começaram a unir forças em busca de protocolos que determinassem a atuação frente a essa nova forma de lua política. A ideia dessas forças governamentais seria 66 construir todo um aparato policial e um discurso jurídico sobre o ser anarquista e o movimento em si. (MARTINS, 2014, p.3).

As forças governamentais não chegaram a um acordo sobre a melhor maneira de “combater” os militantes anarquistas, a queda de braço entre as autoridades envolveu não só as polícias e o judiciário, acabando por estender a diversas áreas como a psiquiatria, a antropologia criminal, de modo a tornar científica a identificação dos anarquistas. (MARTINS, 2014, p.4); (BENEVIDES, 2016, p.39).

Em razão do uso das chamadas *ações diretas* como estratégia de luta, o anarquismo passou a ser compreendido e estudado como um mal social que deveria ser decifrado e controlado. Inúmeros textos sobre o movimento libertário, inclusive de base “científica”, elaboraram uma série de críticas com o propósito de demonstrar sua improcedência, aberrações e seus erros. [...] <sup>4</sup> (BENEVIDES, 2016, p.39).

Durante esses processos de criminalização do movimento anarquista e do indivíduo militante surgiu a figura do médico italiano Cesare

Lombroso<sup>5</sup>, que lançou no ano de 1894 seu livro mais famoso *Gli Anarchici* (Os Anarquistas). Lombroso queria provar através da medicina que os anarquistas eram criminosos por excelência e que suas características morais e físicas eram de fácil reconhecimento das autoridades policiais.

*[...] nos textos lombrosianos, os anarquistas aparecem pela primeira vez a partir do livro O Home Delinquente, mas, em 1894, o médico italiano publicou um trabalho específico dedicado ao tema, o qual foi intitulado Gli Anarchici. Para Lombroso, os anarquistas, via de regra, eram “loucos ou criminosos”, uma vez que a defesa pelas ações revolucionárias propostas pelos libertários não passariam de rebeliões, sendo típicas ações patológicas de indivíduos doentes. Trata-se-iam as rebeliões, portanto, de um delito político, que aconteceria quando houvesse um esforço brusco e violento em prol de progresso. Lombroso, muito em razão de seu posicionamento político de tendência mais socialista reformista, defendia que o autêntico processo revolucionário de uma sociedade deveria se dar de forma lenta e preparada, o que diferenciaria a revolução da rebelião, sendo esta o exercício da loucura (do ponto de vista moral). [...] (BENEVIDES, 2016, p.40).*

Atacando as posições de repressão das autoridades espanholas e de todo mundo, as redatoras argumentam no texto que os atentados praticados sempre foram assumidos pelos militantes anarquistas, e servem como uma resposta às autoridades e suas atitudes de exploração e depreciação frente ao movimento anarquista. Segundo essas/esses anarquistas, a Propaganda pelo Fato serve para reafirmar suas ideias e enviar um recado a sociedade burguesa: Os militantes não cederam as pressões.

*[...] jamás hemos negado la paternidad de nuestros hechos, ni tampoco queremos negar que estamos conformes con las bombas y con otros procedimientos, porque comprendemos que la rebelión de hechos es la que puede como en todos tiempo en la lucha [...] [una y] mil veces, odiamos a muerte a los tiranos y para*

<sup>4</sup> Grifo original. Neste trabalho entendemos que ação direta não está relacionada necessariamente com as práticas violentas, mas também com a propaganda através da imprensa e da realização de conferências. Optamos por nos referir aos atos de violência como fruto da Propaganda pelo Fato.

<sup>5</sup> A figura de Lombroso aparece no *La Voz de la Mujer* algumas vezes; o periódico não publicou um artigo específico, porém, fez menções e comentários sobre o médico italiano na seção *Notas/Un poco de tudo*. Os comentários eram de caráter crítico às posições do italiano.

*compartirlos [todos los medios] nos parecen buenos y más desde que vemos los que con nosotros usan ellos. Ni libertad de pensar ni de escribir, ni de hablar ni de reunirse, de nada en fin, ninguna nos quieren conceder; bien hayan pues las explosiones para hacer comprender a los tiranos y a sus sostenedores que no estamos dispuestos a cejar en nuestro empeño.[...] (La Voz de la Mujer, 01 jan. 1897, p. 146).*

O artigo discorre também sobre as consequências desses atentados, dialogando com os que afirmam que essas práticas matam mais inocentes do que atingem as autoridades. Tentando fazer entender o texto dialoga com essas pessoas, justificando que arcam com as consequências disso, citando as leis de seleção natural de Darwin, objetivando entender que são prejudicados e condenados pelas autoridades policiais, mas também pelo trabalhador que ainda não conhece o anarquismo.

Os socialistas são vistos como “inimigos” segundo as redatoras; o ódio aos socialistas e aos burgueses reflete no ódio que os anarquistas alimentam contra esses dois grupos. Esse ódio alimenta a intenção de publicar cada vez, de editar folhetos, periódicos, essas publicações quando são descobertas pelas autoridades ameaçam a liberdade de seus redatores que se arriscaram para defender a liberdade de mulheres e homens que os julgam.

*[...] y a aquellos que nos acusan de que también matamos inocentes con nuestra explosiones, contestamos: loo sentimos; no es sin dolor que procedemos así, mas la ley de Darwin se impone, **somos los malditos**; desde el último polizone hasta el obrero estúpido, todos son contra nosotros; desde el más tonto socialista hasta el más encumbrado burgué, todos nos odian, ¿qué hemos de hacer pues, sino odiar? Y no obstante no odiamos, bien claro lo dicen los periódicos, folletos, etc., que a costa de miles sacrificios estamos editando continuamente y con peligro de nuestra libertad y hasta de nuestra vida, pues esos mismos obreros a quienes dedicamos nuestros esfuerzos son los primeros que nos traicionan cuando pueden, dada su estúpida*

*ceguera. No obstante nosotros no por eso los odiamos, los compadecemos y si alguno cae bajo los golpes de nuestro cólera vingadora, lo repetimos, somos los primeros en sentirlo, mas no por esse vamos a sacrificar por ellos nuestra vida. [...] <sup>6</sup> (La Voz de la Mujer, 01 jan. 1897, p.146).*

A expressão “somos los malditos” denota consciência de como são classificados e as autoridades governamentais e a sociedade burguesa. Essa ideia do anarquista como um ser “maldito” e até mesmo “indesejável” está relacionada com a construção de uma identidade, de uma imagem e de uma figura que tende a ser realmente “perigosa” por conta de suas teorias e opção de futuro frente as opções oferecidas pelo Estado à classe trabalhadora. Sobre essa concepção, Martins afirma:

*[...] a concepção, portanto, do anarquista “maldito”, “indesejável”, “perigoso” “antissocial”, sempre visto como mentor e promotor de ações contra a ordem social e política, acabou por se afirmar não só entre as elites dirigentes no país, mas no interior da própria sociedade, tornando o militante sempre suspeito pelas autoridades policiais e temido por parte da população, mobilizando todos no sentido da construção de uma ideologia antianarquista.[...] (MARTINS, 2014, p. 5).*

As/os anarquistas justificam suas ações afirmando que eles servem como base para punir aqueles que se sentem acima da lei e acima de outras mulheres e homens. Figuras como juízes que condenam e o fazem erroneamente, o general que mata indiscriminadamente nos campos de batalha e o Estado que comanda o general. Voltam a argumentar que as libertárias e libertários e todo movimento anarquista são julgados, odiados e condenados por suas ideias e não por suas ações violentas.

*[...] Por otra parte, los burgueses no vengan, al matarnos, la vida de esos que caen, porque si así fuera ¿quién matará al juez que basándose en su creencia y en su código condena a muerte a un*

<sup>6</sup> Grifo nosso.



*semejante? Nosotros también nos basamos en nuestras creencias. ¿Quién juzgará al general que sacrifica miles de hombres en un día en un campo de batalla? ¿Y al gobierno que manda a esos generales? ¿Es fuerza que esto concluya y ha de concluir, nosotros lo queremos y será! Conste, no obstante, que a nosotros los anarquistas se nos odia más por nuestras ideas que por nuestros hechos.[...] (La Voz de la Mujer, 01 jan. 1897, p.146).*

Para as libertárias a anarquia é uma lei natural do progresso humano. Encontrou na ciência moderna, na filosofia ocidental espaço para desenvolver suas ideias e teorias mais sólidas. Fazendo alusão ao assassinato de militantes por parte da burguesia, as/os anarquistas desafiam essas autoridades a matar mais libertárias e libertários. Usando palavras poéticas, as/os anarquistas proclamam contra seus algozes, os burgueses impuseram a lei do mais forte e a sociedade aceitou, perante essa situação os anarquistas lutam contra esse rolo compressor que explora e oprime trabalhadoras e trabalhadores.

*[...] ¡Hijos del dolor y la miseria, la miseria y el dolor han de empujarnos! ¡Queréis sofocar nuestras ideas! ¡Inútil pretender el que os afana! La anarquía por ley natural surgió al mundo y por ley natural sigue en su curso. En la moderna ciencia, en la filosofía, halló su cuna y la ciencia y el progreso son su ayuda y la miseria, el “ya estaba escrito” que la ayuda. ¡Derramad nuestra sangre cuanto podáis, mas cuidado no os ahoguéis en ella! Nuestra idea es el raudal tranquilo, que serpenteando por el bosque enmarañado de la vida atraviesa vales y colinas por ir a, cual arroyuelo plateado, a fecundar la yerma pradera. ¡Oponedle obstáculos y valas y en torrente assolador se trueca! Habéis chapuceado el límpido raudal de nuestra secula paciencia y hoy os disgusta el ver que revuelto se desliza.*

*Nuestra vieja estupidez mofasteis, insultando a vuestro antojo la doliente queja de nuestro duelo y de nuestra miseria: ¡buscado habéis con torpe y brutal mano el blanco cendal de nuestros inocentes sentimientos, nos hicisteis sufrir lo indecible, nuestro corazón habéis obscurecido entregándonos al turbulento mar de la miseria, donde inciertos vagábamos sin hoy y sin mañana, sin pan y sin amor, sin nada!... Nos hablasteis de la ley del fuerte y hoy que la aceptamos os espantáis ¡cobardes!...[...] (La Voz de la Mujer, 01 jan. 1897, p.147).*

Ao longo do texto percebemos o tom de ameaça contra a burguesia, os tiranos, os padres, juízes e todos os exploradores das trabalhadoras e trabalhadores, argumentando que o progresso e a justiça não tardam a chegar, pois formaram homens que anseiam pela justiça social, pelo bem do próximo, pelo internacionalismo, pela liberdade e pela igualdade.

*[...] hoy que la muchedumbre de los hambrientados en la negra tiniebla se prepara, azuzando sus odios vengadores, a lanzar contra vosotros las bélicas falanges de sus innumerables legiones, os espantáis ¡oh viles! ¡Humanicidas cobardes que esgrimiendo de un código infernal la ley tirana, obscureceis con los vapores de la sangre proletaria los limpios arreboles del mañana! ¡Mas no importa, proseguid como queráis; no está lejano el día en que surgiendo del fondo del abismo de miserias en que le habéis sumido, desborden con horrendo paroxismo las legiones de esclavos de la tierra y semejando a fantasmas del infierno, abortos de impiedad, ebrios de odio, revolviendo en las órbitas hundidas sanguínea la pupila de abrasante mirada, ardendo en sed de sangre y de matanza, hambrientos, traspasarán las lindes del cadalso, y cual si fueran rugientes aquilones que la espantosa tempestad traía con su crujiente látigo hostigara, agitando allá en lo alto los desgarrados girones de su rojo estandarte de pelea, recorriendo como avalancha formidable la faz inmensa del planeta Tierra, arrasarán los templos y de jueces, de frailes y canallas y de todos los infames que hoy la prueblan! Entonces, ésos que hoy son vuestro baluarte, sangrienta fuerza de vuestra fuerza ¡oh burguesía! pagarán con creces esta deuda. La pagaréis ¡oh policías, frailes y jueces! ¡La pagaréis en la ocasión primera! ¡No oís de todos los hogares del trabajador que en la miseria vive, alzarse la protesta de la próxima tormenta precursora? Pues bien: ese sordo clamor del oprimido, más terrible en su aparente calma os anuncia ¡vampiros insaciables! que se acerca la hora de justicia. Entonces ¡ay! de vosotros, cuál serán vanos vuestros códigos, vuestros verdugos y jueces vanos. Y...después por las amplias vías del progreso vivirán cual anhelamos los hombres, sin fronteras, como hermanos, sin tener baldón mugriento de reyes y sin tener más leyes que el amor y la equidad.[...] (La Voz de la Mujer, 01 jan. 1897, p.147-148).*

Ao fim do artigo a frase “Esto es lo que teníamos que decir **Los anarquistas**” aparece como o remetente desse texto que pode servir de

incentivo a individualistas, antiorganizacionistas e qualquer outra mulher ou homem anarquistas, ou corrente que pretende praticar atos de violência contra o sistema. O artigo publicado no periódico *La Voz de la Mujer* dirige-se a todos da sociedade, principalmente, para aqueles que sentem revolta ao ver condenadas mulheres e homens que lutavam e lutam em prol de uma sociedade transformada pelo projeto anárquico.

### Finalizando...

Ao analisar os artigos que versam sobre a propaganda pelo fato presentes no periódico *La Voz de la Mujer* percebemos o teor crítico das libertárias em relação ao Estado e seus braços opressores. Para as redatoras e os anarquistas praticantes desses atos tais ações não se configuram como uma violência; a violência maior está relacionada com as atitudes dos exploradores (Estado, Sociedade, Igreja).

O uso da violência aumentava o número de seguidores do movimento ao redor do mundo, onde homens e mulheres de diferentes correntes anarquistas explodiam bombas em locais estratégicos das grandes metrópoles. As adeptas e adeptos da corrente individualista eram os principais praticantes dos atos, esses homens e mulheres não estava relacionado com nenhum tipo de grupo ou sindicato e lutavam sozinhos por todas as causas do anarquismo.

Empenhado em propagar esse método, o periódico *La Voz de la Mujer* adquiria assim, uma forte função de estimulador de ações, principalmente entre as mulheres, tornando-se não só um veículo de combate, mas um espaço de troca entre essas mulheres e homens.

**Ingrid Souza Ladeira de Souza** é Mestranda em História pelo PPGH/UNIRIO (Bolsistas Mestrado- Nota 10 FAPERJ) e Graduada em História pela Universidade Unigranrio. Vínculo Institucional: PPGH/UNIRIO

### Referências.

#### Periódicos utilizados

*La Voz de la Mujer*, Buenos Aires- 1896-1897.

### Bibliografias.

- BENEVIDES, Bruno. "Anarquista, um profissional do crime": Uma aproximação entre as concepções lombrosianas sobre o anarquismo e os discursos do deputado Adolpho 121 Gorde sobre as leis de expulsão de estrangeiros (1907-1913). *Revista História e Cultura*, Franca, v.5, n.3, dez., 2016.
- CARONE, Edgard. Propaganda pelo Fato. *Revista Novos Rumos*, Marília, SP, v.9, n.23, 1994.
- HISTÓRIA DO ANARQUISMO. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Faísca: Imaginário, 2008.
- MARTINS, Angela Maria Roberti A rebeldia e a arte dos "malditos" anarquistas. *Revista Concinnitas*, Rio de Janeiro, v. 01, nº24, set., 2014.
- VASSALLO, Alejandra. "Sin Dios y sin Jefe". Políticas de género en la revolución social a fines del siglo XIX. BRAVO, María C.; PITA, Valeria. (orgs). *Historias de luchas, resistências y representaciones. Mujeres en la Argentina, siglos XIX y XX*. Tucumán: Ed. de la Universidad Nacional de Tucumán, 2008.
- WOODCOCK, George. História das ideias e movimentos anarquistas. Porto Alegre: L&PM, 2006.



## Artigo

# VISÕES DO JORNAL O PAIZ SOBRE A GREVE GERAL E A INSURREIÇÃO ANARQUISTA DE 1918

Por Bruno de Lino Mendes

**Resumo:** Este artigo trata de uma insurreição anarquista e uma greve geral na cidade do Rio de Janeiro, que ocorreram no mesmo dia, 18 de novembro de 1918. Abordaremos aspectos destes dois movimentos e investigaremos as conexões entre os insurretos e grevistas. Demonstraremos as causas do fracasso desta insurreição anarquista, que é originada do pouco apoio que os anarquistas obtiveram da sociedade. Além disso, mostraremos as visões do jornal *O Paiz* sobre a insurreição e a greve geral: ao passar apenas a visão das autoridades, o periódico acabou por legitimar uma repressão aos dois movimentos.

## A greve geral de 1918

No dia 18 de novembro de 1918, entre 15 e 16 horas, trabalhadores têxteis, metalúrgicos e da construção civil entraram em greve. Segundo Nébias,<sup>1</sup> cinco associações estavam envolvidas nesta greve: a União dos Operários em Fábrica de Tecidos (UOFT), a União Geral dos Metalúrgicos (UGM), a União Geral da Construção Civil (UGCC), o Centro dos Operários em Pedreiras (COP) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT).

As reivindicações eram por melhores condições de vida e trabalho. Algumas destas demandas, constavam em uma declaração da UOFT:

- 1º) oito horas diárias de trabalho;
- 2º) fixação de salário mínimo para os adultos;
- 3º) nenhum tecelão trabalhará com mais de dois teares comuns;
- 4º) não deverão ser admitidos menores de 14 anos;
- 5º) licença com vencimentos de dois meses às mulheres, um antes, outro depois do parto;
- 6º) abolição das lançadeiras que requeiram o esforço da aspiração para funcionar;
- 7º) aumento para os contramestres proporcional ao aumento para os tecelões;
- 8º) abolição de todos os descontos nos salários dos operários (ADDOR, 2002, p.112)

O motivo da greve não deixa dúvidas: estes trabalhadores estavam exigindo melhorias. Não havia nenhuma aspiração revolucionária aparente em suas demandas, pretendiam apenas medidas

<sup>1</sup> NÉBIAS, 2009



Operários e anarquistas marcham portando bandeiras negras pela cidade de São Paulo na greve de 1917.

trabalhistas que os atendessem satisfatoriamente, tais como as oito horas de trabalho e um salário mínimo.

Para compreender o porquê da greve, devemos analisar o contexto da época. Havia uma forte recessão causada pela Primeira Guerra Mundial e que mobilizou a classe operária a uma rotina de greves em cidades como Niterói, Rio de Janeiro e São Paulo. Durante os anos de 1917 e 1920, houve uma intensa atividade operária por melhores condições, ligadas ao custo de vida. Segundo Leandro Konder,<sup>2</sup> neste período ocorreram mais de 200 greves no Rio de Janeiro e São Paulo.

O período da Primeira Guerra Mundial (1914-18) foi de grande dificuldade para os trabalhadores no Brasil. O país passou por uma recessão econômica e por uma enorme elevação do custo de vida. A alta dos preços relaciona-se, segundo Carlos Augusto

Addor,<sup>3</sup> ao aumento da exportação de gêneros alimentícios aos países do bloco aliado na Primeira Guerra. Em relação à carestia, Lima Barreto afirmou para o jornal *O Debate*, em setembro de 1917:

*"As várias partes do nosso complicadíssimo governo se tem movido para estudar e debelar as causas da crescente carestia dos gêneros de primeira necessidade à nossa vida. As greves que têm estalado em vários pontos do país muito têm concorrido para esses passos do Estado. Entretanto, a vida continua a encarecer e as providências não aparecem (...) O açúcar por exemplo que descera de preço nesses últimos anos, é um caso típico de ladroeira capitalista, da mais nojenta. Os usineiros e seus comparsas, comissários, etc. (...) no intuito de esfolarem a população nacional ou residente no Brasil, descobriram que o melhor meio de o fazerem era vender grandes partidas para o estrangeiro, pela metade do preço por que as vendem aqui (...)"*<sup>4</sup>

Através do trecho acima, vemos a preocupação do governo com o aumento do custo de vida e como a

<sup>2</sup> KONDER, 2003

<sup>3</sup> ADDOR, 2002

<sup>4</sup> ADDOR, 2002, p.56



venda de produtos agrícolas para os países aliados afetou diretamente os preços no Brasil.

É importante também frisar que os operários tinham pouca margem de negociação. Apesar do crescimento industrial brasileiro na fase da Primeira Guerra Mundial, a classe operária não obteve vantagens trabalhistas.

Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, tal fator tem a ver com a pouca especialização do operariado. Para o autor, apesar do crescimento industrial, o país praticamente não tinha uma indústria de base, sendo que

*“a metalurgia era muito limitada, e a mecânica reduzida a montagem, a fabricação de material agrícola ou de uma pequena variedade de aparelhos”.<sup>5</sup>*

A pouca necessidade de especialização na indústria de base facilitou a pouca receptividade dos industriais a demanda dos operários e o emprego de “fura-greves”. Quando analisamos a greve geral de 1918, vemos como tal afirmação é correta. Das associações grevistas, apenas o COP parecia ter um relacionamento mais democrático com os patrões. Prova disso, foi a Comissão Central de Melhoramentos, que colocava em contato direto os trabalhadores do COP e os representantes dos patrões.<sup>6</sup>

Outro ponto que ensejou a greve foi a epidemia de *influenza* no Rio de Janeiro em 1918. Segundo Addor,<sup>7</sup> esta gripe prejudicou enormemente as condições de vida da população, com vários adoentados e mortos na cidade. Nébias descreve como a *influenza* contribuiu para o contexto da greve:

*“No dia 30 de outubro, a UOFT encaminhou um ofício ao Centro Industrial. Neste, ela reivindicava um abono de 30% no salário dos operários parados por causa da epidemia, a dispensa dos aluguéis das casas de propriedade das indústrias e o retorno do funcionamento das fabricas por 56 horas semanais. No dia 9 de novembro, os industriais, que haviam se reunido no Centro Industrial, informaram que não poderiam atender às reivindicações da UOFT, devido à conjuntura recessiva e a existência de grande quantidade de produtos estocados.”<sup>8</sup>*

Segundo Addor,<sup>9</sup> a greve redundou num extremo fracasso. A polícia, associando muitos destes operários aos insurretos que no mesmo dia tentaram tomar o Palácio do Catete e instaurar um sistema anarquista no Brasil, atuou de forma excessivamente repressiva. Em 20 de novembro de ano de 1918, por exemplo, o chefe de polícia fechou a UOFT, a UGM e UGCC, por conter elementos anarquistas. No dia 30, a UOFT pediu aos operários que retornassem ao trabalho, sem que eles tivessem as suas reivindicações atendidas.

Nébias,<sup>10</sup> ao investigar as associações grevistas, defende que não houve um fracasso geral. O COP, diferentemente dos outros sindicatos, conseguiu resultados satisfatórios, como a jornada de trabalho de oito horas e o aumento dos seus vencimentos. Segundo o autor, os operários do COP foram beneficiados pelo relacionamento mais democrático com seus patrões.

Ao analisarmos, portanto, a greve geral de 1918, vemos que ela obteve alguns ganhos. Alguns trabalhadores, como os do COP, utilizaram estratégias mais integradas ao sistema vigente<sup>11</sup> e viram parte de suas reivindicações serem atendidas,

<sup>5</sup> PINHEIRO, 1975

<sup>6</sup> NÉBIAS, 2009

<sup>7</sup> ADDOR, 2002

<sup>8</sup> NÉBIAS, 2009, p.184

<sup>9</sup> ADDOR, 2002

<sup>10</sup> NÉBIAS, 2009

<sup>11</sup> Conforme já explicitado anteriormente, o COP buscava um diálogo mais direto com os empregadores, através da Comissão Central de Melhoramentos, composta de trabalhadores da referida associação e de patrões. In NÉBIAS, 2009.



como a jornada de trabalho de oito horas diárias e uma tabela de salários<sup>12</sup>.

### A Insurreição Anarquista de 1918

No mesmo dia da greve geral de 1918, ocorreu um levante anarquista. Centenas de pessoas, às 17 horas, se reuniram no Campo de São Cristóvão. A polícia já tinha informação do que ocorreria no Campos de São Cristóvão, e por isso mandou a população se dispersar. Os operários não atenderam aos pedidos dos policiais e começaram a gritar “Não pode!”. Começou então a confusão: tiros entre policiais e os trabalhadores, e bombas de dinamite foram lançadas em alguns lugares. O tumulto só terminaria com reforços da 10ª Brigada Policial e o exército.

Os insurretos tinham pretensão de tomar o poder e instalar um sistema anarquista no país. Estes homens acreditavam que os soldados encarregados da repressão ao movimento passariam para o lado dos insurretos, e em seguida os ajudariam a atacar vários estabelecimentos do governo. O plano final, segundo Addor,<sup>13</sup> era tomar o Palácio do Catete, depor o presidente e instalar o Conselho de Operários e Soldados.

Sem dúvida, o sucesso da Revolução Russa de 1917 incitou os insurretos. Para estes homens, esta revolução demonstrou que era possível derrubar poderes conservadores e estabelecer regimes de cunho socialista em outras partes do mundo. Alexandre Samis<sup>14</sup> também demonstra que a instabilidade política com a doença do presidente Rodrigues Alves, além da conjuntura recessiva,

aumentou a crença de que a revolta seria um sucesso.

Segundo Addor,<sup>15</sup> o fracasso da revolta se deve, principalmente, a um espião, o tenente Ajus, que se infiltrou no movimento e relatou aos policiais os planos dos insurretos. As autoridades já sabiam dos planos libertários e de todos os detalhes relativos a consecução.

Não descartamos que a entrada de Ajus como espião auxiliou a polícia a desbaratar o movimento anarquista. Pensamos, porém, que este não foi o fator principal para o malogro da insurreição anarquista. O motivo principal foi o pouquíssimo apoio de setores da sociedade ao movimento anarquista. Neste sentido, vemos com ceticismo a afirmação de Sheldon Maram,<sup>16</sup> que argumenta que o fato do movimento não ter buscado apoio de outros setores da sociedade redundou no fracasso da insurreição. Era muito remota a possibilidade de os insurretos obterem auxílio de outras camadas sociais, pois havia uma forte campanha na mídia contra os anarquistas. Estes libertários eram taxados de “terroristas” e elementos agitadores. Para estes meios de comunicação, a polícia deveria reprimir os anarquistas, pois eram elementos que influenciavam perigosamente a ordem do operariado nacional. Esta propaganda negativa contra os anarquistas parece ter surtido um efeito muito considerável sobre a opinião pública. Seleccionamos alguns trechos de *O Paiz* que denotam tal visão dos anarquistas:

*“Aos operários forneça, quanto antes, os meios legais de se defenderem contra os maos patrões. Aos anarquistas applique o governo os methodos severos a que todas as sociedades civilizadas recorrem para reprimir os attentados dos que procuraram modificar, pelo emprego da*

<sup>12</sup> NÉBIAS, 2009

<sup>13</sup> ADDOR, 2002

<sup>14</sup> SAMIS, 2004

<sup>15</sup> ADDOR, 2002

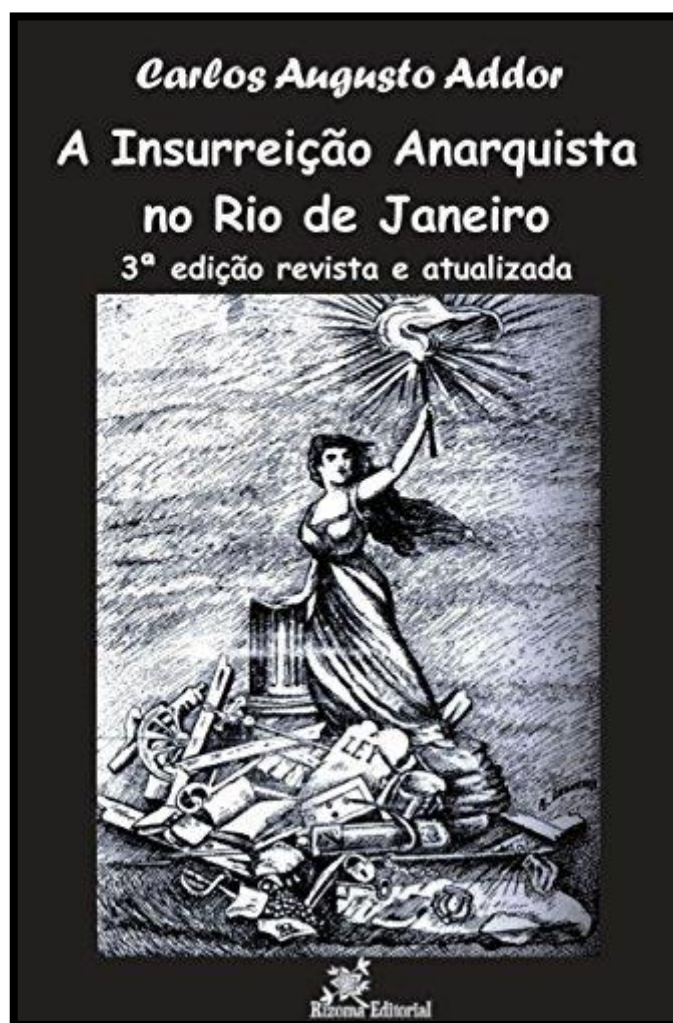
<sup>16</sup> MARAM, 2009

*violência, a ordem das coisas estabelecidas.” (O Paiz, 21 de novembro de 1918, p.3).*

Devemos, também, levar em conta o caráter extremamente conservador da sociedade brasileira. Mesmo com toda a propaganda que os anarquistas procuravam fazer, o Brasil era uma república elitista e recém-saída de um regime escravocrata. A opinião pública, de acordo com Maria Efigênia Resende<sup>17</sup>, em sua maioria, era dominada pelo pensamento das classes dominantes.

A insurreição obteve consequências negativas e positivas para a classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que aumentou a repressão ao movimento operário depois da greve, colocou em pauta a questão de leis trabalhistas ao operariado.

Segundo Lená Medeiros de Menezes,<sup>18</sup> uma destas consequências foi a deportação de muitos estrangeiros sem o devido cuidado com os procedimentos legais. Muitos nacionais foram enviados para as colônias penais no interior do Brasil.



Sheldon Maram afirma sobre a legitimação da repressão após a insurreição anarquista:

*“O governo utilizou a revolta como pretexto para tomar posição contra todo o movimento operário. Invadiu escritórios de sindicatos, fechando alguns. A União Geral dos Trabalhadores, que substituiu a FORJ, foi dissolvida, e muito líderes operários foram presos ou forçados a fugir. A revolta trouxe outra consequência: apoiou mais tarde acusações de conspirações que se usaram para reprimir o anarquismo e o movimento operário”.*<sup>19</sup>

Lená Menezes (MENEZES, 1996) frisa

que apesar das repressões, algumas leis trabalhistas foram votadas nos anos 20, e, mais tarde, o estado cuidaria para cooptar os sindicatos.

A associação entre os grevistas e os insurretos foi pouco discutida, com exceção do trabalho de Wellington Nébias, intitulado *A greve geral e a insurreição anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores*.<sup>20</sup>

Ao tratar desta associação entre grevistas e insurretos, Carlos Augusto Addor,<sup>21</sup> baseia-se nos relatórios policiais para decretar uma suposta ligação dos operários grevistas com a revolta

<sup>17</sup> RESENDE, 2013

<sup>18</sup> MENEZES, 1996

<sup>19</sup> MARAM, 1979, p.95-96

<sup>20</sup> NÉBIAS, 2009

<sup>21</sup> ADDOR, 2002

anarquista. Não há, porém, nas pesquisas de Addor, uma investigação mais aprofundada sobre esta conexão.

A ótica de Nébias<sup>22</sup> sobre a ligação entre os dois movimentos nos parece a mais acertada. O autor atesta que os anarquistas participavam dos sindicatos expondo suas ideias e ganhando adeptos para seus ideais. Havia dentro dos sindicatos espaços para palestras e estudos de variados temas. Alguns operários das associações participantes da greve também aderiram a insurreição de forma espontânea. A conexão entre os grevistas e os revoltosos, porém, é menor do que a polícia pensava. Prova disto é o número reduzido de operários que participou da insurreição anarquista, apenas algumas centenas entre os militantes anarquistas.

### Visão do jornal *O Paiz* sobre a insurreição anarquista e a greve geral de 1918

Nosso interesse no jornal *O Paiz* surgiu por sua ótica conservadora. Marialva Barbosa,<sup>23</sup> por exemplo, frisa este conservadorismo e narra as conexões que o jornal estabeleceu com as autoridades. O público do periódico, segundo a autora, era composto de estudantes, profissionais liberais e políticos.

Em todas estas matérias, o jornal procura descrever os insurretos como elementos perigosos, que devem ser controlados pela polícia de uma forma enérgica. Medidas repressivas são justificadas pelo jornal como forma de trazer a ordem. O caráter conservador do jornal é explicitado pelas versões sobre a greve: não há uma visão das camadas populares sobre os dois

movimentos, somente de órgãos do estado ou das classes dominantes.

*O Paiz* redigiu no dia 21 de novembro uma declaração do chefe de polícia, Aureliano Leal. Neste documento, ele justifica o fechamento de associações grevistas:

*"O acto da autoridade policial fechando hontem a séde de três associações operárias, inspirou-se em motivos de segurança pública. Os operários de tecidos, numa minoria despótica que domina, por meio de ameaças, a grande maioria da classe, foram os principaes auxiliares dos dynamiteiros que pretenderam assaltar a Intendência da Guerra para estabelecer na capital da República o truculento regimen dos 'soviets'." (O Paiz, 21 de novembro de 1918, p.6).*

O trecho acima é esclarecedor, pois demonstra a legitimação do jornal à repressão aos grevistas e aos insurretos. O periódico não se preocupa em entrevistar nenhum insurreto, nem mesmo algum membro "pacífico" do operariado. A visão repressiva imposta pelo chefe de polícia é a única exposta pelo jornal.

*O Paiz* publica na edição de 23 de novembro, uma declaração do ministro de justiça. Mais uma vez, nenhum operário é entrevistado pelo jornal:

*"Numa greve promovida pela referida Federação Operária, greve que tomou largas proporções e trouxe a cidade em grande pânico, resolvi fechá-la. Mais tarde surgiu uma outra associação com o nome de União Geral de Trabalhadores do Rio de Janeiro, e, segundo a polícia apurou, em inquérito, ella reproduz a Federação: fôco de anarquistas, dentro de propaganda das chamadas idéas libertarias, e, consequentemente, de subversão da ordem jurídica e legal.(...) Agora mesmo, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, a União dos Metallurgicos e a União Geral dos Operários em Construção Civil, atiraram-se ás aventuras de uma greve violenta, devido á propaganda da associação anarquista, a que me refiro." (O Paiz, 23 de novembro de 1918, p.6).*

<sup>22</sup> NÉBIAS, 2009

<sup>23</sup> BARBOSA, 2005

Vimos, portanto, que o jornal *O Paiz* legitimou uma repressão tanto aos grevistas, quanto aos insurretos, expondo visões de membros do aparelho do estado e das classes dominantes. Não houve a devida atenção em expor a visão do operariado grevista e muito menos dos insurretos sobre os fatos ocorridos no dia 18 de novembro.

## Conclusão

Este artigo teve como objeto a visão do jornal *O Paiz* sobre a greve geral e a insurreição anarquista de 1918.

Primeiramente analisamos aspectos da greve geral de 1918, para em seguida, esmiuçar detalhes da insurreição anarquista. Após o estudo dos dois movimentos, procuramos conexões entre estes dois atos. Chegamos à conclusão de que não havia uma ligação tão profunda entre os dois movimentos, como a polícia supôs. Alguns grevistas participaram da insurreição anarquista. Nesta parte, também discutimos algumas causas do fracasso da insurreição anarquista. Houve várias causas, como as falhas de organização do movimento e a entrada do tenente Aju, que atuou como espião da polícia, mas o principal fator para o malogro deste ato foi o pouco apoio que os anarquistas obtiveram da sociedade.

O último ponto do trabalho dedicou-se a expor a visão do jornal *O Paiz* sobre a greve geral e a insurreição anarquista. Mostramos que o jornal atuou com uma ideologia mais voltada aos ideais das classes dominantes e que, por isso, o periódico acabou por legitimar uma repressão aos grevistas e insurretos.

---

**Bruno de Lino Mendes** É graduado em História pela UGF, pós-graduado *Lato Sensu* em Gestão Educacional na UCB e mestre em História pela UNIVERSO. É professor do estado e do município do Rio de Janeiro.

---

## Bibliografia

- ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. 2ªed. São Paulo: Achiamé, 2002.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa (1800-1900)*. MAUAD, 2005.
- CARONE, Edgar. *Classes sociais e movimento operário*. Ática, 1989.
- KONDER, Leandro. *História das ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). *História da Imprensa no Brasil*. Contexto, 2008.
- MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996
- NÉBIAS, Wellington Barbosa. *A greve geral e a insurreição anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores*. 2009. 220f. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFRJ, Rio de Janeiro.
- PINHEIRO, Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1975.
- RESENDE, Maria E.L. de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A.N. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930 (vl.1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, 6 ed.
- SAMIS, Alexandre. *Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil*. In COLOMBO, Eduardo, et al. *História do movimento operário revolucionário*. Imaginário/Expressão & Arte, 2004.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ªed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

## Periódico consultado

Jornal *O Paiz* (novembro de 1918)

Coluna:



## ***O ADUBAMENTO DE CAVALARIA NO FILME CRUZADA***

*Por Ives Leocelso Silva Costa*

**Resumo:** O filme *Cruzada* (2005), dirigido pelo britânico Ridley Scott, narra as aventuras de Balian de Ibelin, retratado como um ferreiro francês e filho bastardo de um barão cruzado. Balian é adubado na jornada para Jerusalém e acaba por tornar-se líder de sua defesa durante o cerco feito por Saladino em 1187, durante o qual nomeia cavaleiros os combatentes da cidade. Este artigo pretende analisar estes dois eventos distintos, apresentados como momentos de elevação de homens comuns à “nobreza”. Através de discussão historiográfica e análise de fontes, o adubamento de Cavalaria demonstrado no filme será contrastado com sua forma histórica da Idade Média Central.

**Palavras-chave:** Cavalaria. Cruzadas. História e Cinema.

### **Introdução**

A Cavalaria medieval distingue-se por seus aspectos políticos, sociais, culturais e ideológicos: é uma confraria de guerreiros de elite, associados à nobreza, com a qual muitas vezes se confunde; possui uma ética própria, uma cultura de honra onde o

comportamento cavalheiresco e a reputação são primordiais; é detentora de equipamentos e *status* que distinguem os cavaleiros dos demais combatentes, mesmo que montados; e é idealizada



alcança patamares míticos através da literatura e da trova.<sup>1</sup>

A princípio, os cavaleiros eram servidores armados recrutados pelos senhores locais entre a população; adubar – ou investir – significava, então, entregar as armas para o combate. A partir do século XII, contudo, os adubamentos tornam-se mais elaboradas, com a inserção cada vez mais forte da Igreja, que desejava limitar a violência dos *milites* buscando-lhe incutir uma ética cristã (proteger as mulheres, os clérigos e os desarmados).<sup>2</sup>

É neste contexto que ocorrem as expedições militares e religiosas conhecidas coletivamente como as Cruzadas. Unindo ao mesmo tempo o ideal cristão de salvação e redenção dos lugares santos com o espírito bélico da aristocracia medieval, as Cruzadas se apresentam como um fenômeno complexo e multifacetado. Ainda que não trate de uma expedição específica, o filme *Cruzada*<sup>3</sup> se situa neste período, tendo como plano de fundo os Estados Latinos do Oriente e sua luta contra Saladino.



Compreendemos, concordando com José D'Assunção Barros<sup>4</sup>, que a análise de um filme tem muito a revelar sobre a época em que foi feito, mas pouco ou nada sobre o período que retrata. Não tentaremos, contudo, utilizar *Cruzada* como fonte histórica, somente utilizá-lo como ponto de partida para contrapor a percepção contemporânea da investidura na Cavalaria e seu significado com aquela presente nas historiografia e nas fontes medievais.

### O Adubamento de Balian como Cavaleiro e Barão de Ibelin

*Cruzada*<sup>5</sup> apresenta uma versão altamente ficcionalizada de Balian II de Ibelin, senhor cruzado de origem francesa. O Balian histórico era de família nobre, figura política atuante no Outremer, casado com a rainha Maria Comnena de Jerusalém e, à altura do Cerco de Jerusalém, um guerreiro de meia idade e pai de vários filhos.<sup>6</sup>

O filme nos traz um Balian (Orlando Bloom) consideravelmente mais jovem e de origem humilde: ferreiro viúvo e (sem seu conhecimento) filho único e

<sup>1</sup> FLORI, Jean. *A Cavalaria*. São Paulo: Madras, 2005. passim.

<sup>2</sup> Ibid., p. 24-25.

<sup>3</sup> *Kingdom of Heaven*, "Reino do Céu", no original.

<sup>4</sup> BARROS, José D'Assunção. Cinema e História: As Funções do Cinema como Agente, Fonte e Representação da História. *Ler História*, Lisboa, n. 52, p. 127-159, 2007.

<sup>5</sup> *CRUZADA*. Direção: Ridley Scott. Produção: Scott Free Productions, Inside Track, Studio Babelsberg Motion e Pictures GmbH. [S.l.]: 20th Century Fox, 2005. 1 DVD (145 min). Título original: Kingdom of Heaven.

<sup>6</sup> RUNCIMAN, Steven. *História das Cruzadas vol. II: O Reino de Jerusalém e o Oriente Franco, 1000-1187*. Rio de Janeiro: Imago, 2002. passim.

bastardo do fictício Godfrey de Ibelin (Liam Neeson). O encontro com seu pai muda o curso de sua vida; após uma altercação em que mata o padre de sua vila, Balian parte para a Terra Santa em busca de redenção.

No caminho para Jerusalém, Godfrey entra em conflito com o senhor local em defesa de Balian e é ferido com uma seta. O ferimento se agrava e, próximo à morte, o nobre investe seu filho cavaleiro e barão de Ibelin.

Em uma câmara de aparência solene, cercado por cavaleiros hospitalários, Godfrey ordena que seu filho se ajoelhe-se, entrega-lhe o anel com o sinete de Ibelin e o conduz em juramento - exortando as virtudes de um bom cavaleiro – após o qual o esbofeteia. Em seguida entrega-lhe sua espada, que repousa como que em um altar, e um hospitalário (David Thewlis), que faz as vezes de padre, comanda que Balian se erga como cavaleiro e barão. Balian assiste a tudo bestificado, tendo sido chamado às pressas e sem aviso.

**Tabela 1:** Juramento de adubamento de *Cruzada* x Ritual de Adubamento do Século XII

Juramento de Adubamento de Cruzada	Ritual de Adubamento do Século XII
<p>“Não tenha medo ao encarar os inimigos. Seja corajoso e correto para que Deus te ame. Fale sempre a verdade, mesmo que isso te leve à morte. Proteja os indefesos e não aja injustamente. Esse é o seu juramento. E isto é para que se lembre” (<i>Godfrey esbofeteia Balian</i>).<sup>7</sup></p>	<p>“Quanto a ti, agora que tu estás a ponto de ser feito cavaleiro, lembra desta palavra do Espírito Santo: ‘Valente guerreiro, cinge tua espada’ (=Ps. 45:4); essa espada é de fato a do Espírito Santo, que é a Palavra de Deus. De acordo com essa imagem, sustenta então a Verdade, defende a Igreja, os órfãos, as viúvas, aqueles que oram e aqueles que trabalham, ergue-te prontamente contra aqueles que atacam a Santa Igreja, a fim de que possas surgir coroado, na presença do Cristo, armado com o gládio da Verdade e da Justiça.”<sup>8</sup></p>

Há nesta cena dois elementos distintos: o investimento de autoridade e poder nobiliárquico e a sagração de cavaleiro.

A entrega das armas, principalmente a espada, como símbolo de poder é testemunhada desde o período Franco. Flori<sup>9</sup> e Keen<sup>10</sup> relatam como Luís, aos

<sup>7</sup> *CRUZADA*. Direção: Ridley Scott. Produção: Scott Free Productions, Inside Track, Studio Babelsberg Motion e Pictures GmbH. [S.l.]: 20th Century Fox, 2005. 1 DVD (145 min). Título original: Kingdom of Heaven.

<sup>8</sup> Apud FLORI, Jean. *A Cavalaria*. São Paulo: Madras, 2005. p. 44.

<sup>9</sup> *Ibid.*, passim.

<sup>10</sup> KEEN, Maurice. *Chivalry*. New Haven; London: Yale University Press, 1984. passim.

três anos de idade, recebeu de seu pai Carlos Magno uma espada adaptada para sua idade como representação de sua herança a um ducado. Entretanto, tal evento deveria ser público, pois o fator essencial era a visibilidade da transmissão de autoridade. Uma cerimônia privada não atenderia tais fins.

Por outro lado, Flori afirma que

*“a cavalaria não é, nos séculos XI e XII, uma confraria honorífica igualitária na qual se entra por meio de uma investidura promocional que seria a colação de um título ou de um grau honorífico. É a entrada em uma profissão, a corporação dos guerreiros de elite”<sup>11</sup>.*

Nomear Balian cavaleiro, portanto, não seria necessário para o reconhecimento de seu *status* aristocrático, apenas para elevá-lo ao nível dos guerreiros montados de elite, algo que não era naquele momento.

Uma cerimônia de adubamento um pouco distinta e de forte teor religioso é descrita por Ramon Llull:

*O escudeiro, diante do altar, deve ajoelhar-se, e que levante seus olhos a Deus, corporais e espirituais, e suas mãos a Deus. E o cavaleiro deve cingir-lhe a espada, para significar castidade e justiça; e, como significado de caridade deve beijar seu escudeiro e dar-lhe uma bofetada para que se lembre disso que prometeu e do grande cargo a que se obriga e da grande honra que recebe pela ordem de cavalaria.<sup>12</sup>*

Há algumas semelhanças com a cena de *Cruzada*, principalmente a bofetada, mas param por aí. Em *O Livro da Ordem da Cavalaria*, Lull, pensador catalão franciscano do século XIII, determina que o pretendente à cavalaria (escudeiro de família nobre que há anos praticava e se preparava para isso), deve se confessar e fazer vigília antes do adubamento, que

será precedida por uma missa e concluída com uma festa.<sup>13</sup>

Porém, é necessário frisar que Llull não descreve em sua obra como os adubamentos aconteciam, mas como acreditava que *deveriam* acontecer. Trata-se de uma tentativa da Igreja de aproximar-se da cavalaria e de lhe inculcar valores cristãos, numa tentativa de diminuir sua violência e trazê-la para o domínio eclesiástico: “Para tentar inculcar em todos os cavaleiros uma ética que lhes seja própria e geral, a Igreja elaborou para sua investidura rituais que retomam em grande parte a ideologia que ela propunha desde sempre aos reis e que ela tenta ampliar agora para o conjunto da classe guerreira”<sup>14</sup>.

Conforme afirmam Zierer e Messias:

*“O Livro da Ordem de Cavalaria propõe elementos de transformação comportamental dos cavaleiros, pautados nos valores cristãos, visando um modelo possível de convivência com todas as ordens, para que os combatentes cumpram com os seus deveres de utilizar as armas para proteger os construtores da Igreja, o rei e os indefesos de todo mal que possa desestruturar a paz da sociedade feudal.”<sup>15</sup>*

### O Adubamento dos Combatentes no Cerco de Jerusalém (1187)

Tendo obtido destaque por suas virtudes de cavaleiro e o favor do povo, Balian assume o comando de Jerusalém após a pesada derrota das forças cristãs na Batalha de Hattin. Antagonizado pelo Patriarca da cidade (John Finch) – com quem na realidade trabalhou em conjunto<sup>16</sup> – que afirma que não podem defendê-la sem cavaleiros, Balian comanda todos os soldados e homens capazes de carregar armas que se

<sup>11</sup> FLORI, op. cit., p. 39.

<sup>12</sup> LLULL, Ramon. *O Livro da Ordem da Cavalaria* (c. 1274-1276). Trad. Ricardo da Costa. São Paulo: Editora Giordano, 2000. p. 73.

<sup>13</sup> LLULL, Ramon. *O Livro da Ordem da Cavalaria* (c. 1274-1276). Trad. Ricardo da Costa. São Paulo: Editora Giordano, 2000. passim.

<sup>14</sup> FLORI, Jean. *A Cavalaria*. São Paulo: Madras, 2005. p. 44.

<sup>15</sup> ZIERER, Adriana; MESSIAS, Bianca. O Mundo da Cavalaria do Século XIII na Concepção de Ramon Llull. *Roda da Fortuna*, Barcelona, v. 2, n. 2, p. 128-154, 2013. p. 151.

<sup>16</sup> RUNCIMAN, Steven. *História das Cruzadas vol. II: O Reino de Jerusalém e o Oriente Franco, 1000-1187*. Rio de Janeiro: Imago, 2002. p. 397 et. seq.

ajoelhem e repete o ritual realizado por seu pai, escolhendo como alvo do tapa o servo do Patriarca, que assim sai de sua condição de servidão e atinge o novo *status* de cavaleiro.

Runciman afirma que: “Uma vez que havia apenas dois cavaleiros na cidade, Balian consagrou cavaleiros todos os rapazes acima de dezesseis anos nascidos de família nobre, além de trinta membros da burguesia”<sup>17</sup>. De fato um adubamento em massa aconteceu, o que não era incomum no Outremer no século XIII. De acordo com Keen:

*“Na Terra Santa um número de novos cavaleiros foram criados nas vésperas da batalha de Ramleh, em 1101, e Orderic descreve como Cecília, esposa de Trancredo de Antióquia, investiu Gervásio Brito, Haimo, visconde de Dol e ‘um número de outros escudeiros’ nas vésperas de uma batalha em 1119.”*<sup>18</sup>

Porém, essa investidura não elevava o novo cavaleiro à nobreza, como ressalta Flori:

*“Nos séculos XI e XII, quando ‘investir’ significava ‘armar um homem para fazer dele um cavaleiro’, investia-se muitas vezes na véspera de uma batalha para se dispor de mais homens a cavalo. Nos séculos XIV e XV, fazia-se isso mais frequentemente depois da batalha que antes dela, recompensando, com a outorga de um título honorífico, os nobres guerreiros a cavalo que combateram bem.”*<sup>19</sup>

É preciso destacar, portanto, a diferença entre os adubamentos do século XII e dos séculos XIV e XV, estas sim equivalentes a um verdadeiro título de enobrecimento, conforme já observava Marc Bloch em seu clássico *A Sociedade Feudal*:

*“Por vezes, o rei usava do seu direito para recompensar, no campo de batalha, segundo o antigo hábito, algum acto de bravura: assim fez Filipe, o Belo, em favor de um carneiro, na noite de Mons-en-Pevèle. Na maior parte das vezes, porém, era na intenção de reconhecer antigos*

*serviços ou uma situação social proeminente. O acto não permitia apenas criar um novo cavaleiro; como a aptidão para a investidura se transmitia, por sua natureza, de geração em geração, simultaneamente ele fazia surgir uma nova linhagem de cavaleiros.”*<sup>20</sup>

É o que afirma também Aguiar: “A cerimónia de investidura tinha, portanto, o poder de elevar alguns homens ao estamento aristocrático, desde que estes se tivessem demonstrado valorosos no serviço aos seus senhores: reis, infantes ou grandes aristocratas”<sup>21</sup>. Transformar servos em aristocratas, mais ainda sem terem sido provados em batalha, não estava, portanto, dentre os poderes de um barão do século XII, não importa o quão virtuoso fosse.

## Conclusão

Como depreendido dos comentários à obra de Ramon Llull, a criação de uma cavalaria idealizada, através da qual se ingressa por uma cerimônia rica de espiritualidade e transformação pessoal, é paralela à existência da própria cavalaria. De acordo com Flori:

*“O valor moral e religioso da investidura não se reforçou, todavia e podemos até considerar a formação de ordens laicas de cavalaria, no decorrer do século XIV, como uma tentativa de devolver à cavalaria um lustro moral que aos olhos de muitos ela havia perdido. [...] Uma cavalaria mítica, idealizada, sempre foi, segundo a palavra de S. Painter, apenas um ‘doce sonho’”*<sup>22</sup>.

Este “doce sonho” continua a povoar o imaginário ocidental, contudo, aparecendo não só em filmes como *Cruzada*, mas em diversos romances, séries de TV e games. Ao analisar este fenômeno, Bonet e Style constataram que:

*“Parte da atração que contos de cavaleiros de armadura brilhante exercem na imaginação contemporânea é a maneira pela qual eles*

<sup>17</sup> Ibid., p. 398.

<sup>18</sup> KEEN, Maurice. *Chivalry*. New Haven; London: Yale University Press, 1984. p. 80.

<sup>19</sup> FLORI, Jean. *A Cavalaria*. São Paulo: Madras, 2005. p. 46.

<sup>20</sup> BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 358.

<sup>21</sup> AGUIAR, Miguel. “Fazer Cavaleiros”: As Cerimónias de Investidura Cavaleiresca no Portugal Medieval (Séculos XII-XV). *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Santiago de Compostela, ano LXII, n. 125, p. 13-46, dez. 2015. p. 20.

<sup>22</sup> FLORI, op cit., p. 47.

*encarnam valores tradicionalmente associados com a masculinidade, como bravura, espírito de luta, força física e moral, valores que não são tão facilmente expressos em cenários contemporâneos. O cavaleiro também incorpora uma dimensão espiritual, em suas ações individuais e como membro de uma classe, em contraste com o materialismo que frequentemente se vê impregnar todas as ações na sociedade contemporânea.”<sup>23</sup>*

Neste sentido, o imaginário medieval se faz mais atual do que nunca, como afirma Le Goff<sup>24</sup>, e permanece tocando os anseios e aspirações de homens e mulheres contemporâneos.

---

**Ives Leocelso Silva Costa** é Mestrando em História (PROHIS-UFS), Bolsista da CAPES e Integrante do Grupo de Pesquisa *Dominium: Estudos sobre Sociedades Senhoriais* (CNPq-UFS)

---

## REFERÊNCIAS

### Fontes Fílmicas

**CRUZADA.** Direção: Ridley Scott. Produção: Scott Free Productions, Inside Track, Studio Babelsberg Motion e Pictures GmbH. [S.l.]: 20th Century Fox, 2005. 1 DVD (145 min). Título original: Kingdom of Heaven.

### Fontes Impressas

**LLULL, Ramon.** *O Livro da Ordem da Cavalaria (c. 1274-1276)*. Trad. Ricardo da Costa. São Paulo: Editora Giordano, 2000.

### Bibliografia

- AGUIAR, Miguel. “Fazer Cavaleiros”: As Cerimónias de Investidura Cavaleiresca no Portugal Medieval (Séculos XII-XV). *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Santiago de Compostela, ano LXII, n. 125, p. 13-46, dez. 2015.
- BARROS, José D’Assunção. Cinema e História: As Funções do Cinema como Agente, Fonte e Representação da História. *Ler História*, Lisboa, n. 52, p. 127-159, 2007.
- BONET, Maria; STYLE, John. Utopia and the Middle Ages in Popular Culture: A Reading of Ridley Scott’s Kingdom of Heaven. *Spaces of Utopia*, Porto, n. 5, p. 55-93, 2007.

BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.

FLORI, Jean. *A Cavalaria*. São Paulo: Madras, 2005.

\_\_\_\_\_. Cavalaria. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (org.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval vol. I*. Bauru: Edusc, 2006. p. 185-199.

KEEN, Maurice. *Chivalry*. New Haven; London: Yale University Press, 1984.

LE GOFF, Jacques. *Heróis e Maravilhas da Idade Média*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

RUNCIMAN, Steven. *História das Cruzadas vol. II: O Reino de Jerusalém e o Oriente Franco, 1000-1187*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

SCHNEIDER, Letícia Ferreira. A Mulher e a Espada: Uma Visão Cinematográfica das Mulheres Medievais. *Revista Tempo de Conquista*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 1-17, jul. 2010.

ZIERER, Adriana; MESSIAS, Bianca. O Mundo da Cavalaria do Século XIII na Concepção de Ramon Llull. *Roda da Fortuna*, Barcelona, v. 2, n. 2, p. 128-154, 2013.




---

<sup>23</sup> BONET, Maria; STYLE, John. Utopia and the Middle Ages in Popular Culture: A Reading of Ridley Scott’s Kingdom of Heaven. *Spaces of Utopia*, Porto, n. 5, p. 55-93, 2007. p. 73.

<sup>24</sup> LE GOFF, Jacques. *Heróis e Maravilhas da Idade Média*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. passim.



Coluna:



## ***O MECANISMO: LIBERDADE DE EXPRESSÃO OU DISCURSO POLÍTICO***

*Por Rafael Garcia Madalen Eiras*

**A** série da Netflix “O Mecanismo” (2018) estreou no dia 23 de março de 2018 no serviço de streaming como uma dramatização do início da operação “Lava Jato”. E já em sua primeira semana de exibição causou uma imensa polêmica acerca de como sua narrativa lida com a mistura de fatos inventados e fatos aceitos como verdadeiros. Parte desse breve artigo, então, tentar entender essa fronteira entre a liberdade

criativa no tratar dos eventos baseados numa suposta verdade, e do uso da ficção como uma forma de naturalizar um discurso político, tendo como ponto de partida o que o seriado apresenta em sua estrutura narrativa.

A arte cinematográfica tem como uma de suas principais características – a da impressão de realidade – uma poderosa ferramenta de dominação cultural onde as ideologias, “usadas



para ocultar as realidades profundas da vida política.” (Heywood, 2010, p.15), poderiam ser espalhadas pelo mundo. É essa ideologia, também presente através do discurso cinematográfico e seu fetiche de realidade, que vai alicerçar todas as forças e movimentos que buscam uma “verdade” e por tanto, levar ao espectador uma visão de mundo produzida de forma a ser aceita e incorporada como natural.

Porém, nos dias de hoje, o filme é considerado como documento histórico, permitindo que ele seja lido e interpretado pelo historiador através de uma contra análise da sociedade que o produz, como afirmou Marc Ferro em sua clássica obra “Cinema e História” (FERRO, 1992), quebrando essa corrente ideológica, ao perceber que as mensagens que o filme produz estão além de sua estrutura diegética, podendo ser lidas como um texto, ou um discurso histórico, ao mesmo tempo que também é uma ficção. (ROSESTONE, 2010).

O diretor e produtor carioca José Padilha, um dos idealizadores da série, também participou de “Narcos” (2016), outra série do Netflix, e dirigiu os longas metragens de ficção “Tropa de Elite” (2007)

e “Tropa de Elite 2” (2010). Além de ter tido uma conturbada experiência em Hollywood na refilmagem do clássico de ficção científica “Robocop” (2012), e ter começado sua carreira de longa metragens com o documentário “Ônibus 174” (2002).

As suas obras, exceto a experiência norte americana por se tratar de um filme de ficção científica e estar no contexto de outro país, trabalham uma estreita ligação com uma suposta realidade social do Brasil, sempre inspiradas em fatos verídicos. Suas narrativas mantêm uma relação duvidosa entre a credibilidade dos fatos e a invenção através de um naturalismo onde a violência, que não se apresenta como o hiper-realismo existente nos filmes de ação norte americano, nem na experimentação estética do cinema de autor, é chave mestra dos conflitos e dramas narrados. Gerando filmes de extremo potencial comercial e que dialogam diretamente e de forma generalista com o público.

O enredo da primeira temporada do seriado “O Mecanismo” apresenta dois personagens principais, Marco Ruffo (Selton Mello) um

delegado aposentado da Polícia Federal obcecado pelo caso, e sua aprendiz, Verena Cardoni (Carol Abras). Os dois mergulham em uma das maiores investigações de desvio e lavagem de dinheiro da história do Brasil, que mais tarde vai ser nomeada de “Lava Jato”.

No entanto, o mais impressionante na produção não é o seu enredo, ou sua estética - o roteiro não deixa de ser uma sucessão de clichês das próprias obras anteriores de Padilha, e o aparato técnico em que é produzido, uma superprodução para os padrões brasileiros, deixa a desejar em vários momentos. Para o crítico de cinema, professor e editor do site “Cinema em Cena” Pablo Villaça: (FORUM, 2018)

*“Apesar de considerar Padilha um grande cineasta, a série, a despeito de ser conservadora e de direita – com todo o direito de fazer isso – é muito ruim. “O Mecanismo” tem um roteiro muito pobre, a narração do Selton Melo tem momentos em que não se consegue entender nada, a mixagem é problemática, enfim, tem vários problemas sérios.”*

Mas o que chama atenção é como a obra parece ser ingênua, ou pelo contrário, extremamente didática, ao mostra uma forçada relação com a realidade através de uma sucessão de referências, quase óbvias demais, de fatos e personagens, junto a um fraco discurso sobre os acontecimentos narrados não serem a realidade – ilustrado pela cartela que inicia cada episódio e diz que todos os eventos e fatos apresentados seriam baseados livremente em fatos reais. Forte indicio é que a obra faz questão do espectador identificar os personagens com suas versões na realidade, quase que como um jogo, criando a inegável certeza de que tudo o que acontece pode ser achado na vida ordinária.

Desta forma, figuras importantes do universo político e econômico, como o ex-presidente Lula e ex-diretores da Petrobras, a ex-presidente Dilma, o doleiro Alberto Yousseff, são retratados com nomes fictícios, mas que são facilmente reconhecidos pelo espectador.

*“Em um momento onde o país está dividido politicamente, a série assume que o personagem inspirado no ex-presidente Lula sabia de tudo e comandava o esquema, colocando, inclusive, a já discutida fala do senador Romero Jucá sobre “estancar as sangrias” em sua boca. Questionado, Padilha disse que essa é uma discussão “boboca” e, em outros países, provavelmente esse fato não será relevante. Porém, como nós brasileiros estamos diretamente ligados com a Lava Jato (uma investigação que acontece até os dias de hoje), colocar uma fala tão marcante quanto a de Jucá na boca de outra pessoa acaba como um desserviço ao espectador.” (GOMES, 2018)*

Aliado ao momento político que o país vive, dividido entre dois extremos – uma direita extremista e uma esquerda descentralizada – e o fato dos eventos apresentados serem tão próximos historicamente ao momento atual, há uma leitura pertinente sobre a obra: A de que ela produz um discurso intencionalmente político. Padilha disse durante a coletiva para divulgação do seriado que, em sua visão, a discussão entre direita e esquerda é cega pois, independente de quem estiver no poder, vai fazer parte do mecanismo. Durante a evolução dramática dos episódios em toda a temporada, ele vai exemplificar essa tese através da narrativa, tentando desta forma desvincular seu roteiro as questões políticas e partidárias.

No entanto, neste caloroso momento de estreia da série, a ex-presidente Dilma se pronunciou através de seu site e divulgou um texto que criticava Padilha (ROUSSEFF, 2018):

*A série “O Mecanismo”, na Netflix, é mentirosa e dissimulada. O diretor inventa fatos. Não reproduz “fake news”. Ele próprio tornou-se um criador de notícias falsas. (...) Ele mente, distorce e falseia. Isso é mais do que desonestidade intelectual. É próprio de um pusilânime a serviço*

*de uma versão que teme a verdade. (..)como se recriassem no cinema os últimos momentos da tragédia de John Kennedy, colocando o assassino, Lee Harvey Oswald, acusando a vítima. Ou Winston Churchill acertando com Adolf Hitler uma aliança para atacar os Estados Unidos."*

Padilha se pronunciou de uma forma bem rápida e visceral afirmando num artigo da Folha de São Paulo que "O Mecanismo é uma obra-comentário. Na abertura de cada capítulo está escrito que os fatos estão dramatizados, se a Dilma soubesse ler, não estaríamos com esse problema" (FERREIRA, FIARATTI, 2018). Ele ainda continua em entrevista para o site Observatório de Cinema (CIMINO,2018):

*"Essa turma não entendeu que a série é uma crítica ao sistema como um todo e não a esse ou àquele político ou a qualquer grupo partidário. Por isso se chama "O Mecanismo". Assim, misturar falas ou expressões de um político-personagem que o público pode confundir quem falou não tem a menor importância, pois são todos parte do sistema. É esse mecanismo que queremos combater."*

Ao tentar naturalizar a tese de que tanto Direita como Esquerda no Brasil são a mesma "coisa", Padilha que é abertamente anti-P.T, tenta apagar as idiossincrasias e direcionamentos históricos de ambos os lados. Onde historicamente a Esquerda estaria sempre pensando em aspectos sociais e humanitários e a Direita mais voltada para as questões de mercado. Mesmo que ambos os lados tenham figuras políticas acusados e até condenados por desvio de dinheiro público, esse discurso acaba por esvaziar a consciência política de quem desavisadamente crê fielmente nos fatos descritos na obra.

A roteirista Antônia Pellegrino criticando firmemente essa postura do diretor ainda acrescenta (FORUM, 2018):

*"O grande perigo da cabeça política de Padilha é que ele monta um time de craques, capazes de potencializar ao máximo sua tese ingênua, arrogante e perigosa. Mecanismo é tosco como*

*visão de mundo, mas é muito bem feito. Entre elenco e membros da equipe estão amigos queridos, profissionais que admiro e respeito. Estão todos brilhando em suas funções. Sabemos que um papel incrível, como o do diretor da Petrobras ou do doleiro, por exemplo, não é simples de chegar às mãos. Sabemos que é difícil ser coerente e temos contas a pagar. Sabemos que a vaidade é um fato e o quão sedutor é trabalhar numa série da Netflix realizada por um time incrível. Mas me pergunto por que, neste momento do país, que exige máxima responsabilidade de todos, pois está colocada uma clara disputa entre barbárie e democracia, artistas deste calibre aceitam dedicar tempo, energia, talento e amor para realização de um panfleto fascista?"*

Para se entender essa polêmica com mais seriedade seria importante entender de onde vem a estética naturalista-policia que Padilha usa como ferramenta para contar suas histórias. Nos anos oitenta, um momento de abertura democrática depois de anos de ditadura militar, o cinema brasileiro sofria uma grave crise. Num momento em que havia o enfraquecimento de um cinema moderno baseado na inventividade estética do cinema de autor, tendo no Cinema Novo e no Cinema Marginal seus principais exemplos, e um cinema voltado para o mercado que buscava tratar de temas mais universais através de uma estética já assimilada pelo grande público. (XAVIER,2001) É nessa transição potencializada pelo processo de abertura política, que (XAVIER,2001, p.112):

*O cinema se volta para a exploração dos espaços franqueados para uma representação naturalista do que incide diretamente no corpo (sexo, violência) (...) podemos identificar algo como um naturalismo de abertura, cujas faces mais visíveis são, de um lado, o filme policial com temas ligados a repressão e, de outro, o movimento geral do "sexo em cena"(...) O policial-político se põe como espetáculo para comunicar, convencional, bem dosado, sem enveredar pelo naturalismo grotesco, a violência exagerada.*

Surge então um cinema policial brasileiro voltado para o mercado que tenta reivindicar uma verdade através de denúncias a cerca do sistema policial, ou

das esferas políticas do país. No entanto como afirma Ismail Xavier (2001, p.113):

*Embora reivindique a verdade, esse naturalismo é muito limitado na análise dos problemas, dada a sua estratégia de abordagem apoiada nas formulas tradicionais: a estrutura dramática, a composição de heróis e vilões, o imperativo da ação, tudo trabalha para que se ponha em cena uma coleção de fatos articulados de modo simplificado, resultando uma verdade de aparência, reduzida.*

Padilha parece ser herdeiro deste cinema generalizante, que usa das técnicas de naturalismo como forma de abranger um mercado consumidor. Seus filmes, dês do documentário ônibus 174 (José Padilha, 2002), partilham deste tom de denúncia contra um sistema instituído, contra o mecanismo. No documentário o diretor usa de imagens de arquivo do assalto ao ônibus 174 e entrevistas sobre o personagem Sandro, o assaltante, para estruturar seu filme como uma construção de uma performance e de um personagem, criando uma ficção através das imagens de arquivo. E em seus próximos trabalhos ele faz o oposto, trabalha com uma linguagem documental para criar esse naturalismo.

Dentro deste panorama complexo que a obra se insere, seria problemático também, por outro lado, criar um discurso que censure a liberdade de expressão ao negar ao diretor o direito de tratar ficcionalmente os fatos da forma que achar mais pertinente em sua narrativa. No entanto, o grande problema, que a maioria dos críticos à narrativa de Padilha assinalam, é de haver nessa relação da obra com a verdade um discurso intelectual que propaga mentiras perigosas para o entendimento geral das questões políticas do momento.

O cinema é uma fonte para se produzir história, mas seu valor não adviria de uma ideia de filme repleta de uma metodologia acadêmica, sendo

uma cópia de um livro e exercendo o mesmo papel da literatura histórica ao trabalhar com fatos.

Segundo Rosenstone o filme (2010, p. 60):

*(...)trata-se de um drama, uma interpretação, uma obra que encena e constrói um passado com imagens, e sons. O poder da história na tela emana das qualidades singulares da mídia, da sua capacidade de comunicar não apenas de maneira literal e realista. Mas também de maneira poética e metafórica.*

Marc Ferro ao perceber que todo imaginário produzido pelo homem, sua arte, crenças, invenções, são também História, propõem analisar a obra não só como arte, mas como um produto da sociedade em que ele se insere, uma “imagem-objeto, cujas significados não são somente cinematográficos”. (FERRO, 1992, p.87) As imagens cinematográficas poderiam revelar o que não se vê, nem se diz na própria obra. Revelando nas entrelinhas um reflexo do que a sociedade propõe. Através desta análise, do não visível nas imagens, se pode perceber a ideologia mascarada pela obra cinematográfica e suas técnicas.

Como cita Ferro (1992, p.86):

*A ideia de que um gesto poderia ser uma frase, ou um olhar um longo discurso é completamente insuportável: isso não significaria que a imagem, as imagens sonoras, o grito dessa mocinha ou essa multidão amedrontada constituem a matéria de uma outra história que não é a história, uma contra análise da sociedade.*

No cinema esta força ideológica parece ser uma potência ainda maior do que a que se percebe na literatura acadêmica. Pois ela não é fruto somente de uma argumentação, de uma prática que através de um método forja uma verdade, mas sim de uma característica da imagem cinematográfica de ser pensada como uma representação do real, e muitas vezes a própria realidade.

Edgar Morin (1983) percebe que o que daria o aspecto de realidade ao cinema seria o fato deste



estar imerso em uma total subjetividade, quase como em um sonho. O próprio ato de se assistir a um filme e responder aos estímulos que a imagem em movimento cria, como se aquilo fosse real, faz o espectador imergir quase que por completo na narrativa. Christian Metz numa linha parecida de pensamento revela que: “Mais do que o romance, mais do que a peça de teatro, mais do que o quadro do pintor figurativo, o filme nos dá o sentimento de estarmos assistindo diretamente a um espetáculo quase real.” (METZ, 1972)

O sistema hollywoodiano traz um comentário histórico que remete a sua situação e posição hegemônica. Mesmo em uma tragédia se tem uma imagem otimista do momento histórico retratado, pois há uma preocupação ideológica e industrial de se promover a situação dos EUA ao redor do mundo. Por outro lado, o cinema latino e periférico já não vai olhar de uma forma otimista e sim bem mais trágica. De forma que o filme histórico vai sempre interagir com um discurso “fazendo e tentando responder perguntas que, a muito tempo circundam um determinado tópico.” (ROSESTONE, 2010, p.74)

Sobe este ponto de vista, pode se perceber o filme histórico, independente se ele é um drama clássico, experimental, ou até um documentário, como uma linguagem que cria realidades possíveis ao mesmo tempo que levanta questões acerca do passado. E não uma amostra exata de uma realidade passada, coisa que nem a história tradicional tem mais o domínio. O cinema como história estaria então relendo as fontes do passado através de sua linguagem proveniente de um discurso. “Neste sentido há uma interpretação das fontes e obras já existentes, revelando suas hipóteses através de metáforas de como se pensa o passado, e assim

tornando o filme uma escrita histórica”. (ROSESTONE, 2010)

Desta forma “O Mecanismo” independente de sua qualidade estética e narrativa, ou de suas intenções políticas, pode ser lido como uma fonte para o historiador, principalmente se for usado para analisar o discurso dos vencedores, onde há um processo histórico de apagamento do vencido. No antigo Egito se apagava os monumentos que contavam a história dos derrotados, na União Soviética se apagava das fotografias os componentes indesejados para a história oficial, hoje se reinventa os fatos através do cinema. Assim o seriado é história, e também um discurso político que pode ser lido através de uma contra análise da sociedade revelando os seus reais significados

---

**Rafael Garcia Madalen Eiras** é Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO, Pós-graduado Latu Senso em Fotografia, Memória, e Imagem – Faculdade Candido Mendes (IUPERJ), tem Licenciatura em História pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e Bacharelado em Cinema pela Faculdade Estácio de Sá.

---

### Referências Bibliográficas

- AUMONT, Jacques. *A imagem*. São Paulo: Papiros editora. 2005
- AUMONT, Jacques. *A Estética do Filme*. São Paulo: Papirus. 1995
- BAZIN, André. *Ontologia da imagem fotográfica*. in: XAVIER, Ismail (Org.). *A Experiência do Cinema*. Rio de Janeiro: Graal. 1983 pg 121
- CIMINO, James. Observatório de Cinema, 2018 em: <https://observatoriodocinema.bol.uol.com.br/artigos/2018/03/exclusivo-jose-padilha-diz-que-discussao-sobre-fala-de-juca-na-boca-de-lula-e-boboca> Acesso em: 04/04/2018 14:31
- DELEUZE, G. *Cinema: Imagem-movimento*. Rio de Janeiro: Brasiliense 1985
- FERREIRA, Flavio, FIARATTI, Gustavo. Folha de São Paulo. 2018 em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/03/dilma-diz-que-jose-padilha-distorceu-fatos-em-serie.shtml> Acesso em: 09/04/2018 23:50
- FERRO, M. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FERRO, M. *A história vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FORUM, Redação. Forum 2018 em: <https://www.revistaforum.com.br/pablo-villaca-o-problema-de-o-mecanismo-nao-e-ser-de-direita-e-ser-muito-ruim/> Acesso em: 04/04/2018 14:50

FORUM, Redação. Forum 2018 em: <https://www.revistaforum.com.br/namorada-de-freixo-eu-sou-e-a-antonia-pellegrino/> Acesso em: 04/04/2018 14:00

HEYWOOD, Andrew. *Ideologias Políticas: do liberalismo ao fascismo*. São Paulo: Ática, 2010. Vol. I.

GOMES, Fábio de Souza. Omelete. 2018 em: <https://m.omelete.com.br/series-tv/o-mecanismo/criticas/?key=148584> Acesso em: 04/04/2018 15:50

JENKIS, Keith. *A História repensada*, São Paulo, Contexto, 2001

METZ, Cheistian. *A Significação no Cinema*. Coleção Debates. São Paulo: Perspectiva. n.54. 1972

MORIN, Edgar. *A alma do cinema in: XAVIER, Ismail (Org.). A Experiência do Cinema*. Rio de Janeiro: Graal. 1983 pg 143

ROSENSTONE, Robert A. *A História nos filmes/ Os filmes na História*. Rio de Janeiro; Paz e terra, 2010

ROUSSEFF, Dilma. Site da Dilma, 2018 em: <http://dilma.com.br/o-mecanismo-de-jose-padilha-para-assassinar-reputacoes/> Acesso em: 04/04/2018 14:50

SHALDERS, André. BBC Brasil. Em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-43550506> Acesso em: 09/04/2018 23:30

XAVIER, Ismail. *O Cinema Brasileiro Modeno*. São Paulo: Paz e Terra. 2001

### Referências Fílmicas

ONIBUS 174. Jose Padilha, 2002

TROPA DE ELITE. Jose Padilha, 2007

TROPA DE ELITE 2 O inimigo agora é outro. Jose Padilha, 2010

NARCOS. Jose Padilha, 2016

O MECANISMO Jose Padilha, 2018



Coluna:



## Fotografias da História

# OS RETRATOS PRESENTES NA CORRESPONDÊNCIA DE ÁLVARES DE AZEVEDO

*Por Lucenildo Souza Campos*

**RESUMO:** O presente artigo analisa a recepção do daguerreótipo entre os estudantes da Faculdade do Largo São Francisco em 1848, ainda oficialmente chamada Academia de Direito. Utilizando-se para tal a correspondência do escritor e poeta Álvares de Azevedo, estudante da instituição na época, o artigo também propõe fazer a análise dos elementos presentes em retrato do escritor e poeta feito na mesma época e presente em sua correspondência.

**Palavras-chave:** Modernidade&Modernismo; Retrato& Fotografia; São Paulo; Romantismo

### Introdução

A pesquisa deste trabalho procurou por meio de relatos e de retratos presentes na correspondência do escritor e poeta Álvares de Azevedo averiguar, primeiramente, como foi a aceitação da fotografia entre os estudantes da Academia de Direito de São Paulo e, em segundo lugar, analisar os elementos presentes em retrato específico do poeta, os símbolos e os

significados presentes nele. Infelizmente, nesta pesquisa não foi possível utilizarmos como corpus documental as correspondências originais, mas sim um volume organizado por Vicente de Azevedo. Tais correspondências, compostas por setenta e uma cartas e bilhetes, foram escritas entre 1840 e 1851. Esses escritos podem ser divididos em três blocos distintos, a saber: o primeiro, composto por correspondência escrita entre 1840 e 1843, tempo

em que o poeta estudou no Colégio Stoll, achando-se seus pais em Niterói; o segundo, formado por quatro cartas escritas entre 1844 e 1845, durante cinco meses em que residiu em São Paulo, junto à família materna, para aprimorar seus conhecimentos em inglês, francês e latim; o terceiro, e último, composto por cartas escritas entre 1848 à 1851, período em que o jovem escritor estudou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. O presente artigo desenvolve principalmente a análise da carta escrita em 26 de maio de 1848, pertencente ao período em que o jovem escritor estudou na ainda oficialmente chamada Academia de Direito.

Assim, na primeira parte do trabalho, é feito um breve relato da biografia de Álvares de Azevedo, e na segunda parte um histórico de como o daguerreótipo chegou ao Brasil, seu uso e aceitação. Em seguida, na terceira parte, é elaborado um panorama sobre os conceitos de modernismo e modernidade conforme presente no discurso do século XIX. Na quarta parte, a cidade de São Paulo é descrita de acordo com o período abordado, o que a mostra muito aquém de ser uma cidade moderna. Na quinta parte, desenvolve-se a análise de retratos do poeta com base em sua própria narrativa sobre a circulação do daguerreótipo entre estudantes.

### O escritor e poeta Álvares de Azevedo

Manuel Antônio Álvares de Azevedo nasceu no dia 12 de setembro de 1831 na cidade de São Paulo, na casa de seu avô materno, localizada na

confluência das ruas Quintino Bocaiúva e Senador Feijó. Sua família mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro em 1833. O jovem poeta e escritor deve ser inserido no contexto de uma elite letrada, que não possuía título de nobreza, mas frequentava seus círculos, estando presente em bailes, recepções, teatros, e *soirées*. Seu avô materno era o Desembargador Conselheiro Joaquim Ignácio Silveira da Mota; Ignácio Manuel Álvares de Azevedo, seu pai, fora estudante do curso de Direito em Coimbra, mas com a extinção do curso (por D. Miguel em 1829) acabou por concluí-lo na Faculdade de Direito em São Paulo. Após mudar para o Rio de Janeiro com a família, foi Auditor de Guerra, Juiz de Direito (Niterói, 1836), Chefe de Polícia da Corte (1844) e Deputado Geral pela Província do Rio de Janeiro (em cinco legislaturas); Maria Luísa Carlota Silveira da Mota, sua mãe, era letrada – devido a isso aparece como interlocutora constante do poeta –, certamente sabia inglês e francês, pois o poeta quando criança enviava cartas a ela nestes idiomas como forma de treinar as línguas. Esperava-se que mulheres das camadas dominantes também chamassem atenção por sua cultura e letramento.<sup>1</sup>

Quando jovem, Álvares de Azevedo fez parte do grupo de estudantes que saíam de suas cidades de origem (Rio de Janeiro no seu caso) e vinham estudar Direito na cidade de São Paulo, na Faculdade do Largo São Francisco, chamada à época Academia de Direito. Álvares de Azevedo foi matriculado na Academia de Direito de São Paulo em 1º de março de 1848, entretanto não chegou a

<sup>1</sup>Ver: HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org). *Nova*

*História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 43-64.

se formar advogado devido a sua morte prematura em 25 de abril de 1852.

Como escritor ele deve ser inserido, participando de maneira ativa, na segunda geração do Romantismo – Ultrarromantismo (Mal do século) que despontou entre o período de 1840 á 1860 – constituída por alguns poetas adolescentes, mortos antes de chegarem à plena juventude, que se utilizavam de toda uma temática emotiva de amor e morte, dúvida e ironia, entusiasmo e tédio. Esses jovens poetas entregavam-se a um extremo subjetivismo representado pelo *Spleen* de Byron e pelo *Mal du siècle* de Musset.

### Breve histórico das origens da fotografia no Brasil

O daguerreótipo (em francês: *daguerreotype*) foi o primeiro processo fotográfico, bem sucedido, a ser anunciado e comercializado ao grande público. Em 7 de janeiro de 1839, na Academia de Ciências da França, foi anunciada a descoberta da daguerreotipia, um processo fotográfico desenvolvido por Joseph Nicéphore Niépce (1765-1833) e Louis Jacques Mandé Daguerre (1787-1851). Consistia numa imagem fixada sobre uma placa de cobre, ou outro metal de custo reduzido, com um banho de prata (apenas uma película) formando uma superfície espelhada. Um ano após

sua divulgação, o daguerreótipo chegou às terras brasileiras, primeiramente no Rio de Janeiro, capital do Império, por meio de incentivo de D. Pedro II, grande entusiasta da fotografia, seja como mecenas, seja como colecionador.<sup>2</sup>

A cidade de São Paulo teve, pela primeira vez, algumas de suas paisagens fotografadas por meio de daguerreótipo pelo reverendo Fletcher, as quais aparecem no seu livro *Brazil and the Brazilians*.<sup>3</sup> Entretanto, o primeiro grande fotógrafo da cidade foi Militão Augusto de Azevedo, que produziu suas fotos no período de 1862 a 1887.<sup>4</sup> Sua produção fotográfica é fundamental para o conhecimento da cidade antes das transformações urbanísticas que eliminaram suas características coloniais.

Com o ingresso da fotografia no mercado, identificou-se nela a capacidade de atender as mais diversas demandas sociais. Em uma sociedade com crescente industrialização, a rapidez da produção em série e o baixo custo de sua produção possibilitaram o hábito de retratar a si, ao casal, aos filhos, à família, privilégio antes restrito à nobreza e aos comerciantes ricos. Dessa forma, a fotografia difundiu-se de forma capilar na sociedade contemporânea, sendo presença constante nas mais diversas esferas públicas e privadas.<sup>5</sup>

<sup>2</sup>Dom Pedro II (RJ, 2/12/1825 - Paris, 5/12/1891), um entusiasta da fotografia. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=7183> Acesso em: 17/Nov./2017.

<sup>3</sup>James Cooley Fletcher (Indianápolis, Indiana, 1823-1901): foi um pastor e missionário presbiteriano estadunidense com intensa atuação em terras brasileiras. Em 1851 Fletcher embarcou para o Rio de Janeiro como agente da União Cristã Americana e Estrangeira e da Sociedade Americana dos Amigos dos Marinheiros em uma missão que durou até 1854. Entre 1855 e 1856 Fletcher esteve novamente no Brasil, desta vez como agente da União Americana de Escolas Dominicas, quando viajou quase cinco mil quilômetros Brasil adentro distribuindo Bíblias, um dos objetivos daquela organização.

As experiências e observações colhidas em suas viagens somadas às do pastor e missionário metodista Daniel Parish Kidder foram primeiramente publicadas com o título "O Brasil e os Brasileiros – Esboço Histórico e Descritivo", uma apresentação pioneira do Brasil aos americanos em 1857, com pelo menos oito edições posteriores.

<sup>4</sup>Militão Augusto de Azevedo (1837-1905) era carioca e radicou-se em São Paulo no início da década de 1860. Empregou-se no atelier de Carneiro & Gaspar, que viria a adquirir anos depois, sob denominação Fotografia Americana. Militão é o autor do Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo, 1862-85, um dos poucos registros fotográficos da cidade no período imperial.

<sup>5</sup>LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla



## O moderno, o modernismo e a modernidade

O moderno assumiu conotações diferentes ao longo da história ocidental. Ao procurarmos compreender as origens do termo “moderno” e o significado deste como o novo em oposição ao antigo, ou ainda, o presente contraposto ao passado, encontramos-lo como conceito em uso na Renascença Carolínea, na Idade Média. Nesse contexto, o termo indicava a consciência da ruptura com o passado — a Antiguidade clássica — e o surgimento de uma nova visão de mundo; já durante o Iluminismo e a Revolução Industrial o termo apareceu relacionado à noção do novo e do progresso, utilizado, desta forma, numa perspectiva linear da história.<sup>6</sup>

No século XIX a ideia de progresso generalizou-se, saindo do âmbito apenas do conhecimento, e abrangendo todos os aspectos da atividade humana. Assim, a sociedade ocidental pensou estar caminhando para uma perfeição futura. Dessa forma, acreditou-se que o homem, ele próprio, iria se resgatar, se salvar, ocorrendo isso neste mundo mesmo e não no além (pensamento esse que reflete a procura por se afastar de vez do pensamento medieval). Essa perfeição se daria por meio do acúmulo progressivo de conhecimento sobre o mundo, o que geraria a construção de uma sociedade moral e racional. Nesse sentido, a esperança escatológica cedeu lugar à confiança no futuro terrestre.<sup>7</sup>

Esses tempos novos foram marcados pela reflexividade: a modernidade buscou em si mesma sua normatividade, não querendo ser devedora nem da Antiguidade e nem do cristianismo. Ela queria ser autônoma, autoconsciente, fundada sobre seus próprios meios. Dessa forma, o projeto histórico das sociedades desenvolvido no século XIX propôs uma prosperidade social a partir do desenvolvimento capitalista, calcado em uma visão utópica e legitimado principalmente pela Filosofia e pela Ciência.<sup>8</sup>

No campo artístico, o termo modernismo refere-se aos movimentos literários e artísticos (Romantismo, Impressionismo, Pós-Impressionismo) que ocorreram na Europa a partir do princípio do século XIX, os quais propunham o rompimento com as tradições da Antiguidade Greco-Romana e a construção de uma nova arte. Considerando suas especificidades, tais movimentos tiveram propostas comuns que podem ser sintetizadas nos seguintes princípios: o questionamento dos pressupostos básicos da arte acadêmica e da tradição artística oficial; a afirmação da autonomia da arte, liberdade de criação artística, originalidade da obra de arte, genialidade do artista; a busca de novas soluções formais centradas na estrutura da obra de arte e nas estéticas pautadas pela teoria da arte pela arte.<sup>9</sup>

Para este trabalho interessa não apenas a definição científica do Romantismo, mas também seu contexto histórico. Esse movimento não deve

Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 29-60.

<sup>6</sup>LE GOFF, Jacques. Antigo/moderno. In: *Enciclopédia Einaudi: memória e história*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984, v. 1.

<sup>7</sup>KOSELLECK, Reinhart *apud* REIS, José Carlos. *Teoria & história: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 38.

<sup>8</sup>HABERMAS, Jünger *apud* REIS. Op. cit., p. 39.

<sup>9</sup>RIBEIRO, Marília Andrés. O modernismo brasileiro: arte e política. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 115-125, jan.-jun. 2007.

ser entendido apenas como uma configuração estilística, mas também como uma escola historicamente definida que surgiu num dado momento, em condições concretas e com respostas características à situação que se lhe apresentou. É um evento sociocultural, é um fato histórico que assinala, na história da consciência humana, a relevância da consciência histórica. É, pois, uma forma de pensar que pensou e se pensou historicamente. O Romantismo apresenta-se em buscas que estão à frente ou atrás, mas sempre “além” do atual, jamais precisamente aqui e agora, em devir constante, sem nunca ser definitivamente.<sup>10</sup>

Esta transitoriedade da vida moderna marca presença também no conceito de modernidade originado pelo pensamento estético de Charles Baudelaire (1821-1867). O poeta descreve que há uma beleza eterna que acompanha a transitoriedade do estilo de vida moderno relacionando-se com a moda, o gosto e os costumes do século XIX. Baudelaire, ainda, frisa que o verdadeiro sujeito moderno que deseja viver a modernidade deve se colocar como um *flâneur*, “um narrador da cidade”, que percebe, a seu modo, a vida que se desenrola em suas ruas — a pobreza, a boêmia e a multidão. Vida esta que agora possui, no seu cotidiano, a atmosfera da sociedade moderna, descrita como possuidora de agitação, turbulência, aturdimento psíquico e embriaguez.<sup>11</sup>

Se o século XIX europeu apresentava essa atmosfera de modernidade, a cidade de São Paulo

era o seu contraponto, já que ainda mantinha uma aparência colonial e um cotidiano bucólico muito aquém dessa agitação.

### **A cidade de São Paulo: entre a cidade de barro e o burgo dos estudantes**

A Vila de São Paulo foi erigida em uma acrópole, e seu surgimento foi delimitado por um triângulo constituído pelas ruas: Direita de Santo Antônio (atualmente Rua Direita); Rua do Rosário (posteriormente Rua da Imperatriz e com o advento da República Rua XV de novembro); e Rua Direita de São Bento (hoje Rua São Bento). Este “triângulo”, que havia sido a base a partir de onde a vila cresceu, tornou-se o centro da vida social, econômica, política e religiosa da cidade. De seu surgimento até a metade do século XIX, a expansão de São Paulo havia sido pequena. O panorama da cidade era constituído por casas com paredes de taipa de pilão — essa técnica foi predominante na arquitetura paulista do período colonial. Por causa desse fato, a cidade chegou a ser conhecida como uma cidade de barro — *Mud City*, alcunha dada por viajantes estrangeiros que aqui estiveram. Este panorama da cidade perduraria ainda do período da criação dos Cursos Jurídicos, em 1828, quando se instalou a Academia de Direito, até 1868, quando começou a correr a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí devido ao Ciclo do café.<sup>12</sup>

Durante quase todo o século XIX, a sociedade brasileira contou, para formação da sua inteligência, com os filhos de famílias abastadas do

<sup>10</sup>GUINSBURG, Jacob et al. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 2013. (Coleção Stylus 3).

<sup>11</sup>BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>12</sup>AZEVEDO, Vicente. A cidade de S. Paulo em que Álvares de Azevedo viveu: 1844-1845/1848-1851. In: AZEVEDO, Vicente. *Álvares de Azevedo desvendado*. São Paulo: Martins, 1977, pp. 209-253.

campo que iam receber instrução jurídica (raramente, médica) em São Paulo, Recife e Rio de Janeiro (Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Bernardo Guimarães, Franklin Távora, Pedro Luís), ou com os filhos de comerciantes luso-brasileiros e de profissionais liberais, que definiam, grosso modo, a alta classe média do país (Pereira da Silva, Gonçalves Dias, Joaquim Norberto, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Sílvio Romero).<sup>13</sup>

O fato de esses jovens irem estudar longe de casa e da família – São Paulo no nosso caso – propiciou a eles a possibilidade de certa autonomia, seja social ou artística, contribuindo para a criação de grupos juvenis e para a elaboração de uma sociabilidade especial, que se tornou objeto de lendas que influenciaram a imagem do Romantismo associada com rebeldia, sofrimento e mal do século. Esses jovens permitiram-se entregar-se aos, como dizem alguns críticos mais cautelosos, “exageros da escola romântica” antes de acabarem integrando a “vida prática”, cumprindo assim o seu destino social de quadros jurídicos, políticos e administrativos da nação.<sup>14</sup>

A classe acadêmica tinha papel preponderante na vida econômica da cidade de São Paulo, já que não havia lavoura e indústrias montadas em grande escala. As mesadas dos estudantes variavam entre 30 e 40\$000 réis, que multiplicadas por uma média de trezentos, ou seja, o número aproximado dos estudantes, gerava um montante considerável para dar condições necessárias à prosperidade da cidade.<sup>15</sup>

Os jovens que estudaram na Academia de Direito de São Paulo formavam um grupo distinto em comparação aos moradores da cidade. Criavam, participavam e envolviam-se em diversas associações culturais e sociedades secretas. Entre essas sociedades podemos citar a Sociedade Filomática, formada em 1833, e a Sociedade Epicurea, em 1845. Esses estudantes tinham como atividade – bastante em moda – a escrita, praticada nas formas de correspondências, poemas e romances. Isso contribuiu para o surgimento de uma grande produção de versos publicados em pequenos periódicos, como a Revista do Ensaio Filosófico Paulistano (1850-64?) e a Ensaio Literários do Ateneu Paulistano (1852-1860), as quais circulavam entre salas de aula e em repúblicas estudantis. Além dos versos, havia grande produção de correspondência, dentre as quais as de Álvares de Azevedo nos dão um breve relato de como a fotografia começa a ser produzida na cidade e vinculada aos meios de convívio dos estudantes.

### Os retratos de Álvares de Azevedo

Na correspondência do poeta Álvares de Azevedo, encontram-se apenas alusões de dois retratos seus. Embora a quantidade seja ínfima, o que nos interessa em primeiro lugar é como a fotografia foi recebida entre os estudantes da Academia de Direito da cidade de São Paulo.

<sup>13</sup>BOSI, Alfredo. O Romantismo. In: BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 50ª. ed. São Paulo: 2015.

<sup>14</sup>CÂNDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. 3ª. ed. São Paulo: 2012.

<sup>15</sup>AZEVEDO, Vicente. op. cit. 1977.

Em carta de 26 de maio de 1848, ele descreve<sup>16</sup>:  
*“por aqui lavrou uma mania de daguerreotypar-se*  
 (neologismo que creio que necessário tornar-se-há  
 admitir-se pela aceitação do daguerreotypo). –  
*Não há Estudante que não se tenha retratado ou*  
*não pretenda retratar-se”*.<sup>17</sup>

Em uma cidade ainda de características coloniais, vemos que um dos “símbolos da mudança tecnológica” está tão em voga que o escritor afirma que haverá a necessidade de criar neologismos para descrever a popularidade do ato de fotografar-se entre os estudantes. Além de ser uma novidade, outro fator que contribui muito para a popularidade é o seu baixo custo: *“Além disso é barato – por 5\$ (Réis) tem-se um retrato colorido em um quadro singelo – sendo em chapa pequena”*.<sup>18</sup>

Por meio de seu relato também podemos verificar que não apenas os estudantes estão entre os que procuram ser fotografados, mas também que tal ato está tão em voga que pode ser feita analogia a uma “epidemia” entre a população paulistana:

*“E não são só os Estudantes os contagiados a molestia vai se espalhando e o medico vai lucrando – Bom é que seja tão barata a cura – no que excede ainda a homeopathia – ponto de semelhança que tem com este modo de curar que excede de muito na velocidade apesar da tão preconizada rapidez das curas homeopathicas”*.<sup>19</sup>

<sup>16</sup>Procurou-se manter a grafia utilizada pelo escritor em suas cartas.

<sup>17</sup>AZEVEDO, Álvares de. *Cartas de Álvares de Azevedo*. Comentários de Vicente de Azevedo. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976. (Biblioteca Academia Paulista de Letras Vol. 1), p. 76.

<sup>18</sup>Ibidem.

Álvares de Azevedo, em sua carta de 26 de maio de 1848, não nos indica quem é o precursor da fotografia em São Paulo. Mesmo com a dificuldade de fontes do período, pois não havia imprensa – o Correio Paulistano só apareceu em 1854 –, e os

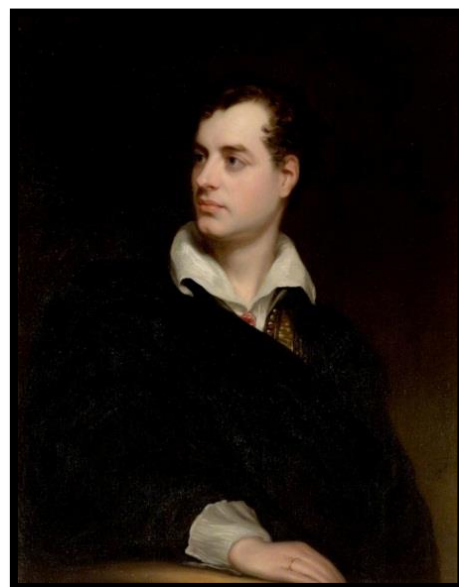


Fig. 1: Lord Byron (Autor: Thomas Phillips)

jornais e revistas em seus primórdios não traziam anúncios – apenas dedicavam suas páginas às letras e à política –, hoje sabe-se que o daguerreotipista chamava-se Manuel José Bastos.<sup>20</sup>

O outro aspecto que nos interessa na correspondência do escritor é como sua representação de escritor romântico foi produzida para o retrato, e como este foi recebido e resignificado pela sua família no Rio de Janeiro. Na mesma carta o poeta diz: *“tirei o meu retrato [...] Esse retrato meu não é o que eu destinava para mandar-lhe eu tinha tirado um sosinho n’uma chapa do tamanho da que vai – e portanto em ponto maior*

<sup>19</sup>Ibidem.

<sup>20</sup>AZEVEDO, Vicente. Os retratos na correspondência. In: AZEVEDO, Álvares de. *Cartas de Álvares de Azevedo*. Comentários de Vicente de Azevedo. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976. (Biblioteca Academia Paulista de Letras Vol. 1), pp. 241-250.

*mas Tio José trocou-o por este que nós 2 juntos tirámos depois*.<sup>21</sup>

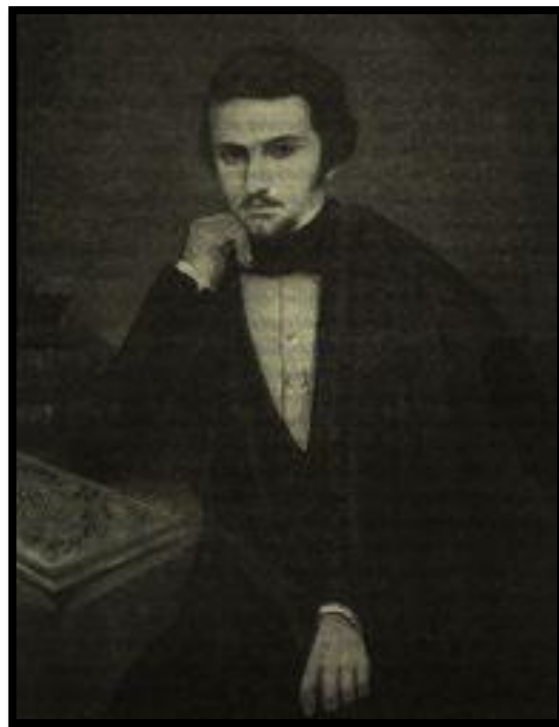
Nesta descrição ele fala que há um retrato junto ao seu tio na correspondência, todavia, aquele que foi enviado não é de seu agrado, pois o que lhe realmente representaria seria este outro:

*“O meu primeiro esta muito parecido segundo dizem – até achão muito bonito – e está á Byron – de capa – e tão romântico achou-se isto que todos agora quer tirar retrato de capa – até Tio José que aproveitou-se (plagiato!) da mesma idéa no retrato que vai”*.<sup>22</sup>

O jovem escritor romântico, ao fotografar-se, coloca a si mesmo em determinada relação com o mundo, neste caso em uma representação romântica tão em voga entre seus pares na Academia de Direito.<sup>23</sup> Prova disto é que ao dizer “plagiato!” (plágio) reforça a ideia que todos os seus pares jovens, inclusive seu tio, quiseram “ser” o ídolo romântico deles, o poeta e escritor Lord Byron.<sup>24</sup>

Infelizmente, os daguerreótipos tirados em São Paulo se perderam.<sup>25</sup> Entretanto, o “retrato de capa” serviu como base para o quadro mais difundido de Álvares de Azevedo (fig. 02), quadro este pintado por Krumholtz em 1852.<sup>26</sup>

Todas as fotos são um *memento mori*, pois tirar uma foto é participar da mortalidade, da vulnerabilidade e da mutabilidade de outra pessoa justamente por poder cortar uma fatia desse momento e congelá-la.<sup>27</sup> Nesse sentido, a foto e o quadro em questão fazem esse papel duplamente,



**Fig. 2: Álvares de Azevedo (Autor: Ferdinando Krumholtz)**

já que a primeira serve de base para um quadro que começa a ser pintado com Álvares de Azevedo gravemente doente e finalizado após a sua morte ocorrida em 25 de abril de 1852.

Antes de falarmos propriamente do quadro em questão, devemos ressaltar que, embora o romantismo procurasse divulgar em seu discurso a ideia de progresso e de modernidade do século

<sup>21</sup>AZEVEDO, Álvares de. Op. Cit. 1976, p. 76.

<sup>22</sup>Ibidem.

<sup>23</sup>SONTAG, Susan. Na caverna de Platão. In: SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 18.

<sup>24</sup>George Gordon Byron (Londres, 22 de janeiro de 1788 - Missolonghi, 19 de abril de 1824): conhecido como Lord Byron, foi um poeta britânico e uma das figuras mais influentes do romantismo. Entre os seus trabalhos mais conhecidos estão os

extensos poemas narrativos *Don Juan*, *A Peregrinação de Childe Harold* e o curto poema lírico *She Walks in Beauty*.

<sup>25</sup>cf. AZEVEDO, Vicente. op. cit. 1977.

<sup>26</sup>Ferdinando Krumholtz: austríaco, nascido em Stof em 07 de maio de 1810. Pintor oficial da Corte de Portugal. Veio ao Brasil em 1845 permanecendo por dez anos. Executou diversos retratos, entre os quais um de D. Pedro II com as filhas.

<sup>27</sup>SONTAG, op. cit. 2004.



XIX, as poses e cenários na prática fotográfica ainda remetem à tradição retratística de séculos anteriores, orientando-se por convenções na escolha da cenografia e da pose. Pois, antes de tudo, um retrato trata-se de uma forma simbólica de representação pública do sujeito e não se podem abandonar certas expectativas sociais e individuais sobre ele, ou seja, o olhar do espectador.<sup>28</sup>



Fig. 3: Álvares de Azevedo (Autor: Luís Aleixo Boulanger. Litogravura - detalhe)

Retomando o quadro do pintor Krumholtz, trata-se mais de uma composição artística do que de um retrato propriamente dito. O quadro é considerado uma obra de arte pictórica, e não um retrato, no

sentido exato da expressão. Krumholtz colocou o poeta revestido de capa, em atitude pensativa, romântica, sentado, a cabeça apoiada na mão direita, o braço sobre a mesa. Como motivos decorativos, a pasta de bacharelado e livros em cuja lombada leem-se os nomes de Byron, Musset<sup>29</sup> e Lamartine.<sup>30</sup>

Se a vestimenta faz menção ao estereótipo do escritor romântico, os motivos decorativos o reforça, pois as atividades intelectuais são explicitamente representadas com o porte de livros. Tais ornamentos podem ser compreendidos como significantes que acabam sendo resignificados por novas práticas urbanas e grupos sociais burgueses em ascensão – distinção entre trabalho manual e intelectual, introdução ao mundo cosmopolita e moderno, elegância etc.<sup>31</sup>

Este quadro se tornou, por assim dizer, a representação oficial do escritor, foi muito reproduzido, fotografado e tornou-se a litogravura (fig.3): “L.A. Boulanger, *Lit. de Alfredo Martinet, R. da Ajuda 113*”<sup>32</sup>

### Considerações finais

Por meio da correspondência de Álvares de Azevedo, podemos constatar que a fotografia foi muito bem aceita, não apenas pelos estudantes,

<sup>28</sup>LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. op. cit. 2015.

<sup>29</sup>Alfred Louis Charles de Musset (Paris, 11 de Dezembro de 1810 - Paris, 2 de Maio de 1857): foi um poeta, novelista e dramaturgo francês do século XIX, um dos expoentes mais conhecidos do período literário conhecido como Romantismo. Diz-se que ele foi "o mais clássico dos românticos e o mais romântico dos clássicos". O seu estilo influenciou profundamente a literatura europeia.

<sup>30</sup>Alphonse Marie Louis de Prat de Lamartine (Mâcon, 21 de outubro de 1790 - Paris, 28 de fevereiro de 1869): foi um escritor, poeta e político francês. Seus primeiros livros de poemas (*Primeiras Meditações Poéticas*, 1820; e *Novas*

*Meditações Poéticas*, 1823) celebrizaram o autor e influenciaram o Romantismo na França e em todo o mundo.

<sup>31</sup>LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. op. cit. 2015.

<sup>32</sup>L.A.: Leia-se Luís Aleixo. Louis-Alexis Boulanger nasceu na França, no dia 2 de abril d 1798 e faleceu no Rio de Janeiro no dia 24 de julho de 1874. Chegou ao Brasil em 1827, dois anos depois montou uma oficina litográfica, inaugurada no dia 15 de agosto de 1829, sendo este o segundo estabelecimento daquele gênero na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil. Aqui exerceu a arte litográfica, foi retratista, calígrafo, heraldista e paisagista.

como pelos demais personagens da população paulistana. O daguerreótipo, como uma das novidades tecnológicas, proporcionou a possibilidade para que todos se retratassem devido ao seu baixo custo.

Na fotografia do poeta enviada à família, mas que não chegou a nós, o jovem romântico inspira-se na imagem idealizada de Lord Byron ao utilizar-se de capa como descrito em sua correspondência. Sua família, por sua vez, ao encomendar o quadro que utiliza tal fotografia como base, mantém esse imaginário romântico proposto pelo poeta por meio da utilização da capa e agrega novos elementos como a pasta de bacharelado e os livros. Esses elementos por um lado reforçam a imagem de homem de letras e do Direito (embora o escritor tenha falecido antes da conclusão do curso de Direito), por outro podem ser interpretados como a afirmação do pertencimento do retratado a um grupo social burguês, elegante e reconhecido pelo seu trabalho intelectual, em detrimento à imagem do homem simples que produz seu trabalho de forma manual.

---

**Lucenildo Souza Campos** é Licenciado em História pela Faculdade São Paulo (FASP/UNIESP) e Pós-graduado em História: Arte, Patrimônio e Cultura no Centro Universitário Assunção (UNIFAI).

---

## Ensino de História

# A LUDICIDADE COMO METODOLOGIA PEDAGÓGICA

*Por Mariana Cardoso de Sousa e Rafael Coelho Bastos*

**Resumo:** O presente trabalho é um relato de uma **metodologia** lúdica aplicada ao longo de mais de uma década em algumas escolas públicas estaduais do Estado do Rio de Janeiro. Somos professores de História da citada Rede e trabalhamos com passatempos e jogos quase que exclusivamente. Este “quase” se dá por conta de simulados e provões organizados pelas próprias escolas. Percebemos que atualmente os alunos se mostram desinteressados pelo estudo. A leitura – fundamental para qualquer aprendizado – é, em termos gerais, insatisfatória e isso, obviamente, dificulta a assimilação dos conteúdos ministrados. Pensando nisso, resolvemos usar um **instrumento** como **método**. Trata-se do **lúdico**. Para tanto, seguimos os seguintes passos: 1) Todo tema é iniciado com um problema de lógica. Isso é feito para que o aluno elucide a questão por lógica não por conhecimento prévio da matéria. 2) O conteúdo em si (aquele resumo que nós, professores, passamos no quadro para que os alunos copiem) é apresentado aos alunos em formato de passatempos e eles devem completar a construção do texto usando, para isso, as palavras contidas em um banco de palavras. Isso exige do aluno um hábito pouco comum: o de ler o texto (ponto) da matéria. A leitura se faz obrigatória para que a coesão e coerência do texto sejam concluídas (isso auxilia nas concordâncias verbais, de número e gênero). 3) Correção dos passatempos com explicação do conteúdo em *Power Point* com objetos digitais, iconografias e mapas necessários.

**Palavras-chave:** História; passatempos; jogos.

### Relato

**S**omos professores de História e atuamos na Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro com as modalidades Regular (Formação Geral e Formação de Professores) e CEJA (Jovens e Adultos). As atividades descritas são aplicadas com alunos do Ensino Médio na modalidade Regular.

Atuando no ensino público há mais de uma década, percebemos que nossos alunos têm uma


grande dificuldade de leitura. Isso se dá, entre outras coisas, pelo fato de não terem o hábito de ler. Contudo, sabemos que esta é uma necessidade básica para que o aprendizado efetivamente aconteça. Em geral, as escolas solicitam de seus professores dinamismo e criatividade, mas nem sempre consegue fornecer os instrumentos necessários para a concretização de projetos. Com isso em mente, precisávamos elaborar algo que fosse instigante para o aluno, que de certa forma

facilitasse nosso trabalho e que, de fato, tivesse condições de “sair do papel”, ou seja, que fosse de possível aplicabilidade em nossas escolas públicas.

Precisávamos despertar no aluno o interesse pelo aprender. Acreditamos não ser possível impor conhecimento a alguém. É necessário que a pessoa

queira aprender. A partir do momento que o aluno gostar de estudar ele vai buscar meios de fazê-lo e isso dará a ele a autonomia necessária (nosso objetivo maior).

Para melhor ilustrar, vejamos um plano de aula tradicional:

	PLANOS DE AULA TRADICIONAL		Modalidade Regular (Formação Geral)	
	Colégio Estadual Professor Carlos Côrtes		História	
	Professores: Mariana Cardoso de Sousa e Rafael Coelho Bastos		Turma: 1001 (1º ano)	
	Tema: Grécia Antiga		Idade: Antiga	
Conteúdo	Execução		Data	Duração
I - Período Arcaico	1. Passar resumo no quadro.		08/03	20 min
	2. Explicação do conteúdo.		08/03	30 min
	3. Confeção de exercícios.		08/03	20 min
	4. Correção de exercícios.		08/03	30 min
III - Período Clássico	1. Passar resumo no quadro.		15/03	20 min
	2. Explicação do conteúdo.		15/03	30 min
	3. Confeção de exercícios.		15/03	20 min
	4. Correção de exercícios.		15/03	30 min
III - Período Helenístico	1. Passar resumo no quadro.		22/03	20 min
	2. Explicação do conteúdo.		22/03	30 min
	3. Confeção de exercícios.		22/03	20 min
	4. Correção de exercícios.		22/03	30 min
Avaliação	1. Avaliação Tradicional.		29/03	100 min

Conforme podemos observar, de modo geral, na aula tradicional, a “dinâmica de aula” acontece com os seguintes passos: 1) O professor passa o conteúdo no quadro; 2) Os alunos copiam; 3) O professor explica o conteúdo apresentado e passa exercícios; 4) Os alunos fazem os exercícios; 5) O professor corrige os exercícios; 6) O professor aplica uma avaliação sobre o conteúdo ministrado. Aqui pressupomos que o aluno tenha lido o conteúdo (ponto) do livro previamente em sua casa. Entretanto, isso raramente acontece e, às vezes, o professor lê o conteúdo com os alunos em sala – ato que pode tornar a aula um pouco tediosa, segundo relatos dos próprios alunos.

Então como resolver a questão da leitura que é necessária e que, em geral, os alunos não fazem? Resolvemos remodelar nossos “textos resumos” (aqueles “de passar no quadro”). Escrevemos todos eles e os transformamos em passatempos – alguns viraram “dominox”, outros “caça palavras”, outros, ainda, “criptogramas” e alguns “textos de encaixe”. Todos eles, porém, têm que ser concluídos pelos alunos.

Agora vejamos um exemplo de planos de aula da metodologia aplicada por nós:

	PLANOS DE AULA METODOLOGIA LÚDICA				Modalidade Regular (Formação Geral)				
	Colégio Estadual Professor Carlos Côrtes						História		
	Professores: Mariana Cardoso de Sousa e Rafael Coelho Bastos						Turma: 1001 (1º ano)		
	Tema: <b>Grécia Antiga</b>						Idade: Antiga		
	I - Prob. de Lógica		II - Texto de encaixe		III - Criptograma		IV - Dominó		V - Caça Palavras
Conteúdo	Objetivo		Confecção		Duração	Correção		Duração	
		Programado	Aplicado	Programado		Aplicado			
I - Mitologia	1. Apresentar a Mitologia.		08/03	08/03	10 min	08/03	08/03	20 min	
II - Período Arcaico	1. Periodizar como o momento da ocupação do território.		08/03	08/03	20 min	08/03	08/03	50 min	
III - Atenas, Esparta e Democracia	1. Conceituar Atenas como reduto intelectual; 2. Conceituar Esparta como reduto militar; 3. Conceituar Democracia.		15/03	15/03	10 min	15/03	15/03	50 min	
IV - Período Clássico	1. Periodizar como o momento das guerras.		15/03	15/03	40 min	22/03	22/03	100 min	
V - Período Helenístico	1. Periodizar como o momento da difusão da cultura grega pelo Oriente.		29/03	29/03	20 min	29/03	29/03	30 min	
Jogo avaliativo	1. Sintetizar conteúdos (mapas mentais e iconografias.).		Fim do bimestre		100 min	Obs: Os jogos abordam conteúdos de séries e bimestres anteriores.			

Conforme podemos observar, esta “dinâmica de aula” se dá da seguinte maneira:

1) Sempre começamos um tema com um **problema de lógica** para que, conforme explicitado no “resumo”, os alunos elucidem a questão por raciocínio lógico e não por conhecimento prévio do conteúdo.

Neste tipo de atividade aproveitamos para abordar curiosidades com o intuito de instigar o interesse do discente pelo tema. Explicamos ao aluno apenas **como fazer** a atividade, como executar a ação. As primeiras atividades deste tipo são feitas em conjunto por nós e os alunos. Isso porque se trata de uma atividade que, em geral, a maioria desconhece por completo.

Após o término da confecção, a correção é feita passo a passo por nós com *Power Point* dinâmico no qual as respostas vão “aparecendo” uma a uma – isso faz com o aluno seja “obrigado” a se manter

atento até o final da explicação. Neste momento vamos explicando o raciocínio lógico conforme vamos desvendando as respostas, conforme o exemplo (a sequência se dá da esquerda para direita e de cima para baixo):

Jogos de História - Idade Antiga e Idade Medieval - Editora: Clube de Autores

**PROBLEMA DE LÓGICA SOBRE A GRÉCIA ANTIGA**

Três colegas de turma tiveram que entregar uma pesquisa sobre a Grécia Antiga para o professor de História. Cada um deles escolheu uma divindade grega para fazer seu trabalho. De acordo com as dicas, descubra qual aluno pesquisou sobre qual divindade e aquilo que descreveu sobre ela.

**QUADRO DE DICAS**

- 1) Letícia estudou sobre o deus Anes, que não é o deus do amor.
- 2) Crenes é o deus do tempo.
- 3) Luana estudou sobre Eres, que não é o deus da guerra nem do tempo.

**DIAGRAMA**

	Divindade	Atribuição				
	Anes	Crenes	Eres	Amor	Guerra	Tempo
Aluno	Letícia					
	Luana					
	Paula					
Atribuição	Amor					
	Guerra					
	Tempo					

**QUADRO DE RESPOSTAS**

Aluno	Divindade	Atribuição
Letícia		
Luana		
Paula		

Mariana Cardoso de Sousa e Rafael Coelho Bastos



## I - PROBLEMA DE LÓGICA (PARTE DO ALUNO)

**Problema de Lógica sobre a Grécia Antiga**

Três colegas de turma tiveram que entregar uma pesquisa sobre a Grécia Antiga para o professor de História. Cada um deles escolheu uma divindade grega para fazer seu trabalho. De acordo com as dicas, descubra qual aluno pesquisou sobre qual divindade e aquilo que descobriu sobre ela.

Dicas		Divindade			Atribuição		
		Ares	Cronos	Eros	Amar	Guerra	Tempo
Aluno							
Letícia	1	S	N	N			
Luana		N					
Paulo		N					
Amar		N					
Guarna							
Tempo							

Dicas		Divindade			Atribuição		
		Ares	Cronos	Eros	Amar	Guerra	Tempo
Aluno							
Letícia	1	S	N	N			
Luana		N					
Paulo		N					
Amar		N					
Guarna							
Tempo							

Dicas		Divindade			Atribuição		
		Ares	Cronos	Eros	Amar	Guerra	Tempo
Aluno							
Letícia	1	S	N	N			
Luana		N					
Paulo		N					
Amar		N					
Guarna							
Tempo							

Dicas		Divindade			Atribuição		
		Ares	Cronos	Eros	Amar	Guerra	Tempo
Aluno							
Letícia	1	S	N	N			
Luana		N					
Paulo		N					
Amar		N					
Guarna							
Tempo							

Dicas		Divindade			Atribuição		
		Ares	Cronos	Eros	Amar	Guerra	Tempo
Aluno							
Letícia	1	S	N	N			
Luana		N					
Paulo		N					
Amar		N					
Guarna							
Tempo							

Dicas		Divindade			Atribuição		
		Ares	Cronos	Eros	Amar	Guerra	Tempo
Aluno							
Letícia	1	S	N	N			
Luana		N					
Paulo		N					
Amar		N					
Guarna							
Tempo							

Dicas		Divindade			Atribuição		
		Ares	Cronos	Eros	Amar	Guerra	Tempo
Aluno							
Letícia	1	S	N	N			
Luana		N					
Paulo		N					
Amar		N					
Guarna							
Tempo							

Dicas		Divindade			Atribuição		
		Ares	Cronos	Eros	Amar	Guerra	Tempo
Aluno							
Letícia	1	S	N	N			
Luana		N					
Paulo		N					
Amar		N					
Guarna							
Tempo							

Conclusão		Divindade			Atribuição		
		Ares	Cronos	Eros	Amar	Guerra	Tempo
Aluno							
Letícia	1	S	N	N			
Luana		N					
Paulo		N					
Amar		N					
Guarna							
Tempo							

Conclusão		Divindade			Atribuição		
		Ares	Cronos	Eros	Amar	Guerra	Tempo
Aluno							
Letícia	1	S	N	N			
Luana		N					
Paulo		N					
Amar		N					
Guarna							
Tempo							

Conclusão		Divindade			Atribuição		
		Ares	Cronos	Eros	Amar	Guerra	Tempo
Aluno							
Letícia	1	S	N	N			
Luana		N					
Paulo		N					
Amar		N					
Guarna							
Tempo							

Conclusão		Divindade			Atribuição		
		Ares	Cronos	Eros	Amar	Guerra	Tempo
Aluno							
Letícia	1	S	N	N			
Luana		N					
Paulo		N					
Amar		N					
Guarna							
Tempo							

Conclusão		Divindade			Atribuição		
		Ares	Cronos	Eros	Amar	Guerra	Tempo
Aluno							
Letícia	1	S	N	N			
Luana		N					
Paulo		N					
Amar		N					
Guarna							
Tempo							

Resolução do Problema de Lógica sobre a Grécia Antiga		
Aluno	Divindade	Atribuição
Letícia	Ares	guerra
Luana	Eros	amor
Paulo	Cronos	tempo

## CORREÇÃO DO PROBLEMA DE LÓGICA EM POWER POINT(PARTE DO PROFESSOR)

Depois do **problema de lógica** começamos com o conteúdo propriamente dito. No caso do nosso exemplo, o "texto resumo" sobre Grécia Antiga resultou em um **texto de encaixe** (Período Arcaico), um **criptograma** (Atenas, Esparta e Democracia), um **dominox** (Período Clássico) e um **caça palavras** (Período Helenístico). Por uma questão de

limitação de laudas, colocaremos aqui apenas a parte do aluno, mas ressaltamos que **todas** as atividades são gabaritadas com apresentações de *Power Point* animadas, "obrigando" o aluno a se manter atento até o final de suas execuções a fim de corrigir seu preenchimento de palavras nas lacunas do texto.

2) O **texto de encaixe** é uma atividade na qual o aluno deve completar as lacunas do texto com as palavras contidas no “banco de palavras”. Isso faz com que ele tenha que ler o texto para, ao preenchê-lo, satisfazer a coesão e coerência exigidas.

Nesta etapa explicamos ao aluno apenas o **modo de fazer** a atividade.

4) O **criptograma** é uma atividade na qual não há “banco” de palavras e o aluno deve descobrir pelo contexto ao menos uma das palavras a serem preenchidas nas lacunas. A partir do momento no qual desvendar uma das palavras, deve distribuir suas letras uma em cada quadradinho numerado na parte direita da atividade. Para cada número igual há uma letra igual, então o aluno deve ir colocando as letras cujos números já foram

6) O **caça palavras** é uma atividade na qual o aluno deve preencher as lacunas do texto com as palavras que constam no “banco de palavras”. Isso faz com que ele tenha que ler o texto para, ao preenchê-lo satisfazer a coesão e coerência exigidas. O aluno deve, ainda, encontrar no quadro as palavras do banco que estão misturadas e embaralhadas. Esta etapa tem sido concluída com êxito, inclusive, pelos alunos que

[illegible]

**II - Texto de encaixe (parte do aluno)**

*Jogos de História – Zonas Antigas e Zonas Modernas – Edição: Clube de Autógrafos*

**GLIOTGRAMA SOBRE A GRÉCIA ANTIGA**

ATINAE									
Esta pólis teve um grande desenvolvimento	1	2	3	4	5	6	7	8	9
o desenvolvimento da política educacional para a formação da _____	4	6	10	5	10	11	12		
Em consideração uma _____, compete-lhe, já que recebeu matrios e instrução de vários portos _____ do mundo antigo, além de ter por _____ política o democrático.	5	2	15	6					

ESPARTA									
Ao contrário de Atenas, Esparta tinha _____	2	4	10	6	10	11	1	8	9
_____ militar utilizada para formar cidadãos e também dos deuses, fundadores de cidades _____	2	10	14	4	9	10	11	12	
Outra política espartana era _____ (evitando os estrangeiros)	6	16	2	6	10	17	10	18	9
Esparta tinha, por regime _____	1	12	9	6	9	2	4	12	
oligopcia _____									

DEMOCRACIA									
A democracia surgiu em Atenas, no séc. V, e o modelo que se a pôs _____ o nome da sua origem.	19	14	12	9	5	4	2		
A nome democracia é representativo da _____ (passou que representava temas da _____)	2	9	2	12	2	1	12	10	
A democracia na Grécia era _____	1	12	2	2	6	6	10	9	
_____ cidades com a democracia _____	4	6	10	5	10	11	12		
Em Atenas, ao serem constituídos _____ com mais de 18 anos de idade _____									

*Manuela Correia de Sousa e Rafael Coelho Bastos*

### III - criptograma (parte do aluno)

planejamento).

3) Após o término da confecção da atividade por parte dos alunos começamos a correção. O gabarito vai “aparecendo” no *Power Point* e neste processo explicamos o conteúdo propriamente dito (de acordo com os objetivos traçados no planejamento).

desvendados por ele. Isso faz com que ele desvende mais palavras até concluir a atividade.

Nesta etapa explicamos ao aluno apenas o **modo de fazer** a atividade.

5) Após o término da confecção da atividade por parte dos alunos começamos a correção. O gabarito vai "aparecendo" no *Power Point* e neste processo explicamos o conteúdo propriamente dito (de acordo com os objetivos traçados no p).

*Três de História – Tradição Antiga e Tradição Medieval – Editora Oficina de Artes*

**CAÇA FALADO SOBRE GRÊÇA ANTIGA**  
**PERÍODO HELLENÍSTICO**

Releia II do capítulo e complete:

Falando \_\_\_\_\_, deixo também as milícias entre os cidadãos gregos. Depois de sua morte, sua família \_\_\_\_\_, logo depois, quando chegou Alexandre, o Grande, assumeu o trono e deu continuidade à política expansionista do pai. Sendo assim, conquistou o \_\_\_\_\_ e a Ásia Menor levando para essas regiões o cultura grega.

Imagem 2: [www.artehistoria.com.br](http://www.artehistoria.com.br)

\_\_\_\_\_ o nome da cultura grega. Imprima \_\_\_\_\_.

Portanto, a cultura helenística é aquela na qual houve a \_\_\_\_\_ entre a cultura grega (tradição clássica de helenismo) e a cultura \_\_\_\_\_ do período.

Aproximadamente dois séculos depois, Roma conquistou a Grécia e a Alexandria.

Naquele período, destacamos Plínio o Velho, Píndaro, Apolônio de Pérgamo e \_\_\_\_\_.

Na filosofia e filosofia: \_\_\_\_\_ e a ciência \_\_\_\_\_.

A partir da década II, o Império Helenístico foi conquistado pelos \_\_\_\_\_.

A	D	R	T	Y	S	B	N	A	S	W	E	C	V	E	R	S	T	H	L	C
P	M	A	C	H	O	D	O	N	I	A	A	S	O	D	F	R	G	R	C	
A	C	K	W	S	S	S	J	B	L	U	E	R	T	A	C	E	R	S		
U	V	J	F	I	C	D	A	C	U	N	Y	C	A	O	X	Q	O	C	A	
L	N	H	T	F	F	F	V	O	T	O	A	S	T	A	S	T	O	S	F	
C	M	H	O	S	O	S	O	S	U	G	N	O	S	S	S	S	S	O	D	
A	C	H	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	
H	B	L	E	N	I	S	T	I	C	O	S	C	F	T	Y	O	W	B	T	
P	S	R	T	W	L	S	U	K	R	G	Q	A	L	E	X	A	N	O	R	
O	X	E	I	M	H	Y	L	V	E	S	Y	A	A	S	T	O	Y			
S	E	S	U	R	N	O	T	C	D	R	R	U	Z	A	C	T	O	W		
U	A	C	O	I	E	S	E	N	T	A	L	Y	Y	C	A	C	O	S		
Y	Q	N	Y	T	A	N	R	M	E	T	I	W	J	C	F	B	E	K		
T	W	A	T	Y	S	H	E	N	W	G	T	S	O	V	O	N	O	W		
R	E	M	W	U	T	J	S	X	H	O	Q	U	E	N	T	I	M	E	B	
U	A	C	O	I	E	S	E	N	T	A	L	Y	Y	C	A	C	O	S		
S	U	Q	F	G	S	A	A	Q	E	F	W	S	O	P	U	T	R	W		

**EXERCÍCIOS**

ATIVIDADE DE REVISÃO – FALANDO SOBRE GRÊÇA ANTIGA – PERÍODO HELLENÍSTICO – GRÊÇA ANTIGA – PLÍNIO O VELHO

ROBSON

Mariana Correia de Sousa e Rafael Coelho Bezerra

#### IV - caça palavras (parte do aluno)

apresentam dislexia e *déficit* de atenção, pois é uma atividade que exige o exame de letra por letra para encontrar a palavra. Nesta etapa explicamos ao aluno apenas o **modo de fazer** a atividade.

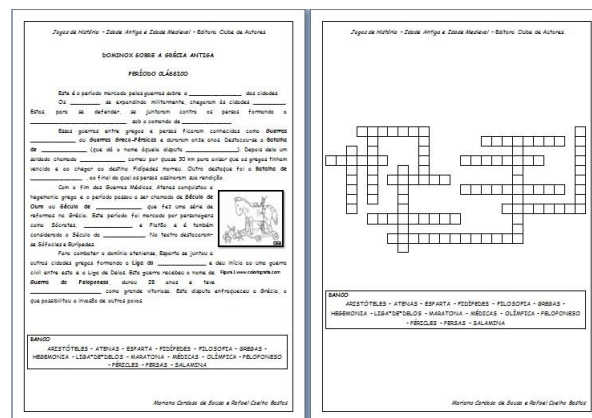
7) Após o término da confecção da atividade por parte dos alunos começamos a correção. O gabarito vai “aparecendo” no *Power Point* e neste processo explicamos o conteúdo propriamente dito (de acordo com os objetivos traçados no planejamento).

8) O **dominox** é uma atividade na qual o aluno deve preencher as lacunas do texto com as palavras que constam no “banco de palavras”. Isso faz com que ele tenha que ler o texto para, ao preenchê-lo satisfazer a coesão e coerência exigidas. O aluno deve, ainda, preencher, com essas mesmas palavras do banco, um diagrama no qual elas devem se encaixar de modo que seus cruzamentos se dêem de forma harmoniosa. Esta etapa tem sido concluída com êxito, inclusive, pelos alunos que apresentam dislexia e *déficit* de atenção, pois é uma atividade que exige o cômputo do total de letras de cada palavra e suas tentativas de cruzamento

9) Após o término da confecção da atividade por parte dos alunos começamos a correção. O gabarito vai “aparecendo” no *Power Point* e neste processo explicamos o conteúdo propriamente dito (de acordo com os objetivos traçados no planejamento).<sup>1</sup>

Este processo se repete dia após dia até que todos os conteúdos planejados para o bimestre tenham sido abordados e concluídos.

Enfatizamos que os conteúdos (**todos**) são apresentados em formato de passatempo com confecção autônoma e correção com a explicação feita em *Power Point*. A correção em *Power Point*



V – Dominox (parte do aluno)

auxilia muito o professor uma vez que ali já estão contidos os mapas e objetos digitais necessários à explicação do conteúdo em questão. No caso do nosso exemplo, constam mapas da Grécia (para localização em relação ao mundo, à Europa etc), figuras dos deuses e mitológicas, charges sobre pontos relevantes (como o conceito de democracia, por exemplo) e outras iconografias necessárias.

Na Rede Estadual de Ensino do Estado do Rio de Janeiro existe a obrigatoriedade de a avaliação conceitual do aluno ser feita com, pelo menos, três instrumentos diferentes. Nossa composição de notas se dá com os seguintes instrumentos: I) **Trabalho**; II) **Simulado** (Avaliação tipo prova tradicional – geralmente este instrumento é preestabelecido pelas escolas) e III) **Olimpíada de História** (esta atividade acontece ao final do bimestre e engloba os conteúdos estudados no ano civil em exercício – até o bimestre no qual o jogo está sendo aplicado – mais todos os conteúdos estudados em séries anteriores). Isso possibilita que a matéria vá sendo revista ao longo dos anos e ao final do 3º ano (uma vez que trabalhamos com o Ensino Médio, conforme já fora explicitado)

<sup>1</sup> Obs: Todo este material do aluno está compilado e disponível para compra em uma coleção intitulada **Jogos de História – Volumes I, II e III** publicada pela **Editora Clube de Autores** no endereço eletrônico:

[https://www.clubedeautores.com.br/books/search?utf8=%E2%9C%93&where=books&what=mariana+cardoso+de+sousa&sort=&topic\\_id=](https://www.clubedeautores.com.br/books/search?utf8=%E2%9C%93&where=books&what=mariana+cardoso+de+sousa&sort=&topic_id=)

aqueles que pretendem prestar provas de vestibulares e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) têm maior possibilidade de êxito por já terem feito revisões periódicas ao longo dos bimestres. Esta vantagem também se aplica àqueles vestibulares que acontecem no primeiro semestre.

Quanto à avaliação em formato de **Olimpíada de História** ela é composta de quatro jogos diferentes, aplicado um a cada bimestre. Todos os jogos são apresentados em versão digital no *Power Point* para se explorar melhor iconografias e músicas.<sup>2</sup>

Os jogos são eficazes na socialização, na assimilação e sintetização de conteúdos, no controle da ansiedade (por esperar a vez do outro falar, ouvir e jogar) e no estímulo e prazer pelo aprender, estimulando, assim, a autonomia da aprendizagem necessária a qualquer estudante.

Os alunos se dividem em equipes e a cada jogo o grupo elege uma pessoa que será o “pino”, ou seja, o responsável por andar sobre o tabuleiro e responder às questões propostas. Ele pode (e deve) consultar a equipe para dar sua resposta, mas é ele quem tem a “palavra final”. Isso auxilia no “ouvir” e na organização de grupos, bem como de estratégias para os jogos – cada qual com uma dinâmica diferente.

Outro ponto importante é o estímulo à sintetização de conteúdos que os jogos possibilitam. Isso se mostra evidente no momento em que o aluno sabe de qual conteúdo se trata apenas por uma representação iconográfica ou por um trecho musical.

**Para elucidar a dinâmica dos jogos segue uma breve explicação sobre cada um deles:**

1) **Jogo das Caixas:** O objetivo deste jogo é chegar à última fileira do tabuleiro. Para avançar sobre as casas o aluno deve responder corretamente às questões propostas. O aluno, no entanto, só pode escolher uma casa livre do tabuleiro. Porém, há caixas falsas. Caso o aluno “caia” numa delas, deve voltar ao início do tabuleiro. Esta atividade faz com que, além de raciocinarem sobre os conteúdos cobrados, os alunos elaborem estratégias para “fechar” os adversários no tabuleiro de modo que sejam obrigados a pular nas caixas falsas depois que elas são descobertas.

Obs: uma versão simplificada deste jogo foi compilada no livro **Jogo das Caixas – Volume I** e abrange desde “Introdução à História” até “Grécia Antiga”, incluindo mitologia. Nele o professor encontrará as regras, um tabuleiro e fichas com as questões propostas. Basta recortar e jogar com a turma. Este livro está disponibilizado para compra pela virtual **Clube de Autores** Em breve



<sup>2</sup> Fotos reais



publicaremos novos volumes com os conteúdos “seguintes”.<sup>3</sup>

II) **“Tá” falando de quê?:** O objetivo deste jogo é chegar à última casa do tabuleiro (são cinquenta no total). Para avançar as casas os alunos devem descobrir do que trata a questão usando o mínimo de dicas possível. Por exemplo: a questão se trata de uma pessoa a ser descoberta por eles. Essa pessoa seria o Hitler. É lida a primeira dica: “1) Nasci na Áustria”. A equipe da vez pode dar um “chute”. Caso acerte, andará 5 casas no tabuleiro (pois acertou com uma dica só). Caso não acerte, passa-se a vez para a próxima equipe que recebe mais uma dica: “2) Fiquei famoso na Alemanha”. Caso acerte, andará 4 casas no tabuleiro. Caso não acerte, passa-se a vez para a próxima equipe que recebe mais uma dica: “3) Meu bigode é muito peculiar”. Caso acerte, andará 3 casas no tabuleiro. Caso não acerte, passa-se a vez para a próxima equipe que recebe mais uma dica: “4) Há quem diga que sou o maior estrategista de guerra que o mundo já viu”. Caso acerte, andará 2 casas no tabuleiro. Caso não acerte, passa-se a vez para a próxima equipe que recebe a última dica: “5) Fui responsável, entre outras coisas, pelo Holocausto na 2ª Guerra Mundial”. Caso acerte, andará 1 casa no tabuleiro. Caso não acerte, passa-se a vez para a próxima equipe e começa-se outra ficha.

Algumas questões, ao invés de ter dicas, são iconográficas e valem pontuação dobrada. Neste caso, a figura vai aparecendo de forma aleatória por partes e ao acertarem com menos partes, mais andarão sobre o tabuleiro. Se acertar com uma parte da figura, anda 10 casas; com duas partes, 8; com três partes, 6; com quatro, 4 e com a figura



totalizada, 2. Vale ressaltar que as partes aparecem formando a figura sem o espaço que enfatizamos neste exemplo.



**Prova que é fácil:** Este é um jogo interdisciplinar para o qual os professores das demais disciplinas são convidados a enviar questões.



Nele os alunos devem responder corretamente a pelo menos uma questão de cada disciplina

<sup>3</sup> Versão do livro **Jogos das Caixas – Volume I** disponibilizado pela Editora Clube de Autores.



participante para ir para a 2ª fase. Nesta fase, o grupo com maior pontuação escolhe sobre qual disciplina quer responder e todos os grupos devem responder a mesma questão. Atingi-se a 3ª fase quando, pelo menos, uma das equipes completa metade dos acertos da 2ª fase. Porém, diferente da 1ª fase, só passam para a 3ª aqueles grupos que cumprirem o requisito da 2ª fase. A 3ª fase é sobre “cultura geral”.

A cada fase o nível das questões é dificultado.

IV) **Sexo, História & Rock’n Roll:** Neste jogo as questões são sobre História e História da sexualidade. A parte do “Rock’n Roll” se dá quando as questões são feitas com música (de diversos gêneros).

Por exemplo: Toca-se um trecho de uma música “[...] O russo que guardava o botão da bomba H tomou um pilequinho e quis botar tudo pro ar [...]”<sup>4</sup>. Ao ouvir a música o aluno deve responder que o trecho está relacionado à Guerra Fria. Para isso ele escolherá uma das alternativas apresentadas.

Os resultados obtidos ao longo do ano letivo foram muito positivos. A aprovação mínima passou a marca dos 80% (oitenta por cento) tendo turma

que chegou a 100% (cem por cento) – como se pode observar no gráfico a seguir. Até os alunos que, segundo relato de colegas professores, se mostravam um pouco desinteressados nas outras disciplinas se mantinham compenetrados ao realizar os passatempos de História e nos dias dos jogos o envolvimento com a atividade e a boa relação entre eles podiam ser facilmente notados.

Sendo assim, finalizamos este relato convictos de que a metodologia é eficaz, inovadora (ao ser implementada como metodologia e não apenas como instrumento e ao apresentar diariamente objetos digitais) e qualitativa para o aprendizado dos alunos. Ressaltamos que também é de fácil aplicabilidade, pois requer materiais que as escolas, em geral, possuem.

Para corroborar tal afirmativa, transcrevo a seguir (na íntegra) os relatos da diretora da escola e de um



<sup>4</sup> Música “Quando acaba o maluco sou eu”, de Raul Seixas.



aluno (atualmente no 3º ano do Ensino Médio),  
respectivamente.

*“A professora Mariana aborda a disciplina de História utilizando um método bastante eficaz e inovador. Os alunos aprendem de forma lúdica e os resultados são significativos, tanto no que se refere ao rendimento escolar, quanto à frequência. Analisando as turmas para a qual a professora lecionou, foi observado que os alunos se mostravam mais interessados, evitando faltar ou até mesmo chegar atrasados. O número de aprovação mínimo nas referidas turmas foi de 80% e o número de evasão foi zero. Para a realização das aulas a professora faz uso de um aparelho de Datashow, um notebook e apostilas bimestrais elaboradas por ela. Os alunos relatam que a metodologia utilizada pela referida professora é muito mais interessante que a metodologia tradicional, até então a única conhecida por eles. Discentes que já finalizaram o Ensino Médio e realizaram a prova do ENEM ou outras provas externas relatam que as apostilas da professora foram muito importantes para um*

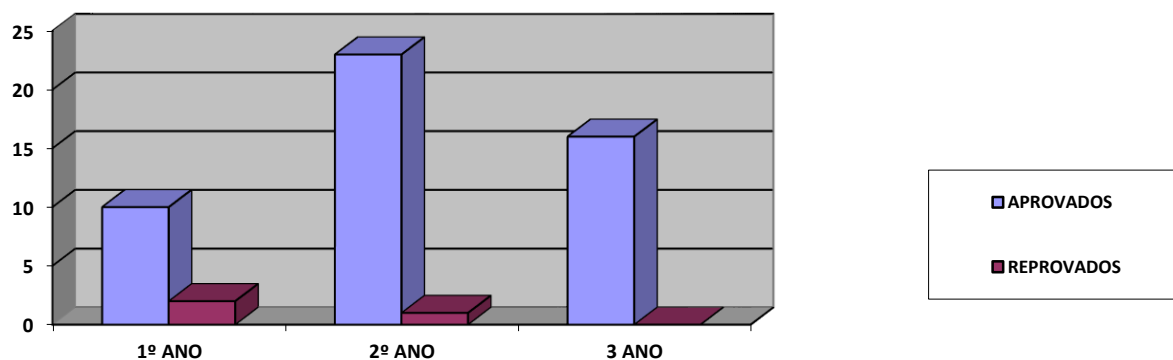
*bom resultado nessas provas”. (informação verbal<sup>5</sup>).*

*“O método de aula da professora Mariana é inegavelmente eficiente e inovador. Trata-se de uma maneira que foge do clássico e monótono livro didático, despertando assim, o interesse do aluno pelas disciplinas lecionadas pela professora, e, colaborando, por conseguinte, para o melhor aprendizado do conteúdo. Soma-se a isso o fato da apostila funcionar como um rápido instrumento de fixação. Desse modo, sempre que houver dúvidas, ou mesmo na preparação para uma prova, é possível preencher as atividades da apostila e sedimentar os conteúdos por meio dos jogos. Logo, é nítido que o modo autêntico com o qual a professora ensina é, de fato, um processo divertido, excitante e eficiente para os alunos” (informação verbal<sup>6</sup>).*

**Mariana Cardoso de Sousa** possui Graduação em História (Licenciatura Plena) e Pós-graduação em Formação de Professores para o Ensino Superior. Conquistou do Prêmio Profissional da Educação Nota 10 ofertado pela Câmara Municipal de Nova Friburgo em 2017.

**Rafael Coelho Bastos** possui Graduação em História (Licenciatura Plena) e Pós-graduação Lato Sensu Especialização em “Do Iluminismo ao Pós-Modernismo: História, Sociedade e Cultura Contemporânea”.

**Quanto aos resultados, segue o gráfico:**



<sup>5</sup> Informação oral proferida pela senhora Fabíola Figueira lecher (Diretora Geral do Colégio Estadual Professor Carlos Côrtes) em entrevista por ocasião do Prêmio Profissional da Educação Nota 10 ofertado à referida professora pela Câmara Municipal de Nova Friburgo (2017).

<sup>6</sup> Informação oral proferida por Vinícius de Oliveira Munhães (aluno concluinte do Ensino Médio do Colégio Estadual Professor Carlos Côrtes) em entrevista por ocasião do Prêmio Profissional da Educação Nota 10 ofertado à referida professora pela Câmara Municipal de Nova Friburgo (2017).

Coluna:



## ***DR. BAIXADA : UM PERSONAGEM ENTRE O “ HOMEM DA CAPA PRETA” E O ESQUADRÃO DA MORTE.***

*Por Aderaldo Januário de Almeida*

**D**r. Baixada é um personagem fictício criado no ano de 1980 pelo cartunista Luscar, pseudônimo de Luiz Carlos dos Santos.<sup>1</sup> O personagem emprega nas suas histórias o uso da violência para manter sua “lei” e “ordem”. Dr. Baixada e os demais personagens que compõem suas histórias foram publicadas no “caderno B” do Jornal Do Brasil entre os anos de 1982 e 1985. Também teve participação na revista Mad, da Editora

Vecchi. No Ano de 1986 teve uma compilação de suas histórias publicadas pela editora Circo.<sup>2</sup>

O personagem possui características que podemos atribuir ao obscuro político Tenório Cavalcanti,<sup>3</sup> este que aterrorizou a baixada fluminense, especialmente Duque de Caxias, nos anos de 1940 até os anos iniciais de 1960. Márcia Regina Costa argumenta que o ex-político atuava na política local combinando violência e populismo<sup>4</sup>, para mui-

<sup>1</sup> KLEINERT, André. GOIDANICH, Hiron Cardoso. *Enciclopédia dos Quadrinhos*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011. P, 288.

<sup>2</sup> LUSCAR. *Dr. Baixada & Cia. Sangue, suor e cachaça*. São Paulo: editora Circo. 1986.

<sup>3</sup> Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Bonifácio, no município de Palmeira dos Índios (AL), no dia 27 de setembro de 1906. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 5 de maio

de 1987. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cavalcanti-tenorio>. Acesso dia 18 de abril de 2018.

<sup>4</sup> COSTA, Márcia Regina. *São Paulo e Rio de Janeiro: A constituição do Esquadrão da morte*. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual->

tos ele era considerado um justiceiro. O personagem é chamado de Dr. Baixada e Tenório Cavalcanti era conhecido pelos aliados políticos como “rei da baixada”.<sup>5</sup> Assim como o personagem, o ex-político também utilizava uma capa preta, além de sempre estarem de chapéu.

Tenório Cavalcanti ficou muito conhecido como “o homem da capa preta”, pois carregava consigo uma metralhadora de nome “Lurdinha”. Era uma forma de proteção contra os seus inimigos, já que o político sofreu vários atentados contra sua vida. Sua carreira política foi interrompida em 1964 quando se instaurou o regime Civil militar no Brasil, como

indica Almeida, “a truculência de Tenório Cavalcanti, atravessou várias décadas até ser interrompida com outra truculência, a do regime militar de 64”.<sup>6</sup> Podemos indicar visualmente que, Tenório Cavalcanti “o homem da capa preta” serviu como uma das inspirações para Luscar criar o Dr. Baixada.

No lado esquerdo, está o personagem Dr. Baixada<sup>7</sup>, do lado direito ao centro, está o ex-político Tenório Cavalcanti.<sup>8</sup> Essas semelhanças que descrevemos anteriormente pode ter outras explicações: pode ser devido a estatura do personagem, o ex-político pode ter sido inspiração para a criação do personagem ou não.<sup>9</sup> Todavia a semelhanças de seus trajes são inegáveis.

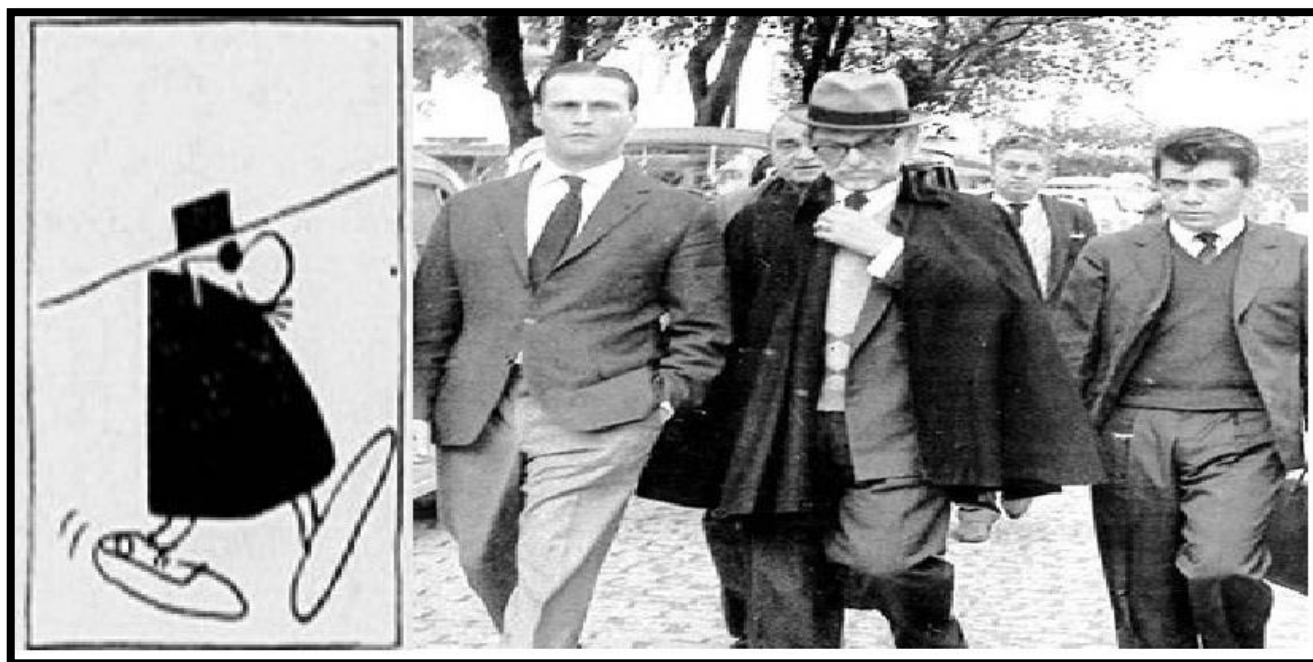


Figura 1

da-anpocs/gt-20/gt21-14/5205-mcosta-sao-paulo/file. Acesso 17 de Abril de 2018. P, 6.

<sup>5</sup> <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/tenorio-cavalcanti-comandou-imperio-do-terror-na-baixada-fluminense-10614288>. Acesso dia 18 de abril de 2018.

<sup>6</sup> ALMEIDA, Marcos Farias de. *Extermínio seletivo e limpeza social em Duque de Caxias: A sociedade brasileira e dos indesejáveis*. Dissertação de mestrado: Universidade de campinas. 1998. P, 36.

<sup>7</sup> Jornal do Brasil. Caderno B. 26 de janeiro de 1983, p 7.

<sup>8</sup> Imagem retirada do site: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/tenorio-cavalcanti-comandou-imperio-do-terror-na-baixada-fluminense-10614288>. Acesso dia 18 de abril de 2018.

<sup>9</sup> Poderíamos tirar essa dúvida com o criador do personagem, todavia não foi possível fazer contato com Luiz Carlos dos Santos (Luscar). Por tal fato, ficaremos na especulação da influência na criação do personagem.

Não foi apenas o ex-político que serviu de base para a criação do personagem, analisando suas tirinhas, podemos apontar que o *Modus operandi* dos esquadrões da morte que atuavam na Baixada fluminense no estado do Rio de Janeiro nos anos finais de 1950, 1960 e 1970,<sup>10</sup> e ficaram muito conhecidos pela população, também serviram de base para a criação do personagem e de suas tirinhas. Segundo Márcia Regina Costa,

*“Com origem policial o Esquadrão da Morte surgiu fundado em um discurso moralista de defesa da sociedade contra os elementos indesejáveis e de manutenção da ordem pública. Mas, desde o seu início, ele esteve ligado com corrupção, venda de proteção para traficantes de drogas, associação com grupos de criminosos. E, além disso, vários de seus membros participaram da repressão política contra os inimigos do regime militar que se instalou no Brasil em 1964.”<sup>11</sup>*

O Esquadrão da Morte,<sup>12</sup> segundo Costa, surgiu com um discurso moralista e de defesa da manutenção da ordem, e para isso empregavam a violência, o assassinato para manter uma dita “ordem”. A “ordem” para os participantes dos esquadrões da morte era executar indivíduos indesejáveis e manter a área de influência do esquadrão sob controle. Nada muito distante com a nossa realidade no Rio de Janeiro atual.

Podemos definir o personagem Dr. Baixada como uma mescla de Tenório Cavalcanti e a atuação do esquadrão da morte, pois analisando as tirinhas, artigos, estudos referentes ao período de operação de ambos, é notória as semelhanças profundas com o personagem e suas histórias. Isso é possível pois, segundo Joatan Preis Dutra,

*“As histórias em quadrinhos, como todas as formas de arte, fazem parte do contexto histórico e social que as cercam. Elas não surgem isoladas e isentas de influências. As ideologias e o momento político e social, moldam, de maneira decisiva, até o mais descompromissado gibi.”<sup>13</sup>*

A partir dessa afirmação podemos concluir que as tirinhas, charges, cartuns, quadrinhos, são influenciados pelo contexto histórico, social e político em que foram criadas, de maneira indireta ou direta. Nos anos iniciais de 1980 que foi criado a tirinha do Dr. Baixada e seus personagens, Tenório Cavalcanti já não tinha mais força política e o esquadrão da morte tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo estavam na mira de setores do judiciário<sup>14</sup>. Segundo Mauro Sérgio da Rocha, baseado no entendimento de Vigotski,

*“A fantasia possui suas bases no real vivido e, portanto, tem sua origem na realidade social e histórica. Para este autor, toda prática, seja ela criativa ou não, possui ligação direta com o meio material em que se constrói. Nesse sentido, a fantasia presente nas HQs, entendida por esse viés, é constituída através da relação constante e dialética entre o social e o individual.”<sup>15</sup>*

A realidade, os acontecimentos, experiências, contribuíram para criação do personagem. Esse entendimento também é compartilhado por François Laplantine e Liana Trindade. Os autores argumentam,

*“Imagens são construções baseadas nas informações obtidas pelas experiências visuais anteriores. Nós produzimos imagens porque as informações envolvidas em nosso pensamento são sempre de natureza perceptiva. Imagens não são coisas concretas, mas são criadas como parte do ato de pensar.”<sup>16</sup>*

<sup>10</sup> Podemos constatar a atuação de grupos de esquadrões da morte até nos anos iniciais de 1990.

<sup>11</sup> COSTA, Márcia Regina. *Op. Cit.*, P, 1.

<sup>12</sup> Grupos de agentes policiais como Scuderie Detetive le Cocq, Invernada de Olaria, 12 homens de Ouro foram alguns dos grupos de esquadrão da morte que atuaram no estado do Rio de Janeiro. Ver Márcia Regina Costa. *Op. Cit.*

<sup>13</sup> DUTRA, Joatan Preis. *História & História em Quadrinhos: A utilização das HQs como fonte histórica político-social*. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. P, 8.

<sup>14</sup> Muitos acusados de participar de Esquadrões da Morte não foram punidos e muitas investigações foram suspensas e/ou encerradas.

<sup>15</sup> ROCHA, Mauro Sérgio. *Do Imaginário ao real: Possibilidades interpretativas das Histórias em quadrinhos*. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAADMoAF/imaginario-ao-real-possibilidades-interpretativas-das-historias-quadrinhos#>. Acesso dia 23 de julho de 2014.P, 1.

<sup>16</sup> LAPLANTINE, François. TRINTADE, Liana. *O que é imaginário*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1997. P, 10.



Porque é o autor que é influenciado pelo período que vive, imagens, notícias, ou seja, os acontecimentos, e que consequentemente ele passa essa influência para sua criação. Para alcançar um determinado objetivo, seja passar uma mensagem de uma determinada corrente ideológica, fazer críticas, zombar de algo ou alguém, ou simplesmente

divertir. No caso específico da tirinha do Dr. Baixada, Luscar foi contemporâneo do período de atividade do Esquadrão da Morte e de Tenório Cavalcanti. Consequentemente, isso nos leva a teoria na influência na obra de Luiz Carlos dos Santos (Luscar).

#### Dr. Baixada o filósofo da violência.<sup>17</sup>



Figura 2 Luscar. Op. Cit., P, 21.

Nesse tópico pretendemos analisar a tirinha do personagem e seus discursos em algumas de suas histórias e empreender uma relação com a imagem de Tenório Cavalcanti e o esquadrão da morte. O personagem criado por Luscar é um símbolo de violência, contradição e autoritarismo que foi estabelecido em torno da figura do “Homem da Capa Preta” e a violência empregada pelos esquadrões da morte. Grosso, sádico e falso moralista, seu objetivo é manter a sociedade dentro da lei e da ordem e para isso ele vive fora da lei e da ordem. E

para tal, utiliza a violência, por vezes ele está mais para um membro do esquadrão da morte.

A tirinha acima apresenta o personagem articulando um pensamento sobre a lei e a ordem. Segundo o entendimento de Vergottini, ordem pública é “(...) como sinônimo de convivência ordenada, segura, pacífica e equilibrada, (...)”,<sup>18</sup> essa definição de ordem está longe do tipo de “ordem” do personagem.

<sup>17</sup> Definição do jornalista Tarso de Castro.

<sup>18</sup> VERGOTTINI, Giuseppe. *Ordem pública*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília- UNB, 1998. P, 851.



Figura 3

Na figura 3 constatamos que a lei e a ordem que personagem principal tanto se gaba, na verdade são as suas leis, o que ele vê como certo para ele, a "ordem" é nada mais que sua autoridade, suas or-

dens. Valerio Zanone explica que repressão se entende "a integração dos cidadãos na polis pressupõe a consenso comum acerca das "regras do jogo" que visam reprimir a violência individual e os comportamentos desviados".



Figura 4 - Luscar. Op. Cit., P, 20



Figura 5-Luscar. Op. Cit.,P, 19.



Figura 6- Luscar. Op. Cit.,P, 11.

Nas figuras 4, 5 e 6 constatamos que para o Dr. Baixada a repressão indiscriminada é uma diversão, não necessariamente os demais personagens estão agindo violentamente, para o personagem o importante é aterrorizar a todos e sem perder o humor negro.<sup>19</sup>

Anteriormente destacamos que o *modus operandi* do personagem, a sua forma de agir, seus crimes, eram muito semelhantes ao dos Esquadrões da Morte. O personagem se defende dessa acusação.

Em algumas tirinhas Dr. Baixada diz que não pertence a grupos de extermínios. Na figura 7, a tirinha faz uma alusão de uma morte cometida por um esquadrão gigante (esquadrão), referência a atuação do Esquadrão da Morte.

<sup>19</sup> Definição de humor negro, segundo Urbano Zilles. "Com a expressão humor negro, designa-se o humor que choca pelo emprego de elementos mórbidos e/ou macabros em situações cômicas". ZILLES, Urbano. *O Significado do Humor*. Disponível

em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3239/2499>. Acesso 1 de Maio de 2018. P, 83.



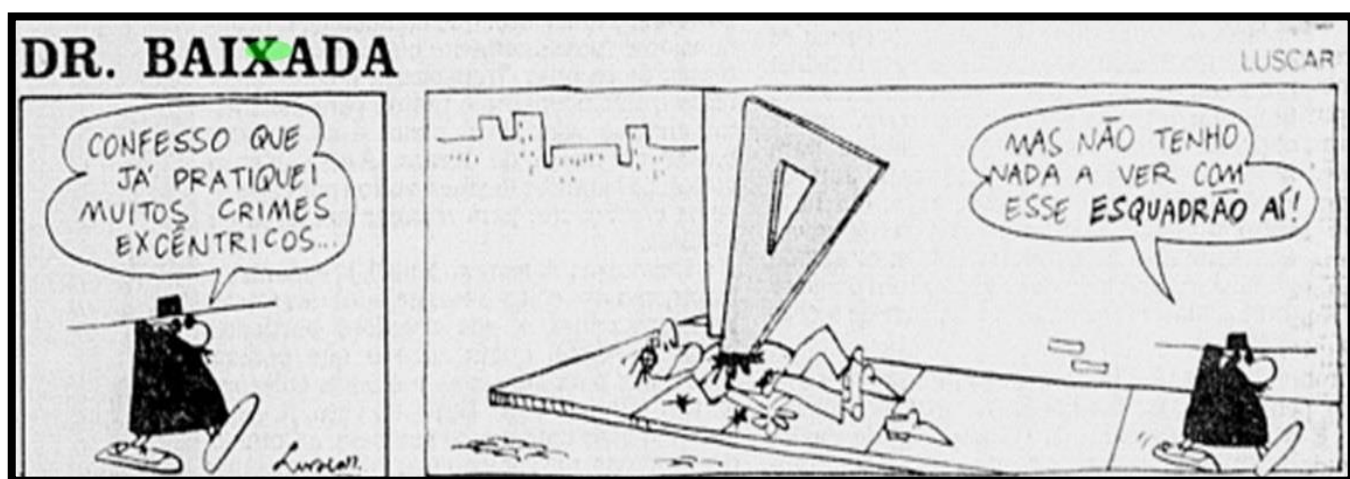


Figura 7 - Jornal do Brasil. 8 de Janeiro de 1983, Caderno B. P, 7.

Nos primeiros quadros das figuras 8 e 9 o personagem explica que não tem nada a ver com a “polícia mineira”, nestes casos ele faz referência de como os esquadrões da morte ficaram conhecidos pela população. A cientista social Márcia Regina da Costa esclarece, “na década de setenta e início da de oitenta outros grupos de extermínio passaram a agir no Rio, (...), os grupos de extermínio no Rio também passaram a serem chamados de “polícia

mineira”.<sup>20</sup> Uma menção ao estereótipo do jeito mineiro de ser, quieto, na sua, não fala o que faz, fala pouco e ouve muito. No caso dos grupos de extermínio o que mais se ouvia era sobre o aparecimento de corpos.

O personagem realmente não pertence a grupos de extermínio, todavia sua conduta é muito semelhante ao modo de funcionamento dos esquadrões.



Figura 8 - Luscar. Op. Cit., P,23.

<sup>20</sup> COSTA, Márcia Regina da. *Op. Cit.*, P, 12.

<sup>21</sup> ALMEIDA, Marcos Farias de. *Op. Cit.*, P, 79.

<sup>22</sup> COSTA, Márcia Regina da. *Op. Cit.*, P, 8.

<sup>23</sup> Ver Marcos de Farias de Almeida. *Op. Cit.*, P, 75.



Figura 9 - Luscar. Op. Cit., P,16.



Figura 10 - Luscar. Op. Cit., P,13.



Figura 11- Luscar. Op. Cit., P, 9.



Com o discurso moralista e de defesa do cidadão de bem os grupos de extermínio executavam ladrões e indivíduos indesejáveis que estavam dentro da área de influência do grupo. Marcos Farias de Almeida informa que “(...), o ofício de matador ligado ao grupo de extermínio se contextualiza através do que eles chamam de exercício de manter a área limpa”. Segundo Costa, essa limpeza de desenvolvia através do assassinato de ladrões, os homicídios eram justificados “(...) com a desculpa de ‘que não adiantava prender os supostos marginais, pois a justiça os soltaria em pouco tempo’ “. Vale destacar que muitos membros dos grupos de extermínio

A contradição do personagem igual a contradição dos Esquadrões da Morte, se diziam “cidadão de bem” e dos valores morais, todavia não passavam de criminosos, sádicos e cruéis. A pesquisadora Márcia Regina argumenta que, “através da marca

eram agentes de segurança pública, policiais e expolíciais, delegados, detetives.”<sup>24</sup>

Nas figuras 10 e 11 vemos o Dr. Baixada executando assaltantes, método do personagem de manter a “ordem e a lei”, eliminar os perigosos, nada muito distante do modo de pensar e agir dos grupos de extermínios que atuavam no Rio de Janeiro. Para o personagem pouco importa se o outro está agindo violentamente ou não, se está praticando algo ilícito de pequeno ou grande magnitude, o personagem trata todos iguais, seja criminoso ou vítima. Isso pode ser constatado em várias de suas tirinhas assim como na figura 11.

esquadrão da morte escondiam-se policiais corruptos ligados ao crime, extorsão e tráfico de drogas”.<sup>25</sup> Seus participantes se valiam de seus cargos e de instituições públicas para proporcionar e ampliar os interesses do grupo criminoso.

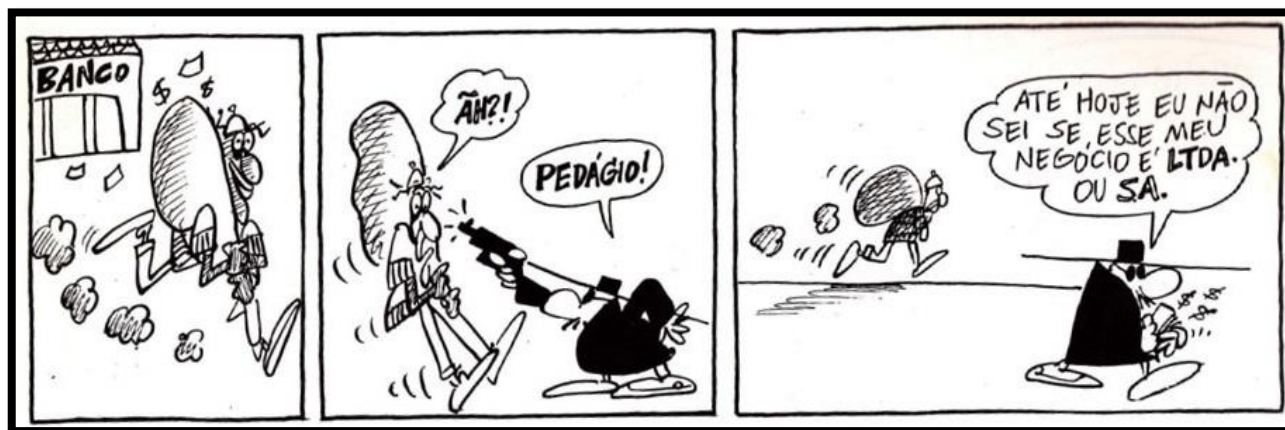


Figura 12 - Luscar. Op. Cit., P,30.

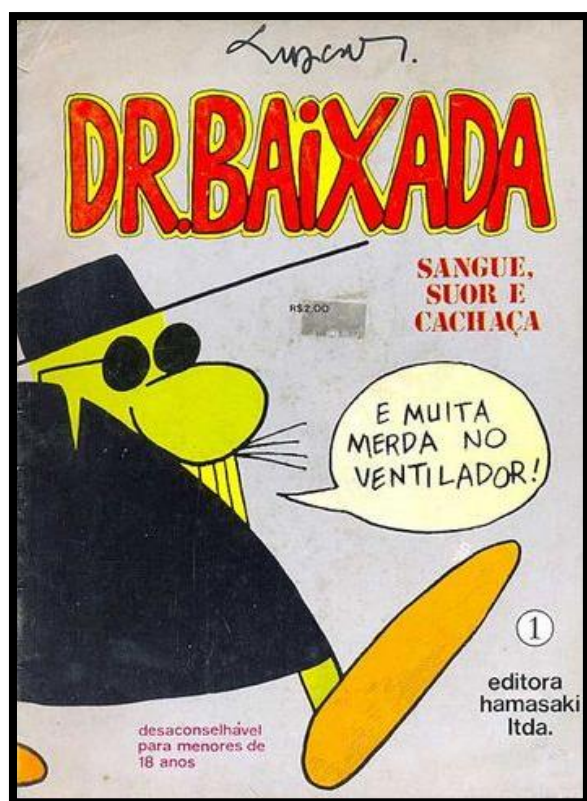
Na figura 12 vemos o personagem Dr. Baixada se beneficiando de um assalto a banco, tirando o seu pedágio, na figura 3 também ocorre essa apropriação de benefícios oriundos de práticas ilícitas. Assim como o personagem os membros dos esquadrões da morte se beneficiavam de práticas ilícitas,

como por exemplo o jogo do bicho, proteção para traficantes e roubos de cargas.<sup>26</sup> Dr. Baixada é um ótimo personagem para que os leitores busquem um pouco da história do estado do Rio de Janeiro, o que foram o/os esquadrões da morte e as cidades

<sup>24</sup> ALMEIDA, Marcos Farias de. Op. Cit., P, 79.

<sup>25</sup> COSTA, Márcia Regina da. Op. Cit., P, 9.

<sup>26</sup> Ver Marcos de Farias de Almeida. Op. Cit., P, 78.



que sofreram com atuações desses grupos. Questionar sobre a violência cega e gratuita que assolou e assola ainda hoje nossas cidades e o nosso país.

Nossa análise tentou traçar uma linha paralela entre o personagem Dr. Baixada criado pelo cartunista Luscar, com a figura tenebrosa do ex-político Tenório Cavalcante conhecido como o “homem da capa preta” e a atuação de grupos de esquadrões da morte que atuaram principalmente na baixada fluminense no estado do Rio de Janeiro nas décadas de 50, 60 e 70. O Homem da capa preta serviu como figura de inspiração para criar o personagem, enquanto a forma de agir é semelhante ao dos grupos de extermínio, o assassinato de bandidos (ladrões, traficantes, indivíduos indesejáveis), para uma dita “limpeza”. O personagem é uma fusão de ambos, e o resultado é um personagem sádico, cruel, mata de forma indiscriminada pois, o mesmo está a margem da lei e da ordem, e assim, se diz a favor da “lei e da ordem”.

Nosso país é rico em personagens e em profissionais da nona arte. Devido a avalanche do mercado internacional no Brasil, principalmente dos Estados Unidos, as nossas criações e criadores são relegados a um segundo plano, ficam esquecidos, até serem garimpados por um algum pesquisador ou fã de quadrinhos, temos que valorizar os desenhistas e suas criações, pois elas fazem parte da história do Brasil.

**Aderaldo Januário de Almeida** é Pós-graduado em História social e cultural do Brasil- Feuc/Faculdades Integradas Campo-grandenses.

### Bibliografia

- ALMEIDA, Marcos Farias de. *Extermínio seletivo e limpeza social em Duque de Caxias: A sociedade brasileira e dos indesejáveis*. Dissertação de mestrado: Universidade de Campinas. 1998.
- COSTA, Márcia Regina. *São Paulo e Rio de Janeiro: A constituição do Esquadrão da morte*. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt21-14/5205-mcosta-sao-paulo/file>. Acesso 17 de Abril de 2018.
- DUTRA, Joatan Preis. *História & História em Quadrinhos: A utilização das HQS como fonte histórica político-social*. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
- KLEINERT, André. GOIDANICH, Hiron Cardoso. *Enciclopédia dos Quadrinhos*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.
- LAPLANTINE, François. TRINTADE, Liana. *O que é imaginário*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1997.
- LUSCAR. Dr. Baixada & Cia. *Sangue, suor e cachaça*. São Paulo: editora Circo. 1986.
- ROCHA, Mauro Sérgio. *Do Imaginário ao real: Possibilidades interpretativas das Histórias em quadrinhos*. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAADMoAF/imaginario-ao-real-possibilidades-interpretativas-das-historias-quadrinhos#>. Acesso dia 23 de julho de 2014.
- VERGOTTINI, Giuseppe. *Ordem pública*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília- UNB, 1998.
- ZANONE, Valerio. *Repressão*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília- UNB, 1998.
- ZILLES, Urbano. *O Significado do Humor*. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3239/2499>. Acesso 1 de Maio de 2018.
- Fonte: Jornal do Brasil- Caderno B.

## Ensino de História

# ***CINEJORNAIS, DITADURA E MILAGRE ECONÔMICO: A POSSIBILIDADE EDUCATIVA DO AUDIOVISUAL***

*Por Amanda Heloisa Souza Custódio*

**RESUMO:** Refletindo sobre a possibilidade educativa do audiovisual este artigo oferece proposta de um trabalho pedagógico a ser desenvolvido com estudantes do ensino básico fundamentando-se na análise de cinejornais elaborados na década de 1970, objetivando com isto contribuir para um ensino e aprendizado críticos acerca do período histórico ditadura civil-militar, precisamente a época marcada pelo fenômeno milagre econômico brasileiro.

**Palavra-chave:** Ensino de História; Cinejornais; Ditadura Civil-Militar; Milagre Econômico Brasileiro.

### **Introdução**

**E**ste artigo apresenta resultados da monografia concebida no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História do Colégio Pedro II. A pesquisa disponibiliza uma sugestão de uso do recurso audiovisual enquanto fonte histórica em aulas da disciplina história direcionadas para estudantes que compõem o nono ano do ensino fundamental.

O conteúdo didático proposto foi o contexto milagre econômico brasileiro ocorrido durante a Ditadura-Civil Militar. Foram averiguados seis cinejornais produzidos entre os anos 1971 a 1973 – durante a gestão do general Emílio Garrastazu

Médici – que indicam aspectos controversos dessa conjuntura.

Realizou-se pesquisa bibliográfica, seleção e apuração dos cinejornais *Brasil Hoje* que estão digitalizados e acessíveis pelo Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) organizado e conservado pela instituição Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

### **O cinema na história e no ensino**

Inicialmente é fundamental estabelecer a importante relação do cinema com a História e o ensino. As transformações na historiografia promovidas pelos intelectuais da Escola dos Annales e o movimento Nova História contribuíram

efetivamente para a compreensão das iconografias como documentos, inclusive o filme.

De acordo com o historiador José d' Assunção Barros, o filme é considerado fonte histórica por expressar indícios socioculturais, econômicos e políticos da conjuntura de produção e o contexto de comercialização. É igualmente agente histórico quando interfere nas circunstâncias através da discussão de ideias de grupos sociais ou ao manifestar resistência ao poder instituído. Consiste também em representação histórica ao desenvolver enredo baseado em uma narrativa histórica, sendo capaz de evidenciar muito mais os conflitos da temporalidade em que foi elaborado do que os da época reproduzida.<sup>1</sup>

Ao compreender a importância do filme para os estudos da História torna-se notória a relevância do mesmo para o ensino e aprendizagem da disciplina. Além disto, é necessário que os conteúdos e métodos das instituições escolares estejam em concordância com as vivências dos educandos, as quais não abarcam somente a cultura letrada e são permeadas por novas mídias e tecnologias. Logo, os recursos audiovisuais como as películas cinematográficas são pertinentes, favorecendo do mesmo modo um consumo crítico dos bens culturais.

### Reflexões sobre o ensino de ditadura-civil militar

Existem diferentes produções fílmicas possíveis para desenvolver os conteúdos didáticos que atravessam o período da Ditadura Civil-Militar, como obras do movimento Cine Novo, Cinema

Marginal, entre outras. A escolha pelos cinejornais neste estudo é devido ao seu profundo valor histórico, porém explorado de modo escasso no meio acadêmico e nos estabelecimentos de ensino. No entanto, é necessário apontar alguns desafios enfrentados por educadores ao lecionar sobre esta conjuntura da história brasileira.

Os historiadores Alessandra Gasparotto e Enrique Serra Padrós afirmam que, em paralelo a outras nacionalidades latino americanas que vivenciaram ditaduras do mesmo teor, no Brasil após a redemocratização as iniciativas de órgãos e instituições públicas apresentaram precário material informativo e pedagógico para abordar os anos de contexto político autoritário. Apontam que há argumentos desarranjados de professores alegando insuficiência na carga horária letiva para efetivar esta abordagem ou receio de transtornos com a comunidade escolar devido as controvérsias que o tema pode ocasionar.<sup>2</sup>

Gasparotto e Padrós indicam que é imprescindível fomentar meios para o debate sobre a Ditadura Civil-Militar em sala de aula, enfocando em uma educação para os Direitos Humanos e comprometida com o resguardo da memória coletiva, sugerindo um trabalho com depoimentos de cidadãos violentados pelo Estado na época e com fontes atualizadas sobre materiais ideologizados e pouco aprofundados.<sup>3</sup>

A historiadora Verena Alberti ressalta que ao optar por questões sensíveis, como os casos de torturas aos opositores do regime, o intuito não seja gerar perturbação nos alunos preterindo a reflexão

<sup>1</sup>BARROS, José D'Assunção. Cinema e História: entre expressões e representações. In: José D'Assunção Barros; Jorge Nóvoa (Org.). **Cinema-História: teoria e representações sociais no cinema**. 3ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012. p. 62-97.

<sup>2</sup>PADRÓS, Enrique Serra; GASPAROTTO, Alessandra. A Ditadura Civil-Militar em sala de aula: desafios e compromissos

com o resgate da história recente e da memória. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARROSO, Vera Lucia Maciel; PEREIRA, Nilton Mullet; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GEDOZ, Sirlei Teresinha. (Org.). **Ensino de História: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: ANPUH, 2010, p. 186-188.

<sup>3</sup>*Ibid.*

crítica, esta deve ser a protagonista para o questionamento daquele sistema.<sup>4</sup> É importante também considerar como auxílio as manifestações de arte, as disputas memorialísticas, as propagandas políticas daquela fase, a visitação a lugares de memória e outras estratégias possíveis para a construção de narrativas desse conhecimento histórico.

Deste modo, a prática de ensino com arquivos digitalizados como os cinejornais também é uma possibilidade. Instituições arquivistas nacionais estão buscando implementar programas educativos usando como matéria-prima seus acervos, com o propósito de cumprir função social e cultural e não apenas de guarda. Para tanto, o ambiente virtual tornou-se eficaz, pois a digitalização facilita o acesso e também a autonomia intelectual dos usuários.<sup>5</sup> Assim, a disponibilização destes documentos é profícua para professores e estudantes. Contudo, antes de implementar os cinejornais em sala de aula é fundamental compreender seus significados.

### **Cinejornais: patrimônio cinematográfico e propaganda política**

Fundamentais para o desenvolvimento da cinematografia brasileira, inicialmente através de instituições privadas, os cinejornais surgem no país em 1910 e são produzidos até meados da década de 1980. Eram curtas-metragens exibidos nas salas de cinema antes dos longas-metragens. Eram incumbidos de informar os espectadores sobre

múltiplos temas em uma mesma edição, geralmente atualidades, aspectos do cotidiano, opções de entretenimento, divulgação de patrimônios históricos, entre outros, existindo até mesmo salas de cinema específicas para este tipo de exibição; mas, foram também difusores de afirmação dos regimes em voga.<sup>6</sup> Rodrigo Archangelo, importante pesquisador sobre as relações entre cultura política e cinejornais afirma que

*“A aferição que se tem hoje da presença deste tipo de filme nos permite dizer que se trata de um conjunto audiovisual que responde, pelo menos, a um terço do que o Brasil produziu em película no século XX. Foram centenas de séries ao longo de praticamente oito décadas, dentre as quais há muitas a serem redescobertas e outras que esperam por uma prospecção e pesquisa mais detidas.”*<sup>7</sup>

Cumprindo a vertente de propaganda política é notória uma transformação dos sentidos divulgados conforme o viés do governo estabelecido. O Cine Jornal Brasileiro (CJB), elaborado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo, por exemplo, apresenta uma tendência totalitária, centralizando os discursos na personalidade de Getúlio Vargas confundida com o próprio Estado. São constantes elementos que expressavam unidade, nacionalismo, benfeitoria ao espaço urbano e rural, mas sobretudo aos trabalhadores.<sup>8</sup>

O CJB foi importante para respaldar o regime; isto fica notório quando nos idos de 1930 as

<sup>4</sup>ALBERTI, Verena. O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas. In: COLÓQUIO NACIONAL HISTÓRIA CULTURA E SENSIBILIDADES, 4., 2014, Rio Grande do Norte. Anais... Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17189>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

<sup>5</sup>KOYAMA, Adriana Carvalho. Acervos documentais on-line, práticas de memória e experiências educacionais. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 29, n° 2, jul./dez. 2016, p. 75-77.

<sup>6</sup>ARCHANGELO, Rodrigo. Imagens da nação: política e prosperidade nos cinejornais Notícias da Semana e Atualidades Atlântida (1956-1961). Tese de Doutorado. História Social / USP. São Paulo, 2015, p.66.

<sup>7</sup>*Ibid.*, p.75.

<sup>8</sup>TOMAIM, Cássio dos Santos. Janela da alma: cinejornal e Estado Novo – fragmentos de um discurso totalitário. Dissertação de Mestrado. História / UNESP. Franca, São Paulo, 2004, p. 134



transmissões dos cinejornais antes dos longas-metragens tornaram-se obrigatórias. Ao findar foi substituído pelo Cine Jornal Informativo que foi mantido até 1969, seguido pelo Brasil Hoje encerrado em 1979, ambos organizados pela Agência Nacional, a qual foi subalterna ao Gabinete Civil da Presidência da República durante a Ditadura Civil-Militar, embora tenha surgido como apêndice do DIP.<sup>9</sup>

A Agência Nacional enquanto órgão oficial encarregava-se de comunicar para a população brasileira assuntos julgados relevantes para o país – como rituais cívicos –, através das rádios ou da elaboração de filmes de cunho pedagógico sobre o ideal de cultura e nação.<sup>10</sup>

### O milagre econômico brasileiro

No contexto da Ditadura Civil-Militar os cinejornais expressam as proposições dos gestores do regime. Com o advento do Milagre Econômico Brasileiro sob o governo dos presidentes Costa e Silva (1967-1969) e Garrastazu Médici (1969-1974), estas proposições estão fundamentadas na ideia de progresso nacional gerada pelo expoente crescimento da economia indicado pela elevação do Produto Interno Bruto (PIB).<sup>11</sup>

O período desenvolvimentista é marcado por aumento das condições de consumo, ampliação das ofertas de emprego – sobretudo, aos migrantes do campo para as cidades no setor de obras em grandes construções –, atenuação dos problemas inflacionários, programas sociais direcionados à

população desamparada, mas de efeitos paliativos.

<sup>12</sup>

É necessário assinalar que esta fase também foi permeada por distribuição desigual de renda, política salarial com reajustes que não acompanhavam a situação inflacionária, acrescida de medidas autoritárias para conter as insatisfações, além da expansão do endividamento externo e da dependência do capital estrangeiro.<sup>13</sup>

A historiadora Janaína Cordeiro afirma que é fundamental “compreendermos o Milagre como um evento social e cultural que transcende suas definições meramente econômicas”<sup>14</sup> e que este momento histórico pode ser interpretado como “Anos de Chumbo” para determinados segmentos da sociedade (não apenas os comprometidos com movimentos de luta armada) ou “Anos de Ouro” para outros; pois, enquanto existiu setores reprimidos, simultaneamente havia aqueles que sentiam estabilidade fomentada pela política de segurança nacional que pregava combate ao comunismo, maior ufanismo instigado pela Copa de 1970, percepção de inovação com as grandes obras públicas que visavam integração nacional. Por estes aspectos Médici tornou-se o ditador mais popular do regime, imagem que se perdeu após a transição democrática.<sup>15</sup>

Essencial destacar a tendência histórica do imaginário coletivo brasileiro em crer na aptidão de potência e grandeza do país projetada no cenário mundial – pensamento estimulado sobretudo pela extensão natural do território –, principalmente em momentos de segurança política e econômica. Este

<sup>9</sup>ARCHANGELO, Rodrigo. *Op. Cit.* p. 70.

<sup>10</sup>MAIA, Tatyana de Amaral. Imagens Públicas: os cine-jornais da Agência Nacional na ditadura civil-militar (1967-1979). In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 9., 2015, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFF, 2015. P. 5-6.

<sup>11</sup>NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 152-153.

<sup>12</sup>*Ibid.*, p. 158-165.

<sup>13</sup>*Ibid.*, p. 147-148.

<sup>14</sup>CORDEIRO, Janaina Martins. Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Tese de Doutorado. História Social /UFF. Niterói, 2012, p.302.

<sup>15</sup>*Ibid.*, p. 24-25.

discurso fortemente presente na conjuntura do milagre econômico brasileiro não foi, portanto, construído durante o regime militar, mas apropriado e adequado por este em busca de legitimação desde o golpe instaurado em 1964 e favorecido conforme as realizações dos seus governos.<sup>16</sup>

Após cinquenta e quatro anos do golpe civil-militar que implantou o regime ditatorial por vinte e um anos, ainda ressoa na sociedade a reprodução de discursos legitimadores e nostálgicos deste período, inclusive entre indivíduos que não o vivenciaram. Conclui-se, portanto, que se faz urgente a conscientização sobre as controvérsias que o atravessaram, sendo esta uma das funções da proposta pedagógica.

#### **Proposta pedagógica: os cinejornais do Brasil hoje na sala de aula**

A proposta consiste em uma oficina pedagógica direcionada para turmas do nono ano do ensino fundamental, após uma capacitação prévia dos estudantes durante o bimestre, no qual o professor discute os conteúdos históricos referentes à Ditadura Civil-Militar (golpe civil-militar de 1964, a consolidação do regime, contextualizando com os governos de mesmo cunho que foram instaurados na América Latina sob a conjuntura da Guerra Fria e o próprio contexto Milagre Econômico Brasileiro); além de introdução dos significados dos cinejornais. Após essa capacitação desenvolve-se a proposta.

Para o início da atividade é preciso que os educandos disponham de um roteiro para analisar as fontes, como um guia interpretativo para o

cumprimento dos objetivos. Este roteiro contém as seguintes indagações:

- A. *Qual o tema apresentado no filme?*
- B. *Como o locutor apresenta o tema?*
- C. *Como a mensagem é transmitida pelos realizadores?*
- D. *Como a trilha sonora contribui para expressar a mensagem?*
- E. *O que se percebe através dos movimentos da câmera? Quais são os seus enfoques e como respaldam a mensagem e o discurso do locutor?*
- F. *Quais outros aspectos chamaram a sua atenção?*

Cada grupo será responsável pela averiguação de uma reportagem dos cinejornais selecionados. Após a conclusão da análise será solicitado que os dados recolhidos sejam expostos para todos os outros grupos em mesa-redonda. Os conteúdos da disciplina abordados na capacitação prévia serão entrelaçados na discussão com mediação do educador. O critério de avaliação é a participação dos educandos na atividade e nas discussões.

Para que os estudantes compreendam a possibilidade educativa dos Arquivos *on-line* é fundamental que sejam explicadas as etapas de seleção destes documentos, assim é demonstrado o potencial do portal para pesquisas de fontes históricas, as quais podem ser utilizadas em trabalhos escolares ou para saciar interesses e curiosidades pessoais desvinculadas da instituição de ensino. É importante também informar como realizar o cadastro para acessar o portal, opção disponível na página principal do endereço eletrônico do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

O método de pesquisa avançada do SIAN<sup>17</sup> disponibiliza 22 itens para localizar o documento,

<sup>16</sup>FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1977. p. 77.

<sup>17</sup>ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Página de pesquisa avançada SIAN. Disponível em:

contudo para a efetivação da pesquisa é necessário escolher no máximo 4 itens. Utilizando este método e preenchendo os itens Nível, Gênero, Ordenação, Título e Data Produção respectivamente com Dossiê, Filmográfico, Cronológica, Brasil Hoje e De 1970 a 1973, os dispositivos de pesquisa selecionam 49 cinejornais. O recorte temporal coincide com o surgimento dos cinejornais Brasil Hoje, com o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici e a vigência do Milagre Econômico brasileiro.

Deste total analisado – nos quais constam temas diversificados como festividades regionais, turismo, eventos culturais, locais históricos e de lazer, aparições do presidente, inaugurações, entrevistas, obras no meio urbano e rural, entre outros – seis foram escolhidos para desenvolver a oficina com os discentes, tendo como critério os cinejornais que abordam em seus conteúdos os trabalhadores e os programas de assistência a população. Devido a multiplicidade temática que compõe um mesmo cinejornal, também foi necessário selecionar de acordo com o tempo de exibição da reportagem que faz a abordagem.

Devido a limitação do artigo, abaixo há a exemplificação de um dos cinejornais analisados na pesquisa monográfica, análise baseada nas perguntas do roteiro.

### **Brasil hoje: segunda edição**

Neste cinejornal de 1971 destacamos a reportagem de dois minutos intitulada Vida Nova Sem Favela. O tema é sobre a transferência de famílias habitantes de favelas para conjuntos

residenciais construídos por um programa do governo federal.

No primeiro plano deste cinejornal é exibida a estátua Cristo Redentor sob o som de um samba instrumental. Na sequência a câmera em cume registra as casas de uma favela localizada em uma encosta. Nos planos seguintes há pessoas jogando bola, mulheres sorrindo lavando louça em pia improvisada na rua, crianças circulando descalças ou sem camisa e outras atividades; simultaneamente a estas cenas o locutor discursa:

*“- O local da favela pode ser bonito, mas além da falta de higiene, as vezes há perigo de desabamento. Felizmente a favela carioca é algo que tende a desaparecer de nossa realidade. O governo federal através da CHISAM vem ajudando as autoridades estaduais a resolver o problema. O lema é demolir para construir. Mais de cinquenta novos conjuntos residenciais foram erguidos proporcionando condições melhores a trinta e cinco mil famílias antes marginalizadas e vivendo em condições inumanas. Agora, vida nova sem favela.”<sup>18</sup>*

Durante o discurso são exibidas imagens de caminhões carregados de bagagens entrando nos conjuntos residenciais e famílias sendo transportadas em ônibus até os mesmos. Ao desembarcarem, há uma nítida transformação estética percebida através dos seus trajes. Uma família entra em um apartamento modernamente mobiliado. Nesta sequência são executados trechos da música O Morro Não Tem Vez, composta por Tom Jobim: “O morro não tem vez / E o que ele fez já foi demais / Mas olhem bem vocês / Quando derem vez ao morro / Toda a cidade vai cantar”.

Posteriormente surge um plano de um menino de costas a partir da favela olhando os prédios ao longe. Encerrando a cena os conjuntos habitacionais são exibidos pela câmera em cume.

<[http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pesquisa\\_avancada.asp](http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pesquisa_avancada.asp)>.

<sup>18</sup>AGÊNCIA NACIONAL (Brasil). Vida Nova Sem Favela. **Brasil Hoje** n. 2. 1971. Duração: ca.2 min.

Na figura abaixo<sup>19</sup>, no primeiro plano à esquerda há um exemplo de favela carioca e no segundo à direita os conjuntos habitacionais construídos através do programa Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM).



*Fonte: Brasil Hoje n. 2*

Estas imagens são exemplos que contribuem para respaldar o discurso do locutor e a mensagem transmitida pelos realizadores, demonstrando modernização urbana acompanhada de alteração social, ou seja, buscando confirmar a noção de progresso econômico e social promovidos pelo regime militar como aquele que estava dando “vez ao morro”, como expressa a trilha sonora.

Através do discurso do locutor nota-se um dos projetos da ditadura civil-militar de definição da sociedade. A favela é percebida enquanto caso de segurança – devido a possibilidade de desabamentos – e de saúde pública – conforme o discurso da falta de higiene, e não há consideração pela história ou identidade cultural deste local e seus moradores. A alteridade percebida neste espaço, portanto não correspondia a identidade nacional que se pretendia construir, não era a

tradição que o regime desejava conservar ou transformar, mas remover.

As demais edições selecionadas foram Brasil Hoje nº 4, 9, 14, 16 e 33. Pode-se elucidar através delas algumas características que permeavam o projeto do regime militar durante o governo de Emílio

Garrastazu Médici: integração nacional (regional e social) associada ao progresso econômico, o qual perpassava também pela valorização do trabalhador, sobretudo enquanto mão de obra especializada. Mesmo com a limitação atribuída a esta pesquisa, pode-se averiguar como compunham o plano ideológico de Brasil Potência a ser exposto no cenário internacional.

Através do destaque de aspectos como sonoridade, imagens exibidas e discurso do locutor, percebeu-se também neste projeto – além da política de remoção de favelas – a representação do trabalhador formado para atender a demanda industrial capitalista, como mão de obra dissociada do trabalho intelectual; o Estado não beneficente, mas gestor que responsabiliza a sociedade a contribuir com a prosperidade da nação. Também a utilização de programa social promovido por militares em busca de legitimação social para a

<sup>19</sup> *Ibid.*

manutenção das estratégias de repressão aos opositores.

### Conclusão

A proposta pedagógica voltada para educandos do nono ano do ensino fundamental objetivou uma abordagem mais crítica em sala de aula acerca do período Ditadura Civil-Militar, especialmente o Milagre Econômico brasileiro. Historicamente o cinejornalismo cumpriu importante função de respaldar os projetos governamentais, tornando o seu estudo uma possibilidade para desenvolver nos estudantes a percepção das ideias que perpassaram esse momento histórico, assim como aprender estratégias de leitura da fonte histórica cinematográfica.

A pesquisa visou também contribuir com as discussões sobre a aplicabilidade do audiovisual em sala de aula. Espera-se dar continuidade aplicando a proposta entre os discentes para ampliar os resultados.

---

**Amanda Heloisa Souza Custódio** é professora do Colégio Pedro II e Especialista em ensino de história.

---

### Referências

- BARROS, José D'Assunção. Cinema e História: entre expressões e representações. /n: BARROS, José d'Assunção; NÓVOA, Jorge (Orgs.). **Cinema-história: teoria e representações sociais no cinema**. 3. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.
- PADRÓS, Enrique Serra; GASPAROTTO, Alessandra. A ditadura civil-militar em sala de aula: desafios e compromissos com o resgate da história recente e da memória. /n: PADRÓS, Enrique Serra... [et al] (Org.). **Ensino de história: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: ANPUH, 2010, p. 186-188.
- ALBERTI, Verena. O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas. COLÓQUIO NACIONAL HISTÓRIA CULTURA E SENSIBILIDADES, 4., 2014, Rio Grande do Norte. **Anais...** Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17189>>. Acesso em: 29 abr. 2017.
- KOYAMA, Adriana Carvalho. Acervos documentais on-line, práticas de memória e experiências educacionais. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, jul./dez. 2016.
- ARCHANGELO, Rodrigo. **Imagens da nação: política e prosperidade nos cinejornais Notícias da Semana e Atualidades Atlântida (1956-1961)**. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, 2015.
- TOMAIM, Cássio dos Santos. **Janela da alma: cinejornal e Estado Novo – fragmentos de um discurso totalitário**. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, São Paulo, 2004.
- MAIA, Tatyana de Amaral. **Imagens públicas: os cine-jornais da Agência Nacional na ditadura civil-militar (1967-1979)**. /n: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 9., 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFF, 2015.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CORDEIRO, Janaina Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1977.
- AGÊNCIA NACIONAL (Brasil). **Vida Nova Sem Favela**. **Brasil Hoje**, n. 2, 1971. Duração: ca. 2 min.



## Ensino de História

# O ENSINO DE HISTÓRIA E SUA RELEVÂNCIA NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Por João Paulo Carneiro

**Resumo:** O presente artigo faz parte de um dos capítulos desenvolvidos na dissertação de mestrado do Programa de Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ. Trata especificamente do ensino de história no âmbito das relações étnico-raciais no contexto da Lei 10.639/03, que tornou obrigatória o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas.

**Palavras-Chave:** Ensino de História; História da África; Cultura Afro-Brasileira; Diversidade

## Introdução

*“Um dos objetivos centrais do ensino de História, na atualidade, relaciona-se à sua contribuição na constituição de identidades.”<sup>1</sup>*

**A** certadamente, a educadora assinala identidade no plural. Pois, reconhece que o ensino de História outrora estimulou a constituição de uma identidade nacional. Essa contribuição central apontada pela autora na constituição de identidades agrega-se à formação da cidadania. Para Bittencourt (2009) uma questão essencial e problemática na atualidade. Perante a formação da cidadania, a História incorpora explicitamente à do cidadão político. Diante disso, diversas propostas curriculares destacam que a História demanda “contribuir para a formação do cidadão crítico”<sup>2</sup>.

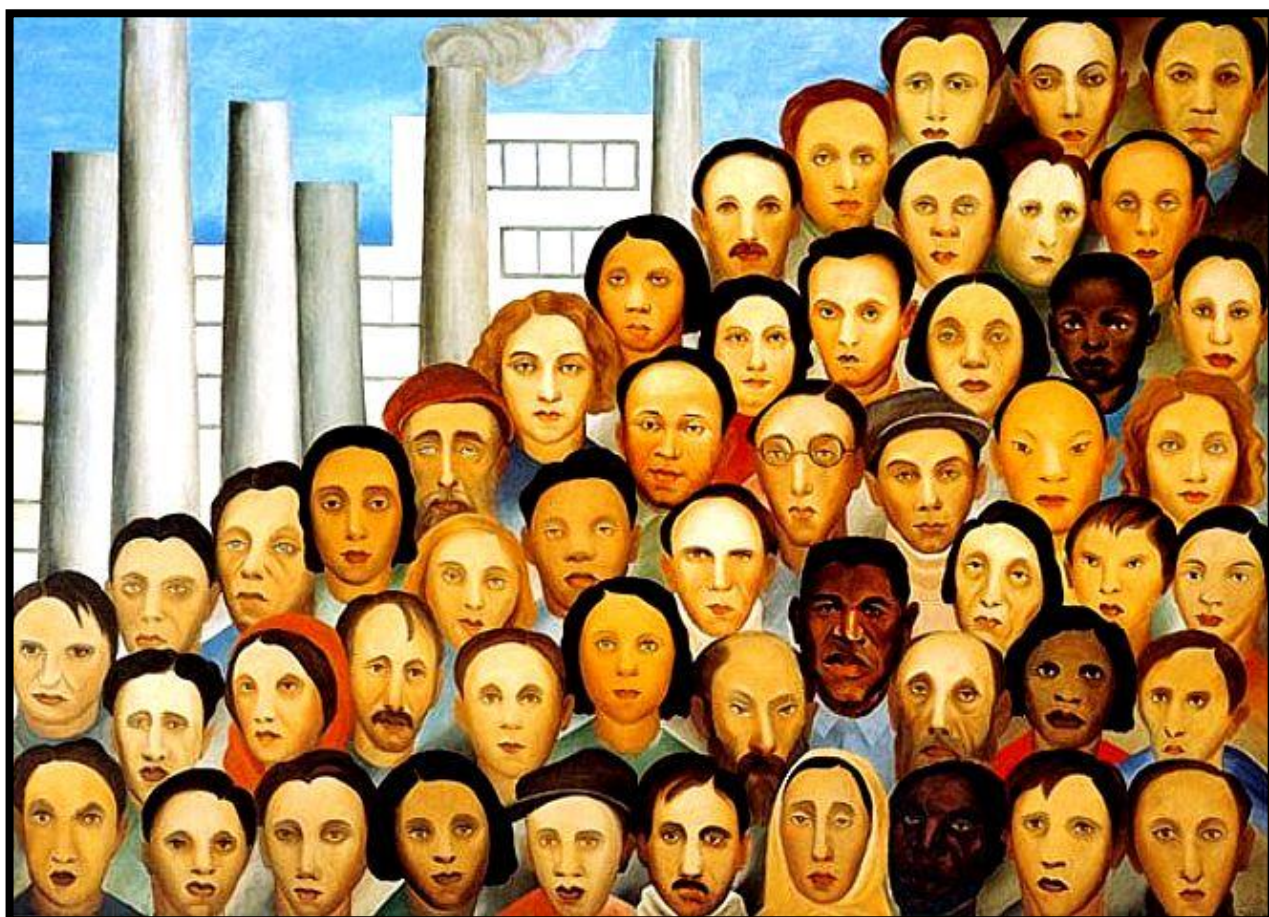
Dentre as finalidades apontadas por Bittencourt (2009) para o ensino de História se constituem em: formação política, agregada ao cidadão político, formação intelectual, situada no desenvolvimento do “pensamento crítico”, de maneira que promova a capacidade de “observar e descrever, estabelecer relações entre presente-passado-presente, fazer comparações e identificar semelhanças e diferenças entre a diversidade de acontecimentos no presente e no passado”<sup>3</sup>.

Diante das finalidades descritas acima, há uma de suma relevância, ou seja, a formação humanística. É importante que não se confunda humanística com humanidades, isto é, “formação de períodos

<sup>1</sup> BITTENCOURT, 2009, p.121.

<sup>2</sup> Ibidem, p.121.

<sup>3</sup> Ibidem, p.122.



anteriores, promotora de uma educação enciclopédica, destinada a determinados setores economicamente favorecidos (...)”<sup>4</sup>. Dito isto, deve-se a formação humanística os seguintes acordos.

*“Uma formação humanística moderna abrange reflexões e estudos sobre as atuais condições humanas, mas que se fundamenta nas singularidades e no respeito pelas diferenças étnicas, religiosas, sexuais das diversas sociedades [...]. A perspectiva histórica permite uma visão não apenas abrangente ao estabelecer relações entre passado-presente na busca de explicações do atual estágio da humanidade, como permite identificar as semelhanças e diferenças que tem marcado a trajetória dos homens no planeta Terra, [...] significa rever as relações entre homem e natureza e também situar, no tempo, as permanências e conflitos geradores de violência de diferentes níveis e em diferentes locais, dentro das casas, das favelas,*

*nos grandes centros urbanos, nas áreas rurais ou em campos de batalha.”<sup>5</sup>*

Os compromissos e valores ressaltados de maneira geral por meio do documento oficial são de suma relevância para uma educação que abarque a diversidade e corrobora para o debate proposto neste trabalho. Reflexões de forma abrangente que possibilite e instrumente os discentes nas singularidades e diferenças étnicas, isto é, constituição fundamental para a luta antirracista e na valorização da população negra. A dimensão educacional proposta pelo PCN não descrevia o conteúdo condizente com a cultura Afro-Brasileira, tamanha lacuna fora preenchida com a promulgação da Lei 10.639/03.<sup>6</sup> Sublinhado isto, necessitamos

<sup>4</sup> Ibidem, p.122.

<sup>5</sup> BRASIL, MEC, 2002, p.51.

<sup>6</sup> De 9 de janeiro 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

discorrer brevemente, sobre os antecedentes históricos do ensino de História.

### Antecedentes históricos do ensino de História

O processo histórico da construção da disciplina História se deu no campo dos conflitos e tensões. Introdutoriamente convido Nadai (1993) para que se possa compreender esse processo: “A História como disciplina escolar autônoma surgiu no século XIX, na França, imbricada nos movimentos de laicização da sociedade e da constituição das nações modernas”<sup>7</sup>. Assim, no Brasil os diálogos seguirão as influências dos manuais franceses nesse mesmo período. Contribuem para essa discussão Torres e Ferreira (2014):

*“(...) a História inicialmente estudada no país foi a História da Europa Ocidental, apresentada como verdadeira História da Civilização. A História da Pátria surgia como o seu apêndice, sem um corpo autônomo e ocupando papel extremamente secundário. Somando-se a isso, podemos dizer que o ensino de História no Brasil emerge em um contexto de formação da nação que se legitimava à medida que se consolidava um passado habilitado a homogeneizar e unificar as ações humanas na constituição de uma cultura nacional.”<sup>8</sup>*

Os grandes feitos, os heróis, os grandes nomes, o protagonismo do homem branco, derivam dessa “tradição curricular” como explicitou (TORRES; FERREIRA, 2014). Assim, diante das influências eurocêntricas aponta Nadai (1993):

*“No Brasil, sob influência do pensamento Liberal francês e no bojo do movimento regencial, após a independência de 1822, estruturou-se no Município do Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II (que durante o Império funcionaria como estabelecimento-padrão de ensino secundário, o mesmo ocorrendo na República sob denominação de Ginásio*

*Nacional) e seu primeiro Regulamento, de 1838, determinou a inserção dos estudos históricos no currículo, a partir da sexta série.”<sup>9</sup>*

A construção do ensino de História adentrara diante do século XX no Brasil percorrendo a trajetória eurocêntrica, ou seja, tomando como “fio condutor o processo histórico centralizado assim, no colonizador português, e depois no imigrante europeu e nas contribuições paritárias de africanos e indígenas”<sup>10</sup>. A concepção historiográfica do século XIX privilegiará as datas, os fatos, os heróis, a denominada “História Tradicional”. Porém, ainda utilizada por alguns historiadores no século XXI, segundo Pinsky (2014):

*“Da maneira como a maioria dos manuais insiste em nos apresentar a História, esta parece ser, efetivamente, a ‘ciência do passado’. Ciência, no sentido positivista, suposta detentora de verdades universais e definitivas, imutáveis e indiscutíveis. E do passado, pois a História não tem, para muitos, nenhum compromisso com o presente, já que só se preocuparia com o ‘acontecido’. Essa concepção de História, embora muito criticada ‘em tese’ e fruto de chacotas, ainda é utilizada na prática de muitos historiadores, autores e professores para quem historiar é simplesmente relatar algo que já ficou para trás. Presos a uma cronologia estabelecida há muito tempo, evitam fazer ‘cortes’ criativos, refugiando-se na assepsia de uma História pretensamente neutra.”<sup>11</sup>*

As críticas tecidas pelo historiador no excerto acima nos chama a atenção, principalmente no que tange a questão da pretensa história neutra. É indispensável ressaltar que “a partir da década de 70 do século XIX, sua importância foi ampliada como conteúdo encarregado de veicular uma história nacional”<sup>12</sup>. A organização do espaço escolar no contexto brasileiro, estava associado, referente a disciplina de História, na

<sup>7</sup> NADAI, 1993, p.144.

<sup>8</sup> TORRES; FERREIRA, 2014, p.89 *Apud* MATHIAS, 2011, p.42.

<sup>9</sup> NADAI, 1993, p.145-146.

<sup>10</sup> Ibidem, p.149.

<sup>11</sup> PINSKY, 2014, p.9.

<sup>12</sup> BITTENCOURT, 2009, p.60.

perspectiva da formação moral e cívica, de maneira que se destacou no decorrer dos séculos XIX e XX. Nação, identidade nacional, patriotismo, moral e cívica, constituíram-se em temas norteadores nesse processo histórico (BITTENCOURT, 2009).

No plano curricular da instituição escolar Pedro II (Rio de Janeiro, capital do Império e da República), o ensino de História era componente obrigatório. “Humanismo Clássico”, currículo tanto nas escolas públicas como confessionais (religiosas) no século XIX. A disciplina História fazia parte dessa composição, uma das marcas segundo Bittencourt (2009) para o currículo humanístico era uma educação voltada para as elites. A inspiração tanto para o currículo humanístico, como para o Colégio Pedro II, que se tornara modelo para as demais instituições escolares, advinha da escola secundária francesa como também apontou Nadai (1993) anteriormente. Assim, podemos sintetizar o currículo de História de acordo com os historiadores do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) no decorrer do século XIX: “(...) Ação política: descoberta do Brasil – o nascimento da nação que era notadamente branca, europeia e cristã foi constituído no período da colonização; a Independência e o Estado monárquico, possibilitaram a integração de uma grande nação”<sup>13</sup>. Consequente, os livros didáticos, a História do Brasil, tinham como berço e matriz, o mundo europeu. Essa constituição de matriz curricular inspirada na Europa por seus princípios e valores é que diversos autores

denominam de eurocentrismo ou eurocêntrico<sup>14</sup>.

Por exigências do surgimento de uma nova elite no Brasil, a elite industrial, o currículo humanístico fora severamente criticado, incluindo as ciências da natureza por disputas de conhecimentos voltadas para a nova realidade capitalista industrializada. Logo, surge a composição do currículo científico. Entre as disputas políticas e ideológicas no início do século XX, se estabelece o currículo de humanidades científicas, oriundas da tradição clássica (BITTENCOURT, 2009).

Prevalece nessa composição curricular conteúdos e pressupostos iluministas, ou seja, a “racionalidade do homem”, o “Estado-Nação como mediador da civilização moderna”, agregado a isso o progresso tecnológico criado pelo “homem branco”.<sup>15</sup> Em síntese, a identidade nacional prevalece fundada na Europa como “berço da nação”, isto é, que a história nacional nasceria nesse espaço, assim, se constitui a história do Brasil. “O Brasil nasce em Portugal e é fruto de sua expansão marítima. O povo brasileiro, constituído de mestiços, negros e índios, continuava alijado da memória histórica escolar”.<sup>16</sup>

<sup>13</sup> BITTENCOURT, 2009, p.79.

<sup>14</sup>(MUNANGA, 2014; BITTENCOURT, 2009; NADAI, 1993; HALL, 2014, SANTOS, 2012; GOMES, 2010; OLIVEIRA, 2012; LANDER, 2005; DUSSEL, 2005; QUIJANO, 2005).

<sup>15</sup> BITTENCOURT, 2009, p.80.

<sup>16</sup> Ibidem, p.81.



## Relações étnico-raciais no âmbito do ensino de história

Tanto no currículo quanto no ensino de História observa-se o silenciamento e a negação das relações étnico-raciais. Portanto, segundo os autores aqui discutidos, a literatura escolar atravessará um longo período de reprodução e redução desse mecanismo de silenciamento e negação histórica.

No sentido de uma identidade plural, o Brasil se apresenta como um excelente exemplo, pois o país surge do encontro das diversidades. Porém, o grande desafio é fazer que oficialmente e publicamente a construção das diversidades seja tratada no sistema educacional brasileiro. Esse desafio também é assinalado diante de um “mundo globalizado, tecnologizado mas, ao mesmo tempo plural, constituído na diversidade de raças, etnias, gêneros, opções sexuais, religiões, linguagens e outros marcadores identitários”.<sup>17</sup>

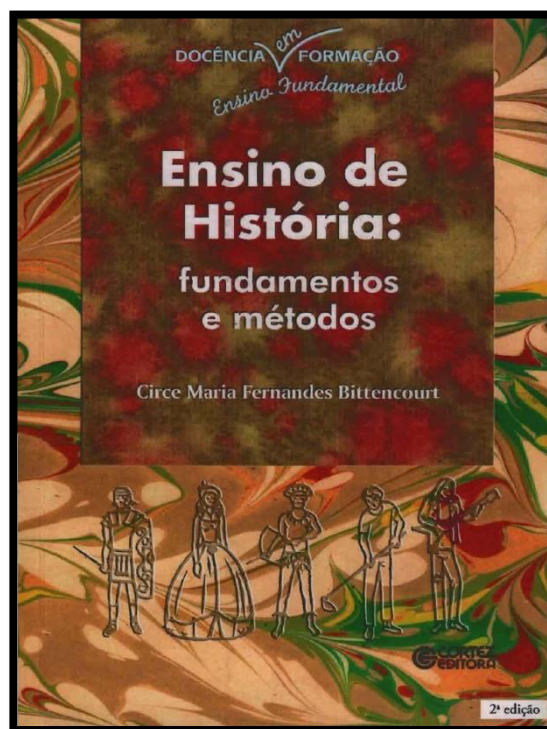
Alberti (2013) discorre sobre algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira e aponta alguns temas sensíveis<sup>18</sup> que em sua opinião podem servir de escape a situações constrangedoras para alguns professores. A autora recomenda no que diz

respeito ao assunto da escravidão uma contraposição de imagens que representam o negro como vítima para imagens que ilustrem o negro ainda que escravizado, mas como sujeito histórico. E utiliza como analogia uma proposta que se pode trabalhar no sentido de

representação com a imagem dos judeus, ou seja, suas experiências diversas que contrapõem a imagem cristalizada de vítimas nos livros didáticos, enfim, provocando rupturas com discursos homogeneizantes (ALBERTI, 2013).

É preciso observar a tamanha importância do professor neste processo. “A desigualdade que existe

dentro da escola é reproduzida no currículo escolar, nos livros, nas expectativas do professor, na interação aluno-professor, na linguagem e nos regionalismos linguísticos valorizados nas escolas e na cultura da escola como um todo”.<sup>19</sup> Outra questão de suma relevância é que quando abordamos no ensino de história as vozes dos marginalizados e excluídos permite-se desafiar os “mitos consagrados sobre grupos dominantes e minorias, institucionalizados na cultura popular e no currículo das escolas e universidade”.<sup>20</sup> Observando ainda as estratégias no ensino de história de Alberti



<sup>17</sup> CANEM, 2006, p.35.

<sup>18</sup> Exemplos utilizados pela autora: A religião na Irlanda do Norte; A imigração em países da Europa Ocidental; O racismo; O holocausto; A escravidão e o tráfico transatlântico.

<sup>19</sup> BANKS, 2006, p.19.

<sup>20</sup> Ibidem.



(2013) outro exemplo fornecido pela autora refere-se ao contraste das imagens horripilantes da escravização ou do holocausto para uma abordagem particular, isto é, biográfica, que conforme a pesquisadora pode ser muito mais produtivo. Também chama a nossa atenção para os estudos das narrativas como excelente ferramenta para a ruptura à homogeneização (ALBERTI, 2013).

Lima (2014) nos sobreavisa aos cuidados a serem evitados na aplicabilidade da temática no ensino de história da África e das relações raciais nos aspectos da “simplificação”, “folclorização”, “maniqueísmo”, “idealização” e “preconceitos” (e como lidar com eles). Lança também a seguinte indagação a qual também aponta possíveis soluções: “Quais são os pontos em comum que podemos trabalhar em sala de aula? As redes de sociabilidade, solidariedade e religião. Mostra-nos que muitos são os desafios, tal é o caso de muitas “Áfricas”, pluralidade, diversidade e combinações e recombinações de identidades. Haja vista que no Brasil houvera a imigração forçada de diversas etnias, no tempo, no espaço, misturas, contatos, reinvenções de identidades. A pesquisador sugere como possibilidades no aspecto temático trabalhar com grandes temas, perspectiva comparada, perspectiva global. Designa os problemas que ainda enfrentamos tais como: formação, bibliografia para estudo, bibliografia didática, pesquisa e como romper com estereótipos. No que abarca o quesito relacional com o currículo de História a professora destaca a África e o surgimento da espécie humana, África na

Antiguidade, a construção da História como conhecimento – fontes, métodos e a história da África.<sup>21</sup>

No processo historiográfico brasileiro ocorreram ausências, negações e possibilidades da temática em questão de maneira conflituosa de acordo com as demandas dos pensamentos e práticas sociais dominantes, como assinalamos no início desta seção, e diante dessas tensões “apenas em 1959, desenvolveu-se o primeiro esforço sistemático de eliminação de estereótipos racistas nos livros didáticos brasileiros”.<sup>22</sup> Entretanto, de acordo com as autoras, a partir de 1966 com os PCNs<sup>23</sup>, principalmente, pelo conceito de “pluralidade cultural”. É incontestável que a porta mediante a legislação, nos proporcionara como possibilidade e potencialidade a visibilidade necessária para ampliar as vozes outrora marginalizadas na construção da disciplina História e nos componentes curriculares, sobretudo a Lei 10.639/03.

### Considerações Finais

E para o reconhecimento social, histórico, cultural, político e epistemológico do negro na sociedade brasileira, é de suma relevância que o ensino de História venha abarcar a diversidade cultural. Analisando as coleções de livros didáticos<sup>24</sup> aplicados no Ensino Fundamental as autoras<sup>25</sup> chegam a conclusão que os afrodescendentes são incorporados no período Colonial referente à História do Brasil, ou seja, a ação política se limita à resistência da escravidão

<sup>21</sup> Palestra realizada no dia 13 de novembro de 2014, ANPUH ideais: ensino de História da África e das Relações Raciais nas Américas no auditório do Arquivo Geral da cidade do RJ.

<sup>22</sup> ABREU; DANTAS; MATTOS; MORAES, 2009, p.308.

<sup>23</sup> Parâmetros Curriculares Nacionais.

<sup>24</sup> A Coleção História Temática, de Montellato, Cabrini e Catelli – São Paulo: Scipione, 2002.

<sup>25</sup> ABREU; DANTAS; MATTOS; MORAES, 2009.

e sua mão de obra servil. Em outra coleção<sup>26</sup> as pesquisadoras apontam a ausência política dos afrodescendentes no pós-abolição como em vários outros livros. Portanto, mesmo que nas coleções o personagem histórico de Zumbi seja representado como herói e contribua positivamente para a identidade étnico-racial não ocorre problematizações nas coleções investigadas que expliquem a continuidade, as influências e os processos históricos que propiciaram as intervenções políticas do Movimento Negro a partir da década de 1970. Concluem também que nas duas coleções entre presenças e ausências a “escravidão ou a reação a ela, através primordialmente, dos quilombos e de Zumbi – continua sendo o ‘lugar’ primordial dos afrodescendentes na história do Brasil”.<sup>27</sup> Vale ressaltar que dentre os objetivos específicos que propõe as diretrizes curriculares, elencamos onde se destaca a promoção, a valorização, a produção e as pesquisas de materiais “didáticos e paradidáticos que valorizem, nacional e regionalmente, a cultura afro-brasileira e a diversidade”.<sup>28</sup>

Vislumbra-se também nas diretrizes a questão dos eixos temáticos e percebemos a proposição no âmbito do PNLD<sup>29</sup> que sejam abordados dentre inúmeros aspectos a questão dos “(...) saberes sociocientíficos (...) visando à construção de uma sociedade antirracista, justa e igualitária (...)”.<sup>30</sup> Torna-se evidente como aponta os especialistas que o documento abre um caminho promissor, portanto, podemos concluir como possibilidade e potencialidade

para outras histórias possíveis, ou seja, trazer os invisíveis para a visibilidade, trazer o protagonismo histórico dos silenciados e ausentes no processo histórico.

---

**João Paulo Carneiro** é Mestre em Relações Étnico-Raciais (CEFET/RJ), Especialista em Ensino de História (UFRJ), Especialista em Cultura Afro-Brasileira e Indígena (UCP). Licenciado em História (UNISUAM) e Professor Titular do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Cultura Afro-Brasileira e Indígena da Universidade Católica de Petrópolis.

---

## Bibliografia

- ABREU et al. **Personagens negros e livros didáticos: reflexões sobre a ação política dos afrodescendentes e as representações da cultura brasileira**. In: MAGALHÃES et al (orgs). *A História na escola: autores, livros e leituras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p.299-318.
- ALBERTI, Verena. **Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira**. In: MONTEIRO, Ana Maria. PEREIRA, Amílcar Araújo (orgs). *Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- BANKS, James A. **Reformando escolas para implementar igualdade para os diferentes grupos raciais e étnicos**. In: OLIVEIRA, Iolanda; SISS, Ahyas (orgs). *Caderno Penesb Vol 7*. Rio de Janeiro, Niterói: EDUFF, 2006 p.16-42.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.
- CANEN, Ana. **Multiculturalismo e Identidade Escolar: Desafios e Perspectivas para Repensar a Cultura Escolar**. In: OLIVEIRA, Iolanda (Org). *Caderno Penesb Vol 6*. Rio de Janeiro, Niterói: EDUFF, 2006. P. 35-47.
- CARNEIRO. João Paulo. **Ensino de História: Possibilidades e desafios na perspectiva das relações étnico-raciais no caderno de avaliação do Saerjinho**. Rio de Janeiro, 2017. 155 f. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, 2017.

---

<sup>26</sup> A Coleção História e vida integrada, de Nelson Piletti e Claudino Piletti – São Paulo: Ática, 2005 e 2007.

<sup>27</sup> Ibidem, 2009, p.318.

<sup>28</sup> Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2013 p.19.

<sup>29</sup> Plano Nacional do Livro Didático.

<sup>30</sup> Ibidem, 2013, p.22.

- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. P. 55-70.
- GOMES, Nilma Lino (org). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- LANDER, Edgardo (Org). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. [http://www.seppir.gov.br/arquivos/leiafrica .pdf](http://www.seppir.gov.br/arquivos/leiafrica.pdf). Acessado em 05/12/2014.
- \_\_\_\_\_. **História e Geografia, ciências humanas e suas tecnologias: livro do professor (ensino fundamental e médio)**. Brasília: MEC/Inep, 2002.
- MUNANGA, Kabenguele. **Educação e diversidade étnico-cultural: A importância da história do negro e da África no sistema educativo brasileiro**. In: COELHO, Wilma Nazaré Baía. MÜLLER, Tânia Mara Pedroso (orgs). **Relações étnico-raciais e diversidade**. Niterói: Editora da UFF, Alternativa, 2014. P. 21-33.
- NADAI, Elza. **O ensino de história no Brasil: trajetórias e perspectivas**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p.143-162, set. 1992/ago. 1993.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **História da África e dos Africanos na Escola: Desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação dos professores de História**. RJ: Imperial Novo Milênio, 2012.
- PINSKY, Jaime. **O Ensino de História: e a criação do fato**. Jaime Pinsky (autor e organizador). São Paulo: Contexto, 2014.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. . In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. P. 227-278.
- TORRES, Xavier Marcele. FERREIRA, Marcia Serra. **Currículo de História: reflexões sobre a problemática da mudança a partir da Lei 10.639/03**. In: MONTEIRO, Ana Maria et al. (org). **Pesquisa em ensino de história: entre desafios epistemológicos e apostas políticas**. Rio de Janeiro: MAUD X; FAPERJ, 2014.



## Ensino de História

# PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: À SOMBRA DO CAOS

*Por Lincoln Mansur Coelho e Adílio Jorge Marques*

**Resumo:** Das Ciências Sociais, a História é talvez a que mais tenha sofrido mutações, ao longo dos séculos XX e XXI. Seu interesse deixou de ser somente voltado aos grandes feitos dos grandes homens, passando para a análise de processos históricos, até ser declarado que tudo é história, logo, passível de análise.

### Introdução

Clio, a musa grega inspiradora da história, foi despedaçada, fragmentada em várias partes e divisões do conhecimento historiográfico. Não há mais o conceito generalista, não há mais a pretensão iluminista de reunir todo conhecimento historiográfico, em um conjunto limitado de livros. Os historiadores aceitaram o fato de que o fazer história é somente um clarão, no meio da noite escura, onde podemos ver somente os elementos mais destacados, mais próximos de nós. Na crise da modernidade, sua morte foi decretada<sup>1</sup>, especialmente em uma sociedade cada vez mais tecnológica, onde o papel, o documento, fonte principal da escrita historiográfica, está sendo cada vez mais deixado de lado, sendo substituído por algo mais etéreo: tempos de arquivamento em “nuvem”. Mas a história persiste, continua viva. Contudo, em nosso país, devido aos recentes atos governamentais sobre o ensino de

História, ela hoje, ao menos nas escolas, luta e resiste nos estertores da morte.

A discussão pela criação da Base Nacional Curricular Comum deu o primeiro golpe: o ensino da História antiga, onde os alicerces da sociedade ocidental foram idealizados, foi riscado do ensino. Com muita luta, mobilizando um exército de professores de História em sua defesa, conseguimos defender esse golpe. Mal sabíamos o que ainda estaria por vir. Agora, o segundo golpe foi desferido ao ensino de História: na reforma do Ensino Médio, o ensino de História deixou de ser obrigatório, deixando a cargo do aluno escolher quais disciplinas ele quer cursar, dentro de quatro linhas temáticas pré-definidas: Ensino de Humanas, Exatas ou Biológicas e Formação Técnica.

Essa divisão territorial entre linhas formativas fica evidente, a partir da análise de Snow (2015), em seu trabalho “As duas culturas e uma segunda leitura”, onde ele descreve a formação de uma cultura, de

<sup>1</sup> Para maiores informações, ver FUKUYAMA, Francis. **O fim da**

**história e o último homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

uma visão de mundo diferente para as Ciências Humanas e, outra, para as Ciências Exatas. Para ele, cientistas de cada uma das duas áreas compartilham valores, visões de mundo, comportamentos, etc., de acordo com sua linha formativa. Os da área de Exatas têm uma visão mais racional, objetiva do mundo, enquanto os da área de Humanas têm uma visão mais



Clio

crítica, subjetiva, emocional do mundo. No mundo moderno, a partir da Guerra Fria, houve uma valorização da cultura das Ciências Exatas e a desvalorização da cultura das Ciências Humanas, pois a primeira tem como resultados aportes materiais tecnológicos, enquanto a segunda resulta em uma maior compreensão social, na análise e tentativa de resolução de problemas sociais. Desta forma, o resultado materialmente visível é muito maior das Ciências Exatas, do que das Humanas, mas isso não a diminui de forma alguma. Porém, essa acabou relegada a segundo plano, exatamente pela falsa percepção de sua falta de importância. Ainda hoje, temos a imagem do cientista, encerrado em seu laboratório, cercado de vidrarias, de máquinas, etc. O cientista social não é visto como fazendo ciência. A própria História lutou por anos para ser vista com seu rigor científico, com regras e metodologias próprias.

## Conflitos e interesses

Desse conflito de classes intelectuais, o impacto mais negativo é, talvez, o estreitamento da visão científica. Segundo Snow (2015), não há uma inter-relação entre as duas culturas, elas não conversam. Em uma falta o que excede na outra. Soma-se a isso um problema da contemporaneidade:

A hiperespecialização

tem estreitado cada vez mais a produção do conhecimento. Falta capacidade de síntese e de visão global. Compartimentalizamos, cada vez mais o conhecimento, sem um diálogo entre as áreas. A formação de conhecimento não é algo separado, compartimentado, mas sim perpassa várias áreas do saber, tecendo teias, rizomas, nas palavras de Deleuze e Guatarri (1995): “Ela pode surgir em um determinado ponto, em um campo do conhecimento, mas não podemos restringir os caminhos que essa raiz-conhecimento vai perpassar e onde ela brotará”.

Segundo Marques (2017, p. 27), a questão do humanismo ou dos valores humanos possui componentes importantes que merecem destaque. O primeiro é tradicional e tem por fundamento o que de mais antigo existe na esfera intelectual e cultural; mas é também extremamente novo,



porque todos os problemas em questão (o que é o homem, o indivíduo, o que é a relação familiar, por que vivemos?) são trazidos à tona, por causa das questões e aplicações científicas. É preciso tentar fazer entender que não se deve separar o saber das Ciências Exatas, das Humanas, pois haveria especialistas totalmente sem cultura, e também pessoas cultas, mas totalmente “ignorantes”, o que traria de volta a barbárie. A educação deve mesclar as Ciências Exatas e Humanas, estabelecendo a questão dos valores humanos.

O hiato que existe entre Ciências Humanas e Exatas se resalta com determinadas especializações do mundo moderno. Mas deve se ligar a uma forma de ensinar historicamente, como ligar-se à educação e ao saber unificado. Introduzir no estudo das Ciências Exatas a sua própria história seria uma forma de história mais totalizante. Isto permitiria que os leitores, estudantes e pesquisadores, não percebessem os teoremas, experiências ou teorias, como absolutas ou vindas do nada, sem conexão com um contexto sociocultural mais amplo de certa época, que passou por certo grupo de intelectuais (ou não), países e ambientes culturais, mostrando que a ciência é um fenômeno cultural, um fenômeno social que implica consequências políticas e certo progresso das condições sociais. Logo, a História das Ciências talvez seja a disciplina transversal que permitiria tornar a fronteira entre culturas aparentemente distintas (Exatas e Humanas), mais porosa, permeável, transdisciplinar (MARQUES, 2017, P.27).

Kuenzer (2017, p. 336) analisa as recentes reformas do Ensino Médio e enumera as críticas feitas pela sua implantação. Com o argumento de uma flexibilização do ensino, as disciplinas passam a ser englobadas em eixos temáticos, ficando a

carga do aluno escolher qual itinerário formativo percorrer. Isso reduz suas chances de sucesso em processos seletivos para outras áreas fora de sua formação inicial, sendo necessário recorrer a cursos preparatórios. A educação deixa de ser voltada para uma formação integradora, passando a ser voltada para a formação de mão de obra especializada, visando atender o mercado de trabalho. Outras críticas que merecem destaque são a forma autoritária da implementação da lei, a parca discussão de suas diretrizes e implementação, não dando muito espaço às outras vozes envolvidas, como professores, alunos, especialistas, dentre outros, tudo em um prazo apertado. Exigir de um jovem a decisão de qual itinerário formativo cursar, sendo que este não tem formação inicial suficiente para decidi-lo, é uma crítica elementar. Além do fato de que uma escola não necessariamente precisa oferecer mais de um itinerário formativo, dificultando o acesso à formação desejada. O jovem aluno que necessita trabalhar, também é prejudicado com a reforma, tendo em vista que a carga horária não é pensada para eles.

Nesse contexto, é lícito perguntar: Teria sido esse ataque consciente? Os governantes têm a real imagem de que suas ações construirão uma futura sociedade sem pensamento crítico, sem noção histórica e política? Teria sido um ataque meticulosamente pensado? Ou foi um caso de inocência, visando somente reverter o quadro que se apresenta atualmente na educação, com níveis baixíssimos de aprendizado em Português e Matemática (os principais avaliados, além de Ciências), por instrumentos internacionais considerados mais importantes para o mercado de trabalho?

Ferreira (2007, p. 143) afirma que:

*“O sistema educacional vive uma crise que vem se prolongando por muito tempo e este quadro se agrava com o discurso do fracasso da escola pública, justificando a incapacidade do Estado em gerenciar e atender, satisfatoriamente, os interesses da sociedade. Possibilitando, conforme Saviani: “...que se advogue, também no âmbito da educação, a primazia da iniciativa privada regida pelas leis de mercado”. E estes aspectos, na política neoliberal ora vigente no Brasil, ganham contornos mais agravantes.”*

Em benefício de quem é feita essa reforma do Ensino Médio no Brasil? Visa melhorar a formação de nossa juventude, formando cidadãos críticos e capazes de mudarem sua realidade social? Ou é uma reforma, visando à formação só de mão de obra barata e “dócil”? Se realmente busca uma melhor formação dos alunos, por que não houve um maior debate com os maiores beneficiários de tal reforma? Reformar o ensino é preciso, mas defendemos uma reforma participativa, ouvindo as partes mais diretamente ligados à educação, que são os professores e os alunos, e uma reforma que leve aos alunos o acesso ao conhecimento, à cidadania, à sua formação enquanto cidadãos, e não somente um preparo para o trabalho. Isso não é educação; é adestramento.

Frigotto e Motta (2017, p. 365, 366) analisam a questão da reforma do Ensino Médio, demonstrando o jogo de interesses neoliberais e o porquê da defesa do governo de sua urgente implementação:

*“No entanto, consideramos que o atual golpe é mais profundo pelo fato de que a classe burguesa brasileira já não precisou das forças armadas para seu intento. Ao longo das últimas décadas organizou-se organicamente como classe na defesa dos interesses maiores e estruturou-se em todas as esferas do Estado — Parlamento, Ministério Público, parte ativa do poder judiciário em seu órgão máximo e na burocracia do Estado. No âmbito da sociedade civil, as frações burguesas dominantes ampliaram suas organizações privadas — aparelhos de luta hegemônica da classe dominante — e intensificaram as disputas do projeto de sociedade e educação, aparelhos esses que, no núcleo duro, se expressam nos 14 grupos econômicos fundadores — denominados*

*mantenedores — do movimento “Todos pela Educação” e das 18 organizações que aparecem como parceiras. Colocamos “Todos pela Educação” entre aspas, pois a sutil mudança do ideário da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), “Educação para Todos”, pode ser interpretada como “todos pela educação”, que convém ao mercado e ao capital.”*

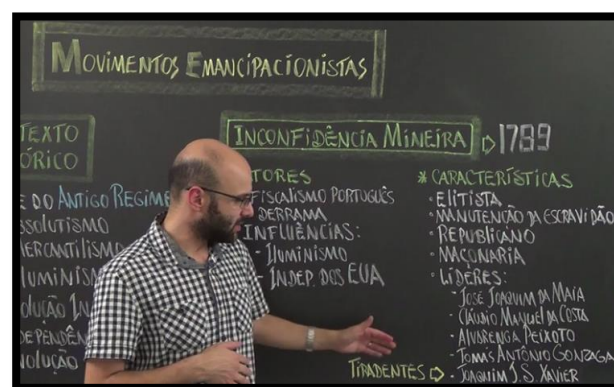
A reforma visa somente atender a uma política neoliberal de formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Não se busca a formação de cidadãos críticos, pensantes. Movimentos análogos, como o caso da “escola sem partido”, demonstram claramente os interesses por trás, a defesa de um só ponto de vista, de um só viés, não havendo espaço para criticidade, para discussão, para o desenvolvimento integral do cidadão. Frigotto e Motta (2017, p.367) continuam sua análise, verificando o impacto da PEC 55 na educação, que ao congelar investimentos por 20 anos, condena toda uma geração, além de promover uma privatização por dentro, ao inviabilizar o ensino público. Como disse Emília Viotti da Costa: “Um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado”. Deixaremos de ser senhores da nossa história e voltaremos a ser “gados” conduzidos pelos “coronéis”.

As décadas de 1980 e 1990 no Brasil foram marcadas por diversas reformas curriculares da educação brasileira. O ensino de História e Geografia, que antes eram unificados aos “Estudos Sociais”, passou por uma série de reformulações e foi encerrada a licenciatura curta. Posteriormente, foram criadas novas metodologias de ensino e foram estabelecidos novos objetivos no ensino de História e Geografia, objetivando renovar a educação brasileira em um contexto de globalização mundial. Dessa forma, o ensino de

História deixa de ser conteudista e passa a desenvolver competências e habilidades, as quais foram estabelecidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Para o ensino de História ficou a nobre missão de ajudar os alunos a desenvolver procedimentos que os ensinam a aprender a conhecer. Assim, torna-se problemática a implementação do currículo necessário para o desenvolvimento das competências e habilidades em áreas como a História, de modo bem analisado por Magalhães (2006, p. 53,54):

*“As diretrizes curriculares, bem como os PCNs para o Ensino Médio, possuem uma característica comum: foram organizados a partir da definição de competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Logo, tanto para as diretrizes curriculares como para os PCNs, mais importante do que aprender um conteúdo relativo a uma área de conhecimento é desenvolver procedimentos que permitam ao aluno aprender a conhecer. Grande parte das diretrizes não faz qualquer menção aos conteúdos a serem trabalhados, listando apenas as tais competências e as habilidades. Esta forma de organizar os currículos, presente em outros países, tornou-se hegemônica na produção legal do governo brasileiro desde o final dos anos 1990. O importante a ressaltar é que não há consenso entre os educadores brasileiros no que diz respeito à organização de currículos a partir de competências e habilidades. Há fortes dúvidas acerca de como, consensualmente, defini-las em áreas menos procedimentais, como é o caso de História. (...) Criticando a estruturação dos currículos a partir de competências e habilidades, pesquisadores alertam que tais termos estão comprometidos com um certo aprender a fazer, muito relacionado ao mundo da produção.”*

Aliado a isso, devido aos constantes avanços tecnológicos e às múltiplas formas de adquirir conhecimento que a humanidade tem hoje (pela própria dinâmica do mundo moderno, onde as informações estão cada vez mais rápidas e acessíveis), nossa percepção de mundo mudou: Somos uma sociedade do nanosegundo, estamos cada vez mais ligados à tecnologia.



### O papel da História e do professor

Essa acelerada transformação da sociedade e do mundo do século XXI é, inclusive, um tema abordado nos PCN, classificando esse mundo como uma “Sociedade do conhecimento” ou “Sociedade tecnológica” que tende a fragmentar as identidades. Esse desafio norteador dos PCN foi responsável por alterar a forma como encaramos o ensino: Não é mais com a quantidade de informação que a educação deve se preocupar, mas sim com a capacidade de lidar com elas. À História, ficou relegada a missão de construção dos laços de identidade, de consolidação da formação da cidadania e de ensinar o aluno a “ler o mundo nas entrelinhas”.

Mas estamos alcançando esse objetivo? O próprio Cerri (2007, p. 97), ao analisar a ideia de Gadamer sobre consciência histórica, define como um “estado de miserável inconsciência da história, sendo ignorantes da historicidade do presente e submetidos ao dogma das opiniões culturalmente consideradas como corretas”. Ainda afirma que “essa parte da humanidade está alijada das ‘subversões espirituais da nossa época’ e amarrada à tradição, sem a possibilidade de uma postura reflexiva sobre o que ela transmite”. Não vemos vários grupos atualmente defendendo posturas absurdas, contra os direitos humanos, a favor de penas de morte, ou ainda contra minorias étnicas,

ou em favor do retorno da ditadura militar no Brasil? Não estaria aí um indicativo da ausência dessa consciência histórica, em uma boa parte da população? Ao estabelecer a relação entre consciência histórica e moral, o ensino de História estaria falhando em desenvolvê-la. Seria por isso que passamos por uma crise extrema de valores? Ou simplesmente essa crise de valores é fruto de uma base fraca, no qual teríamos somente desenvolvido o tipo tradicional de consciência, pertencente a uma identidade nacional de brasileiros, que tem inclusive como valor do senso comum enaltecer o “jeitinho brasileiro”, a “mandragem”? Se faz urgente alterar essa tônica, buscando o desenvolvimento do tipo crítico e genético, nos quais nossos alunos e futuros cidadãos teriam condições de analisar melhor seu lugar na história e de determinar as bases para mudar nossa sociedade. Talvez por isso que o país que mais se debruçou e desenvolveu essa teoria, tenha sido a Alemanha pós-Segunda Guerra, que queria afastar a influência totalitária nazista do pensamento do povo alemão.

Uma boa parte da falta dessa consciência histórica é a falta de relação entre a história pessoal do aluno e a história ensinada nas escolas. Faz-se necessário estabelecer ligações entre o que se ensina e a vivência do aluno, desenvolvendo não só a noção de como o passado influenciou na construção de nosso presente, mas também de que somos agentes históricos construtores do futuro.

Alves e Alegro (2008) fazem um paralelo entre o desenvolvimento moral de Piaget, com o desenvolvimento da consciência histórica de Rüsen, estabelecendo uma leitura da indisciplina escolar por essa ótica. Inicialmente, as autoras fazem uma interpretação do conceito de indisciplina. Neste ponto, é interessante destacar a percepção desta,

como sendo fruto das “fracas noções de autoridade estabelecidas entre pais e filhos”, que se refletem no ambiente escolar. De acordo com as autoras citadas, lemos na pág. 4:

*“Segundo La Taille (1996), a indisciplina pode vincular-se também, ao fato dos alunos não erigirem valores que possam ser desfeitos pelo olhar reprovador do professor. Vítimas de uma cultura que prioriza o desejo, o individualismo e a vida privada, os alunos interessam-se por satisfazer seus próprios desejos e lhes interessam ser admirados por seus pares e não por seus professores, o que resulta no desprezo ao papel do professor e da escola.*

*Como dito, várias são as causas da indisciplina escolar bem como, várias são suas expressões. Sua atualidade é pressuposta por vários estudiosos como, por exemplo, Aquino (1996, p.7), que afirma ser a indisciplina “um dos maiores obstáculos pedagógicos dos dias atuais”.*

Na sequência, as autoras analisam o pensamento de Piaget sobre o desenvolvimento moral e o respeito: Este seria fruto das relações sociais. Primeiro, a criança desenvolveria o respeito unilateral, fruto de uma primeira relação autoritária com os pais. Depois, com a convivência, a criança desenvolveria a capacidade de se colocar no lugar do outro, a empatia, desenvolveria o respeito cooperativo. Um dos problemas da indisciplina escolar é que a escola, muitas vezes, quer impor o respeito de forma autoritária, coercitiva, o que a criança veria como algo exterior a si mesma, logo não promovendo a socialização, isolando-se em um mundo fantasioso e não obedecendo. O ideal é a busca por uma relação professor X aluno pautada no respeito mútuo, promovendo o diálogo, o que garantiria o desenvolvimento de uma moral cooperativa, surgindo, assim, a obediência pela admiração. Claro que este problema não se restringe somente na relação escolar, mas sim falta uma base de respeito advinda de casa, das relações com os pais. Sem essa base, o trabalho escolar fica comprometido. O desenvolvimento de uma consciência histórica serviria também como base

para a construção de uma moralidade pautada para a prática diária. Assim, enquanto fenômeno da consciência, todo aprendizado serve de base para essa moralidade, não se restringindo à acumulação de conhecimentos, pois ao aprender, os alunos poderiam desenvolver categorias mais complexas de consciência histórica, o que pautaria na formação de um indivíduo mais capaz para a vivência em sociedade.

Um paradoxo que se apresenta em nossa relação com o conhecimento, de acordo com Atxurra (2013, P.230), é como “a confiança no poder do conhecimento científico e dos meios de comunicação levou a uma sociedade acostumada a pensar que a realidade é transparente e a 'acreditar em tudo o que se vê'”. Somos sobrecarregados por imagens, sub-informação, meias-verdades, o que tem nos tolhido a capacidade de entender a realidade. Ainda segundo Atxurra (2013, p.231), comportamentos “como o *zapping*, o culto ao efêmero, o acesso a multicanais e o uso de um heterogêneo mundo de janelas fragmenta a realidade em uma infinidade de microcosmos visuais e vitais, dificultando talvez uma visão mais significativa”. Lidar com essa grande quantidade de informação, com as quais somos bombardeados a todo o momento e ao alcance das mãos, nos *smartphones*, com cada vez mais recursos, informações estas projetadas para um consumo rápido, tem sido um rival para o ensino, que busca fazer o aluno analisar e pensar a realidade complexa que se apresenta, pesando os fatores de múltiplas influências de sua realidade. Consumir a opinião pasteurizada, já processada, sem precisar pensar muito, produzida para ser lida e descartada, efêmera, é muito mais fácil do que analisar criticamente a complexidade da realidade. Para Suruagy (2010, p.2), a desvalorização da História

está relacionada com a forma como encaramos as inovações tecnológicas:

*Uma problemática que cresce na nossa sociedade atualmente é o domínio do presenteísmo. Um mal que afeta toda sociedade, que em meio aos fortes avanços tecnológicos e à rapidez com que as coisas vão ocorrendo, nossos alunos acabam vivendo em um presente contínuo, totalmente desvinculado do passado. Pensar o passado tornou-se antiquado, e os educandos pensam e expressam: “Com tantas coisas novas surgindo ao nosso redor, tanto a ser desfrutado, para que se preocupar com o passado”? “O que ele tem a nos oferecer?”*

A Microsoft (2015) do Canadá fez um estudo em 2013, publicado em 2015, chamado *Attention Spans*, com usuários de tecnologias, mostrando como estas têm afetado nossa concentração. Foi constatada uma diminuição da capacidade de concentração dos seres humanos, especialmente os mais jovens, caindo de 12 para 8 segundos, o que já nos coloca com concentração inferior aos peixinhos dourados – que têm 9 segundos de concentração, ainda de acordo com o estudo. Outros números nos ajudam a entender a relação dos jovens com a tecnologia: 77% dos jovens responderam que, quando não estão prestando atenção, a primeira coisa a fazer, é mexer no celular, e 52% dos jovens mexem no celular, pelo menos a cada meia hora. Entender essa dinâmica é essencial para os professores que vêm enfrentando essa situação cada vez mais comum em sala de aula: O aluno dividir sua atenção com o celular. Mas o apetite por estímulos tem aumentado. Isso pode ser um ponto positivo para o professor, podendo adaptar sua prática escolar, a fim de que seja forte suficiente para captar a atenção dos alunos. Outro ponto positivo analisado na pesquisa foi o desenvolvimento cerebral da capacidade de fazer múltiplas tarefas ao mesmo tempo.

A tecnologia tem que ser um ponto a nosso favor e, não, um vilão. Buscar práticas alternativas que estimulem os alunos a analisar melhor as notícias e



a demonstrar que, muitas vezes, os veículos de mídia se apropriam de meias verdades, defendendo um posicionamento, é algo vital em sala de aula, caso queiramos formar cidadãos conscientes.

No desenvolvimento de seu ofício, o professor de História se depara com vários problemas. O principal deles é a desvalorização, que nas palavras de Souza (2011, p.2), o professor chegou “no século XXI desacreditado e na maioria das vezes crendo em discursos, que afirmam ser o mesmo desnecessário ao cenário social”. A realidade escolar tem desmotivado cada vez mais os professores, atraindo cada vez menos novos profissionais para a área. Ainda nas palavras de Souza (2011, p.3):

*“Os baixos salários, a desvalorização social, a indisciplina dos alunos, o controle burocrático do Estado, a violência na escola, o desafio de ser considerado responsável pela não aprendizagem dos alunos e tanto outros fatores de ordem social, econômica e política são exemplos que desmotivaram a categoria de professor.”*

A função de professor deixou de ser vista como uma profissão digna e passou a ser vista como uma situação passageira ou, ainda, como algo para complementar a renda, haja visto que os concursos para provimento de cargo de professor, nas esferas estaduais e municipais, na maioria das vezes, não exigem dedicação exclusiva, permitindo o exercício de mais de um cargo público. Os baixos salários da profissão acabam por forçar o professor a atuar em várias escolas, públicas e particulares, para conseguir ter uma renda decente. Em outros casos, como visto por Silva (2015, p. 1), pela “baixa remuneração e pelas condições de trabalho, fatores estes que fazem com que muitos professores se sintam desmotivados e cheguem até em mudar de profissão”.

Diante de tal desvalorização, o professor sofre, hoje, o que se convencionou chamar de Mal-Estar Docente, que nas palavras de José Esteve (apud

MATUDA e MARTINS, 2014, p. 2) é “a dificuldade dos professores em atribuir um sentido a seu trabalho, desenvolvendo doenças que muitas vezes são decorrentes do exercício da profissão, como depressão e gastrite”, hoje também conhecido por síndrome de *Burnout*.

Matuda e Martins (2014) analisam as políticas públicas de valorização do professor, porém ainda não podemos analisar os impactos causados pela recente PEC nº 55 de 2016, que limita os gastos públicos em 20 anos. Os autores analisaram as metas do PNE 2014/2024 – Plano Nacional da Educação – destacando as metas relacionadas à formação e à remuneração. Em seu artigo, os autores comparam o discurso e as medidas tomadas pelo governo e a real necessidade dos profissionais do ensino. Para identificar essas necessidades, os autores criaram um painel colaborativo, durante as atividades da semana acadêmica, na Faculdade de Sumaré, no qual os próprios professores relataram como gostariam de serem valorizados. Dentre os relatos, destacaram-se como os principais meios de valorização do professor: Melhorias nas condições de trabalho, desde a oferta de material para o ensino, passando pela questão de superlotação das salas de aula e pela docência em uma só unidade escolar, até questões de segurança. A questão da remuneração adequada para os docentes, bem como a criação de condições de formação permanente, como cursos de capacitação e formação continuada em cursos de pós-graduação. Nesse caso, destacando a responsabilidade do próprio sistema de ensino em fornecer essa formação continuada, e não só sob responsabilidade do profissional; e, por fim, o reconhecimento social da importância do professor. Observamos que valorizar o professor vai muito além de dar uma remuneração digna.

Implica, também, em dar condições de trabalho, bem como salientar a percepção social da importância do professor. Essa percepção é falha já no trato dos docentes pelos governantes, através do descaso com que a educação é vista pelo governo.

Um bom exemplo desse descaso do sistema é a questão da formação continuada do professor. Silva (2015, p.4) relaciona a baixa remuneração com a formação continuada: “A baixa remuneração acaba afetando também na formação continuada do professor, pois o mesmo se esforça, investe em cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, mas o que aumenta em seu salário é muito pouco diante de tamanho esforço”. A autora ainda faz uma observação:

Na comparação do salário dos professores com outros profissionais de mesma formação, o salário do professor é muito inferior.

Além disso, Oliveira e Gonçalves (2013, p.6) identificaram o problema da pressão que os professores sofrem para conseguirem dar conta de todo conteúdo indicado no Currículo Escolar:

*“Pois bem, a maneira que o currículo escolar encontra-se estruturado permitiu perceber que ele é um dos fatores que possivelmente contribuem para o descaso na educação, principalmente nas aulas de história. Pressionados pelo currículo e preocupados em dar conta dos conteúdos propostos, os professores reproduzem o que os especialistas produziram, não se atentando em como os alunos estão aprendendo, ou melhor, se estão aprendendo e quais as dificuldades que esses alunos apresentam.”*

O problema do ensino com maior índice de reclamação, do ponto de vista dos professores, é a questão do desinteresse escolar, não só o desinteresse do professor, fruto da síndrome de

*Burnout*, recorrente no exercício do magistério, mas, principalmente, o desinteresse do aluno em aprender. Como relata Silva (2015, p. 5),

*“(...) muitas vezes o professor prepara uma aula diferente, dinâmica, que possa despertar o interesse de seus alunos, mas quando chega na sala de aula, nada do que ele planejou tem êxito, isso devido a maioria dos alunos que não querem estudar”.*

Claro que não somos ingênuos em não levar em consideração a realidade dos alunos. Oliveira e Gonçalves (2013, p.5) retratam bem a realidade deste: “Os alunos que chegam à escola, geralmente são marcados pela desigualdade social, muitos trabalham para garantir a sobrevivência, veem a escola apenas como o lugar do diálogo e do passatempo, o lugar que pode garanti-los um certificado de conclusão para que assim consigam

uma vaga no tão competitivo mercado de trabalho”. Nesse quadro, Souza (2011, p.4) nos lembra do papel do professor, visto muitas vezes como desnecessário, na atual sociedade de informação:

*“Esqueceu-se que os alunos são humanos, que vivem uma realidade desumana, injusta, cruel e que necessita de alguém com vários saberes para equilibrar e ajudá-los a fazerem a releitura de todas as informações recebidas pelos meios de comunicação, transformando-as em conhecimento para a vida”.*

Ramos e Goeten (2015), ao analisarem os aspectos motivacionais e a relação entre professor e aluno, identificaram diversas origens da falta de interesse dos alunos, sendo as principais causas de desmotivação: A estrutura física escolar inadequada ou deficiente; ambientes pouco atrativos; estrutura curricular que não condiz com as expectativas dos alunos; metodologia do trabalho pedagógico que não motiva os alunos a



aprender; e problemas na relação professor-aluno. Nesse estudo, a questão principal de desmotivação do aluno, diz respeito aos conteúdos e à forma de trabalho do professor. Os alunos não conseguem relacionar os conteúdos aprendidos com sua realidade, além da baixa atratividade das aulas.

## Conclusões

A educação no Brasil passa por uma profunda crise. Por um lado, temos uma geração acostumada com os avanços tecnológicos, com acesso a uma infinidade de informações, ao alcance das mãos. De outro lado, ainda, temos um ensino com muitas características tradicionais, conteudista. Esse choque de gerações, de visões de mundo, acaba gerando uma rejeição desses alunos ao ensino. Tentando mediar essa crise, o governo brasileiro lançou uma série de reformas no Ensino. Porém, a forma como foi implantada, e as decisões arbitrárias tomadas, acabaram por gerar um desconforto e uma rejeição muito grande, antes mesmo de sua implantação, conforme o trabalho de Kuenzer (2017).

A História talvez tenha sido a disciplina que mais sofreu nesse processo, sendo relegada a segundo plano, colocada como uma das disciplinas de um itinerário formativo. Porém, negar aos alunos o aprendizado de História, é negar a formação de sua cidadania, condenando toda uma geração. Mais uma vez, apropriando-se das palavras de Emília Viotti da Costa: “Um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado”. Mas o impacto mais profundo é criar uma geração sem capacidade crítica, ficando à mercê de aventureiros políticos. Temos já grandes problemas em capacidade crítica por parte de nossos eleitores. Com essas reformas, acreditamos

que o quadro só irá piorar. De acordo com os PCN, um dos objetivos da História é capacitar os alunos para lidarem com esse grande fluxo de informações. Negar essa capacidade é promover a difusão de conhecimentos errôneos.

Além disso, a política neoliberal chegou às escolas. Administradores e economistas são colocados em secretarias de educação, levando uma visão capitalista ao ensino. Os Resultados disso são: Salas lotadas, fechamento de escolas, sobrecarga de trabalho nos profissionais da educação, desvios de funções, dentre outros. O diretor passa a ser administrador da unidade escolar. O coordenador pedagógico; fiscal de professores. O professor passa a ser “adestrador” de alunos e, com tudo isso, a escola passa a ser “depósito” de crianças. A escola acaba por ser um mecanismo de fomento ao mercado de trabalho e, não, um formador de cidadãos. O governo estipula metas a serem alcançadas pelas escolas, como por exemplo, o currículo mínimo, que na prática, é difícil de ser totalmente alcançado e os profissionais da educação acabam mais por priorizarem o alcance das metas, do que a formação cidadã em si. Tudo isso sem contar os problemas de desvalorização do professor, o “mal-estar” docente, dentre outros, que assolam tão magno sacerdócio, pois ser professor transcende o mero ofício profissional.

Porém, o atual quadro da educação é de resistência. Os movimentos de ocupação das escolas, no final de 2015 e início de 2016, representaram um alento de esperança. Embora tenha se mostrado só uma brisa, serviu como demonstração de que, juntos, podemos modificar a educação. O início dessa mudança tem que partir de algum ponto.

Como nos ensina Paulo Freire (1996), o ato de

ensinar exige a convicção de que a mudança é possível, além de exigir afeto e respeito. Infelizmente, valores como estes são raros, hoje em dia. É preciso criar laços de afetividade entre professor e aluno, e também entre o professor e sua profissão, bem como o aluno e a matéria aprendida. Com o afeto vem o respeito, não só do aluno pelo professor e vice-versa, mas também respeito aos conhecimentos que cada um traz consigo. É respeitar a leitura de mundo individual, ao mesmo tempo em que ensina aos alunos como decodificá-las, e respeitar as diferenças.

---

**Lincoln Mansur Coelho** é Prof. de História da rede pública e particular de ensino e **Adílio Jorge Marques** é Prof. Adjunto da Universidade Federal Fluminense

---

## Referências

- ATXURRA, Rafael Lopez. O ensino da história e o pacto de cidadania: questões e problemas. Tradução de: XAVIER, Érica da Silva. In: **História & Ensino**, v. 19, n. 1, p. 221-245, 2013.
- ALVES, Samira Ignácio; ALEGRO, Regina Célia. Desenvolvimento Moral e Consciência Histórica: uma leitura sobre a (in) disciplina escolar. In: **III Congresso Ibero-Americano sobre Violências nas Escolas - CIAVE; VIII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE**, 2008, Curitiba. Anais do III Congresso Ibero-Americano Sobre Violências nas Escolas; Anais do VIII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE. Curitiba: Champagnat, 2008. p. 01-13.
- CERRI, Luis Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história. In: **Revista de História Regional**, v. 6, n. 2, 2007.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: **Mil platôs (Capitalismo e Esquizofrenia) v. 1**. Editora 34, 1ª ed., p. 2-18, 1995.
- FERREIRA, Carlos Augusto Lima. Ensino de História e a incorporação das novas tecnologias da informação e comunicação: uma reflexão. In: **Revista de História Regional**, v. 4, n. 2, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudencio; MOTTA, Vania Cardoso. O porquê da urgência da reforma do Ensino Médio? Medida Provisória nº 746/2016 (lei nº 13415/2017). In: **EDUCAÇÃO & SOCIEDADE**, v. 38, n. 139, 2017.
- KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. In: **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, 2017.
- MAGALHAES, Marcelo de Souza. Apontamentos para pensar o ensino de História hoje: reformas curriculares, Ensino Médio e formação do professor. In: **Tempo**, Niterói, v.11, n.21, p.49-64, jun. 2006.
- MARQUES, Adílio Jorge. Michel Serres, unindo ciências humanas e exatas. In: **Ética e Ciência – EaD**. Maringá: UniCesumar, 2017. Disponível em: <http://www.ead.cesumar.br/moodle2009/lib/ead/arquivosApostilas/7160.pdf>. Acesso em 12 Mar 2018.
- MARQUES, Adílio Jorge; SENRA, André Vinícius Dias; VAICBERG, Leonardo. Breve discussão sobre a fenomenologia em Kant e Husserl. In: **Gnarus**. Rio de Janeiro, 2017.
- MATUDA, Fernanda Guinoza; MARTINS, André. O que significa valorizar o professor? A visão da sociedade para além do que afirma a legislação. In: **Revista Acadêmica Eletrônica Sumaré**. 8ª e 9ª edições. Ano 2014.
- MICROSOFT. **Attention Spans**. Canadá, 2015. Disponível em: <https://advertising.microsoft.com/en/wwdocs/user/display/cl/researchreport/31966/en/microsoft-attention-spans-research-report.pdf>. Acesso em: 20 Fev. 2017.
- OLIVEIRA, Andréa Ribeiro de; GONÇALVES, Taíse Batista. O desafio em ensinar e aprender História: dificuldade dos alunos na leitura e na escrita nas séries iniciais do Ensino Fundamental II. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013.
- RAMOS, Daniela Karine; GOETEN, Ana Paula Moreira. Aspectos motivacionais e a relação professor-aluno: um estudo com alunos do ensino médio. In: **Camine**: caminhos da educação, v. 7, n. 1, p. 23-37, 2015.
- SILVA, Daniele André da. Dificuldades de ser docente: desafios a serem superados. In: **V encontro de iniciação à docência da uepb / III encontro de formação de professores da educação básica**, 2015, Campina Grande. Anais V ENID / UEPB. v. 1, 2015.
- SNOW, Charles Percy. **As duas culturas e uma segunda leitura: uma versão ampliada das duas culturas e a revolução científica**; trad. Geraldo Gerson de Souza/Renato de Azevedo Rezende Neto. São Paulo: EDUSP, 2015.
- SOUZA, Sueli de Oliveira. O professor de sala de aula: as mazelas de uma profissão. In: **Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais da EDUVALE**. Publicação Científica da Faculdade de Ciências Sociais aplicadas do Vale de São Lourenço - Jaciara/MT. Ano IV, nº 06, novembro de 2011.
- SURUAGY, Cláudia Calheiros. Um Olhar Midiático para o Ensino de História. In: **V EPEAL: Pesquisa em educação: desenvolvimento, ética e responsabilidade social**, 2010.

## Resenha

# ***UM CONVITE A LEITURA DE “A social-democracia como fenômeno histórico”.***

*Por Elisangela Gisele do Carmo e Egberto Gustavo do Carmo*

PRZEWORSKI, A. **A social-democracia como fenômeno histórico.**

**Resumo:** A presente resenha objetiva a reflexão da natureza do movimento socialista e de que forma tal conjuntura política incidiu no desenvolvimento de outros movimentos, e posteriormente, no âmbito social dos Estados.

**E**sta resenha trata-se de uma reflexão do artigo que foi traduzido e publicado em português, com base no livro de Adam Przeworski, publicado em 1985, intitulado, *Capitalism and social democracy*. O autor Adam Przeworski é professor da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, cientista político e estuda a democracia e suas facetas representativas com o poder do Estado, a social democracia, a representatividade das eleições e do individualismo metodológico.

A obra em questão remete a reflexões sistemáticas acerca do desenvolvimento dos movimentos socialistas, correlacionando-os com os movimentos capitalistas e a nova conjuntura social

dos Estados. Aborda toda a conjuntura da análise de mudanças do cenário europeu no fim do século XIX, e que trouxeram perspectivas para a consolidação do poder dos partidos socialistas, que almejaram conquistar o poder proletário, e por meio deste, representar as massas e seus direitos.

A social democracia constituiu-se da aliança de democratas radicais com a antiga classe operária socialista utópica, e lutou pelo reconhecimento dos trabalhadores como indivíduos que deveriam ter um lugar na sociedade. Para alcançar este objetivo de dominação da classe atuante foram realizadas transformações em nível político e econômico em diversos países. Porém, essas ações visavam os direitos populares contra a verdadeira crise do



sistema socialista e o proletariado, constituindo uma questão relevante, já que a burguesia deveria abrir mão de seus direitos, em prol do bem-estar dos cidadãos comuns.

Essa transição foi hipoteticamente difícil, até chegar ao momento democrático, e os socialistas tinham como crítica fundamental os inúmeros fatores de desigualdade, que abrangiam o cenário dos trabalhadores (demográficos, culturais e históricos), e afirmavam que nestes cenários havia a subestimação do proletariado pela classe dominante da burguesia. A consequente crença de que uma gradual transição fosse necessária para uma perfeita e futura democracia, devido às reformas econômicas e políticas e suas consequências para as relações trabalhistas, seria uma das explicações vistas pelos socialistas como uma estrutura que permeava negativamente a vida e a conjuntura social dos Estados e seus trabalhadores.

É compreensível, portanto, entender que a previsão da ruptura dos direitos centralizados da burguesia foi concentrada na quebra do antigo sistema real socialista e a tentativa de consolidação desta ação do anel da democracia, com

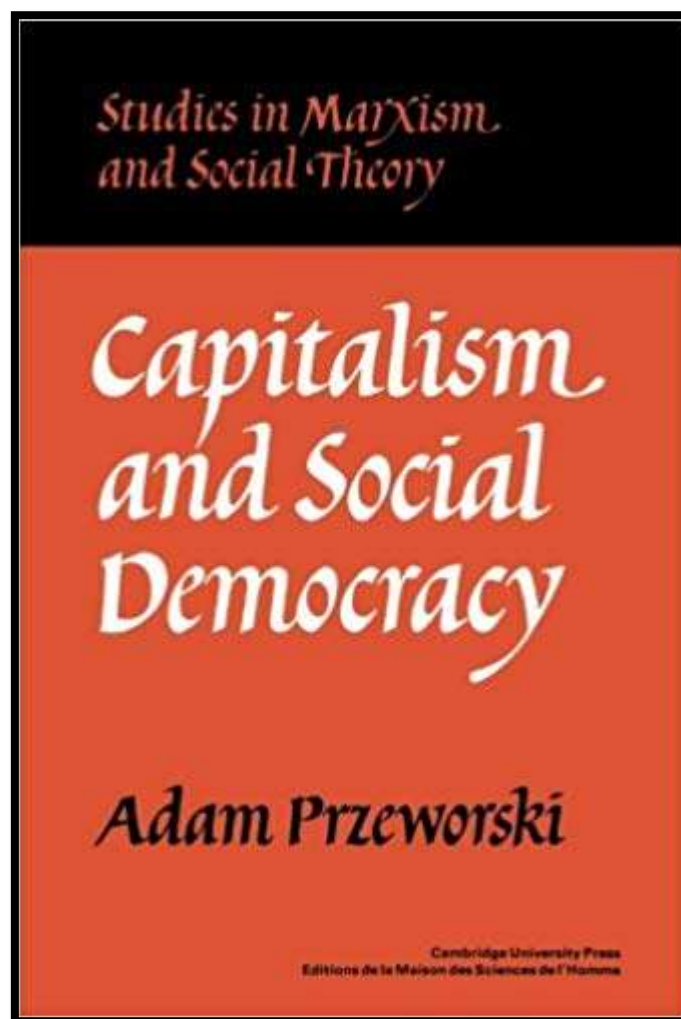
ações parlamentaristas e militares, visando impactar os partidos socialistas e seus líderes, como Karl Marx, que liderou o movimento da social democracia no final do século XIX. Nestes pressupostos Marxistas, a teoria do trabalho seria a fonte da riqueza e da “mais-valia” do ser humano, sendo importante a determinação de categorias trabalhistas para cada cargo, em prol da luta contra a exploração.

Os ideais Marxistas acreditavam que se não houvesse esta categorização, os trabalhadores não alcançariam a riqueza almejada, porque seriam explorados pelos capitalistas no processo de produção industrial. Dentro deste contexto, os Marxistas viam a importância de um salário justo para as classes econômicas menos favorecidas, a

fim de que esta fonte de riqueza que tanto buscavam seria igualitária e a distribuição da mesma teria um equilíbrio de poder na sociedade.

Alguns economistas burgueses como Adam Smith e David Ricardo, já pregavam que o trabalho justo é a fonte de riqueza do cidadão.

Posteriormente, este pressuposto constituiria um dos pilares do Manifesto Comunista escrito por Karl Marx, porém em



uma direção completamente diferente. É claro que, para Marx, o trabalho também seria uma fonte de riqueza, mas apenas no capitalismo, e é precisamente aí que começa a crítica.

Este capitalismo, conforme analisado por Marx, é como um fenômeno historicamente específico, no qual o trabalho é parte de um processo metabólico entre o homem e a natureza, sendo que a mesma dispõe dos recursos que o homem terá para produzir algo. O trabalho cria valores, e é a única fonte de riqueza, sendo então considerado, um fenômeno historicamente específico que não coincide com a definição geral de trabalho argumentado pela burguesia. Esta que julgava o trabalho como ambientado pelo processo de produção, naturalizando-o como um processo escravocrata.

Desta forma, a credulidade de que o trabalho é a única fonte de riqueza, contradiz com o inebriante capitalismo. Devido à melhoria contínua das forças produtivas impostas pela competição capitalista, cada vez menos tempo de trabalho seria necessário para produzir a riqueza potencial na forma factual almejada. Ao mesmo tempo, o tempo de trabalho continua sendo a única fonte de riqueza, restringindo-a a uma forma capitalista.

A partir das crises de superprodução, emerge o fato de que a riqueza capitalista requer a miséria e o desemprego em massa dos trabalhadores. Em uma sociedade comunista, por outro lado, não seria mais trabalho, mas ciência e forças produtivas, que seriam a fonte da riqueza. O horário de trabalho poderia ser reduzido a um mínimo razoável e, ainda assim, a sociedade como um todo seria mais rica. Deve, portanto, distinguir-se entre a riqueza nas sociedades capitalistas, que aparece como uma imensa coleção de bens e cuja fonte é a obra

abstrata criadora de valor e riqueza material, que existe na forma de valores e só poderia ser realizada no comunismo.

Para os sociais-democratas, o processo de produção era simplesmente um processo de trabalho e a injustiça da sociedade se pautava na distribuição da riqueza no mundo. O trabalho de Marx é uma crítica à essa forma de trabalho capitalista, que deve ser superado de maneira revolucionária, e não deve ser reconhecido como um parceiro da burguesia, nem ser um escape para a libertação da sociedade civil.

Marx pregava em seus ideais que não se tratava apenas de distribuir equitativamente a riqueza, medida em termos de valor, e sim, tornar igualitários os direitos civis e econômicos das classes populares. A forma historicamente específica de trabalho e riqueza no capitalismo foi atribuída indiretamente pelos conceitos da social-democracia e dos marxistas. Marx criticou esta visão incompleta do capitalismo no Volume III do Capital:

*“A visão que considera apenas as relações distribucionais como históricas, mas não as relações de produção, é, de um lado, apenas a visão do começo, mas ainda autoconsciente crítica da economia burguesa. Por outro lado, no entanto, baseia-se em uma confusão e identificação do processo de produção social com o processo de trabalho simples que uma pessoa anormalmente isolada teria que realizar sem qualquer assistência social. Na medida em que o processo de trabalho é apenas um mero processo entre homem e natureza, seus elementos simples permanecem comuns a todas as formas de desenvolvimento social. Mas, toda forma histórica particular deste processo continua a desenvolver os fundamentos materiais e formas sociais do mesmo.” (MARX; ENGELS, 1967, p.186).*

A social-democracia sob condições monárquicas, ainda era um partido revolucionário a qual, a partir de 1918, a maior parte da demanda co-determinada pela classe trabalhadora foi

realizada. O impulso social patriótico da social-democracia, que exibia uma faceta, não era uma traição à ideia de democracia social, mas era a expressão indiscriminada do programa socialista de Estado.

Depois do nacional-socialismo, comumente denominado de nazismo, a social-democracia assume um papel de liderança na reconstrução da razão de capital, entretanto, o movimento dos trabalhadores e a cidadania não foram reconstruídos. A social-democracia finalmente percebeu a ideia de socialismo, como sendo, a regra do valor, voluntariamente assumida pelos governados.

O sucesso da social-democracia, depois de 1945, baseava-se acima de tudo em tempos de milagre econômico, defendendo o aumento dos pagamentos de suborno à funcionários, a fim de minimizar em doses homeopáticas o comportamento remanescente rebelde da população. Na prática, esses pagamentos de esmolas estavam ligados ao sucesso da economia.

Historicamente, após a década de 1970, o milagre econômico se estabeleceu, dando o seu ápice em meados dos anos de 1980, em camadas eleitorais que eram tradicionalmente social-democratas. A esquerda não compreendeu todos os ideais destes partidos trabalhistas. Mas, ao contrário dos esquerdistas, os trabalhadores sabiam, por experiência própria, que se quisesse alcançar este Estado de bem-estar, e ser apenas trabalhadores e não um proletariado revolucionário, suas ações estariam diretamente ligadas ao destino do capital doméstico.

Os partidos da esquerda, no início se defrontavam, impotentes à naturalização descrita pelas relações de produção do ideal da social-

democracia, porque acreditavam que ainda estavam sob o ponto de vista da sociedade burguesa. No entanto, devido à tendência apresentada pelas sociedades, na qual o homem desejava o Estado de bem-estar social, os movimentos esquerdistas se fortaleceram, devido à necessidade cada vez mais de trabalhadores frente à produtividade impulsionada pelas tecnologias. Porém, o aumento de produtividade apresentava um viés negativo, porque cada vez menos trabalho era necessário para produzir, com a substituição da mão de obra humana por máquinas, assim, a queda do número de trabalhadores se tornaria um problema para o Estado de bem-estar social, já que os contribuidores seriam menos e os destinatários mais. Os movimentos de esquerda iniciam ações contra esta nova realidade industrial, criticando o modelo de trabalho capitalista como sendo fruto do proletariado do século XIX.

Desta forma, o avanço de outrora dos ideais socialistas que se baseavam na obtenção dos direitos das classes menos favorecidas, por meio de direitos igualitários, foi substituído pelos ideais partidários dos movimentos de esquerda, por meio da conquista do sufrágio (voto) como meio de chegar até o poder, e utilizar a democracia burguesa para representar as classes populares. O comunismo toma as ideais do socialismo, defendendo que o ceticismo sobre essa inevitável transição ocorrida pelo poder do voto, ocorreria de uma forma ou de outra, e era uma maneira dos mesmos afirmarem o poder da democracia como um caminho para reformas políticas e partidárias. A fim de compreender, o poder do voto para o socialismo e seu idealismo em tomar parte dos poderes representativos, pode-se identificar os termos

"transição" e "consolidação" que eram utilizados de formas diferentes.

A transição seria a real a ruptura com o sistema antigo no decorrer do tempo até as primeiras eleições livres, onde consolidariam a democracia com ideais socialistas pelos Partidos, até então representantes desta corrente, e seus direitos acima do proletariado burguês. Conforme afirma Przeworski (1988):

*"A participação no processo democrático é necessária se os trabalhadores quiserem estar aptos a conduzir outras formas de luta, inclusive a confrontação direta com os capitalistas. Os socialistas enfrentaram um estado hostil em que forças de repressão permanentemente organizadas estavam nas mãos de proprietários de terra ou da burguesia." (PRZEWORSKI, 1988, p.4.)*

As eleições seriam o elemento chave para a dissolução do poder absoluto da burguesia, mas ao mesmo tempo os socialistas tinham apreensão que esta poderia manipular este meio democrático de eleger os representantes, colocando quem lhes fosse conveniente. Przeworski (1988) cita que a pequena burguesia no intuito de ganhar votos de outras pessoas, que não os trabalhadores, formaram alianças e coalizões em um governo baseado no interesse dos trabalhadores.

Desta forma, a luta pelo socialismo foi com maior ênfase em países onde o sistema foi semi-autoritário caracterizados pela anarquia, a fraca institucionalização e a personalização da sociedade civil, onde o direito ao voto trouxe mudanças econômicas e sociais. Nestas circunstâncias, a promessa das eleições para conquistar direitos igualitários seria uma alavanca essencial na transição e consolidação da democracia.

A consolidação do sufrágio universal, como afirma Marx, citado por Przeworski (1988, p. 44): "o sufrágio universal é equivalente ao poder político

para a classe trabalhadora da Inglaterra, onde o proletariado forma a grande maioria da população(...)". Assim sendo, inegavelmente, o sufrágio se tornou um direito indissociável do cidadão e a sua permanência foi uma forma de sobrevivência para consolidação de um regime novo e a deflagração de vez de outras formas e sistemas autoritários, que poderiam negligenciar os direitos dos cidadãos.

A força motriz da classe operária seguida pela força dos ideais socialistas logo trariam à tona a consolidação do trabalho *versus* a submissão proletária. A palavra democracia social apareceu como uma prática democrática dentro do socialismo para delimitar os direitos plenos da classe operária.

Sob o mecanismo do socialismo aparece um novo modo de produção, com um crescente aprofundamento na origem liberal democrática. Graças a conquistas políticas nas organizações trabalhistas europeias, houve o interesse comum de uma coalizão em grupos democráticos que fez da questão social um item inseparável da política, e possíveis soluções para as causas dos trabalhadores que só seriam possíveis com um Estado democrático pautado em ideais socialistas.

De acordo com as teorias de Marx, as grandes revoluções socialistas e capitalistas eram indispensáveis às economias modernas e suas relações sociais de produção. Deve-se, portanto, ter em mente que a sobrevivência democrática não depende única e exclusivamente de uma instância, por exemplo, de sistemas partidários.

Em tempos atuais a social-democracia, detém uma posição especial na história do cenário de Partidos políticos, nos quais mantêm os valores básicos e convicções fundamentais inalteradas

desde os ideais Marxistas. Porque, ao longo de cerca de 150 anos de história social-democrata, os valores de liberdade, justiça e solidariedade, ainda estão presentes em Partidos de esquerda. Certamente, os valores de um movimento social podem ser ditados por razões axiomáticas. Mas a imagem do homem é moldada em maior medida por contextos sociais e históricos nos quais a ação política ocorre. Portanto, é mais apropriado, no contexto social-democrata, não falar de "a" imagem válida do homem, mas de imagens do homem reagindo à contextos históricos modificados. Seu significado atual só pode ser adequadamente capturado se houver clareza sobre seu desenvolvimento histórico.

A imagem social-democrata do homem antes de 1933 não pode ser entendida sem suas raízes na história natural evolucionária. De fato, a teoria da origem de Charles Darwin encontrou grande interesse entre os trabalhadores social-democratas e intelectuais partidários. Mas, ao mesmo tempo, era igualmente claro que o homem não é apenas parte da natureza no sentido de seu organismo fisiológico, mas que sua vida real ocorre em uma esfera historicamente e socialmente impregnada de cultura.

Não foi por acaso que os locais de nascimento essenciais da social-democracia foram as associações de educação dos trabalhadores. Tampouco, surpreende, que essa duplicação não-dualista tenha estabelecido a linha divisória decisiva que separou a esmagadora maioria da social-democracia do liberalismo do darwinismo de direita, por um lado, e do darwinismo socialista de esquerda, por outro. Ambas as correntes usavam a fórmula da "luta pela existência" em uma direção diferente: algumas a legitimavam o princípio da

competição capitalista, outras a deslegitimavam, pois a constituição da propriedade da sociedade burguesa invalidava o princípio da seleção natural no interesse dos donos do capital.

A decisão social-democrata pela democracia, no período entre as duas grandes guerras mundiais, criou a distância decisiva para as imagens elitistas do fascismo e do comunismo, que destruíram os direitos fundamentais. Além disso, muitos partidos de esquerda foram originados pela corrente de darwinismo social de esquerda, dando origem à discursos globais sobre eugenia e higiene racial, sendo um ponto negativo deste processo. Mesmo com estes propósitos perniciosos infiltrados nos partidos de esquerdas, os mesmos não vingaram após a Segunda Guerra Mundial, em vez disso, surgiram demandas pelo sufrágio universal e uma política social e educacional.

No final dos anos de 1990, surge a figura do *homo economicus* do neoliberalismo, com tal hegemonia que a política econômica do lado da oferta, a legislação tributária associada e as reformas do mercado de trabalho mostram claramente a influência da imagem neoliberal da humanidade. As tendências são reconhecíveis e claramente se afastam do acordo parcial dos modernizadores social-democratas, como o *homo economicus*, e enfatizam sua incompatibilidade com o conceito historicamente desenvolvido de homem e o horizonte de valor associado a ele (LEGGETT, 2014; COHEN, 2014). Tal conceito prevalece o comportamento conforme o mercado e um estado desregulamentado sem consideração aos interesses da sociedade como um todo, e se opõe à social-democrata de que a liberdade e a igualdade constituem uma unidade compatível com um conceito de justiça social.



Conflitos emergem no horizonte de valor associado à imagem do homem e que podem ser vistas não apenas entre os campos políticos, e sim na discussão interna dos partidos. Em suma, as visões sociais-democratas da humanidade enfrentam um novo desafio, no que concerne aos 150 anos de história das teorias de Marx e da social democracia.

**Elisangela Gisele do Carmo** é Mestre em Ciências da Motricidade e Doutoranda em Desenvolvimento Humano e Tecnologias. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus Rio Claro/SP.

**Egberto Gustavo do Carmo** é Mestre em Neurociências e Doutor em Neurociências. Médico Coordenador da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro-SP. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

## Referências

- PRZEWORSKI, A. A social-democracia como fenômeno histórico. **Lua Nova**, v.1, n.15, 1988.
- LEGGETT, W. The politics of behaviour change: Nudge, neoliberalism and the state. **Policy & Politics**, v. 42, n. 1, p. 3-19, 2014.
- COHEN, D. **Homo Economicus**: The (lost) prophet of modern times. John Wiley & Sons, 2014.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Capital**: The process of capitalist production as a whole. Vol. III. Nova York: International Publishers, 1967.



Adam Przeworski

## Interdisciplinar

# AS DUAS CULTURAS NO CONTEXTO ESCOLAR

*Por Miriam Oliveira e Adílio Jorge Marques*

### Introdução

**T**anto a grade curricular quanto a relação professor/aluno serão abordadas, apresentando assim, grandes impasses e conflitos no contexto escolar, principalmente do Ensino Médio. Procuramos mostrar o processo de integração no Ensino Médio, assim como a interdisciplinaridade que é tanto falada no decorrer dos anos e que não acontece de forma efetiva no cenário educacional brasileiro. Apresentamos como esta concepção é possível quanto à importância deste tipo de trabalho a ser realizado em nossas escolas.

Humanas e Exatas. Para algumas pessoas, a associação entre esses campos de conhecimento pode, simplesmente, parecer absurda pelo fato de desconhecerem o que existe de comum entre uma área exata, portanto rigorosa, objetiva, racional e outra do lado oposto, a área das humanas, e como tal, mais emotiva, intuitiva, subjetiva. Portanto, devemos entender que é necessário o trabalho interdisciplinar no contexto escolar, levando nossos alunos a entender, conhecer e até mesmo gostar das duas culturas de forma prazerosa e interativa.

Isto sempre foi um assunto que me incomodou bastante e com leituras acerca deste tema, principalmente depois de conhecer o químico e romancista Charles Percy Snow, que numa famosa conferência em 1959 e depois lançada em livro chamado *"As Duas Culturas"*, diagnosticou uma grande fratura na vida intelectual e na estrutura educacional do mundo Ocidental, na qual apresentou a divisão do universo das ciências naturais daquele das letras e das humanidades. Mesmo acontecendo diversas iniciativas em se trabalhar a interdisciplinaridade nas escolas, vemos que isso vem acontecendo muito lentamente e quem acaba sendo prejudicado, são nossos alunos.

Ressaltamos a separação entre os professores dentro das escolas assim como as disciplinas que tem mais prestígio tanto para a escola quanto para o governo. A educação precisa se reinventar se quiser preparar jovens para o mundo em que vivemos. O grande avanço e utilização das novas tecnologias e a sua popularização, desde o final do século XX, têm possibilitado a busca pelo conhecimento e a integração de culturas e campos científicos. Portanto, se por um lado, a quantidade de informações e a velocidade com que elas têm chegado ao nosso conhecimento tem tornado

nosso planeta cada vez menor, por outro lado, é importante que as pessoas sejam capazes de pensar criticamente sobre a realidade, compreendendo de forma dinâmica tudo aquilo que tem recebido, sabendo a relação entre as informações conseguindo diferenciá-las entre si. Neste contexto, cresce a responsabilidade dos professores em promover um ensino integrado, para que os estudantes adquiram habilidades de compreender, comunicar e estarem aptos a viver em sociedade, sendo críticos e formadores de opiniões.

O professor está diante de um grande desafio, pois precisa lutar contra um sistema engessado, dominante e que já se encontra instalado há vários séculos. As escolas, de um modo geral, devem estar preparadas para trabalhar as diferentes culturas de forma interdisciplinar, todavia ainda é muito difícil encontrar interdisciplinaridade nas escolas, principalmente no Ensino Médio (EM), pode até parecer mais uma utopia do que uma prática possível. Porém, existem experiências interessantes dando certo e é investigando como os docentes das disciplinas das áreas de exatas e de humanas vem colocado em prática a interdisciplinaridade e quais são os fatores que a tornam eficaz nas escolas, que podemos entender onde é que está o “X da questão” e que é sim muito importante trabalhar de forma integrada com nossos alunos as duas culturas em sala de aula. “A interdisciplinaridade é difícil de ser compreendida e mais ainda de ser praticada porque, de certa forma, é um processo que precisa ser vivenciado para ser assimilado em toda sua integridade” (HARTMANN, 2007, p. 19).

Abordaremos autores como C. P. SNOW, SILVIO GALLO, MATURANA, ALBERTO OLIVA, HILTON JAPIASSU, HARTMANN, e outros autores, que em textos e artigos apresentam seus estudos aos processos de interdisciplinaridade e integração das

“Duas Culturas” no contexto escolar, assim como as dificuldades e barreiras encontradas por professores acerca do trabalho no campo educacional brasileiro. Além de um texto sobre Rizoma de DELEUZE E GUATARRI, com a análise dos princípios básicos do Rizoma e relaciono com a educação, mostrando a importância de inovar sempre, a heterogeneidade e as conexões múltiplas entre os campos disciplinares da educação e os diversos outros campos do saber.

### Desenvolvimento

Desde os primórdios da humanidade, observamos uma grande separação, de um lado Ciências naturais, exatas e a tecnologia, de outro, as artes e humanidades. Este abismo ainda se estende até os dias de hoje. Augusto Comte (1798-1857), grande filósofo francês, observou que na sua época estava acontecendo com muita frequência um processo de especialização, que vinha se aprofundando rapidamente e com isso, os cientistas já não estavam conseguindo interligar o conjunto de saberes científicos que praticavam, as suas especialidades, com os demais saberes relacionado às humanidades.

O grande idealizador da História da Ciência como disciplina, George Sarton (1884 – 1956) preocupava-se com a separação entre as ciências da natureza e as ciências humanas e via isso como sendo um grande problema da sua época. Ele discutia que o principal propósito do ser humano seria criar valores como a beleza, a justiça e a verdade.

*“O mais ominoso conflito de nossa época é a diferença de opinião, de perspectiva, entre homens de letras, historiadores, filósofos, os assim chamados humanistas, por um lado, e os cientistas, por outro. O distanciamento entre ambos tende somente a crescer, por causa da intolerância recíproca (...). Não sei quem é mais pobre: o velho humanista que não entende a ciência, ou o cientista que não precisa da beleza*

*(...). Não sei o que é pior: o idealismo sem conhecimento ou conhecimento sem idealismo.” (SARTON, p.54-58).*

Sarton apresentava o progresso da ciência como sendo também o progresso da arte e da política, então, humanistas e cientistas deveriam trabalhar juntos, porém, isto não acontecia, o distanciamento entre ambos era cada vez maior, se de um lado estavam os cientistas, com uma visão completamente distorcida dos humanistas, do outro lado também estavam os humanistas criticando a posição egoísta, austera e de superioridade dos cientistas. O conflito entre ambos os grupos era e é até a atualidade, existe uma intolerância recíproca.

Culturalmente imposto nas escolas através dos tempos, temos o preconceito para com determinadas disciplinas, o que nos impede de ver as riquezas e a interação que estas apresentam, este preconceito acaba se tornando uma grande barreira para o trabalho interdisciplinar, principalmente entre as humanas e as exatas, posto que cada professor, especialista em sua área, isola-se em seus conhecimentos. Em seu livro *A Teoria do Conhecimento*, Alberto Oliva apresenta uma busca constante da humanidade por informações e conhecimento. De onde vem este conhecimento? O que é realmente o conhecimento? Estaria ele ligado somente às Ciências ou também envolto com as Humanidades? São questionamentos que precisamos pensar tentando compor uma visão aberta e crítica sobre o tema. Oliva apresenta os diferentes tipos de saberes, a forma de estudá-los e suas aplicações no cotidiano.

Para Oliva, não há conhecimento falso. “Desse modo, a verdade precisa ser estabelecida para que se possa postular ter conhecimento sobre alguma coisa. Como se pode chegar a uma crença verdadeira por acaso, palpite, acidente, etc. A

verdade da crença é condição necessária, mas não suficiente para ter conhecimento”. Neste caso, é necessário sempre levar em consideração um fato, uma crença, porém esta deve ser verificada, se verdadeira, precisa ser também justificada. A sociedade atual tem sido caracterizada como a sociedade do conhecimento. Alberto Oliva (2011) apresenta em seu livro três tipos de conhecimento: Conhecimento por aptidão; Conhecimento por contato; Conhecimento proposicional. O último é apresentado como aquele que apresenta a definição de conhecimento como crença, verdadeira e justificada, o que não quer dizer que os outros dois tipos não são levados em consideração, pois cada um, em sua representatividade, tem grande valor para o todo. Devemos sempre levar em consideração tudo que é trazido por nossos alunos, porém, cabe aos professores pontuar e pautar aquilo que é significativo e importante para explanação em sala de aula. Nossos alunos precisam estar preparados para discutir, expor suas experiências assim como saber ouvir, exprimir suas opiniões e serem críticos de uma forma geral e representativa.

O senso comum sempre foi contrariado pelo conhecimento, o ser humano neste caso, tem a capacidade e é o único que pode buscar uma explicação para as mais variadas situações, transformando o que é considerado somente como crença em conhecimento verdadeiro e consequentemente em conhecimento verdadeiro e justificado. Tudo é passível de erro, contudo, é necessário sempre, estudos constantes e a busca por conhecimento, cada dia mais vai sendo construída. O distanciamento entre as “Duas culturas” só prejudica este processo, se houver um entrelaçamento de ideias e discussões entre cientistas e humanistas, esta busca pelo conhecimento seria muito mais proveitosa.

Apresentamos um fragmento de uma música que, para mim, tem grande representatividade em meu trabalho, *Gilberto Gil* com a música *Quanta*, onde o compositor, abusando da “licença científica”, porém com uma enorme sensibilidade poética faz uma ponte entre ciência e arte. Nos mostra a validade desta conexão.

*(...) Arte de criar o saber,  
Arte, descoberta, invenção.  
Teoria em grego quer dizer, o ser em  
contemplação (...)  
(...) Sei que a arte é irmã da ciência  
Ambas filhas de um Deus fugaz  
que faz num momento e no mesmo momento  
desfaz.(...) (GIL, 1997)*

É necessária a realização de um trabalho voltado para o vínculo das disciplinas, neste caso o trabalho interdisciplinar, principalmente o de união das “duas culturas”, é a solução de muitos problemas dentro das escolas. Apresento então o seguinte questionamento: Por que utilização da palavra interdisciplinaridade tem aumentado tanto, mas o aprofundamento epistemológico nesta temática não tem acontecido de forma efetiva? Quando Japiassu apresenta “situação patológica”, ele está se referindo aos processos de especialização que acontecem de forma exagerada nas disciplinas científicas. Todo este processo de especialização só vem fragmentando cada vez mais os campos de conhecimento, o que acaba dificultando a interligação entre os diversos campos educacionais.

*“Interdisciplinaridade se define e se elabora por uma crítica das fronteiras das disciplinas, de sua compartimentação, proporcionando uma grande esperança de renovação e mudança. Poderíamos dizer que o Objetivo Ideal a ser alcançado não é outro senão o de descobrir.” (Japiassu, p.54)*

O processo educacional precisa estar sempre voltado para o incentivo e para a transformação de nossos alunos, tornando-os cidadãos críticos e representativos na sociedade em que estão inseridos. Maturana nos apresenta que educar “se

constitui no processo em que uma criança ou o adulto convive com o outro, se transforma espontaneamente, de maneira que seu modo de viver se faz progressivamente mais congruente com o do outro no espaço de convivência” (Maturana, 2005, p. 29).

Neste sentido, a educação está presente em nosso cotidiano em todos os momentos de nossas vidas, neste caso, a escola é muito importante no processo formativo de nossos alunos, é na escola que eles aprendem a conviver com o outro, com o que é diferente, com o que é novo, e é neste processo formativo que fica explícito a importância do processo educativo efetivo nas escolas. “A educação como ‘sistema educacional’ configura um mundo, e os educandos confirmam em seu viver o mundo que viveram em sua educação. Os educadores, por sua vez, confirmam o mundo que viveram ao ser educados no educar” (Maturana, 2005, p.29):

*“O central na convivência humana é o amor, as ações que constituem o outro como um legítimo outro na realização do ser social que tanto vive na aceitação e respeito por si mesmo quanto na aceitação e respeito pelo outro. A biologia do amor se encarrega de que isso ocorra como um processo normal se se vive nela.”*

Em um aspecto epistemológico, temos Gastón Bachelard (2006) em discussão constante acerca dos diversos obstáculos epistemológicos que dificultam e são barreiras para o desenvolvimento do conhecimento científico. Para seguir em frente, o indivíduo precisa superar estes obstáculos que são encontrados a todo momento quando falamos de ciência e sua representatividade no nosso cotidiano. Como exemplo, Bachelard mostra a ideia de que uma partícula quântica é uma pequena partícula, isso já é um obstáculo epistemológico que precisa ser superado, assim como este, diversos outros, como a crença de que objetos mais pesados chegam mais rápido ao solo.



Apresentar a cultura científica como não sendo a única e soberana, substituindo o saber fechado por um conhecimento mais aberto e representativo, tornando-se dinâmico e receptível é uma forma de experimentar sempre, inovando e descobrindo novas formas de evoluir, “oferecer enfim à razão razões para evoluir” (Bachelard, 2006, p.24).

Pensamos ser necessário um grande envolvimento de educadores e educandos durante o processo de ensino aprendizagem. Precisa-se reconhecer a urgência de uma mudança no sistema educacional assim como valorização, formação continuada e respeito para com os profissionais da educação, que estão a todo o momento enfrentando mudanças que ocorrem a cada dia com o avanço tecnológico, atendendo assim às necessidades e aos desafios estabelecidos pelos modelos da educação nacional. Bachelard fez o seguinte comentário sobre a ficção científica.

*“Em vez de ir ao essencial, acentua-se o lado pitoresco: enfiam-se fios na bola feita de caule de sabugueiro para conseguir uma aranha elétrica. Será num movimento epistemológico inverso, voltando ao abstrato, arrancando as patas da aranha elétrica, que Coulomb descobrirá as leis fundamentais da eletrostática. [...] Esse folclore sobre a ciência incipiente toma conta das melhores cabeças. Volta gasta centenas de páginas para descrever a seus correspondentes as maravilhas da pistola elétrica. [...] a ficção científica, tão do agrado de um público literário que pensa nela encontrar obras de divulgação positiva, procede de acordo com os mesmos artifícios [...] Essas ficções científicas, viagens à Lua, invenção de gigantes e de monstros são, para o espírito científico, verdadeiras regressões infantis. Podem ser divertidas, mas nunca instrutivas.” (BACHELARD, 1996, pp. 43 e 45)*

O homem sempre teve a necessidade de conhecer e este maravilhamento da descoberta é apresentado por Oliva:

*“Além do desafio de controlar as forças cegas da natureza, o ser humano anseia se conhecer, identificar os fatores que o fazem ser o que é. Em busca da decifração de si mesmo, almeja desvendar os mecanismos que tornam possível*

*sua inteligência, os que regem sua vontade e os que suscitam seus desejos e interesses. Se num primeiro momento as necessidades e as urgências de sobrevivência foram decisivas para que fosse iniciada a aventura intelectual da espécie humana, numa segunda etapa das motivações mais eminentemente teórico-especulativas tornaram possíveis formas e investigação complexas como a filosofia.” (OLIVA, 2009, p.6).*

A polarização entre as Duas Culturas causa para os indivíduos e para a sociedade num todo, uma grande perda. Segundo Snow, esta perda seria prática, intelectual, representativa, cultural. Esta análise ainda permanece atual, principalmente para a sociedade em que vivemos, consumista ao extremo, onde a velocidade e exigência de novos bens tem aumentado em grande velocidade. O abismo entre as duas culturas era bem mais crítico do que 30 anos antes dele escrever o livro “As Duas Culturas”.

*“De fato a distância entre os cientistas e os não cientistas é muito menos transponível entre os jovens de agora do que era há apenas trinta anos. Trinta anos atrás as culturas já haviam cessado de falar uma com a outra, mas pelo menos trocavam um sorriso amarelo através do fosso. Agora a cortesia se foi, e elas só fazem caretas uma à outra. Não é apenas que os jovens cientistas sentem agora que são parte de uma cultura em ascensão, enquanto a outra está em retrocesso. É também, em termos brutais, que os jovens cientistas sabem que com qualquer diploma que seja conseguirão um emprego confortável, enquanto seus contemporâneos e congêneres em Inglês ou História terão sorte se ganharem 60% do que eles ganham. Nenhum jovem cientista de algum talento sentiria que não é um profissional necessário ou que seu trabalho é ridículo, como aconteceu com o herói de Lucky Jim; e, de fato, alguma coisa do desapontamento de Amis e de seus colegas é o desapontamento dos formados em arte subempregados.” (SNOW, 1995, p.36-27).*

É muito importante propor a interlocução, conexões e diálogos entre as “duas culturas”, no intuito de suprir as lacunas na produção do conhecimento. Porém, para que tenhamos boas experiências relacionadas ao ensino



*Gilles Deleuze e Félix Guattari*

interdisciplinar, é necessário, como já citei acima, sofisticar e propor aos educadores um processo formativo mais representativo, uma formação continuada abrangente, principalmente para nossos professores do Ensino Médio. Conheço professores de Matemática que nunca ouviram falar de artistas como Rembrandt e até mesmo escritores como Mario Quintana. Este enorme distanciamento pode ser revisto acabando assim com os dois analfabetismos: o literário e o científico. Neste caso, como apresenta Gallo:

*“A noção de interdisciplinaridade surgiu para proporcionar esse trânsito por entre os vários compartimentos do saber contemporâneo, possibilitando um conhecimento mais abrangente, mais interativo. Muito já foi pensado e escrito sobre as possibilidades do trabalho interdisciplinar, falando-se inclusive em muitas perspectivas, como multidisciplinaridade, transdisciplinaridade, etc.” (Gallo, s/d, p.4)*

Gallo nos mostra ainda, que encontramos no nosso sistema educacional uma ramificação que começou bem no início da história da humanidade onde o ser humano começou a construir toda a estrutura do conhecimento que temos hoje, porém, esta ramificação foi compartimentalizando este

conhecimento e, a partir daí, as especializações foram surgindo e se formando em cada área e com isso uma “disciplinarização do saber” formou-se, onde cada disciplina específica e independente segue seu caminho. Em seu texto, Gallo apresenta o paradigma arborescente versus paradigma rizomático. Rizoma é o conceito desenvolvido por Deleuze e Guattari (1995) representando uma metáfora da estrutura do conhecimento por eles compreendida.

Pensar numa educação segundo uma perspectiva rizomática mostra que é necessário a relação entre o todo, é um campo de construção de conhecimento. Como é apresentado no “*Princípio da multiplicidade*”, o rizoma defende a inclusão, neste caso, a inclusão de todas as formas de conhecimento na formação de nossos educandos, levando-os sempre a pensar e refletir sobre o todo. Interligando conhecimentos prévios e já adquiridos com os que ainda estão por vir, unindo como também reconstruindo.

No rizoma, os conteúdos apresentados criam conexões diversas, múltiplas. Ciência, religião, mito, artes e até mesmo o senso comum,

interligam-se e estabelecem linhas de conexão na construção do conhecimento. “Uma das características mais importante do Rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas” (Deleuze e Guatarri, 1995, p.21). E vemos também:

*“O pensamento não é arborescente, e o cérebro não é uma matéria enraizada nem ramificada. Aquilo a que chamamos, injustamente, ‘dendritos’ não asseguram uma conexão dos neurônios num tecido contínuo(...) Muitas pessoas têm uma árvore na cabeça, mas o próprio cérebro é muito mais uma erva do que uma árvore.” (Deleuze e Guatarri, 1995, p. 24)*

O Rizoma como forma de construção do conhecimento tem a capacidade de contribuir e ajudar a melhorar as relações interculturais. É muito importante estarmos certos de que não existe uma única verdade de explicação das coisas, não temos sempre a propriedade do conhecimento verdadeiro, são as múltiplas formas de interligar valores e situações, assim como ideias e justificações quem promovem a construção de uma formação ativa social mais tolerante com as diferenças assim como mais representativa e condizente com a nossa verdadeira realidade. Deleuze e Guatarri apresenta um resumo sobre os principais caracteres do rizoma:

*“Diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. O rizoma não se deixa reconduzir nem ao Uno nem ao múltiplo (...). Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direções movediças. Ele não tem começo, nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda (...). O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada (...). O rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas.” (Deleuze e Guatarri, 1995, p.31-32)*

Penso numa educação para todos, na qual nossos alunos precisam estar a todo o momento sendo

levados a discutir e trabalhar em conjunto com todas as formas de conhecimento. Acredito numa pedagogia interdisciplinar, porém que seja trabalhada de forma eficaz, com educadores felizes com o que estão fazendo, realmente existindo uma relação de amor durante o processo educativo. Neste caso, teríamos sim educandos mais preparados, não sei se esta seria a palavra mais correta, quem sabe então, educandos mais críticos na nossa sociedade.

Falando ainda na perspectiva rizomática, Deleuze e Guatarri (1995) apontam para uma transversalidade entre as mais variadas formas do saber, “integrando-as, senão em sua totalidade, pelo menos de forma muito mais abrangente, possibilitando conexões inimagináveis através do paradigma arborescente”. Neste caso, cabe pensar ainda num trabalho transdisciplinar, na qual temos a multiplicidade dos saberes, ocorrendo assim a integralização destes de forma efetiva e não artificial.

## Conclusão

Os estudos e discussões que apresentei neste ensaio apresentam meu descontentamento com o cenário educacional brasileiro. Mesmo vivendo em um país de terceiro mundo, enfrentando uma das maiores crises econômicas de sua história, passando por uma situação política crítica, existe certo otimismo e esperança de que os brasileiros possam conseguir superar tudo isso e ainda lutar pela melhoria do nosso contexto educacional. Precisamos de educadores que amam sua profissão, para que assim possam lutar por seus ideais, buscando um futuro melhor para seus educandos. E será somente através de atitudes e lutas que conseguiremos superar todas as dificuldades, devemos ser eternos aprendizes, buscando sempre

caminhos que favoreçam a aprendizagem significativa de nossos alunos.

Para estabelecer uma aproximação entre as duas áreas do conhecimento, citadas neste texto como “Duas Culturas” (termo apresentado por Snow), é de suma importância um trabalho de integração e interdisciplinaridade entre ambas. Existe a necessidade de se trabalhar no contexto escolar, que é a base do processo educacional do ser humano, das mais variadas formas as diversas disciplinas em sala de aula, visando a aproximação entre elas, principalmente entre humanas e exatas, que se encontram tão distantes quando falamos de interdisciplinaridade. Existe também a questão cultural, que naturalmente é encontrada das mais variadas formas no campo educacional. A diferença cultural proporciona um leque de alternativas para o estudo e o trabalho educacional. O educando traz em sua bagagem cultural diversas formas de se comunicar e de entender determinados contextos, porém, cabe ao educador utilizar desta bagagem e também da interdisciplinaridade para obter um resultado positivo e significativo.

Contudo, é necessário admitir que a realização de um trabalho interdisciplinar é uma tarefa bem complicada e complexa, se for para ser realizada de forma coerente e coesa. Uma das maiores dificuldades está em promover uma integração entre os profissionais da educação, que estão habituados a trabalhar sempre individualmente. Sair da área de conforto é muito complicado e atitudes como o desinteresse, o medo da mudança e a acomodação são umas das mais variadas dificuldades encontradas para que um trabalho integrado aconteça e seja realizado de forma objetiva, crítica e criativa.

Assim, a interdisciplinaridade é visualizada como um grande desafio a ser assumido pelos educadores que precisam superar esta divisão rígida do

contexto educacional em disciplinas isoladas e fundamentadas. Com tudo, a prática interdisciplinar não deve ser vista como um ensinamento de métodos e técnicas, mas sim, de atitudes, de um trabalho em conjunto, só assim, começaremos a obter êxito nos resultados:

*“Há grande riqueza e complexidade no trabalho interdisciplinar, que representa uma alternativa capaz de reunir em um mesmo projeto educacional as disciplinas das áreas de ciências naturais e ciências humanas, constituindo para aqueles que a vivenciam uma transformação da experiência pedagógica. À medida que mais experiências são exitosas, a interdisciplinaridade abre caminhos e possibilidades para uma prática pedagógica solidária e em permanente renovação.” (Hartmann e Zimmermann, p. 14-15)*

É muito importante propor para nosso cenário educacional formas de trabalho que transformem nossos educandos em pessoas capazes de lutar por seus ideais, sendo críticos para com a sociedade, sabendo se comunicar de forma ativa, tendo conhecimentos abrangentes e variados. É necessário que eles consigam entender a importância de se conhecer e entender sobre as mais variadas áreas de conhecimento. Tudo o que é aprendido, seja dentro da escola ou fora dela deve ser levado em consideração. Contudo, nós como professores, também precisamos estar aptos, com força de vontade e amor pelo ato de lecionar, devemos ser os interlocutores e mediadores do conhecimento, guiando e apresentando situações diversas para nossos alunos. Do processo interdisciplinar ainda podemos dizer:

*“(...) não se ensina, nem se aprende, apenas vive-se, exerce-se... Todo o indivíduo engajado nesse processo será não o aprendiz, mas, na medida em que familiarizar-se com as técnicas e quesitos básicos o criador de novas estruturas, novos conteúdos, novos métodos, será o motor de transformação.” (FAZENDA, 1992, p. 56).*

O currículo globalizado e interdisciplinar apresenta-se como um “guarda-chuva”. Com isso, torna-se capaz de unir uma grande variedade de

práticas educacionais a serem desenvolvidas dentro do contexto escolar sendo assim capaz de apresentar exemplos significativos que contribuam para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.

Tais discussões buscam um caminho para o ensino integrado, que apresente aos alunos, de formas variadas, opções de trabalhos que interligam as diversas disciplinas estudadas por eles no contexto escolar. O aluno deve ser visto como sujeito ativo, sendo capaz de contribuir para sua própria formação. A intenção é criar uma situação que estimule os educandos a tomar decisões, criar debates, buscar informações complementares, refletir, analisar, sempre mediados pelo educador. É necessário e muito importante que os professores superem os desafios do trabalho interdisciplinar, estabelecendo assim, uma educação estruturada, aberta e flexível.

---

**Miriam Oliveira** é Mestranda do PPGEn do INFES/UFF e  
**Adílio Jorge Marques** é Prof. Dr. do INFES/UFF.

---

## Referências

- BACHELARD, Gaston. *A Formação do Espírito Científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. V.1. Coleção Trans. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- FAZENDA, I. C. *A Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?*. São Paulo: Loyola, 1992.
- GALLO, Silvio. *Conhecimento, Transversalidade e Currículo*. s/d. Disponível em: [www.google.com.br/search?q=rizoma+silvio+gallo&oq=rizoma+silvio+gallo&aqs=chrome..69i57j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8](http://www.google.com.br/search?q=rizoma+silvio+gallo&oq=rizoma+silvio+gallo&aqs=chrome..69i57j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8). Acesso em 20 Fev 2018.
- GIL, Gilberto. *Quanta*. CD Quanta. Manaus: Warner Music, 1997.
- HARTMANN, Ângela Maria. *Desafios e Possibilidades da Interdisciplinaridade no Ensino Médio*. Brasília, 2007.
- \_\_\_\_\_. ZIMMERMANN, Erika. O trabalho Interdisciplinar no Ensino Médio: A reaproximação das “Duas Culturas”. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*. Vol.7. nº 2. 2007.
- JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2005.
- OLIVA, Alberto. *Teoria do Conhecimento*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. Coleção Passo-A-Passo, 2011.
- \_\_\_\_\_. Crítica da Arrogância Pura: A Filosofia Mais Perto da Pura Retórica que da Ciência Pura. *Prometheus. Filosofia em Revista*, ano 2, n 3. Jan-Jun 2009.
- SARTON, George. *The History of Science the New Humanism: With Recollections and Reflections by Robert K. Merton*. New Brunswick: Jersey: Transaction, 1988.
- SNOW, CP. *As duas culturas e uma segunda leitura: Uma Versão Ampliada das Duas Culturas e a Revolução Científica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.